

CA

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Mestrado em Antropologia Social**

UM BRASIL CHAMADO NORONHA

**CONFLITO, IDENTIDADE E TERRITÓRIO EM UM PARAÍSO NATURAL: OS
'NATIVOS' DE FERNANDO DE NORONHA.**

**Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida
Aluna: Laura Rodrigues Santonieri**

Dezembro 2006

UNIDADE BC
Nº CHAMADA: Sa59b
T/UNICAMP
V. _____ EX. _____
TOMBO BCCL 75012
PROC 16.145-01
C _____ D 2
PREÇO 11.000
DATA 14.12.02
BIB-ID 445998

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Sa59^b **Santonieri, Laura Rodrigues**
Um Brasil chamado Noronha: conflito identidade e território em um paraíso natural / Laura Rodrigues Santonieri.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2006.

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Conflito social. 2. Identidade. 3. Território nacional. 4. Nativos. 5. Fernando de Noronha – História. I. Almeida, Mauro William Barbosa de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: **Called Brazil Noronha: conflict identity and territory in a natural paradise**

Palavras chaves em inglês (keywords) : **Social conflict**
Identity
National territory
Natives
Fernando de Noronha - History

Titulação: **Mestre em Antropologia Social**

Banca examinadora: **Mauro William Barbosa de Almeida, Omar Ribeiro Thomaz, Lúcia da Costa Ferreira**

Data da defesa: **11-12-2006**

Programa de Pós-Graduação: **Antropologia Social**

200453163

LAURA RODRIGUES SANTONIERI

“UM BRASIL CHAMADO NORONHA; Conflito, Identidade e Território em um paraíso natural: os ‘nativos’ de Fernando de Noronha”

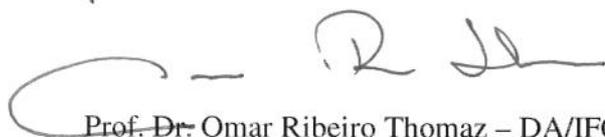
Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 11/12/2006

Banca:



Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (Orientador) – DA/IFCH-UNICAMP



Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz – DA/IFCH-UNICAMP



Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira – NEPAM - UNICAMP

Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi – Suplente – DA/IFCH-UNICAMP
Dra. Joana D´Arc do Valle Bahia – suplente – UERJ

Campinas
Dezembro/2006

Resumo:

A dissertação de mestrado teve como objetivo estudar a construção e uso da identidade de 'nativo' entre os moradores da ilha de Fernando de Noronha, por meio da investigação dos conflitos sociais, num contexto marcado pela ambigüidade de critérios de uso do território. Local importante como unidade de conservação e como pólo turístico de elite, o Arquipélago é também habitado por moradores cuja origem remonta ao tempo em que a ilha foi presídio federal e quartel, e que hoje disputam com os novos moradores – os 'haoles' – a legitimidade no uso dos espaços e o monopólio da exploração turística.

Abstract:

The mestrado dissertation of had as objective to study the construction and use of the 'native identity' enters the inhabitants of the island of Fernando De Noronha, by means of the inquiry of the social conflicts, in a context marked for the ambiguity of criteria of use of the territory. Important place as unit of conservation and as tourist polar region of the elite, the Archipelago also is inhabited by inhabitants whose origin retraces to the time where the island was federal penitentiary and quarter, and that today they dispute with the new inhabitants - 'haoles' - the legitimacy in the use of the spaces and the monopoly of the tourist exploration.

À minha família,
Nelson, Nara, Juliana e Marina Santonieri.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos mais sinceros à comunidade de Fernando de Noronha, que me acolheu com muito carinho quando lá fui residir, bem como nas minhas duas visitas como pesquisadora. Em especial, agradeço profundamente à Lílian, Manuel, Jefferson e Dion pela hospedagem sempre disponível. Aos amigos Gilvan, Rafael, Iran, Artur, Daniel, Tonho, Germana, Tadeu, Sales, Maneco, Mirtes, Solange, Isabel e Mocinha, pelo constante companheirismo e amizade. A seu Campelo, Dona Pituca, Domício Cordeiro, Seu Davi Cordeiro, Neném, Dona Otaciana Flor e Rita Flor, agradeço a atenção e a disposição em me conceder valiosas entrevistas. Ao casal Nice e Chiquito, um agradecimento especial pelo carinho e confiança.

Às irmãs Ivanete e Ivaldete agradeço a acolhida sempre calorosa e amiga.

A equipe da Pizzaria Feitiço da Vila, em especial Airton, Emília, Aninha e Mariana não só pela amizade e companheirismo, mas também pelo suporte técnico (computador, internet, xerox e café). Sem seu apoio, muitas das minhas atividades não seriam possíveis.

A Sálvea Campelo, meus sinceros agradecimentos pela atenção e disponibilidade em dividir comigo os seus conhecimentos sobre a Ilha.

Ao Administrador do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Edrise Aires, agradeço o apoio à pesquisa, isentando-me do pagamento da Taxa de Preservação Ambiental, bem como a atenção com que me recebeu em seu gabinete. Agradeço ao Chefe da APA de Fernando de Noronha, Marco Aurélio, por me conceder mais uma entrevista.

À comunidade da UNICAMP, agradeço o apoio constante. Em especial os funcionários da secretaria de Pós-Graduação – Gilvani, Cristina, Rogério e Neide - e da Secretaria de Pesquisa - Marcelo Rocco e Silvana Moretti.

Agradeço o meu orientador Mauro Almeida por sua dedicação e compreensão, essencial para que eu pudesse dar os primeiros (e todos os outros) passos dentro da academia e do campo da pesquisa antropológica. Sua orientação foi valiosa e sou muito grata pela oportunidade que ele me deu.

Agradeço profundamente os amigos de longa data, colegas de graduação que desde 1996 me acompanharam e incentivaram a realização deste trabalho: Augusto Postigo, Márcio Nascimento e Pedro Augusto Lolli. Muito mais que companheiros, são verdadeiros amigos de vida. A Dorotea Gomes Grijalva e Liliana Lopes Sanjurjo, sou grata pela amizade e companheirismo ao longo de todo o período do mestrado, dentro e fora da academia.

À minha amiga-irmã Claudia Calabi, agradeço imensamente por sua amizade verdadeira e profunda. Foi por sua insistência que visitei Fernando de Noronha pela primeira vez em 1995.

À minha família, agradeço o enorme apoio, amor e confiança, essenciais em todas as etapas da minha vida.

Por fim agradeço a CAPES pelos dois anos bolsa concedida.

ÍNDICE

CAPÍTULO I	3
Histórico da pesquisa e suas questões principais	3
A trajetória de Noronha	6
Cultura, Identidade e Mudança	9
O problema da pesquisa	12
Metodologia	14
CAPÍTULO II	21
A Ilha Maldita: depois do Presídio e do Quartel, o Paraíso	21
O começo: degredo e castigo	22
Assistencialismo e vigilância no Território Federal	35
O controle do território como símbolo e prática do poder estatal	49
A Cultura local	61
Entre o Sonho e a Assombração	76
CAPÍTULO III	81
Do Governo Militar ao Parque Nacional	81
A instituição total como parte da Cultura da Ilha	83
A ‘Ilha Prisão’ e o Parque Nacional: o que permanece na mudança?	93
Identificação e Hostilidade	109
Paraíso de quem?	114
CAPÍTULO IV	117
Identidade em movimento	117
Identidade Nativa e Identidade de <i>Nativo</i> : aspectos e nuances	119
O habitus prisional	121
Fofoca como vigilância mútua	125
Na Ilha, cachaça é lazer	130
<i>A amizade em Fernando de Noronha: uma relação de natureza instável e vigilante</i>	135
<i>Sexualidade e história na atualidade</i>	139
<i>Justiça, cidadania e moral</i>	146
‘Ainda a cultura Noronhense?’	150
Quem somos nós, os <i>Nativos</i> ?	159
CAPÍTULO V	171
‘Eu sou <i>nativo!</i> ’. Considerações Finais	171
ANEXO I	181
ANEXO II	192
ANEXO IV	199
ANEXO VII	206
BIBLIOGRAFIA	209

CAPÍTULO I

Histórico da pesquisa e suas questões principais

O objetivo deste trabalho é estudar a construção e uso de identidades territoriais¹ entre os moradores da ilha de Fernando de Noronha, buscando compreender como os conflitos sociais permeiam a construção da identidade de nativo², em um contexto marcado pela ambigüidade de critérios de uso legítimo do território – em parte unidade de conservação, em parte paraíso turístico de elite, e em parte local assegurado a antigos moradores, cuja origem remonta amiúde ao tempo em que a ilha foi presídio federal e quartel, e que hoje são surfistas, pescadores, taxistas, mergulhadores, mergulhadores profissionais ou pequenos empresários do turismo.

Nativo designa em Fernando de Noronha moradores da ilha que são reconhecidos como detentores legítimos de direitos de residência e usufruto da terra. Emprega-se em geral para quem nasceu na ilha, mas este não é o único critério levado em conta. Como categoria, *nativo* opõe-se a *haole*³, termo usado para designar as pessoas “de fora” que vivem na ilha ou que a visitam. O que significa ser *nativo*? Como se constrói a identidade *de nativo*? É possível alguém se tornar *nativo*? São perguntas que este trabalho pretende investigar.

Estive pela primeira vez em Fernando de Noronha em janeiro de 1995, como turista. Encantei-me pelo lugar e voltei nos anos de 1996 e 1997. Desde a minha primeira visita o contato que estabeleci com os ilhéus foi muito próximo porque, ao

¹ Sobre territorialização e identidade, uso a noção de João Pacheco de Oliveira em *A viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Isso porque entendo que identidades territoriais são identidades acionadas no contexto de reivindicações territoriais e Pacheco trabalha com a idéia de que a territorialização — um processo de luta pelo território — está intimamente associada à gênese de identidades indígenas.

² Usarei a palavra ‘nativo’ para aqueles indivíduos que nasceram na ilha ou que pertencem às famílias locais. Contudo, quando grifada, *nativo*, designa uma categoria local. Essa categoria é usada na ilha ou para distinguir certas pessoas de outras (como substantivo), ou para apontar certas práticas (como adjetivo), sendo mobilizada em determinados contextos, que serão discutidos neste trabalho. Nem sempre um nativo será reconhecido como *nativo*, ou acionará práticas *nativas*.

³ *Haole* é uma palavra de origem havaiana, que se pronuncia ráuli. Segundo Sahlins em “Ilhas de História” (2003: 34), esse termo designa “homens brancos”. Janirza Cavalcante da Rocha Lima (LIMA, 2000:45) afirma que em Noronha, o termo começou a ser usado nos campeonatos de *surf* para designar os surfistas de fora que participavam das competições e que “posteriormente (...) passou a referir-se, de maneira xenófoba, aos novos migrantes que vieram residir no arquipélago”.

contrário da maioria dos turistas minhas visitas foram longas, ou pelo menos acima do teto-padrão de 10 dias⁴ (o menor período que permaneci na ilha foi de 25 dias, na minha primeira visita). Isso foi possível porque fui apresentada a moradores por uma amiga que já freqüentava o lugar desde 1987 - antes do Arquipélago se transformar em Parque Nacional Marinho -, o que criou entre eu e eles conexões pessoais distintas das relações que normalmente estabelecem com os turistas.

Estive de férias no Arquipélago durante 40 dias entre Janeiro e Fevereiro de 1997, posteriormente residindo no local de dezembro de 1997 a março de 1999; e de dezembro de 1997 a julho de 1999 fui casada informalmente com um *nativo*. Esse relacionamento evidentemente introduziu uma diferença muito grande na natureza da observação feita na época - que não era de início "pesquisa", e sim parte da aprendizagem dos costumes por alguém que era tratada como uma integrante da sociedade local, com direitos e obrigações, inclusive de trabalho. Não me preocupei durante esse período em 'olhar pelos olhos dos nativos', mas precisava interagir com eles como membro da sociedade local. Do período como moradora, residi durante oito meses na casa da família de meu companheiro (usada em parte como pousada modesta), e trabalhei como Relações Públicas durante seis meses no único hotel existente na época, o "Esmeralda do Atlântico".

Durante o período em que não estava dedicada a uma pesquisa, pude observar ativamente diversas situações - quase sempre conflituosas - que giravam em torno das relações entre a indústria do turismo, a administração do Estado de Pernambuco, o IBAMA e a sociedade local⁵. Dessa forma, tive a possibilidade de participar efetivamente da dinâmica social local, surpreendendo-me muitas vezes - a ponto de ficar chocada - com o que considerava serem incoerências entre o que pessoas diziam e o que faziam, e entre o que o governo dizia e o que fazia. Também me chamou a atenção a presença de conflitos em todos os níveis da vida social. Essa experiência, combinada à minha trajetória anterior de estudante, levou-me a pensar nos conflitos sociais observados na ilha

⁴ Normalmente os visitantes ficam no máximo até 10 dias devido à uma 'taxa de preservação ambiental', que é aplicada de forma progressiva: até 10 dias, o valor da taxa aumenta como se em progressão aritmética; a partir do décimo dia, o valor aumenta quase como uma progressão geométrica.

⁵ Durante esse período, trabalhava, nos dias de folga do hotel, na recepção dos cruzeiros que faziam escala no arquipélago. Esse trabalho era realizado em associação com os guias turísticos locais, o que complementou o meu entendimento acerca da 'indústria do turismo'.

como tema de uma pesquisa cujo foco seria a dinâmica social. A partir da observação de que todas as relações eram claramente conflituosas - entre os ilhéus entre si, e entre eles e as instituições -, percebi então que o conflito era uma perspectiva privilegiada para se estudar as relações locais.

Ao retornar à UNICAMP e aos estudos, realizei um trabalho de Iniciação Científica, que consistiu em uma etnografia dos conflitos existentes entre moradores da Ilha, procurando situar esses conflitos no contexto de uma área de preservação e de turismo ecológico de alto padrão (SANTONIERI: 2001). Para essa atividade, retornei ao Arquipélago como pesquisadora, permanecendo no local por um período de 40 dias nos meses de fevereiro a março de 2001. Mesmo não sendo mais residente da ilha, nem casada informalmente com ninguém, pude observar que meu status entre aos ilhéus permaneceu diferenciado do status de turista. Eu não pertencia mais à sociedade deles, mas tampouco era uma estranha; não era tratada como uma turista simplesmente, mas como uma amiga de longa data, que estava ali em visita aos amigos e conhecia os seus problemas e suas vidas. Assim, mesmo estando na posição nova de pesquisadora, pude circular livremente entre eles e participar de algumas situações privilegiadas.

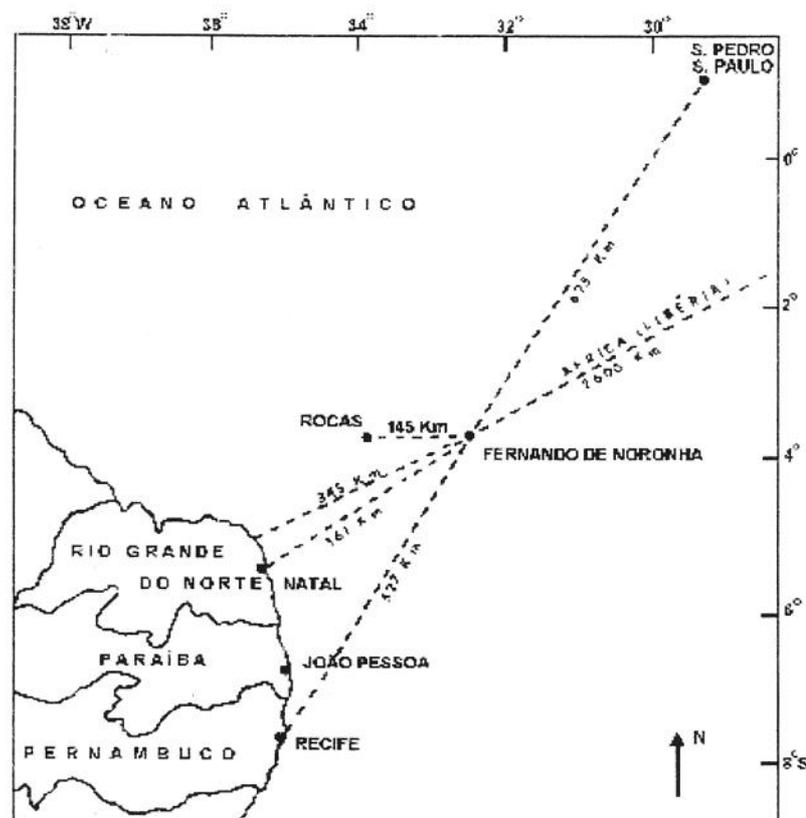
No entanto, no desenvolvimento do trabalho de campo ligado ao projeto de Iniciação Científica, ao levantar, registrar e analisar as situações de conflito, observei que todas elas estavam mediadas por noções locais de identidade. Demorei a notar que havia aqui um problema, já que para mim o uso da noção de nativo se tornara corrente e natural, não necessitando o uso de aspas nem despertando atenção especial. Com a análise refletida dos dados é que pude perceber que a identidade de *nativo* que parecia antes natural era de fato uma categoria mobilizada como argumento, fundamentando ações, e muitas vezes acionada para resolver conflitos. Finalmente, também notei que a categoria de *nativo*, fundamentada na identidade nativa, tinha importância central nas concepções oficiais sobre o papel dos moradores na ilha.

Ao elaborar o meu projeto de mestrado, passei a me preocupar mais diretamente com a construção local dessa categoria. Realizei a minha pesquisa de campo em 2005 durante três meses – de agosto a novembro – totalizando, com

essa última etapa, quatro meses e dez dias de trabalho de campo com caráter oficial de pesquisa. Contudo, é importante reafirmar que o período em que residi na ilha - um ano e três meses ininterruptos - sem o status ou papel de pesquisadora, foi extremamente importante para que eu pudesse não só formular minhas indagações primeiras sobre a comunidade local, como possibilitou experimentar viver sutilezas não observáveis para um visitante comum. E mesmo como pesquisadora, foram sutilezas tão intrínsecas ao comportamento e a vida cotidiana insular, que não teria sido possível apreendê-las, acredito, se eu não tivesse na bagagem essa experiência tão enriquecedora e absorvente.

A trajetória de Noronha

Fernando de Noronha passou por muitas invasões desde a sua descoberta, quando portugueses, holandeses e franceses tentaram povoar e ocupar a ilha, devido à sua estratégica localização no oceano atlântico.



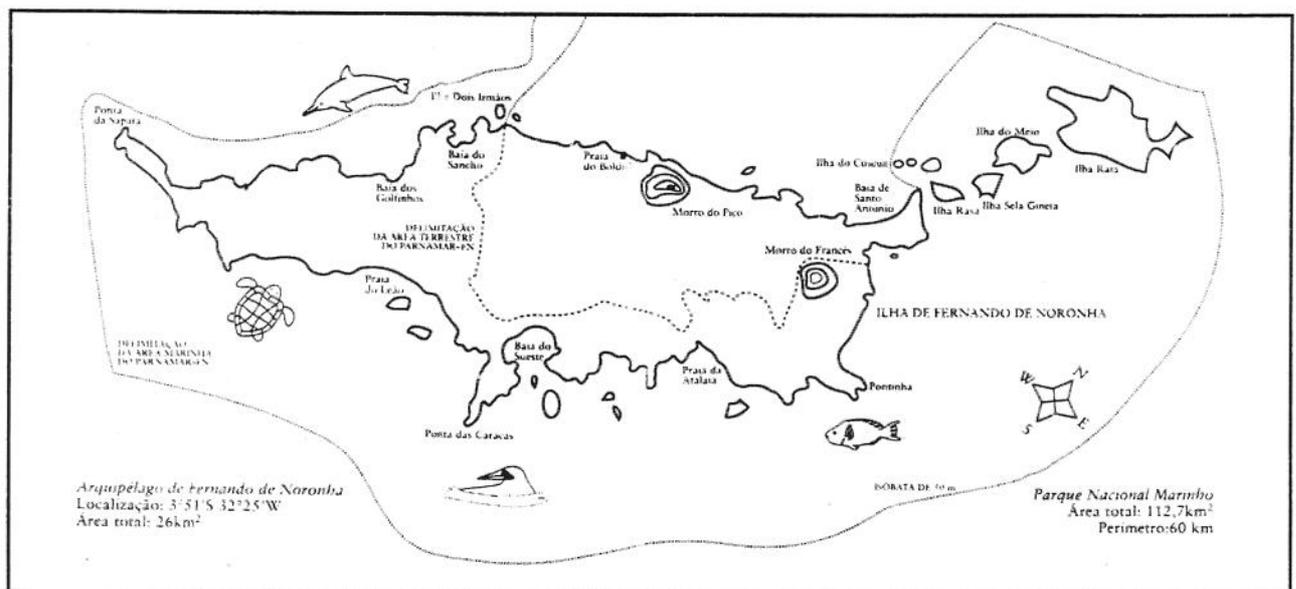
Mapa I – Localização Geográfica

Descoberta em 1503, a ilha foi povoada efetivamente apenas em 1734, quando lá foi implantada uma colônia correcional, sob responsabilidade da Capitania de Pernambuco – a mais bem sucedida da região nordeste até então. Recebeu em suas terras um destacamento militar “para assegurar a *defesa e a ordem* interna da pequena comunidade, *formada basicamente por degredados*” (FUNATURA/IBAMA 1990:76-77; sublinhado meu). Em 1883, o grande crescimento da população carcerária - 1.561 pessoas, mais da metade da população atual - e as degradantes condições de vida a que estavam submetidos preocuparam as autoridades da época. Há relatos de cronistas e visitantes sobre as “obrigações, trabalhos, sofrimento e penúria” que “deploravam o arbítrio, as injustiças e os abusos praticados por comandantes e vigilantes” (FUNATURA/IBAMA 1990:76-77). É importante notar que sua ocupação desde o início foi marcada pelo caráter de presídio e local de degredo, e a memória desse passado sobrevive até hoje no local, expressando-se na crença generalizada entre os moradores de que existem muitos ‘espíritos que vagam pela ilha’. Seu passado de degredo fundamenta a explicação que obtive dos ilhéus que atribui a presença dos espíritos errantes ao fato de que muitos indivíduos morreram em Fernando de Noronha, num passado cheio de sofrimento associado à guerra e a prisão, sendo comum ouvi-los falar de uma ‘energia negativa’ que estaria ligada a essas ‘almas penadas’.⁶

Com as intencões de 1935 e 1937 o Arquipélago foi requisitado pelo Governo Federal, que ali instalou um presídio político a partir de 1938 – passando por lá presos como Graciliano Ramos -, perdurando até 1942. Nesse ano Noronha passa a ser Território Federal, e o presídio é desativado dando início à formação da população atual da ilha com a transferência da população carcerária para outros presídios. Parte dessa população e do pessoal que trabalhava na estrutura carcerária da ilha na época permaneceu no local, e estes estão na origem dos atuais nativos.

⁶ Histórias desse tipo foram contadas por Fefê dos Três Paus, Eduardinho, Vander e outros. As afirmações sobre almas penadas eram sempre acompanhadas de casos vividos pessoalmente: por exemplo, sons estranhos que acompanham alguém na escuridão, ou visões.

Durante a Segunda Guerra Mundial Arquipélago foi utilizado como base militar, com efetivos que chegaram a cinco mil soldados - incluindo tropas norte-americanas, que utilizavam o local para rastrear submarinos alemães. Esses últimos ainda estiveram na ilha em 1957 para implantação e administração de uma base de rastreamento de satélites. Em 1964 a ditadura militar ativou o presídio - novamente como presídio político - para onde foi levado, entre outros, Carlos Marighella. Somente em 1987 é que se inaugura um governo civil em Fernando de Noronha⁷. O território passa a ser administrado pelo Ministério do Interior e, no ano seguinte, torna-se Distrito Estadual do Estado de Pernambuco. Em 1989 é implantado o Parque Nacional Marinho (PARNAMAR/FDN), uma das legislações mais restritas relativa a áreas de proteção ambiental⁸, época que a Ilha assume também a condição atual de pólo turístico de alto padrão, com ênfase em sua natureza - definida por muitos como um 'santuário ecológico'.



Mapa II – Limites do PARNAMAR/FDN

⁷ Segundo Marieta Borges durante palestra em comemoração ao aniversário da Ilha no dia 10 de agosto de 2005, o Território Federal foi administrado pelo Exército entre 1942 até 1981; pela Aeronáutica entre os anos de 1981 até 1986; pela EMFA entre os anos de 1986/87 e pelo Ministério do Interior até 1988.

⁸ A mais rígida proteção ambiental refere-se às reservas biológicas que não pressupõem a presença de moradores em seu interior. O Parque Nacional é a segunda regulamentação mais rígida de proteção ambiental, que, apesar de também não admitir a presença de moradores, admite a circulação de pessoas - segundo o diretor do Parque Nacional de Fernando de Noronha.

A anexação do Arquipélago de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco e a implantação do Parque Nacional Marinho são dois fatos estreitamente relacionados entre si. A anexação corresponde por parte do governo pernambucano a uma política intencional de desenvolvimento turístico; já a implantação do parque trouxe consigo regras e normas restritivas de proteção ao local, concebido como santuário ecológico. Esses processos, em conjunto, geraram uma forma administrativa nova, que por fim viabilizou a realização de políticas de desenvolvimento turístico - resultando em mudanças sociais e econômicas que afetaram e transformaram a vida dos moradores permanentes da ilha.

A sociedade local em processo de desmilitarização, sofreu mudanças substanciais em interação com os agentes associados ao turismo e ao Parque Nacional Marinho. Com o desenvolvimento do turismo, importantes atores foram introduzidos na dinâmica social: não só a presença de turistas aumentou – embora limitada pelo alto custo de transporte aéreo, por quotas de entrada e por taxas de preservação progressivas⁹ -, como um razoável número de novos moradores foram se estabelecendo, devido às demandas do próprio setor turístico. Um maior contato entre a população insular e a população continental (turistas e moradores recém-chegados) propiciou o estabelecimento de novas relações sociais, recriando os parâmetros de comportamento. Conseqüentemente, novos conflitos foram surgindo entre os diferentes indivíduos que hoje compõem a sociedade local.

Cultura, Identidade e Mudança

Com essas poucas informações podemos perceber que a população da área em questão tem características muito singulares devido ao próprio histórico variado de ocupação e ao mosaico de funções atribuídas à ilha. Nesse mosaico, onde o Parque Nacional Marinho abarca 70% do total do Arquipélago, cabe mencionar a existência da Área de Proteção Ambiental (APA, que se refere a 30% do espaço restante) onde é lícita a residência de uma população permanente, descendentes

⁹ Anexos I e II

de pescadores, presidiários, soldados, funcionários federais - incluindo os prestadores de serviços da indústria turística que chegaram a partir da segunda metade da década de 80.

Apesar do registro etnográfico da importância política da afirmação e constituição de uma identidade local distintiva, e apesar da constituição singular da população – ou talvez exatamente por causa dela -, há quem afirme que a população de Fernando de Noronha possui ‘poucos traços de tradição e costume’. Os autores do Plano de Manejo do Arquipélago atribuem certo “comodismo” aos moradores, explicado pela história:

“(...) o comportamento comodista, acredita-se, é resultado das ações paternalistas dos governos passados. Apesar disto, apresentam boa mobilização social para a formação de grupos e associações. Normalmente, respondem positivamente às mudanças e aos apelos sociais e mostram poucos traços de tradição e costume” (FUNATURA/IBAMA 1990:79).

A idéia de que os ilhéus “mostram poucos e fracos traços de tradição e de costume” nos leva a uma breve discussão do uso desses conceitos pela agência governamental. Em primeiro lugar, a passagem sugere que tradição e costume se opõem a mudança, associando-se a imobilidade. Como então explicar que os ilhéus enfatizem seu caráter *nativo*, associado por eles e por visitantes a práticas culturais como a pesca artesanal baseada no conhecimento íntimo da natureza?

Para desvendar essa aparente contradição, é útil recordar aqui algumas lições sobre as idéias de “tradição” e de “costume”. Autores como Eric Hobsbawm têm chamado a atenção para o fato de que, no mundo contemporâneo, as “tradições” são ao mesmo tempo *esperadas* (como no texto citado acima) e *inventadas*, da mesma forma que os *costumes* - que parecem se remeter ao passado como justificativa do que é feito no presente. Tradição e costumes estão de fato em constante transformação (Hobsbawm 1983). Hobsbawm distingue costume e tradição: assim, segundo o autor, os costumes são as práticas cotidianas que se apresentam como sendo justificadas pela referência a um

passado ideal, implicando a noção de que 'é assim que fazemos; é assim que sempre se fez'. Contudo, embora exista essa referência a um tempo anterior, na prática tais costumes consistem em modos de agir em constante mudança. Já o que o autor chama de *tradição* refere-se a práticas ritualizadas, governadas por regras de natureza simbólica, que procuram inculcar valores aos indivíduos pela repetição. Dessa perspectiva a tradição permite um sentimento de pertencimento por parte dos indivíduos, principalmente por inculcar valores referentes a um passado histórico comum, permitindo também a construção de uma noção de continuidade cultural. Esse ponto será retomado adiante, mas é possível desde já sugerir que no caso de Noronha os 'costumes' estão presentes em práticas do cotidiano associadas à identidade de *nativo*, enquanto as 'tradições' se apresentam em ocasiões públicas e oficiais, remetendo-se às características cerimoniais militares próprias do tempo de presídio.

Podemos continuar nesse diálogo com a literatura, agora trazendo à cena conceitos que serão pertinentes para tratar da categoria do *nativo*. Se atentarmos para a definição dada por Fredrik Barth para grupos étnicos, veremos que, em vez de um conteúdo cultural fixo como critério da identidade de tais grupos, ela prioriza as fronteiras entre grupos e os processos de demarcação dessas fronteiras. Segundo o seu raciocínio, tomar um grupo étnico essencialmente como uma "unidade portadora de cultura" limitaria o estudo da diferença entre grupos "portadores de cultura" a um "inventário de traços" (Barth 2000: 29). Os autores do Plano de Manejo acima citado constituem um exemplo desse procedimento, que os leva a concluir que os ilhéus de Noronha se caracterizam propriamente pela *ausência* de traços culturais. Mas entender assim a cultura do grupo local – associado, seja a "traços culturais", seja a ausência deles - torna difícil de entender a importância assumida pelo contraste entre os *nativos* e os que não o são para a continuidade do grupo local no tempo e no espaço. Seguindo a indicação de Barth, ao contrário, a identidade de *nativo* ganha sentido, não por características intrínsecas do grupo, mas pelas demarcações que são ativadas por ela.

Seguindo as sugestões de Hobsbawm e de Barth, entendemos que a cultura de um grupo pode variar ao longo da história, e o fará sem que isso

implique a inexistência de identidade, ou a ausência de 'costumes e tradições'; estes são 'inventados', precisamente como parte do processo de construir dinamicamente uma identidade cujo papel é demarcar diferenças e afirmar direitos. A noção de que as tradições são 'inventadas' não significa rejeitar a legitimidade delas enquanto possibilidades dadas pelo repertório simbólico da cultura. Como afirma Manuela Carneiro da Cunha:

“Origem e tradições são, portanto, o modo como se concebem os grupos (...) origem e tradições são, porém, elaborações ideológicas, que podem ser verdadeiras ou falsas, sem que com isso se altere o fundamento da identidade étnica” (Carneiro da Cunha 1987: 117).

Investigar quais práticas – entre aquelas que estão disponíveis - determinado grupo identifica como seus *costumes* e quais são suas *tradições* é, portanto, um caminho para entender o modo de conceber a identidade, e também para entender como atualiza o passado e como este sanciona o presente. Contudo, para entender como esses grupos se estabelecem, como se estruturam e qual a sua função, devemos nos preocupar, seguindo Barth, com as fronteiras sociais destes grupos – como mantém essas fronteiras, quais os elementos que distinguem o indivíduo que está fora do indivíduo que está dentro do grupo. Esse deve ser o foco do problema, pois ele localiza o grupo em interação com a sociedade mais ampla, e é essa interação que buscamos entender.

O problema da pesquisa

Percebi que em Fernando de Noronha a identidade de *nativo* é mobilizada claramente sempre que há uma situação de conflito, e esse conflito envolve freqüentemente uma disputa em torno de direitos ao território, da possibilidade de realizar determinadas práticas de pescaria, de privilégios no negócio turístico, ou ainda em torno da conquista de direitos no plano das disputas políticas locais.

Por outro lado, a identidade de *nativo*, se é acionada a partir de fundamentos políticos, tem uma dimensão cultural, na medida em que é construída a partir de referências simbólicas compartilhadas. Ela pode referir-se a uma certa

imagem dos ilhéus vinculada a qualidades como a de “povo da natureza”, e pode referir-se ao pertencimento a uma “comunidade” através de relações sociais nas quais domina o parentesco e a história das famílias no local. As noções de natureza e de comunidade, portanto, estão associadas a essa dimensão simbólica e social da identidade. Isso não significa dizer que as práticas dos moradores sejam conservacionistas; ao contrário, elas freqüentemente contradizem a imagem de “povo natural”; além disso, o pertencimento à comunidade é em muitos casos justificado através da manipulação de relações sociais, ao passo que as relações sociais concretas podem ser marcadas por disputas.

A hipótese central desta monografia é que a identidade local *de nativo* é resultado da interação entre interesses políticos e o uso de uma linguagem simbólica associada à cultura moderna de conservação da natureza - numa área onde o turismo ecológico de elite é intensamente presente, ao mesmo tempo em que o Estado é conservacionista. Contudo, para além dessa interação, que ajuda a construir a identidade *de nativo*, supomos que ela é também construída como parte de um processo de diálogo com uma outra categoria, a de *haole*, e que se aplica a moradores recém-chegados e turistas, opondo-se a *nativo*. Isso porque, ao mesmo tempo em que a identidade *de nativo* remete, por trás de suas dimensões simbólicas e sociais aparentes, a um certo *habitus*¹⁰ – no qual está presente o peso do passado penitenciário e militar no comportamento e na cultura local –, ela remete por outro lado a uma relação de mimetismo¹¹, ou seja: o *nativo* é também um espelho do *haole*. Assim, a identidade *de nativo* é socialmente construída e mobilizada, abarcando pluralidade e nuances próprias de um contexto de permanente interação.

Acreditamos que o caso estudado é parte de um processo mais amplo de emergência de identidades associadas a processos políticos e sociais característicos, que se situam na interação de grupos locais com o Estado

¹⁰ No sentido dado por Bourdieu.

¹¹ Mimetismo: Fenômeno que consiste em tomarem diversos animais a cor e a configuração dos objetos em cujo meio vivem, ou de outros animais de grupos diferentes. Ocorrem no Camaleão, borboletas e etc; mudança consoante ao meio; adaptação, mimetismo religioso. (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1986)

(Unidades de Conservação)¹² e com empresas (turismo ecológico). Nesse processo, tais grupos passam a ser 'ecológicos' ao lutarem pela defesa de seus territórios, em um contexto político modificado pelo ambientalismo e em interação com agências do Estado. Ao estudar o caso dos *nativos* de Fernando de Noronha como parte desse processo, pretendo contribuir para a discussão acerca da identidade e como ela se constrói em relação aos processos políticos locais em sua conexão com a territorialidade, além de também buscar contribuir para o estudo das relações entre grupos humanos e a conservação de paisagens naturais, destacando o papel de noções como as de *nativos* ou mais geralmente de *povos tradicionais* nos contextos de conservação e de turismo ecológico.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa, propus-me o uso de três métodos distintos, freqüentes no trabalho de investigação antropológica: a história oral, a análise de situação e a pesquisa histórico-bibliográfica.

Com o método da história oral, propus colher um material que possibilitasse incluir desde as histórias de assombrações alusivas ao passado penitenciário, até a história institucional de transformação da ilha em santuário ecológico – buscando, nas biografias individuais, reconstituir identidades em construção e relacionadas entre si, em contextos institucionais cambiantes. Se há uma memória mobilizada pelos moradores para a constituição da identidade local, ela se localiza, e por isso pode ser apreendida, nessa história “extra-oficial”, na tradição oral. Nos contos e lembranças dos moradores, constituídos por vezes também da história oficial, estão os elementos que aparecem em discursos onde é referida a identidade local em oposição aos *haoles*. Esse método foi empregado principalmente com os idosos e mais antigos moradores do Arquipélago.

¹² Encontramos uma discussão de problemas análogos, no caso de seringueiros, em Manuela C. Da Cunha e Mauro W. B. De Almeida, *Biodiversidade/Amazônia*, F. Capobianco et. al (orgs.), São Paulo, ISA/Estação Liberdade (no prelo). Uma versão anterior deste artigo foi publicada em inglês na revista *Daedalus*, *Journal of the Academy of Art and Sciences*, Vol. 129, n 02, Spring 2000, pp. 315 – 338.

No trabalho de campo, as narrativas sobre o passado, contudo, não se referiram necessariamente somente ao passado. Isso porque as pessoas mais idosas, apesar de lembrarem com minúcias de algumas situações passadas, na maioria das vezes traziam a narrativa para o presente com seus conflitos e angústias atuais – e nesse sentido, acredito que o momento político que Fernando de Noronha atravessa, inserido num contexto de grandes mudanças, contribuiu para que essas narrativas fizessem sempre esse movimento de retorno ao presente. De qualquer modo, os relatos orais sobre o passado foram interessantes para realizar uma conexão entre o passado selecionado como digno de ser memorizado e a atualidade, em particular no que toca aos padrões de comportamento dos moradores e à questão da identidade.

Realizei entrevistas também com a população mais jovem, na faixa etária dos vinte aos quarenta anos. Salvo algumas exceções, essas entrevistas não foram gravadas, porque essas pessoas não se sentiam à vontade com o gravador. Muitas delas tiveram caráter de bate-papo, acontecendo sem programação, aproveitando a vontade e a disponibilidade dos interlocutores para falar de temas que me interessavam. Participar de uma gravação significava o risco de expor-se publicamente. E gradativamente identifiquei em muitos o receio de comprometer-se com suas falas em um contexto de conflitos territoriais - com um passado penitenciário e militar -, e que continua marcado pelo temor das autoridades administrativas; onde, em suma, as idéias não podem se expressar livremente¹³. Depois de algum tempo, percebi que as entrevistas que puderam ser gravadas foram aquelas realizadas com líderes locais, ou seja, pessoas com posição política clara e pública, que não tinham medo de expor suas idéias; ou com os idosos - que estavam na posição mais confortável de quem não precisava mais lutar pelo direito

¹³ Em um caso, uma moradora chegou em meio a um bate papo que estava sendo gravado e, ao perceber que sua fala havia sido gravada, ficou profundamente incomodada, pedindo-me que lhe entregasse a fita. Expliquei que a gravação jamais seria disponibilizada para outras pessoas e que somente eu teria acesso às informações, mas não teve jeito: no dia seguinte ela mandou seu filho ao local onde eu estava hospedada, com duas fitas virgens para trocar pela fita que eu havia gravado. "Minha mãe não dormiu essa noite, pediu para eu trocar essas fitas com você...". Uma outra entrevistada, com o mesmo receio, concedeu-me a entrevista com a condição de que não fosse gravada. Percebi depois desses casos, que o medo também correspondia à preocupação de que outros indivíduos da sociedade tomassem conhecimento das falas e opiniões expressadas.

a ter uma casa, ou simplesmente porque já não se colocavam no centro da arena e da disputa política.

O método de análise de situações de conflito foi amplamente empregado na pesquisa de campo, onde foquei minha atenção aos casos de conflito em que as idéias de identidade local foram claramente mobilizadas. A etnografia na forma de observação participante foi então crucial para o desenvolvimento da pesquisa, permitindo o registro de conflitos, fofocas e alianças (com destaque a casos polêmicos) - além de servir como principal instrumento para compreender a ação dos indivíduos dentro da estrutura social, com suas tensões e conflitos. A fonte inspiradora para esse enfoque metodológico foi o trabalho de Gluckman¹⁴.

Como havia iniciado desde a pesquisa anterior de Iniciação Científica o acompanhamento de situações de conflitos, pude, ao tratar dessas situações, colocar em perspectiva temporal os atores sociais envolvidos, dando continuidade ao registro de conflitos antigos. Para isso precisei acompanhar as recomposições das redes sociais em jogo, já que as histórias individuais movem-se sobre redes sociais que variam ao longo do tempo, - e para que essas histórias ganhem sentido em uma situação de conflito, foi importante descrever tais redes no presente e relacioná-las com suas formas antecedentes através do trabalho etnográfico e da observação participante.

Escolhi como fonte privilegiada três nativos e uma nativa, todos eles descendem de famílias cinquentenárias da ilha, classificadas como o 'núcleo fundador' da sociedade atual. (LIMA 2000). Representam assim, as diferentes 'origens' associadas ao mosaico de funções atribuídas ao arquipélago e à sua população ao longo da história da ilha: Domicio líder local, ambientalista formado em agronomia e ex-administrador do Arquipélago, é filho de Antônio Alves Cordeiro, ex-presidiário do começo do século e ex-guarda de 1ª classe do presídio; o outro nativo é filho de um oficial de baixa patente, e neto de Júlio Grande, figura lendária na ilha por seus feitos no mar (um dos primeiros homens a explorar o ambiente marinho em profundos mergulhos de apnéia), pela sua força

¹⁴ GLUCKMAN, Max. (1958) "Analysis of a Social Situation in Modern Zululand", The Rhodes Livingstone Paper, vol. 28, pp 1-75. Sempre que nos referirmos a este autor, estaremos utilizando a tradução de Roberto e Maura Sagawa: "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". Em BIANCO, Bela Feldman. 1987 *Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos*, São Paulo, Ed. Global.

(demonstrada no desempenho de suas atividades ‘fantásticas’¹⁵) e pela sua generosidade (sempre distribuía os produtos e sua colheita); o outro informante é neto de presidiário, e seu pai foi Heleno Armando, uma liderança reconhecida pela população local como ‘a maior que Noronha já teve’ - ambientalista e engenheiro de pesca, Heleno não só ajudou a criar e a implantar o Parque Nacional Marinho (ao lado de Domicio) como foi o seu primeiro diretor; por fim, a minha informante nativa é neta de um agricultor, migrante dos anos 50. Apesar de essa contextualização localizar parcialmente os indivíduos dentro da estrutura social, preservará a sua identidade utilizando dois ou três nomes fictícios diferentes para cada um¹⁶, exceto Domicio – liderança local e protagonista de em diversas situações oficiais de conflito - e Manuela, minha principal informante feminina.

Peço, contudo, a compreensão do leitor com relação aos limites do método da análise das redes sociais na ilha, pois devemos levar em conta que Noronha é um local de acirrada disputa, amplamente regrado e com diminuta população. Assim, as redes sociais não podem ser expostas com o perigo de prejudicar determinados indivíduos, mesmo que troquemos seus nomes. Se as redes de relações forem mapeadas com detalhes e os indivíduos descritos em seus comportamentos e atitudes, corremos o risco de torná-los facilmente identificáveis para quem quer que leia este trabalho – inclusive as autoridades locais. Embora tenha contextualizado meus informantes principais e descreva as mais diversas situações com riqueza de detalhes, todos os indivíduos incorporados à análise não serão localizados dentro da sociedade local, como pediria o emprego rigoroso do método: serão sim contextualizados de maneira que tais atitudes e comportamentos possam ser compreensíveis para os leitores, facilitando o

¹⁵ Seu Júlio era famoso por sua Grande força, capaz de ‘carregar muito peso’, explorar navios naufragados por meio do mergulho artesanal e ‘brigar com tubarões’ pelo produto da pescaria. Cultivava melancia, gerimum (entre outros) na Ilha Rata até a época em que foi implantado o Parque Nacional Marinho. Muitas pessoas na ilha dizem que ele entrou em depressão depois que não pode mais ‘plantar na Rata’.

¹⁶ Heleno possui dois filhos residentes na ilha e Júlio grande vários netos em idade adulta. Trocar os nomes impede, portanto, que vários episódios sejam ligados a mesma pessoa, dificultando uma localização de efetiva desses informantes. O importante para este trabalho é que o leitor tenha em mente que as situações por mim relatadas, muitas vezes foram protagonizadas por *nativos* legitimamente vistos enquanto tais por toda a sociedade, seja porque são membros das famílias ‘tradicionais’, seja porque apresentam um comportamento de *nativo*.

entendimento da análise. Muitas vezes isso significa simplesmente dizer que se trata de um *haole* ou *nativo* ou *haole/nativo*¹⁷, especificando as atividades profissionais desenvolvidas e tempo de residência no Arquipélago. Isso porque a sociedade permanente atual abarca muitos indivíduos sem qualquer laço de sangue com os locais, que migraram para lá principalmente a partir da década de 80, enraizando-se a partir de então. Todos os nomes aqui apresentados serão fictícios (como é de praxe), salvo alguns idosos.

Por último, e não menos importante, propus uma revisão bibliográfica sobre o tema da identidade tratado pela teoria antropológica e também sobre a questão das populações tradicionais, além de uma pesquisa em fontes históricas e documentais para melhor amparar e contextualizar as narrativas levantadas junto à população local. Contudo, a pesquisa no museu e nos arquivos da Ilha, que seria feito com o intuito de realizar um resgate histórico sobre as condições de ocupação de Noronha nos vários usos do território desde os primórdios, foi dificultada em vista do programa de resgate documental que os retirou da Ilha, levando-os para Recife com a intenção de recuperá-los.

Uma outra dificuldade de ordem prática enfrentada foi a questão dos equipamentos levados para o campo - uma máquina fotográfica manual e um gravador MD para as entrevistas. A máquina quebrou na viagem de ida, limitando seus recursos. Isso acarretou na impossibilidade de fotos em ambientes internos e fotos noturnas, além de restringir as fotos em movimento. O MD também apresentou um problema técnico, o que me privou de gravador por aproximadamente um mês - e algumas entrevistas importantes, como a do Administrador do Distrito, não puderam ser gravadas.

Mas se houve dificuldades com relação aos equipamentos, com relação à minha inserção na comunidade local não há o que reclamar. Antes da pesquisa de campo para esta dissertação de Mestrado, eu havia estado na Ilha pela última vez em 2001, ou seja, quatro anos atrás. Mesmo assim, fui novamente muito bem recebida por seus moradores. Nesta estadia com duração de três meses não

¹⁷ No primeiro caso como categoria local, no segundo como uma distinção objetiva referente ao local de nascimento.

precisei alugar nenhum lugar para me hospedar, o que é muito raro num lugar onde praticamente toda a população fez de sua casa uma hospedaria domiciliar. Residi durante esse período em três locais diferentes – aproximadamente um mês em cada um. Isso possibilitou um convívio intenso com pessoas muito diferentes: a primeira casa era uma “casa de família”, com pai e mãe haoles e filhos *nativos* (idade entre 17 e 20 anos); a segunda casa era de um rapaz solteiro de vinte e quatro anos, *nativo*, mais agitada e com mais rotatividade da “moçada”; por último a casa de uma jovem *nativa*, mãe de dois filhos, com marido estrangeiro e ausente. Esta última ficava nos fundos de uma outra casa, pertencente a uma família de pais jovens – ela *nativa* e ele haole, com uma filha pequena.

Mesmo com a boa receptividade, há um fato importante que diz respeito a minha circulação entre os ilhéus. Por mais que eu tenha me apresentado na última visita como uma pesquisadora, e tentado estabelecer uma postura de imparcialidade, não foi possível circular em todos os segmentos da sociedade com a mesma desenvoltura. Por ficar mais perto dos que se enquadravam no meu foco de pesquisa, acabei por ser associada a um certo grupo aos olhos do restante da sociedade. Isso não interferiu no trabalho, no sentido de me impedir o acesso aos demais grupos e pessoas, mas é ingênuo dizer que esse fato não possuiu conseqüências, mesmo que sutis, pois Fernando de Noronha é um lugar pequeno e as pessoas são rotuladas. No entanto, não me preocupei com esse possível rótulo, pois estava, na verdade, acompanhando o dia a dia daqueles indivíduos que me propus investigar em suas relações e comportamentos – indivíduos que acredito serem expoentes máximos de um comportamento e uma identidade de *nativo*.

“Tem sido sempre presídio, e disso se sabe desde 1612”.
(GUARACIABA, 1940).

CAPÍTULO II

A Ilha Maldita: depois do Presídio e do Quartel, o Paraíso

Nesse capítulo, enfocaremos aspectos da constituição inicial da sociedade de Fernando de Noronha, buscando trabalhar as idéias oficiais sobre a formação da sociedade, juntamente com a memória daqueles que viveram nos tempos de presídio e quartel. Dessa forma, objetivamos compreender como é que idéias e práticas institucionais foram interiorizadas e reproduzidas pela sociedade local e vice-versa. Tal procedimento fornece pistas de elementos - idéias e práticas - da cultura local que fundamentam a construção da identidade nativa.

Para tanto, lançaremos mão de arquivos e relatórios militares datados da época do império e do início da República¹⁸, assim como relatos e depoimentos publicados a partir da década de 30 - incluindo o livro de Beatriz Imbiriba¹⁹, esposa do Comandante do Presídio no período de 1945 a 1951. A fim de complementar o que estou chamando de enfoque oficial, nos debruçaremos sobre os trabalhos de Marieta Borges²⁰, já que sua contribuição foi fundamental para a constituição da história oficial recente. Utilizaremos ainda o estudo realizado pelo IBAMA durante a elaboração do Plano de Manejo da APA que entrou em vigor em Julho de 2005, onde há entrevistas com a população local. Para abordar as transformações políticas das duas últimas décadas, a fim de compreender a construção da

¹⁸ Relatórios encontrados no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Sabe-se que toda a documentação referente ao presídio de Fernando de Noronha se perdeu com a rebelião de Pernambuco em 1817: “O capitão José de Barros partiu do porto do Recife em 25 de março, e logo que chegou a Fernando de Noronha proclamou a revolução. (...) desarmou todas as fortificações, e regressou da ilha em 28 de Abril, conduzindo 300 pessoas, entre officiaes, empregados, soldados e setenciados (...), assim como o archivo do presídio” (COSTA, 1887: 27). Pereira da Costa informa ainda que depois desse episódio, ficaram na ilha “(...) apenas dous soldados e todas as suas fortificações e edifícios consideravelmente danificados”. Ao sair de Fernando em direção a Recife, as embarcações foram forçadas a aportar na Paraiba, onde foram rendidos pelo governo e perderam toda a documentação que estava a bordo. Entretanto, há muitos documentos referentes ao período posterior.

¹⁹ *História de Fernando de Noronha*, 1951.

²⁰ Essa autora possui dois livros publicados sobre Fernando de Noronha, contudo encontrei apenas um. Mas outros materiais da autora serão utilizados, como artigos de jornais e acadêmicos, uma palestra e uma apostila que a autora organizou para deixar no Museu da Ilha – onde trabalha a história e a formação social do lugar.

identidade nativa, discutiremos as teses encontradas sobre a população de Fernando de Noronha.

Colocar os trabalhos encontrados sobre a sociedade de Fernando de Noronha dialogicamente com a etnografia por mim realizada visa esclarecer os caminhos que tornaram possíveis uma interpretação sobre a construção da identidade de *nativo*, tal qual se apresenta atualmente – e também situar melhor, para o leitor, a minha perspectiva analítica.

O começo: degredo e castigo

Os primeiros relatos sobre a Ilha de Fernando de Noronha que indicam alguma presença humana datam do século XVII. Antes, porém, Thevet descreve o seu encontro com a ilha no livro *Singularidades da França Antártica* - que segundo o autor da tradução ocorreu em 1551. Ao narrar o naufrágio sofrido pela esquadra de Vespúccio²¹, Thevet afirma que 23 homens refugiaram-se no arquipélago, sobrevivendo apenas dois, passados dois anos:

"Os referidos naufragos deram àquella terra o nome de ilha dos ratos, em virtude da abundância e variedade desses animaes, lá existentes: seus companheiros – segundo affirmaram – tinham morrido, em parte, do asco que lhes causavam taes bichinhos. E ainda hoje isso succede a quem salta na ilha, sendo que só muito difficilmente pode qualquer pessoa defender-se delles". (THEVET, 1944: 391).

Os habitantes foram resgatados por um navio da Normandia, ficando a ilha novamente deserta (THEVET, 1944: 390). Interessante notar que dois pontos chamam a atenção dos viajantes do século XVI e XVII: a presença dos ratos gigantes (Américo Vespúccio, André Thevet, Melchior Estácio do Amaral, Claude Abeville), e a fertilidade da terra. Thevet, por exemplo, apesar de não ter

²¹ Esse naufrágio foi relatado por Vespúcio na Lettera a Soderini em 1504.

encontrado água potável, elogia a beleza do arquipélago e aposta no seu potencial para habitação²². O francês Claude D'Abville em 1612 descreve a ilha como:

“(...) bonita e agradável, e uma das melhores terras, se assim se pode dizer, muito vigorosa, e extremamente fértil, capaz de produzir tudo quanto seja útil. (...)”²³.

O missionário capuchinho encontra ainda alguns habitantes, “(...) um português, 17 ou 18 índios homens, mulheres e crianças, todos escravos e para aqui desterrados pelos moradores de Pernambuco”. (ABVILLE apud GUARACIABA, 1940: 49. Grifo meu) Ao continuar a viagem em direção ao Maranhão, os franceses levaram os habitantes encontrados, ficando a ilha novamente deserta. Nota-se, entretanto, que os habitantes encontrados em 1612 haviam sido desterrados, ou seja, banidos do continente. Confirmando a informação do missionário francês, o holandês Joan Nieuhof 28 anos depois²⁴ também faz menção ao uso da ilha como local de degredo – e infestado por ratos:

“A Ilha de Fernando de Noronha (...) foi habitada pelos holandeses, por volta de 1630, mas devido à grande quantidade de ratos²⁵ que devastou todas as plantações, fora abandonada pelos batavos alguns anos depois. (...). O Conselho de Justiça desterrava para aquela ilha diversos malfeitores que também receberam petrechos com que cultivar a terra e prover seu sustento”. (NIEUHOF, 1951).

Um lugar propício para aprisionar os indesejáveis e desordeiros porque muito distante do continente; um ponto estratégico militarmente porque “(...) é a melhor guarda avançada das fronteiras marítimas norte brasileiras. Qualquer

²² “E assim que estiver povoado, creio realmente na possibilidade de tornar-se uma das mais bellas e ricas do mundo. Poderá produzir muito bom açúcar, especiarias e tantos outros productos de grandes rendimentos”. (Thevet, 1944: 392)

²³ E continua: “(...) Encontramos melões, girimuns, batatas, ervilhas verdes, e outros frutos excelentes, muito milho e algodão, bois, cabras bravias, galinhas triviais, porém maiores que as da França, e sobretudo grande quantidade de pássaros de diversas espécies desconhecidas (...)”.

²⁴ No relato sobre sua viagem ao Brasil em 1640.

²⁵ Em nota na página 7, confirma-se a presença de muitos ratos na ilha: “A quantidade de ratos devastando as plantações é confirmada por outros autores. Assim, Wätjen (XCVI p. 128), baseando-se em uma carta de Willem Joosten Glimmer a Van Keulen e Gijsselingh a 9 de fevereiro e a 26 de março de 1634, fala-nos de que ‘uma terrível praga de ratos aniquilou quase todas as culturas’. Ayres de Cazal (XXVI, 194) declara, também, que os ‘ratos são numerosíssimos’”.

esquadra naval ou aérea que da Europa ou do norte da África se destinar ao Brasil, forçosamente tem que passar num raio de ação de uma frota naval ou aérea com base em Fernando”. (GUARACIABA, 1940: 56).

Das primeiras notícias como local de degredo até a criação oficial de um presídio regular e base militar, um século se passou até que Portugal ocupasse de fato a ilha. A criação do presídio - sob a responsabilidade da Capitania de Pernambuco, que enviou para lá um destacamento em 1734 – resolveu o problema da ocupação e defesa do território, pois criava efetivamente uma base militar no local. Já o presídio (apenas de presos comuns, como ladrões e assassinos) possibilitava utilizar a mão de obra carcerária para toda a sorte de trabalho realizado na Ilha, de fortificações e prédios públicos a moradias. E mais dois séculos se passaram²⁶.

Os relatórios militares encontrados no Arquivo Nacional sobre Fernando de Noronha revelam um cotidiano extremamente controlado e vigiado durante os tempos de presídio. Na declaração do Ministério da Guerra sobre a importância do local como ponto estratégico de defesa da costa, temos um exemplo desse controle:

**“14 de Fevereiro de 1857 – Declaração pelo Ministério da
Guerra de que Fernando de Noronha era Fortaleza de 1ª
Ordem²⁷”**

(...) por isso todos os empregados e habitantes do mesmo presídio ficam subordinados ao Comandante, assim como todos os indivíduos que alli estiverem de passagem.

(...).

Parágrafo 8º:

Manter a mais rigorosa disciplina no prezídio, adoptando todas as medidas que, dentro da órbita da lei, forem necessárias, para impedir desordens entre os setenciados e evitar maos tratamentos da parte dos empregados.

(...)

Parágrafo 14º:

²⁶ A Colônia Correccional funcionou entre os anos de 1737 até 1938, quando a Ilha foi entregue à União, para a Instalação de um Presídio Político. (Silva, Marieta Borges Lins e. Palestra de aniversário de 502 anos de Noronha. Em 10/08/2005). Muitos documentos do período se perderam, impossibilitando adentrarmos em mais detalhes.

²⁷ IG 1 – 1857. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Art. 12 – (...) os guardas poderão ser nomeados entre os setenciados (...).

(...)

Art. 16 – Ninguém pode ter plantação ou criação por conta própria, nem vende-las nem exporta-las. Pode produzir para o consumo próprio e não para os negócios.

(...).

Art. 18 – Se alguém oferecer serviço ao setenciado nas suas horas de folga, terá que pagar pelo trabalho, conforme o combinado, que será sempre feito com a ciência do commandante.

(...).

Art. 30 – Proibido o uso de armas ou qualquer objeto offensivo (...).

Art. 31 – Os setenciados pernoitarão geralmente na prisão, para onde serão recolhidos ao anoitecer depois da revista. O Commandante do Presídio poderá, porém, dispensar dessa obrigação os serventes, os chefes de família, os de penas diminutas, os velhos e os doentes incapazes de desordens e aqueles que por seu bom comportamento se mostrarem dignos de confiança.

(...)

Art. 33 – Proibido o comércio de gêneros direto com barcos que aportam na ilha (...).

Art. 34 – Os comércios locais só podem vender produtos produzidos na Ilha (...).

(...)

Art. 40 – O vestuário e a alimentação dos condenados serão pagos com sua diária. Não a receberão em dinheiro, para o que se lhes distribuirá fumo, tabaco, e mesmo uma ração de aguardente em certos casos.

(...).

Art. 42 – Todos os condenados são obrigados a trabalhar quando forem designados. Poderão ganhar dia de folga além do domingo e dias de guarda”. (IG 1 – 1857. Arquivo Nacional. Grifo meu.)

Um ponto importante a se frisar é a possibilidade legal de presos se tornarem guardas. Estes não deixavam de ser sentenciados, mas assumiam a posição de vigilante, com atribuições inclusive punitivas. Com relação à Declaração do Ministério da Guerra transcrita acima, vemos que as normas se referem a todos os habitantes da ilha – diferenciando, presos, civis e militares – subordinando-os ao comandante do presídio. No ano de 1865 o Brigadeiro Rohan foi convidado a avaliar as condições e possibilidades de transformar a Ilha em Colônia Agrícola

Penitenciária (menos dispendiosa do que um presídio) e escreveu um relatório no qual aponta o perigo de um poder tão amplo nas mãos de uma só pessoa:

“[o comandante] cuja vontade é absoluta, é revestido de poderes tão intensos, que mui difficilmente deixará de abusar deles, e raramente terá de receiar um castigo. (...) O presídio nunca teve um regulamento que marcasse as atribuições dos seus respectivos empregados; de sorte que o comandante punha e dispunha das cousas, como ainda hoje acontece, segundo suas boas ou más intenções, o que não podia deixar de occasionar abusos de toda sorte, quer ele fosse frouxo, quer áspero no cumprimento de seus deveres. E se officiaes houve que no exercício deste emprego se mostrarão dignos de confiança do governo, outros porém têm sido objecto de acusações mui graves”. (ROHAN apud LIMA, 2000:81)

De fato não encontrei registros de regulamentação do exercício de comando na Ilha. De qualquer maneira a regulamentação das punições praticadas podem indicar uma certa preocupação das autoridades da época nesse sentido. Essa regulamentação foi publicada um ano antes do relatório de Rohan:

Diário de Pernambuco 31 de Março de 1864 Regulamento das Punições

- “(...) para prender e suspender os empregados civis em casos graves de manifesta desobediência (?) dando ele parte à presidência da Província e fazendo acompanhar de um inquérito para serem, ou não, os delinqüentes processados no fórum commum”.
- Criação de um Conselho de Disciplina para avaliar os casos mais graves.
- “Pessoas livres que infringirem o regulamento policial da Ilha, ou que nella commetterem crimes, serão conforme a gravidade destes, remetidas para a capital da Província, acompanhadas das notas de culpa e inquérito (...)”.
- “Se qualquer prezo ou setenciado desrespeitar o seu detentor, guardas ou algum dos empregados do presídio, se brigar com outro seu companheiro (...) o commandante mandará castigar o delinqüente (...)”.
- “Do mesmo modo serão punidas as tentativas de fuga”.
- “Todo o prezo ou setenciado que ferir ou matar ao seo superior, guarda ou mesmo companheiro, ou que for habitudo a crimes graves, lhe não aproveitem outras correções, serão postos em

prisão rigorosa e isolada, ou conservado a ferros, si tanto for preciso. O commandante mandará imediatamente, nos casos em que haja a necessidade de (?) procedimento da justiça, organizar um sumário que será remetido ao Presidente da Província. De igual modo se procederá com os residentes da ilha". Rio de Janeiro, 28/05/1864.

Apesar de regulamentadas, as punições parecem ser constantes e sempre rigorosas. Observei que de uma maneira geral, os presos quando encarcerados ("aldeiados") sofriam verdadeiras restrições e a maioria dos castigos restringia a liberdade e a alimentação - "meia ração"; "a pão e água" e até mesmo "sem ração" são expressões encontradas nos relatórios com frequência. No entanto, outros recursos eram usados para infligir mais sofrimento aos presos, como deixa-los em prisão escura, por vezes alagada e "carregando ferros"²⁸. A maioria das condenações dos presos levados para cumprir pena em Noronha era de "Galés Perpétua" e os crimes eram principalmente de assassinato, furto e deserção²⁹. Talvez esse seja o motivo de tanto rigor nas punições aplicadas: os setenciados eram tidos como perigosos, cruéis e moralmente desprezíveis; eram a 'escória' da sociedade e por esse motivo não mereciam atenuantes para os castigos.

Vale lembrar que os presos viviam soltos, obedecendo aos toques de recolher e as proibições de jogos e atividades de lazer³⁰, constituindo a própria ilha numa prisão. Para manter esse estado de coisas, o controle, o medo da punição, a vigilância contínua e a imposição de uma severa disciplina deveriam ser eficazes – não só para os presos, mas para os empregados do presídio:

31 de Dezembro de 1870 Disposições do Comandante do Presídio.

²⁸ A título de exemplo: Manoel Paulo da Silva recebe pena de 25 dias trancafiado a pão e água e acorrentado (de 25 de Julho de 1896 até 05 de agosto de 1896); Josepha Maria da Conceição foi condenada a dois dias num quarto escuro em 21 de Julho de 1896: acorrentada, a pão e água, e depois de liberta deveria ser "servente de quem quizer"; Chicão recebe sua punição: de 14 de setembro até 02 de outubro de 1898 a pão e água uma vez ao dia. (II J7 84 - Relatório Diário 1896 – 1898. Arquivo Nacional). Não fica claro, porém, que transgressão haviam feito.

²⁹ IIJ7 - 94 – Livro de Matrícula dos Setenciados, N. 235, 1868 – 1869. Arquivo Nacional.

³⁰ Em 22 de Abril de 1871 o Comandante do Presídio anuncia varias proibições, incluindo a briga de galos, terminando com "(...) proibido outros divertimentos depois das 6h da tarde (...)". (Pasta IIJ7 – 85 – Relatório diário 1870 – 1871. Arquivo Nacional).

- Dois dias de folga para os presos de bom comportamento; Aos setenciados casados e com filhos "(...) dar-se a sexta feira e o sábado de cada semana seja retirado ao setenciado José Ignácio d'Oliveira por alcunho Cumarú por ser (?) preguiçoso, notoriamente jogador e pouco zeloso dos sagrados deveres que incumbem a um bom pai de família".
- "Que os encarregados cuidem para que os vaqueiros montem nos cavalos certos, designados para tal serviço e que devem estar limpos e gordos";
- "O vaqueiro que não tiver todo o zelo no cavallo de sua montaria, seja prezo, rigorosamente castigado, e fará o serviço a pé por espaço de três mezes, ficando desde logo sob a vigilância do encarregado que por pretexto algum o dispensará, sob pena de ser demitido e castigado com precisão rigorosa".

O texto a cima evidencia que todos estavam sujeitos à disciplina, inclusive os civis – que poderiam ser castigados 'com precisão rigorosa'. De fato organizar os habitantes e mantê-los sobre severas regras de conduta³¹ e trabalho era essencial para que o controle fosse efetivo. No relatório do Coronel Albuquerque, vemos que a organização dos presos baseava-se numa divisão em companhias, determinadas pelos tipos de trabalho executado. Nesse relatório podemos verificar também que o contingente de militares era diminuto, o que reforça a hipótese da necessidade de um sistema punitivo rigoroso:

"Todos os setenciados estão distribuídos por 15 companhias, comandados por 15 sargentos, 30 cabos de esquadria; a 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a, e 10^a compostas de homens altivos e fortes, empregam-se no serviço da lavoura; a 9^a é constituída de operários que se dedicam a diversas atividades das oficinas do Arsenal e na reparação e construção dos prédios do presídio; a 11^a faz serviço de polícia dos pontos da Villa; a 12^a e 15^a são destinados aos empregados e camaradas dos Tenentes Officiais e empregados do Presídio; a 13^a tem a seu cargo o policiamento da Villa; a 14^a é formada com os serventes de pedra das obras em construção".³²

³¹ É um exemplo, inclusive, de que a conduta moral era nitidamente objeto de controle quando retira os dois dias de folga do preso José Ignácio por ser "preguiçoso, notoriamente jogador e pouco zeloso dos sagrados deveres que incumbem a um bom pai de família".

³² Pasta IG1 488 – Relatório do Ministério da Guerra – Quartel do Comando do Presídio de Fernando de Noronha em 31/12/1873. Redigido pelo coronel Alexandre De Barros e Albuquerque. Nesta data, a ilha possuía: 1414 Setenciados; 231 setenciados Militares; 1183 civis (1154 Homens e 29 mulheres).

Nos relatórios minuciosos sobre o que ocorria na Ilha (desde serviços prestados por quem e para quem, onde e quando, até relação de doentes³³, falecimentos e desavenças entre presos), podemos encontrar referências a pequenos episódios da vida insular prisional. Havia também as “Ordens do Dia” que estabeleciam regras novas ou regulamentavam as antigas, abarcando as mais diversas dimensões da vida – desde a produção agrícola, criação, pesca e relações comerciais até o relacionamento entre setenciados e entre esses e os militares, bem como orientações de conduta moral. A título de ilustração, podemos destacar alguns episódios ocorridos e normas proferidas no mês de Dezembro de 1889³⁴:

11/12/1889 - Preso os setenciados Chrystiano Bernardo Gomes por roubar e vender 10 peças de roupa do comandante da guarnição; o outro setenciado, Vitório dos Santos por ter sido encontrado deitado no banheiro da diretoria, após ter quebrado uma telha para observar a família do Alferes.

20/12/1889 Ordem do dia determina o toque de recolher das 21h às 5h. É proibido ascender a luz, somente com permissão do comando.

29/12/1889 Relata a prisão e punição de um setenciado por “causar questão com seus companheiros”.

A expressão “vício da gatunagem” aparece constantemente nos relatórios indicando que os roubos eram comuns na época. Vemos também como funcionava o toque de recolher, onde os presos deveriam ficar dentro de casa e no escuro – reforçando a idéia de que eles ficavam ‘soltos’ pela ilha e não reclusos. São recorrentes os casos de presos punidos por jogar apostando dinheiro – o que era expressamente proibido – e casos de traição são relatados. Há poucas mulheres na Ilha e os relatórios apontam casos de punição para sentenciados (e cabos) ‘por seduzir mulher alheia’³⁵. Havia, portanto, um extremo controle sobre a conduta

³³ Encontrei uma série de doenças registradas entre os setenciados: hepatite, varíola, tuberculose, beri-beri (doença causada pela falta de vitamina C no organismo), anemia profunda foram as mais citadas.

³⁴ Pasta IIJ7 – 53 – “Relatório Diário” e “Ordens do dia”. Arquivo Nacional.

³⁵ No relatório de 16/04/1881, a ordem do dia número 10 dizia: “enfermeiro deve ser preso por adular mulher casada com setenciado”. Pasta IIJ7 – 53. Arquivo Nacional.

social. Nesse relatório há uma ordem matriculando automaticamente os filhos dos setenciados na oficina e na escola, ameaçando de expulsão aqueles que por ventura desobedecessem tais ordens:

**ORDEM DO DIA
12/05/1890
OFFICINAS**

“Que existindo muitos filhos de setenciados que não se ocupão se não em pescarem; e não convindo que continuem neste estado de pura vadiação, mas que aprendão um offício que para o futuro lhe sirva de proveito e os torne bons homens; determina que sejam admittidos nas officinas para aprenderem as respectivas artes: (...). Todos os referidos menores se apresentarão nas ditas officinas às 8h da manhã; só deixando de frequentálas por motivo de moléstia, a qual será levada ao conhecimento da Directoria, unico competente para permittir a despesa do não comparecimento. Todos supraditos menores passarão a frequentar a escola nocturna, sob pena de serem remetidos para a capital os que não comparecerem”. (Pasta II J7 – 83. Arquivo Nacional).

Esse exemplo demonstra como todos os aspectos da vida na ilha eram controlados por leis que atingiam inclusive as crianças. Mais interessante ainda é saber que ainda no presente há controle por parte das instituições – no caso aqui o Conselho Distrital – sobre a conduta dos habitantes no que se refere à educação das crianças: Priscila me contou³⁶ que o conselho ‘monitora’ os pais que não levam seus filhos todos os dias para a escola, e ela já teve a sua atenção chamada por esse motivo.

Até aqui, tratamos de relatórios do século XIX, com o objetivo de conhecer o cotidiano do presídio. Mesmo que a população atual de Fernando de Noronha não seja descendente de indivíduos que viveram na época tratada (LIMA apud TEIXEIRA, 2003: 118), acredito que as informações neles encontradas contribuam para que possamos entender esse passado sofrido que emerge nos relatos dos ilhéus. Certa vez, passeando pelo Forte dos Remédios – um dos locais mais

³⁶ Agosto de 2005.

associados ao sofrimento e cheio de 'almas' – um nativo³⁷ me disse que “em Noronha morreu muita gente, aqui teve muito sofrimento. Só tinha amaldiçoado aqui, gente má. Os policiais também ruim que dava medo. O povo aqui sofria demais. Tem uma energia negativa nessa ilha... porque aqui morreram com dor, aqui tá cheio de espírito. Antes era proibido de fazer tudo, qualquer coisa era cacete, cama de pedra, prisão. Tá vendo esse buraco aqui? [Aponta para dentro de um fosso no forte dos remédios.] Eles cortavam o preso todinho e jogava ai dentro. Quando a maré enchia, entrava os tubarões e ó... Já era! Morria devagar e o corpo nunca mais aparecia. Deus me livre passar por isso. É muita maldade né?”³⁸.

Muito provavelmente a postura institucional frente à população do presídio não se alterou com a passagem do século XIX para meados do século XX, época em que começou a se formar a sociedade noronhense:

“Registro de Boletins de 1º de Janeiro – 20 de Março de 1922”.

- Vários registros de prisões por briga. “Meia ração de carne” era quase sempre adotada nas prisões, seja qual for o motivo.
- João Martins de Mello (Bico de Gaita) foi preso em 18 de janeiro de 1922 por “estar trepado na árvore e comendo frutas sem autorização”. Tal atitude era considerada roubo, pois as árvores pertenciam ao Estado.
- “02 de Fevereiro de 1922. Recomendo a todos os presidiários que receberam chapeos e esteiras, que, aquelle que inutilizou extraviou ditas peças será castigado rigorosamente por essa directoria”.
- Em 04 de Fev de 1922. “Fica Aldeado José Antônio dos santos por ter hontem as 11:45h da noite abandonado a casa onde morava indo procurar água na Fortaleza o que não se conforma esta Directoria com tal desculpa dada pelo mesmo”.
- O trabalho de campo parece ser uma punição rigorosa. A faxina parece a mais humilhante – aplicou-se a faxina “a quem quizer” ao setenciado que foi pego “seduzindo mulher alheia”.
- Controle sobre as cartas; Fiscalização moral: punição para a mulher de um soldado que escrevia cartas para um setenciado. Os dois foram punidos.

³⁷ Etevaldo da Silva, nascido e criado na Ilha, hoje com 35 anos.

³⁸ O buraco a que ele se refere parece ser uma antiga cisterna. Contudo, fica bem na direção da fenda que há no morro do forte, local chamado de caverna do suspiro, atual atração turística. Do vai e vem da maré no buraco ecoa um barulho forte, conhecido como o ‘ronco do leão’.

- Em 04 de Fev. de 1922 Thomazia Maria da Conceição, presa, é rebaixada à faxineira porque “anda se gabando de sympatias amorozas com empregados desse prezídio, e como isso só vem trazer desmoralização a esta administração, passo a mesma setenciada ao posto de Faxineira. (...)”.
- Thomázia é presa no dia seguinte porque “falou alto na revista, contestando o boletim e o rebaixamento do dia anterior”.
- Boletim número 69: “REPREHENÇÃO; Reprehendo severamente o setenciado guarda de 1ª Classe Luiz Pereira de Gouveia por andar maltratando seus companheiros (...)”. Depois há uma ordem para mandam castigar um guarda “que não aplica com rigor os castigos...”. (Pasta II J7 – 79. Arquivo Nacional)

Buscamos nas fontes históricas informações que dialogassem com os relatos de que a ilha foi local de muito sofrimento. Isso porque no ano em que residi no Arquipélago, impressionou-me a quantidade de referências a essas almas penadas, assim como a idéia de que na Ilha pairava uma ‘grande energia negativa’. Realmente é difícil explicar a sensação de estar em um local que durante séculos serviu para punir e castigar pessoas. É uma sensação subjetiva e não há maneira de explicá-la objetivamente apesar das tentativas: “Aparenta ainda o arquipélago qualquer cousa de mal assombrado, que, desde o princípio do desbravamento, sugeriu aos governos a idéia de aproveitá-lo para o castigo de criminosos”. (ALMEIDA PRADO, 1940). Segundo Amorim Neto em 1932³⁹:

“(...) medram, alli, as sugestões mais abomináveis, os vícios horripilantes, a ociosidade mais improdutiva e todas as desgraças imagináveis (...) Fernando de Noronha serve para aviltar, para corromper, para denegrir o caráter, enfim para acabar de inutilizar terríveis creaturas, a quem o Estado deve assistência, sobretudo moral (...) Por outro lado, é um isolamento que acabrunha e desespera”. (NETO apud LIMA, 2000: 84).

Ora, a população do presídio era vista como a parte ‘podre’ da sociedade, considerada sem escrúpulos, enfim, ‘gente ruim’ e ‘cruel’ que estava lá para ser tratado enquanto tal; indivíduos destinados a um cotidiano marcado pela punição e

³⁹ Amorim Neto publica *Ilha Maldita: Fernando de Noronha basta pronunciar esse nome* em 1932, após visita ao Arquipélago.

sujeição. É desse cotidiano que emergem os vários elementos presentes nos relatos (de haoles e nativos) sobre as almas que perambulam no local, que seja os eternos prisioneiros da 'Ilha Maldita'. Segundo Dona Pituca, o Forte Nossa Senhora dos Remédios concentra mais espíritos, principalmente por ter sido um dos mais antigos e principais pontos de punição e sofrimento. Contou-me que muitas vezes os espíritos a seguem pela ladeira do cachorro, lamentando a sua dor e que freqüentemente vê espíritos: *"Teve muitos anos que eu acendia várias velas no meio dia, aqui nesse caminho [mostra o corredor lateral de sua casa] pra dar paz à alma deles. Já pedi até pro padre rezar uma missa no forte, benzer o forte... Ele suava demais. Mais não adianta não sabe? Hoje eu já desisti desse negócio de vela... quando vou pra praia do cachorro, vem um monte atrás de mim e eu só digo que pode ir junto comigo, mas que não quero nhe-nhe-nhé de lamento, de choradeira. Vem mas me deixa em paz, eu digo pra eles...."*

Conhecendo o cotidiano do presídio verificamos fatos que fortalecem a argumentação baseada na dor e no sofrimento para explicar a existência da 'energia negativa' e das 'almas penadas', tão presentes para os moradores da Ilha. Cacá - nativa, 22 anos -, afirmou que quando bebe, sabe *"que eles [espíritos] se aproveitam. Sinto que é nessa hora que eles encostam e me empurram pra fazer bobagem. Faço altas coisas.... mas não me arrependo não, fiz, ta feito.... sou eu de carne e osso que fiz... mas é nessa hora ai que eles ganham força, na hora da birita... porque tão mal e querem que você fique mal como eles. As vezes é uma energia pesada... A ilha toda bebe..."*. Os espíritos estão presentes nas falas e relatos mais diversos. Certa vez, um casal formado por uma haole (empregada de uma pousada que vive na ilha há três anos) e um nativo foram namorar no Forte dos Remédios à noite. Quando chegaram lá, ela pensou ter visto espíritos e se assustou. Ele então 'gozou da cara dela', dizendo que ela estava vendo coisas. No entanto, ela continuou assustada, e pediu a ele para ir embora apesar da insistência do namorado para ficar. *"Eu não gosto de acreditá nisso de alma do outro mundo.... mas ai, de repente eu também vi... nunca me assustei tanto.... uma coisa feia do outro mundo, umas caras de monstro... uns barulhos...parecia grito de gente... daí a agente saiu correndo ladeira a baixo, tropeçando, dando topada,*

quase arranquei uma lapa do meu dedão... Ela só gritava agarrada no meu pescoço”.⁴⁰ Os relatos revelam como o passado de presídio e de quartel sobrevivem nos tempos atuais, onde os elementos mobilizados - ‘dor’, ‘sofrimento’, ‘ruindade’, ‘crueldade’ contribuem para a construção de uma memória comum da população que formou a sociedade atual. Inclusive, há termos muito recorrentes entre os *nativos*, onde se referem aos outros moradores como ‘amaldiçoado’, ‘mau’, ‘ruim de doer’, ‘traíçoeiro’.

Em seu livro *Sob o Céu dos Trópicos*, o médico Olavo Dantas relata uma viagem ao Nordeste e a Fernando de Noronha no ano de 1938. A maneira como termina sua descrição sobre o Arquipélago - tratando das plantas e árvores venenosas de ocorrência local, mais especificamente a ‘Burra Leiteira’ – revela uma visão sobre a população local:

“(…) É uma das curiosidades da ilha. Em nenhum lugar ella existe a não ser em Fernando de Noronha. (...) Ninguém pode corta-la a sotavento, isto é, contra o vento. O princípio volátil que se desprende produz terríveis queimaduras mesmo nas partes protegidas pelo vestuário. O peor é que ataca também os olhos, produzindo a cegueira. Nos próprios animaes, segundo informa Pereira da Costa, a queimadura é tão violenta que as partes atacadas nunca mais criam pellos. A madeira não pode ser empregada como lenha, porque a fumaça ataca a vista de quem a emprega como combustível. Uma gotta da seiva, é ainda Pereira da Costa quem informa, é suficiente para determinar uma queimadura como a do fogo. (...). Não é de se estranhar que o solo de Fernando de Noronha, fertilizado pelos últimos despojos de bandidos e criminosos que há varios séculos têm lá morrido, produza tantas árvores venenosas. Como que uma eterna maldição acompanha aquella matéria que hontem foi a carcassa de um sicário⁴¹ e hoje é a peçonha de uma planta”. (DANTAS, 1938: 77).

Terra de sofrimento, de penúria, lugar de punição. Fernando de Noronha carrega consigo a contradição entre beleza exuberante de sua terra e a finalidade com que foi ocupado e utilizado seu território durante quase três séculos. O mar

⁴⁰ Em 27/08/2005.

⁴¹ Assassino

que durante esse período significava a verdadeira barreira entre a prisão e a liberdade, hoje é a principal atração para os turistas que visitam a ilha. Quem ali passeia, demora a se incomodar com o fato de estar cercado pelo oceano. Mas se lá permanecer por mais tempo, em algum momento terá a sensação de estar 'aprisionado', sentindo o isolamento que a permanência alongada numa terra longínqua e cercada de água proporciona⁴². Acrescentemos ao dado natural a máquina estatal punitiva e disciplinadora - com suas privações, castigos físicos e humilhações - e então poderemos imaginar o que foi a 'Ilha Maldita'.

Assistencialismo e vigilância no Território Federal

"Aqui era muito feio. A ilha era esquisita, mal assombrada, tinha pouca luz. Quando cheguei em Noronha tinha mais ou menos quinze famílias... Era muito feio mesmo...". Diz Campelo⁴³, 81 anos e morador da ilha desde 1942.

Domício Cordeiro em sua entrevista considera que população que deu origem à sociedade atual foi formada por ex-presidiários e oficiais⁴⁴ que migraram por conta da guerra *"no ano que a administração da época [1945] criou certa estrutura para os moradores locais. Mesmo com a criação do Território Federal [1942] os presos eram trazidos para trabalhar na ilha como mão de obra barata, e foi por esse motivo, que antes de 1945 só ficava na ilha quem era preso"*. Antes de 1945, ainda segundo Domício, *"não havia uma preocupação e uma visão com a ocupação, então as dificuldades eram imensas, principalmente com a educação, alimentação e o transporte. Foi somente depois de terminada o período da guerra é*

⁴² Há em Noronha duas palavras para expressar sentimentos daqueles que vivem na Ilha: Euforonha e Neuronha. Segundo Marieta Borges em 10/08 (palestra comemorativa ao aniversário de 502 anos de descobrimento da ilha), a Euforonha expressa a euforia de quem chega à ilha; já a Neuronha (antigamente chamada de Fernantite), designa solidão, isolamento, e a dificuldade do convívio com as mesmas pessoas. Eu já conhecia as duas expressões, no entanto entre os moradores a segunda expressão é muito mais freqüente que a primeira.

⁴³ Em 06/09/2005.

⁴⁴ Segundo Domício, estes oficiais permaneceram na Ilha e atualmente possuem descendência. São eles: Campelo, Benedito e Teixeira. Vários não foram citados: Simplício, Ivo Bomba, Odilon Cosme (tio de dona Pituca), Adalberto entre outros. Lista os ex-presidiários que se tornaram oficiais: Mestre Gouveia; Antônio Alves Cordeiro (seu pai); Seu Luiz de Almeida; Seu Henrique – cunhado de Dna Olívia, mãe de Emília; Seu Pinto Branco (pai de Guegueu, gerente do Banco Real) agricultor e pescador; Seu Estácio (pai de Taquinho) *"era um espertalhão, viciado em jogo e chegou a administrar a produção de pescado da Ilha"*; Seu Zé Fausto, pai de Procópio; Pai de Seu Luis Rodrigues.

que Noronha começou de fato a desenvolver-se e criar uma estrutura como escola, hospital. A partir daí é que os oficiais começam a optar por ficar aqui. Davi [seu irmão mais velho] ainda guri, manobrava os caminhões do exército com 14 anos em 1942 porque não tinha ninguém aqui que sabia dirigir caminhão de grande porte!! E se tornou funcionário público federal com 16 anos”.

Segundo Lima, com a extinção do presídio em 1940 houve um esvaziamento demográfico e o governo passou a incentivar a migração de trabalhadores livres para o arquipélago, os quais constituem o núcleo fundador da sociedade atual:

“Além da população aquartelada, os governos militares, gradativamente, vão repondo a população civil. Categorias profissionais são selecionadas e admitidas, entre elas os agricultores, criadores e pescadores, formando assim, o ‘núcleo fundador ilhéu’, os primeiros substitutos – como habitantes livres – da população carcerária em Noronha”. (LIMA apud TEIXEIRA 2003: 118)

Nas entrevistas com idosos pude confirmar que só era admitida a permanência na ilha de pessoas que ‘servissem ao território’, que fossem úteis para o desenvolvimento de atividades básicas de infra-estrutura, como alimentação e construção. Esse contingente civil foi formado tanto por ex-presidiários de bom comportamento, quanto por civis: “Só ficava aqui quem sabia fazer alguma coisa importante para o território. Sabe mexer com máquina? Então fica ai meu filho, a gente te ajuda. O que você sabe fazer? Nada? Se o preso tivesse bom comportamento até deixavam ficar... O mais importante era trabalhar, porque aqui não era fácil não, o trabalho era duro, muito duro, tudo na disciplina... porque plantar e trabalhar duro todo mundo sabia, sabia pescar sabia criá um porco, umas galinhas né? Então tinha que ser bonzinho, não podia fazer arruaça.”⁴⁵. Segundo Beatriz Imbiriba:

“A 17 [de fevereiro de 1943], dá ordem ao Prefeito Militar para organizar uma relação de presos que não tenham boa conduta, não prestem serviço ao Destacamento e daqueles que possuam família

⁴⁵ Idoso falecido, migrante da década de 40 numa conversa informal em 1999.

numerosa, a fim de serem encaminhados ao continente”. (IMBIRIBA 1951: 56).

As boas lembranças sobre o passado referem-se sempre à característica paternalista dos governos militares. Nos relatos sobre a administração pós-presídio (década de quarenta), de fato, ressalta-se uma visão da autoridade como poder benévolo: o transporte de alimentos era subsidiado, assim como o transporte aéreo para os ilhéus, além de não existir cobrança de taxa de água e luz. Essa situação contrapõe-se à situação atual, inaugurada pela anexação do local ao Estado de Pernambuco, onde a comunidade não recebe mais esses benefícios, exceto uma tarifa especial para passagens aéreas - que segundo os moradores continuam caras para a maioria da população⁴⁶. Contudo, as falas que exaltam o período militar estiveram sempre inseridas num contexto de desaprovação do governo atual: *“Na época dos militares bastava querer aumentar a casa ou construir uma que logo entregavam na porta, eu digo na porta da sua casa o material. Não precisava nem ir no porto buscar... O caminhão do exército deixava lá. Agora hoje tá fogo! Além da demora a gente paga tudo... um milheiro de tijolo que custa R\$ 60,00 em Natal sai por R\$ 750,00 aqui por causa do frete!! É um absurdo isso”*⁴⁷. Essa declaração se deu num contexto extremamente difícil para um nativo que tentava há meses uma autorização do governo para construir a sua casa. Como identificou Lima:

“(...) Foram comuns expressões ‘Na época dos militares, isso não acontecia...’ quando eles apontavam a precariedade das condições atuais de educação, saúde, alimentação e transporte no arquipélago” (LIMA, 2000: 131)⁴⁸.

⁴⁶ Em minha última visita participei como ouvinte de uma sessão do conselho distrital em 25/10/2005. Nela, discutiu-se, entre outras coisas, o reajuste do preço da passagem aérea para moradores (de R\$ 186,00 para R\$ 249,00) sem aviso prévio, causando constrangimento aos noronhenses que embarcariam no mesmo dia e, com o dinheiro insuficiente, foram impedidos de retornar à ilha.

⁴⁷ Etevaldo em julho de 1999, na época com 29 anos.

⁴⁸ Preocupada em estudar as representações do espaço e do ser insular em Fernando de Noronha, Janirza Cavalcante da Rocha Lima defendeu uma tese de doutorado intitulada *Nas Águas do Arquipélago de Fernando de Noronha* (2000) na PUC - SP. Direciona o seu um estudo para a questão do ‘ser nativo’ a partir das representações simbólicas e sociais da sociedade local. Resulta desta proposta um eixo analítico – ‘a tríade’ - que vai permear a análise da autora, pois para ela são

A comunidade demonstra claramente entender a administração estadual como um retrocesso em relação ao governo federal. Certa vez, ao perguntar para José (nativo) porque havia parado de estudar, ele me respondeu que *“no começo, larguei porque fui burro... a escola era ótima. Mas quando eu resolvi voltar... que desgosto! Muitos professores sabiam menos que eu.... simplesmente não tive mais vontade de continuar. Só se fosse pra ter raiva! Que governo amaldiçoado!”*⁴⁹. Dona Nice fala sobre o hospital: *“achavam que o hospital deveria se transformar num ambulatório. A gente não pode perder o que já está feito. Uma cesariana é uma cirurgia de médio porte. Isso o hospital já fazia. Um hospital que já teve tudo e hoje em dia não tem nada. Agora hoje em dia não tem essa coisa toda, tem só uma pediatra, um clínico e um ginecologista. Quando acontece alguma coisa temos que ir nas pousadas atrás dos médicos. Hoje o conselho que é a câmara de Noronha, dá R\$ 300,00 como ajuda de custo para a mulher ter nenê lá fora. Quem não mora em Noronha não conhece a dificuldade dos que moram aqui, como eu te falei antes. Faz tempo, acho que uns dois anos que não nasce ninguém aqui. Se o povo fosse mais unido isso não acontecia não...”*.

Um ponto interessante é a constatação recorrente⁵⁰ de um tempo em que a ‘as pessoas na ilha eram mais unidas’. Ou seja: a população aponta um aspecto ‘bom’ que caracterizava as relações sociais locais em tempos de quartel e Território Federal, atribuindo assim mais um ponto negativo ao processo de reanexação a Pernambuco: a desunião do grupo local. Os relatos são ambíguos não só pelo contraste com relação à piora da infra-estrutura local, mas também pelas mudanças sociais no âmbito das relações primárias. Segue um exemplo:

elementos que “(...) organizam as relações sociais dos insulares fernandinos tal como elas se apresentam: a) impregnadas pelo imobilismo; b) sustentadas pela transitoriedade; c) e, sobretudo, moldadas pela disciplina” (LIMA, 2000:33). Depois de realizar uma pesquisa bibliográfica e documental, Lima realiza o trabalho de campo, que seria empreendido em sucessivas visitas com duração de trinta dias, durante em dois anos. Contudo, não fica claro o total de visitas que a pesquisadora realizou. Ela também não problematiza o fato de ficar hospedada no Hotel de Trânsito, propriedade do Governo, e suas conseqüências para a sua inserção na comunidade. Seus principais instrumentos de trabalho foram o caderno de campo, o gravador e a máquina fotográfica.

⁴⁹ Corria o ano de 1999 quando ele tentou retomar os estudos.

⁵⁰ Recorrente mesmo: muitas pessoas falam da desunião atual entre os ilhéus um entrave para a conquista de direitos. Veremos isso melhor adiante.

“(...) Todo mundo se conhecia, todo mundo era amigo, pegavam carona, andavam, etc. (...) Essa época era melhor que agora, porque todo mundo era amigo, tudo limpo, não havia droga, as crianças eram mais objetivas (porque tinham medo do governo). Havia o rastro de corno, “gaia” [i.e. galhadas ou chifres] porque havia muito militar e pouca mulher. Antes era tudo de graça. Começou a mudar depois de Pernambuco, quando os militares foram embora. Na época militar fazia-se casa e dava-se de graça. Podia até se construir algo – mais liberal”⁵¹. (IBAMA, Plano de Manejo 2005, Encarte 3 Parte II. Pp. 145-147)

É muito interessante como a memória é mesmo seletiva: ao compararem os governos passados com os recentes, depois da reanexação, relembram somente os aspectos ‘bons’ (como os citados anteriormente) por se constituírem num contraponto às questões atuais que eles julgam ‘ruins’. Tanto é assim que apoiada somente nas falas dos moradores sobre os subsídios e as ajudas oferecidas para as construções, principalmente durante o ano em que morei na Ilha (e estava construindo ‘escondido’), eu mesmo passei a acreditar que ‘a época dos militares’ havia sido muito boa para os moradores do Arquipélago. Entretanto, ao pesquisar a história da Ilha em documentos, teses e livros, percebi que essa época não foi tão boa assim. A partir de então, comecei a investigar junto aos moradores mais antigos (durante a pesquisa de campo do mestrado) e realmente confirmei que os governos militares submetiam as pessoas a condições bastante difíceis, principalmente com relação ao trabalho, à alimentação e ao transporte, impondo uma rígida disciplina aos moradores. Havia, inclusive, a pena de expulsão da ilha, como narra Clarice Peixoto:

“Nesse período da pesquisa [1980 – 1982], uma família inteira morando há vinte anos em Noronha estava sendo expulsa porque dois de seus filhos roubaram cabra dos rebanhos vizinhos para vender a carne a terceiros. O desconsolo do pai e todos os seus apelos no sentido de a sanção recair somente sobre os dois rapazes foram infrutíferos diante da irreduzibilidade governamental em punir a família inteira, como se ela estivesse toda ‘contaminada’ pela ação de dois de seus membros. Ato como esse era freqüente no cotidiano de

⁵¹ Dona Cecília migrou para Noronha em 1951,

Noronha, o que não significava que as punições individualizadas deixassem de acontecer com a mesma frequência, ou talvez, ainda, mais amiúde”. (PEIXOTO 1988; 124 – 125).

Durante a minha visita, pude comprovar que a expulsão era mesmo uma ameaça real. Segue o relato de Selma, moradora da ilha desde 1980:

“Armando [marido que ainda mantém o relacionamento, mas moram em casas separadas] quase foi expulso, foi dose porque ele aprontou demais... Primeiro o comandante pegou ele bebendo na praia depois de uma pescaria que ele foi com arma pescar... Daí o comandante já ficou de olho né? Daí a gente brigou porque claro, já tava querendo se engrajar com outra e eu grávida... mas como eles não aceita nada que a gente fala, me deu um soco na cara... meu olho ficou inchado, roxo, uma coisa feia do outro mundo. Quando eu chego no hospital, que tô esperando o médico no balcão, chega o tal comandante. Eu lá, barrigão e o olho daquele jeito... daí ele falou ‘Quem fez isso aí?’ Eu digo não foi nada não... ‘Como não? Tá na cara que apanhou... o seu marido não é o Armando?’. Pronto, daí foi aquela confusão... saíram atrás do Armando pela ilha todinha, ele tinha se escondido, mas chega uma hora que não dá né? Quando acharam, levaram ele pra delegacia e deram um monte de porrada... acho que dessa vez nem apanhou tanto, ficou no jato de água mais... a noite toda. Foi quando depois apareceram na minha casa mandando eu arrumar as coisas dele; ‘arruma as coisas de fulano que ele vai expulso’ [imita voz de homem]. Ai menina, foi o maior sufoco! Eu corri pro palácio, corri pra falar com o comandante pedi pelo amor de Deus pra ele não expulsar o Armando, chorei, fiz aquela confusão. Daí não expulsaram, mas o Armando teve que andar bem na linha até eles esquecer, até mudar de comando... porque o homem disse assim: ‘dessa vez ele fica mas se eu souber um isso que ele fez, vai expulso sem conversa”.

Assim, ao lado das facilidades de outros tempos recordadas com frequência, a memória sobre o passado da ilha mobiliza também elementos negativos: *“Em torno do quartel, e apesar do quartel, forma-se uma sociedade civil”*, diz Domício Cordeiro. Sua frase revela de forma objetiva um aspecto vivo na memória de todos os antigos moradores de Noronha: a ilha era governada pelos e para os militares, e a população civil cumpria função se suprir as necessidades do governo em mão-

de-obra. Segundo Peixoto⁵²:

“O sistema de dominação construído no período da ilha-presídio e reproduzido ao longo dos governos militares indicava que, apesar da mudança de estatuto jurídico – de prisão à Território Federal – a prática da vigilância hierarquizada permanecia a mesma. (...) Se a princípio Fernando de Noronha era concebida como área de segurança pública, (...), posteriormente esse termo passou a ter uma outra conotação – segurança nacional (...). O exercício desse controle sistemático (...) estendia-se às coisas e aos indivíduos no interior da Ilha e fundamentavam-se nas noções de disciplina e hierarquia, (...). Assim, afastados física e politicamente das instâncias do poder federal, e impedindo a atuação paralela de qualquer outra entidade estatal, esses governantes tiveram suficiente autonomia para implantar um sistema de dominação onde o poder, exercido por um grupo reduzido de indivíduos, manifestava-se, continua e ininterruptamente, através de um processo que sujeitava os corpos, dirigia os gestos, calava as palavras, enfim, determinava as atitudes e comportamentos dos dominados. À Ilha de Fernando de Noronha foi atribuído, ao longo desses anos, um caráter fundamentalmente político onde, (...) as atividades produtivas eram concebidas como marginais à sua função político-militar. (...) visto que os seus produtores poderiam ocupar um papel fundamental e conquistar um lugar proeminente como sustentadores da estrutura hierárquica. Daí a importação de bens, (...) reduzindo a população como um todo à condição de eterna dependência da distribuição de bens realizada pela administração. (...) a apropriação do trabalho dos moradores se dava de forma semelhante ao ‘tempo do presídio’ uma vez que (...) estes trabalhadores ficavam a mercê das concessões de terras e

⁵² Seu trabalho, denominado *Fernando de Noronha: Ilha de Sonho e Assombração* constitui-se numa dissertação de mestrado defendida em 1988 no Museu Nacional. Intrigada com a condição de submissão dos moradores de Fernando de Noronha, a autora teve como objeto “os princípios que regeram a organização social em Fernando de Noronha no seu período de administração militar” buscando “elementos que circunscrevessem esse mundo militar para entender a lógica do sistema hierárquico e disciplinar implantado em Fernando de Noronha” (PEIXOTO, 1988:01). Durante a realização do seu trabalho de campo, a autora acabou por realizar um “estudo da representação dos moradores civis sobre o governo militar” (PEIXOTO, 1988:15). Para a realização de sua pesquisa, Clarice Peixoto usou a metodologia da observação participante, combinada a ‘entrevistas abertas’, buscando reconstruir as histórias de vida para compreender melhor porque os habitantes da ilha tinham ido para Noronha e os motivos da sua permanência. Seu campo foi realizado em duas etapas, a primeira em Janeiro de 1980 e a segunda nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1982, totalizando quatro meses. O fato de ser filha de um brigadeiro e de seu marido ser sobrinho do secretário executivo da ilha foi problematizado pela autora, pois ela seria associada à administração militar da ilha – ficando, inclusive, hospedada no Cassino do Destacamento Militar da Aeronáutica durante a sua primeira estadia. Já na segunda vez que retornou ao arquipélago, ficou hospedada na casa do gerente do Banco Real, o que possibilitou uma certa desvinculação com a administração militar, proporcionando um estreitamento com a população civil. Por fim, além do trabalho de campo, Peixoto realizou uma pesquisa bibliográfica, recorrendo também aos “relatos de viajantes, jornalistas, políticos, padres e militares”. (PEIXOTO, 1988:05).

ofertas de trabalho centralizadas pela administração local. (...), forçados a vendê-la para o Estado dentro das condições estabelecidas por ele". (PEIXOTO, 1988: 264 – 265)

Esse trecho da análise de Peixoto foi transcrito quase na íntegra por conter inúmeros aspectos interessantes. Em primeiro lugar, ele revela os perigos de uma administração (ou comando) de um território isolado e afastado de outras instâncias de poder, e por isso adquirindo suficiente autonomia para dispor de leis e ações como bem entender. Podemos inclusive, resgatar o relatório de Rohan⁵³ datado de 1865, estabelecendo um paralelo com a questão do abuso de poder por parte dos comandantes que “punha e dispunha sobre as coisas”. Ou seja, de 1865 a 1982 há uma continuidade administrativa, que seja a possibilidade de arbitrariedade no exercício do poder ilimitado sobre todos os indivíduos, abrangendo todos os aspectos da vida cotidiana.

Em segundo lugar, a contundente análise da autora corresponde às situações relatadas pelos antigos moradores da Ilha, como por exemplo, o poder que o Governo exercia ‘determinando atitudes e comportamentos’ dos indivíduos. Em entrevista⁵⁴ com um morador da Ilha há 48 anos, relata-se que a autoridade militar procurava impor o casamento a pessoas que possuíam relações sexuais ou que viviam ‘amigadas’⁵⁵, além de perseguir mães solteiras:

“Teve um que bateu o pé! Disse não caso e pronto, o Sr. Não tem nada a ver com isso, disse. Foi expulso. Teve duas que ficaram quase um ano lá no Sueste. Ficaram escondidas porque eram mães solteiras... e como mulheres da vida, porque elas eram mesmo mulheres da vida sabe, ninguém ia casar com elas. O exército quis expulsar, mas depois desistiu. Os soldados precisavam de ir lá sabe... faziam fila. Daí acabaram aceitando elas lá, desde que elas não saíssem daquele pedaço. Daí as vezes tinha até briga porque uns se engraçavam, queriam ser os únicos...(risos). Foi como o José Oscar, que se engraçou com a mãe de Pontes e acabou casando com ela. Depois ele morreu lá fora, assassinado”. Continua: “Mas naquele tempo era muita humilhação que a gente passava. Tinha que aceitar tudo que os

⁵³Página 27 deste documento.

⁵⁴ 27/20/2005

⁵⁵ Isto é, vivendo maritalmente sem formalizar a união.

generais faziam porque era eles que mandavam mesmo. O Coronel Ruperto disse pro Manoel Barrão: eu que sou coronel da Ilha tenho uma mulher só, você não vai ter duas não! Mas esse coronel desvirginou várias mulheres que tinha aqui!”.

Peixoto analisa ainda a questão da distribuição de bens como uma forma de manter a dependência dos moradores. De fato, pude observar nos relatórios encontrados no Arquivo Nacional diversas ordens proibindo o comércio entre os moradores, determinando inclusive o que podiam ou não produzir nas terras para eles cedidas. Muitos foram os relatos nesse sentido, e transcrevo aqui um trecho de uma entrevista realizada com uma idosa em outubro de 2005⁵⁶:

“Teve uma época aqui que faltou tudo. A gente ficou na base da mandioca, da farinha de mandioca que eram as coisas que a ilha fabricava. Para comer pão tinha que enfrentar uma fila enorme... na época que eu vim pra cá, em 1963, só havia o navio Tupiara, que trazia alimentos uma vez por mês – e mesmo assim era só a alimentação básica”.

Fica claro, portanto, que não havia uma preocupação nem com a segurança alimentar da população civil residente⁵⁷. E é bem possível que a explicação dada por Peixoto corresponda à realidade da época - onde o governo militar não admitia, em hipótese alguma, nenhum tipo de independência da população com relação a ele. Submetê-la ao seu comando, sujeitando-a as normas de ordem moral, econômica e produtiva, era uma forma de minar qualquer iniciativa que

⁵⁶ O pai da entrevistada foi funcionário federal e chegou na ilha em 1947. Não sei se foi sempre oficial ou um dia foi detento, esse é um assunto difícil de descobrir em certos casos, já que há vários casos de detentos que depois viraram funcionários. Ela tem mais três irmãs, mas só deu o nome de mais duas, que moram atualmente na Ilha e, assim como ela, possuem descendência. Dizem que o seu pai era um homem 'ruim de doer' – principalmente a cunhada de sua irmã, que sempre que se refere à sogra como uma mulher má - *“ela só podia ser filha daquele traste, é o sangue que é ruim!”*, me disse certa vez.

⁵⁷ Nos relatórios militares por mim consultados, várias foram as menções aos surtos de beri-beri. Segundo Peixoto sempre foi precária a condição de saúde dos presos, estendendo-se ao restante da população: *“Os relatórios existentes sobre essa questão referem-se aos vários surtos de beriberi que lá eclodiram, desde 1871 até 1942, sempre coincidindo com períodos de grande estiagem quando a população apresentava sinais de hipovitaminose, ou seja, de alimentação deficiente de vitaminas. Com a chegada dos militares, as dificuldades de abastecimento alimentar foram agravadas, abrindo caminho para mais um surto de beriberi, o último de que se teve notícias”.* (PEIXOTO, 1988: 88).

favorecesse o desenvolvimento da sociedade civil, proporcionando independência e importância dentro do sistema organizacional. Em sua monografia, Paiva faz uma afirmação no mesmo sentido:

“Com o passar do tempo [refere-se ao período pós 1942, ou seja, Território Federal administrado pelos militares], são reduzidos a quase nada a capacidade de produção, auto-sustentação e espírito deliberativo da população insular. É evidente, portanto, a falta de interesse social em Fernando de Noronha”. (PAIVA 1990: 33)⁵⁸

A humilhação, muito recorrente, contribuía com a dominação e o controle principalmente porque mostrava, a todo instante, quem era quem e qual o seu lugar na sociedade hierarquizada. Lanço mão de uma entrevista realizada pelo IBAMA:

“(...) A transição para o exército foi uma época ruim. Só militar tinha vez, não o civil. Tudo era separado, militar e funcionário civil. Em primeiro lugar eles, para comprar as frutas e verduras. Se sobrasse, os outros. Só era melhor porque tinha mais avião e não faltava comida. Chegava tudo rápido. (...). Em 1942 os militares encorajavam outros militares a irem para Noronha com família, com mulheres grávidas que daí ficavam. Regime militar era mais duro que hoje. Não achava justo o meu dinheiro não ser o mesmo que o do militar. (...)”.(IBAMA Plano de Manejo APA/FDN 2005; 132 – 135 Encarte 3 Parte II)

Interessante o final desse depoimento onde a entrevistada coloca que ‘o regime militar era mais duro que hoje’ - faz quase 20 anos que ele foi extinto oficialmente da Ilha -, o que demonstra o controle ainda exercido pelas instituições

⁵⁸ Sua monografia foi realizada juntamente com mais três colegas do curso de serviço social da Universidade Católica de Pernambuco, apresentada ao Departamento de Sociologia da mesma instituição em 1990 com o nome: *Fernando de Noronha: A Outra Face do Paraíso*. O trabalho de campo foi realizado basicamente em quatro visitas ao Arquipélago - com média de cinco dias cada uma. As pesquisadoras tiveram um contato direto com a população insular e a equipe administrativa; as entrevistas foram realizadas de forma ‘livre’, utilizando o método da ‘história de vida’ – ou seja, entrevistas sem roteiro prévio, buscando abarcar todos os segmentos sociais (funcionário da administração, ilhéu, liderança e etc.). Inicialmente a monografia se propôs a estudar “a prática do assistente social em Fernando de Noronha” (PAIVA, 1990:101). No decorrer do trabalho a realidade social encontrada pelas pesquisadoras as fez mudar o enfoque para a questão do processo de busca à cidadania em Fernando de Noronha e reanexação da ilha ao Estado de Pernambuco (PAIVA, 1990:104-105).

sobre a população. Embora o depoimento acima coloque como ruim os privilégios dos militares em detrimento dos direitos dos civis, nem todos os moradores daquela época discordavam por completo desse sistema hierárquico. Quando perguntei a Davi Cordeiro⁵⁹ (nativo e irmão mais velho de Domicio) sobre a hierarquia na hora das compras, ele me respondeu que *“para se ter um filho bem criado a ditadura começa dentro de casa. Se o filho quer comer, espera o pai chegar. Outra coisa: se um cara é formado em medicina, eu que não estudei, não posso ser igual a ele”*. Essa fala demonstra quanto os princípios hierárquicos de privilégios e de diferenciações foram assimilados por aqueles que viveram e cresceram no arquipélago durante o período militar. E esse era o objetivo dos governos de Fernando de Noronha que

“(…) por meio do uso de sanções e punições (…) procurou inculcar conformidade à ordem, ajustando os indivíduos à sua situação de governados. Além disso, produzindo hábitos disciplinados, transmitidos diariamente através de gestos e atitudes, conseguiu interiorizar essas regras, obtendo não só uma resposta obediente, como o consentimento de sua condição de dominados”. (PEIXOTO, 1988; 128).

Mesmo que concordasse com os privilégios na hora das compras – porque as pessoas ‘não são iguais’ -, o depoimento de Davi é ambíguo, pois o entrevistado reclamou da qualidade dos alimentos que durante muitos anos só chegavam na Ilha pelo reembolsável: *“Tinha feijão com barata, a gente tinha que aproveitar e comer”*. Embora a criação do Território Federal em 1942 tenha extinguido o presidio, o sistema de privilégios e a vigilância sobre os habitantes de Noronha permaneceu a mesma. De alguma maneira, os códigos disciplinares infiltraram-se nas relações primárias, manifestando-se num comportamento vigilante entre os próprios moradores do núcleo fundador da sociedade Noronhense. Segundo Lima:

“Foi na ambivalência da tríade controle-repressão-concessão que se caracterizam as relações entre os ilhéus e os militares. O traço predominante no modo de vida do ilhéu era seu caráter paroquial,

⁵⁹ Em 05/10/2005

comunitário, visível e controlado. Convém ainda assinalar que a vida coletiva reforçava vigilâncias recíprocas de códigos tradicionais de comportamento”. (LIMA apud TEIXEIRA, 2003: 120).

É importante perceber, portanto que além da vigilância recíprocas incorporadas às relações primárias, a marca da tutela estatal na sociedade noronhense foi profunda. É a partir dela que a sociedade – inclusive os *nativos* – se identifica e é identificada como comodista.

A conversa com a haole Edmunda⁶⁰ é um exemplo: “a população [de Noronha] é alienada e comodista. Entrou num esquema de ‘cada um por si’, não se unem para batalhar direitos e são omissos porque querem favor da administração”⁶¹. Essa foi uma opinião expressada por uma *haole* (moradora há aproximadamente dois anos). Entretanto, os próprios nativos se vêm dessa forma e muitos são os exemplos, como ilustra o caso de Artur (nativo) - observado durante a minha visita em 2001, época em que fazia pesquisa de Iniciação Científica e participei da equipe de guias turísticos no receptivo do Navio Funchal⁶². Quando compareci à reunião em que seriam determinados os pontos turísticos estratégicos a serem ocupados por cada guia no dia em que o navio Funchal atracaria no arquipélago, dos cinquenta guias que participariam da ‘operação navio’, apareceram somente eu, Artur e mais duas pessoas. Começamos a conversar sobre o trabalho, e comentei com Artur sobre outras propostas de emprego que eu havia recebido. Ele me respondeu que “*aqui em Noronha o nativo não quer nada com a vida não! O que não falta é trabalho*”. Eu argumentei que não havia nenhum

⁶⁰ Em 11/10/2005. Edmunda é carioca, formada em jornalismo e se casou com um *nativo*.

⁶¹ Na verdade essa fala abarca várias questões importantes: em primeiro lugar, a questão dos ‘favores da administração’ não é tão simples visto que sempre é necessário conseguir autorização para tudo o que se vai fazer na ilha e nesse sentido, muitos moradores procuram não enfrentar diretamente a administração pelo medo de se ter pedidos negados; em segundo lugar, o espaço para a luta política em Noronha surgiu há pouco tempo.

⁶² Durante o período em que morei em Fernando de Noronha, em 1998, trabalhei no Hotel Esmeralda do Atlântico e na associação de guias nos dias em que estava de folga. Meu trabalho na associação aproximou-me muito do presidente da entidade, Artur Cândido (*nativo*), possibilitando-me uma relação amigável e próxima. Durante a minha pesquisa de Iniciação Científica em 2001, nos reencontramos e Artur me convidou para trabalhar novamente pela associação e, como o trabalho era recepcionar os passageiros dos cruzeiros marítimos uma só vez por semana, eu aceitei. Achei que seria interessante estar por dentro da organização de um evento que muda todo o cotidiano da ilha, mobilizando quase todos os moradores.

projeto de capacitação e especialização para melhorar o desempenho dos nativos, possibilitando melhores oportunidades de emprego. “Não é isso não! Não querem compromisso, não querem ter patrão porque não estão acostumados. O negócio é sombra e água fresca! Eu mesmo organizei um curso de primeiros socorros para os guias. Dos cinqüenta inscritos da associação vieram dois ou três. Trouxe um curso básico de inglês. No primeiro dia um monte de gente, aí o professor exigiu, falou que tinham que se dedicar, já assustou o pessoal! Que ainda acharam caro quinze reais por mês! Depois não veio mais ninguém!”⁶³. Outra nativa deu a mesma opinião⁶⁴. Eu estava na casa de sua irmã, conversando sobre as pessoas da ilha quando Helena chegou já entrando na conversa: “Eu acho o povo aqui muito acomodado, querem as coisas sem ter que trabalhar! Não é assim não! Não se consegue nada sem sacrifício. Mas ai conseguem uma coisa qualquer já querem arrendar... Veja eu: recebo R\$ 1.500,00 da administração, mais R\$1.000,00 de pensão do meu ex-marido e nem por isso me acomodo! Comprei meus carrinhos e hoje alugo também”. Muitos são os exemplos de moradores que acusam a sua própria comunidade de comodista⁶⁵.

Segundo Paiva, a falta de interesse por parte dos governos militares em incentivar o desenvolvimento social, é uma explicação para esse ‘comportamento comodista’:

“(...) o descaso dos militares e de outras administrações que, ao assumirem o poder no Arquipélago, só se preocuparam em reprimir a população e trata-la de forma paternalista e autoritária, ocasionando a acomodação e dependência do ilhéu”. (PAIVA 1990: 32)

A entrevista com o administrador da Ilha, Edrise Aires, confirmou a mesma visão sobre o aspecto comodista da população como uma característica ‘herdada’. Ele iniciou a conversa falando do grande assistencialismo que existiu em Fernando de Noronha e que os moradores “são cidadãos de direitos, mas não de deveres”.

⁶³ Conversa com Artur, em frente ao colégio, em janeiro de 2001.

⁶⁴ Ivaldete, aproximadamente 40 anos, em 13/10/2005

⁶⁵ Irmão Maurício, presidente da assembléia popular noronhense, em entrevista no dia 30/08/2005 termina com a frase: “A comunidade participa quando o sapato aperta. Devido ao fato de ser militar, o povo é muito acomodado, sem tradição de participar das decisões”.

Segundo ele, a população ficou mal acostumada com as facilidades que obtinham do exército, assim como muitas vezes ganhavam material de construção para construir suas casas. Fala das dívidas da população e os calotes com relação aos impostos, atribuindo isso ao fato deles acharem que não precisam pagar⁶⁶ – e que isso seria uma herança dos governos militares. Termina a sua entrevista novamente apontando o caráter assistencialista dos governos passados, assim como o fato dos Ilhéus terem ‘herdado’ um comportamento de ‘assistido’. Vale lembrar, no entanto, que ao lado das vantagens de assistidos, os relatos sempre revelam um cotidiano extremamente controlado. As ‘benfeitorias’ dos governos militares implicavam numa contrapartida da sociedade civil: obediência absoluta nas mais variadas situações - sempre sob o medo constante da expulsão e outras retaliações, como castigos físicos:

“Antes era ditadura. A educação era rígida, na escola hasteava-se a bandeira e quem fugia tinha castigo. Os professores eram militares. O ensino era muito bom, melhor que hoje, eles exigiam muito, mas davam muito. Tinha toque de recolher porque os geradores não agüentavam. Os governadores variavam o horário. Se a pessoa não se comportasse, ou bebesse, ia embora da ilha. Os adolescentes faziam resistência aos militares, viravam carros, espalhava óleo, depois prendiam eles e davam porrada. Os adultos tinham medo. A praia do Boldró era só para militares. (...)”⁶⁷.
(IBAMA Plano de Manejo 2005; Encarte 3, Parte II, Pp. 142 - 144).

Com esse exemplo podemos verificar que os castigos físicos eram a realidade da Ilha até pouco tempo atrás, bem como a existência de uma lógica social hierarquizada, controlada e vigiada estendida ao uso do território, determinando quais espaços poderiam ser transitados e explorados pela população. Não entrarei aqui no detalhe da divisão espacial de Noronha, com suas

⁶⁶ Embora o Administrador coloque o calote aconteça por uma questão de ‘postura de assistido’ ou até por um aspecto do que eu chamo de ‘habitus prisional’, muitos foram os moradores que acusaram que o sistema de impostos da ilha é elevadíssimo e por isso mesmo não dão conta de pagar. Principalmente as pousadas domiciliares administradas por pessoas simples e que não são profissionais como a de Dona Prazeres, Silvinha, Solange...

⁶⁷ Lorival Armando da Silva, 43 anos, nativo. Continua o documento: “Seus pais eram presidiários, misturado com militares. Mãe veio de Natal (RN) com familiares que vinham trabalhar em construção no exército e conheceu seu pai, o ex-presidiário Sergio Lins da Silva, nascido em Pernambuco (1925)”.

áreas destinadas a militares, população civil e presos nos tempos de quartel. Peixoto realiza uma investigação mais detalhada nesse sentido, mostrando que toda a arquitetura da ilha obedeceu à lógica militar socialmente hierarquizada, onde há espaços determinados para cada segmento da sociedade – abrangendo, tanto as divisões das ‘vilas militares’ e ‘arruados civis’, quanto os clubes e os bares (espaços de sociabilidade). (PEIXOTO 1988: 23 – 95).

O fundamental para o nosso trabalho é entender como o Estado e os militares viam o território e seus habitantes e como, conseqüentemente, a população civil construiu a sua relação com esse espaço sempre interdito, concedido e controlado; um território que nunca foi destinado ao usufruto do Ilhéu - que era apenas tolerado nele.

O controle do território como símbolo e prática do poder estatal

Dona Pituca (Maria do Carmo)⁶⁸ quando entrevistada, disse que *“com os militares tudo era muito ruim porque eu não podia sair de casa, minhas amigas era as bonecas, o dia todo com boneca trancada... porque meu tio não deixava eu sair e a gente nem podia ir nas praias. Eu fui conhecer e passear na ilha depois de velha”*. As restrições de acesso a determinados lugares da Ilha para a maioria da população só reforçavam ainda mais o sistema de privilégios que transpassava todo o corpo social, imprimindo a sua lógica ao espaço e ao seu uso – uma organização social onde cada pessoa cumpria uma função específica e para tanto, possuía permissão para circular somente nos locais necessários para a realização dessa função. Exemplo dessa lógica foi a admissão de moradores somente quando tivessem ‘utilidade para a ilha’. Segundo Lima:

“Cada pessoa em Noronha foi ali colocada como um caráter tipográfico em uma página militarmente alinhada. Essa ordem – sistema organizacional – foi a condição de sua circulação no interior do Arquipélago. Uma entrevistada da primeira geração do núcleo fundador relata – (...) – como se dava a circulação das pessoas na vida cotidiana: *‘somente aos 18 anos é que passei para o outro lado, a Quixaba...’* [Zona rural que dista pouco mais de seis quilômetros de sua residência!] Nas conversas informais, os habitantes, em geral,

⁶⁸ Em 28/09/2005

faziam alusões à existência de áreas interditas para a circularidade dos civis. Eles se referiam a um portão que isolava áreas às quais somente tinham acesso os militares”. (LIMA 2000: 155)

Da mesma maneira que a autora, eu também soube da existência desses espaços interditos. A praia do Boldró, segundo um nativo, *“tem esse nome porque tinha um coronel que gostava demais dessa praia e não deixava mais ninguém entrar lá. O Cabra era americano e se chamava Boldró”*. A mesma explicação obtive, quando perguntei por que a praia do Americano se chamava assim: *“é que era só pra americano, quando eles tavam aqui, não gostavam de se misturar”*⁶⁹.

Desde o período em que residi na Ilha, intrigava-me o fato de que as pessoas construíam e viviam num local em que a terra não lhes pertencia. Quando perguntei para Seu Campelo (81 anos, morador desde 1942) o que achava de morar numa casa que na realidade não era sua, fiquei impressionada com sua resposta: *“aqui é lugar de guerra, se acontece alguma coisa todo mundo tem que ir embora, fica só o militar, aquele que vai defender e cuidar pra nossa segurança, a segurança do Brasil”*. Na frase de Campelo é visível a aceitação e a interiorização da idéia de Noronha como área de segurança nacional, e que ‘se for preciso’ no território ‘fica só o militar’ - um discurso que não expressa dúvida quanto a função do território e o destino das famílias que lá vivem. Quando, na mesma entrevista, perguntei para ele sobre as ruínas da casa de farinha e frigorífico - que fica no morro da Atalaia -, me respondeu que isso é *“efeito de guerra. Ficava escondido caso a Ilha fosse invadida, e sem guerra, deixaram demolir”*.

A tal casa foi abandonada, tornando-se uma ruína. Penso que a explicação de seu Campelo faz sentido para todas as ruínas, não tanto por estarem escondidas - porque muitas não estão - mas por uma lógica de que uma construção sem utilidade estratégica não merece atenção. Muitas pessoas me deram a mesma explicação, dizendo que as ruínas existiam porque um comandante *“não continuava o trabalho do anterior, do que veio antes! Daí, uma hora dizia que aquela casa ia ser isso, depois desistia e então vinha outro e fazia*

⁶⁹ Os dois diálogos se referem ao período de 1995, primeiro ano que visitei a ilha e não conhecia a história local com profundidade.

outra coisa. Sabe o bosque do Flamboyant, onde tem o restaurante do Paulo Gaúcho? Aquilo ali era a escola mais linda do mundo.... uma beleza... Demoliram... Sabe por quê? Também não sei...⁷⁰". Pelos relatos pude perceber que as construções eram erguidas para determinadas funções e, quando mudava o comando do governo, mudava o interesse e a destinação dos prédios. Como não havia preocupação com o bem estar da população, tampouco havia preocupação com os prédios públicos que não servissem imediatamente aos interesses do governo e seus integrantes:

"A insatisfação dos moradores diante do desinteresse e da incapacidade administrativa desses governantes é parte integrante de quase todos os depoimentos obtidos e revelam a sensação de abandono a que estavam submetidos. (...) Mais enfático ainda é o relato de uma professora da escola, nascida e criada em Noronha, filha de um ex-funcionário da administração e neta de um ex-presidiário, que tem acompanhado o desenrolar das administrações, seja através das estórias contadas por seus pai e avô, seja por vivência própria: 'O Exército em 40 anos que esteve na ilha construiu e acabou com tudo. Tudo de bom que tinha na ilha acabou. Só queria visar o lucro para eles, pra patota militar, o pessoal civil mesmo não importava, era mente de comando não de governo". (PEIXOTO 1988: 179-180. Grifo meu).

As ruínas espalhadas pela ilha passam uma imensa sensação de descaso, e revelam como ao longo dos anos os governantes de Noronha trataram o seu patrimônio e a sua população. Muitas delas estão localizadas na vila principal (Remédios), e poderiam ainda servir como casas ou utilizadas para outras finalidades se tivessem sido cuidadas – como mostra o exemplo de Dona Pituca: o cuidado com a manutenção de sua casa a preservou em boas condições até os dias de hoje. Antiga casa paroquial ao lado da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, foi tombada pelo IPHAN como patrimônio histórico junto com a igreja e o Forte Nossa Senhora dos Remédios. O mesmo não aconteceu com o Antigo Armazém, localizado ao lado do Palácio São Miguel, sede do Governo do Distrito:

⁷⁰ Dona Otaciana, migrante da década de 50, em Outubro de 2005.



Foto I – Antigo Armazém de Produtos Agrícolas, na ladeira da Vila dos Remédios⁷¹

É importante entender a relação da comunidade com um patrimônio que não é deles e sim da União⁷² – apesar de se sentirem os ‘verdadeiros donos’ pelos anos ali vividos. É um paradoxo e tenho a impressão de que esse paradoxo alimenta a idéia do transitório, do passageiro, onde a convivência com as ruínas pode sugerir que, no limite, nem as construções permanecem no lugar. E isso faz sentido quando conhecemos a história local e verificamos uma sociedade que se desenvolveu assistindo o ir e vir de diversos comandantes/governantes e funcionários com diferentes posturas e interesses; uma sociedade que cresceu e se solidificou sob a ameaça constante de expulsão do lugar. Conversando com Jonatan⁷³ (*nativo*) sobre a Ilha e o turismo, ele me disse que “*daqui a dez anos só tem tubarão aqui*” - numa clara referência à entrada de grandes investidores na ilha, os novos *haoles*. Propus pensar na situação de sua casa daqui a dez anos: “O

⁷¹ Imagem retirada do site <http://www.colonialvoyage.com/viaggi/brazilfernandovila.html>

⁷² Os habitantes da ilha possuem duas formas de concessão para moradia: uma é a concessão de uso do solo, onde a edificação fica por conta do morador; a outra é a concessão de uso do imóvel da União, relativas portanto, às construções já edificadas.

⁷³ 21/09/2005

que ela seria?”, perguntei. A primeira resposta foi: “ela não existirá mais”. “Mas você acha que ela vai se acabar, que essas paredes não vão mais existir? Ela não vai ser sua?”. “Vai! Vai ser minha” disse ele, “mas eu não sei o que ela vai ser”.

Segundo Emerenciana⁷⁴, os nativos não cuidam de suas próprias coisas: “eles aqui não têm apreço por nada, não cuidam das coisas... é um desamor profundo por suas casas, que são sujas, desarrumadas!”. Eles realmente apresentam certo despreço pelos objetos materiais e as casas que não foram transformadas em pousadas domiciliares são bem improvisadas e simples.

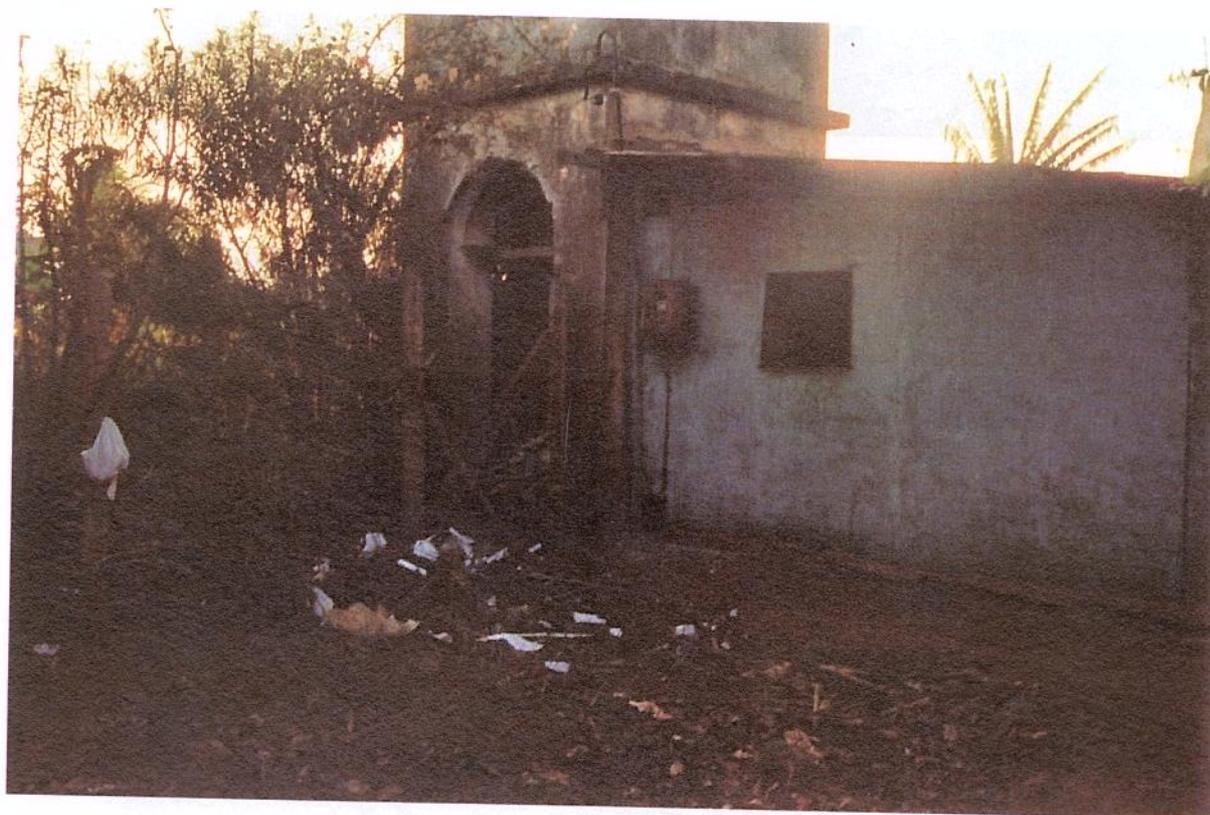


Foto II – Parte de trás de casa de folha de madeira, aproveitando restos de uma ruína. Bairro Floresta Nova

⁷⁴ Haole com formação superior, ex-mulher de um nativo, moradora da ilha há sete anos. em 23/10/2005

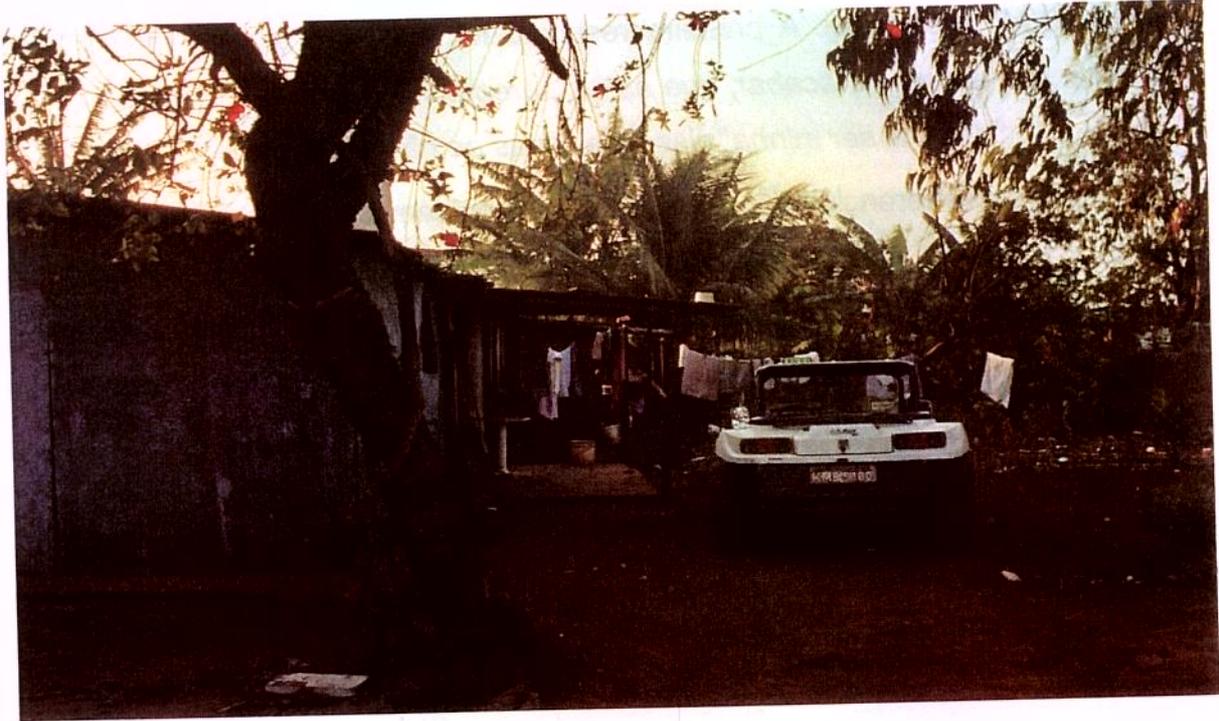


Foto III – A fachada, Floresta Nova

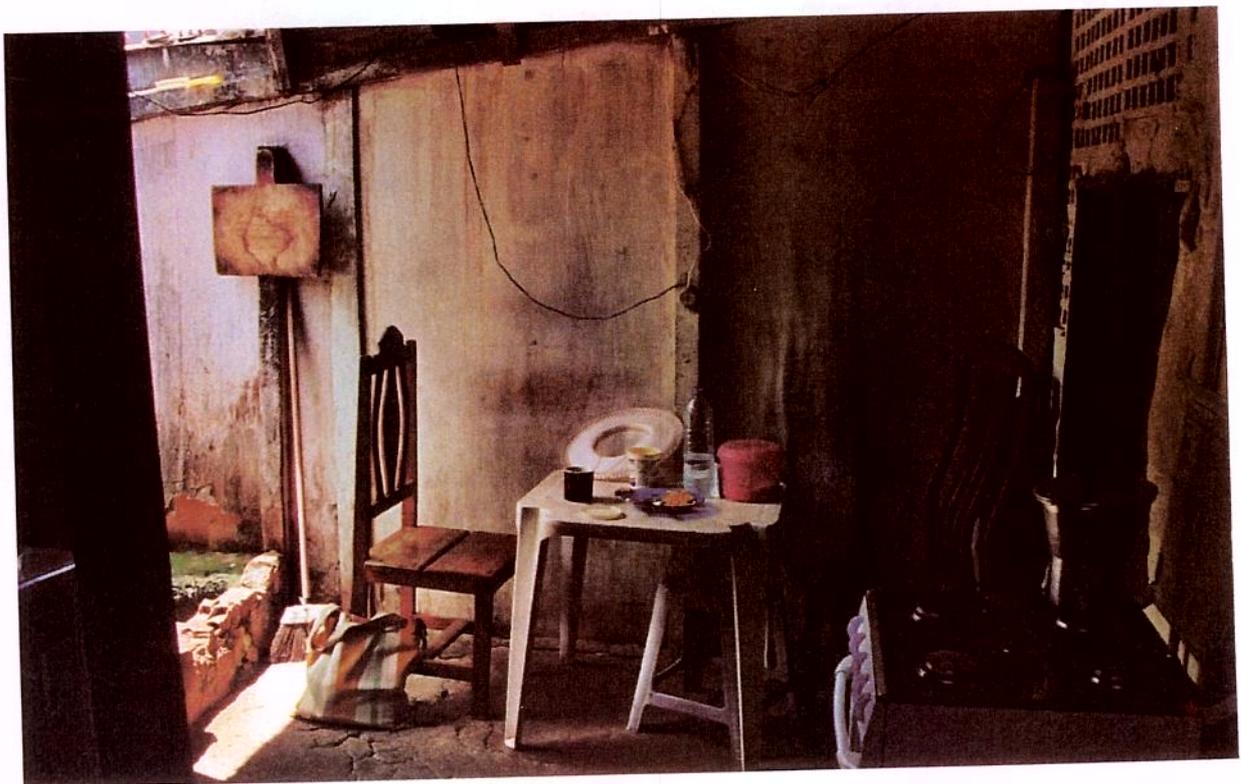


Foto IV – Cozinha, casa na Vila dos Remédios

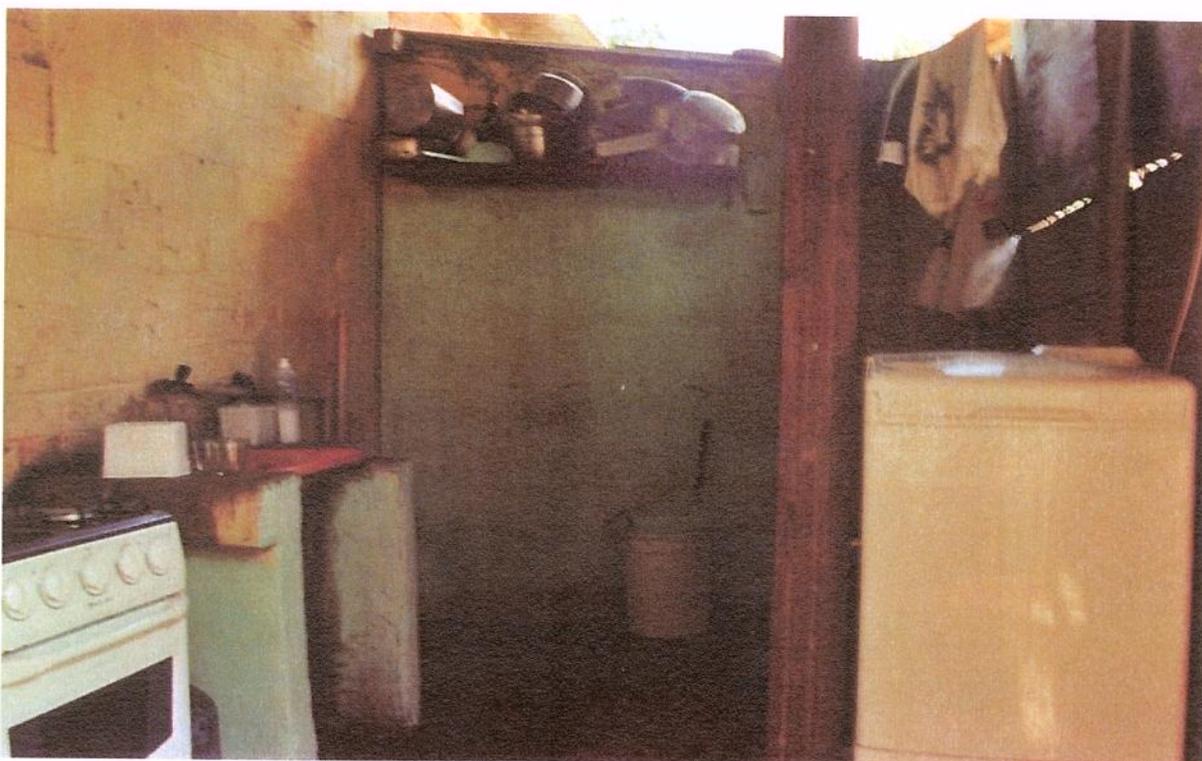


Foto V – Outro ângulo da cozinha, Vila dos Remédios

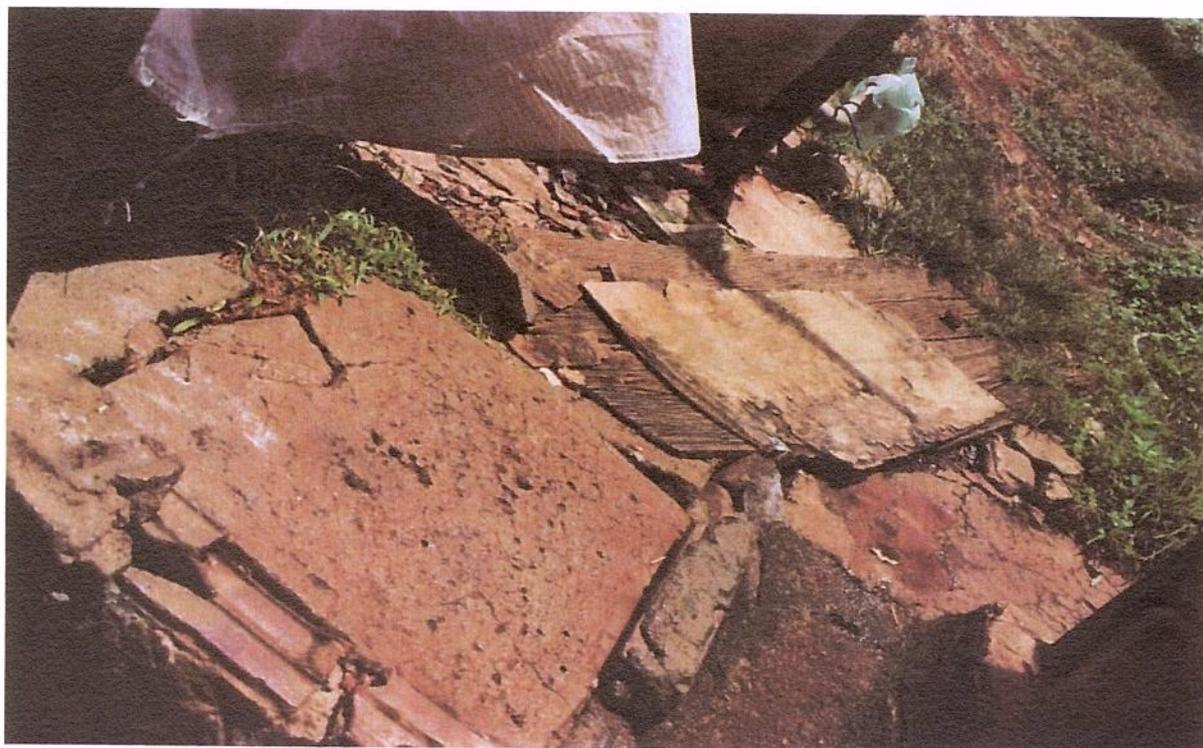


Foto VI – Saída da cozinha para o quintal



Foto VII – Quintal, lado esquerdo da porta

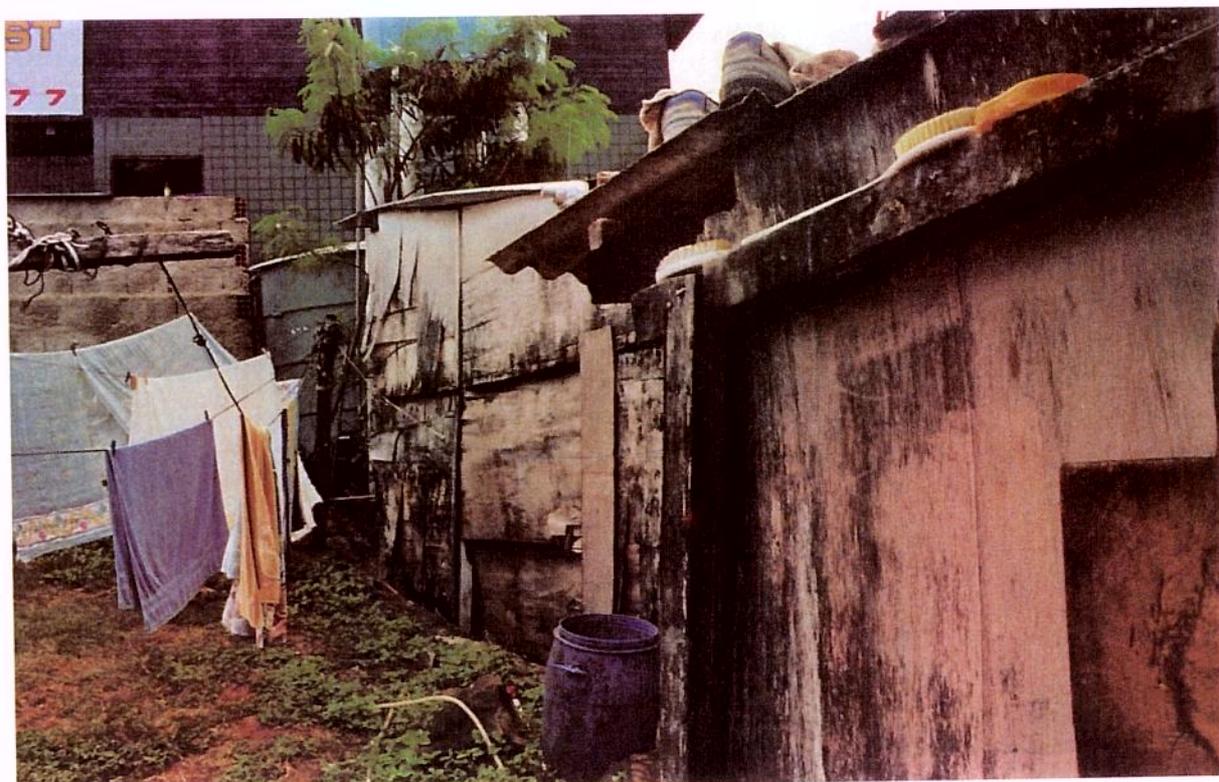


Foto VIII – Quintal, lado direito da porta

Devemos levar em conta, entretanto, que existe uma situação extremamente complicada com relação à habitação em Fernando de Noronha; há a dificuldade em se conseguir permissão para construir (limites ambientais, capacidade da infraestrutura urbana, disputa por espaço do mercado turístico), aliada ao custo elevado do material de construção. Esses fatos impulsionaram um processo de favelização quando os habitantes da ilha começaram a usar compensado de madeira – antes liberado para compra - para construir suas casas. Desse modo, existe tanto a dimensão prática do contexto político-econômico local, quanto a dimensão simbólica do “desapreço” e do “transitório”.

A afirmação de que nada naquele território lhes pertencia é talvez, a afirmação mais constante em toda a história do Arquipélago. Encontrei um exemplo muito significativo nos relatórios do Arquivo Nacional⁷⁵. Corria o ano de 1881 quando Raymundo Costa da Lyra e Joaquim Ramos Pereira de Araújo compram a casa de dois fugitivos do presídio. Realizada a fuga, Raymundo e Joaquim declaram a compra para o Major da Praça Justino Rodrigues da Silveira. A resposta do comando do presídio foi enfática:

“(…) Considerando este Commando, que no solo d’esta Ilha pessoa alguma pode edificar e adquirir por essa edificação o direito de propriedade, considerando que qualquer edificação feita por particulares adquirem estes apenas o direito ao uso fruto, direito este que só se pode transpassar com prévia altorização d’este commando, e não tendo ditos setenciados para transmissão obtido a indispensável licença, que só depois da fuga se apresentaram por ellas aclamando, dando por estas circunstâncias a conhecer que semelhantes transações foram feitas com sciência das effectuadas fugas, determina-se que os ditos setenciados que se dizem compradores das mesmas casas, sejam recolhidos por 15 dias ao calabouço, (...) sendo ditas casas desde hoje consideradas prédios nacionaes. Assinado Brigadeiro Francisco Joaquim Pereira Lobo, Commandante do Presídio”.

Até hoje o governo busca impedir as transações comerciais relativas à compra e venda de imóveis em Noronha – e que acontecem por ‘debaixo dos

⁷⁵ Pasta IIJ7 – 53 – ORDEM DO DIA do Comandante Joaquim Pereira Lobo. Ordem Número 34.

panos⁷⁶. Oficialmente o governo anula a concessão emitida e solicita a devolução de terrenos que passam por transações comerciais⁷⁷. Outra maneira de impedir a venda é obrigar aos beneficiários de tais concessões que construam no espaço de seis meses, sob pena de perder o direito ao uso do terreno cedido.

Não só os prédios eram anunciados como patrimônio do governo, mas também o próprio território. Basta lembrarmos do exemplo Bico de Gaita, que foi preso em 1922 por “estar trepado na árvore e comendo frutas sem autorização”. Tal atitude era considerada roubo, pois as árvores pertenciam ao Estado.

Sessenta anos depois, a atitude dos governantes era a mesma:

"(...) fui presenteada com algumas frutas e deixei-as do lado de fora do quarto, onde me hospedava, junto a porta. No dia seguinte, elas haviam desaparecido e os militares que as levaram me disseram que lá ninguém era dono de nada, e que, portanto, eu fosse procurar outras. Num outro momento presenciei quando um dos dirigentes, ao comprar mangas de um agricultor não aceitou o preço estabelecido por julga-lo muito alto, e era irrisório, pagou menos, alegando que o terreno onde cultivava pertencia ao governo do território e que poderia, se quisesse, deixar de pagá-lo. Este mesmo dirigente ficou furioso ao saber que sua filha, então visitante na ilha, havia comprado bijuterias feitas por um de seus empregados, argumentando que já havia pago adiantado o salário do mesmo e este deveria tê-la

⁷⁶ Eu acompanhei uma negociação entre familiares, onde pensavam numa forma de desmembrar um terreno da família. Embora a relação fosse consanguínea, eles não dispensavam a transação financeira. Soube de mais dois casos de venda que não envolviam familiares. De qualquer forma eles não serão relatados por uma questão política de preservação da identidade de meus informantes. Contudo, em novembro de 2005 encontrei um site na internet que me pareceu ser escrito com a ajuda de moradores da Ilha e o seu título era “Imóveis a venda em Fernando de Noronha” (anexo IV).

⁷⁷ No dia 05/09/2005 Participei de uma reunião do Conselho Distrital como ouvinte. Após sentarem-se na mesa, cada conselheiro coloca os assuntos de seus interesses na pauta do dia. Posteriormente abrem a sessão para as pessoas da comunidade que estão presentes e possuem alguma reclamação ou pedido de ajuda. O caso de Andrezza diz respeito à moradia, mais especificamente ao seu terreno. Relata que construiu a base da sua casa em terreno concedido por uma administração, mas que o ‘tomaram’ de volta por acharem que ela o tinha vendido. Pergunta como fica o gasto que ela já teve com a base e diz que na realidade ela procurou um sócio porque não tinha condições de construir sozinha. Diz que resolveu fazer um empreendimento misto, ou seja, uma casa e um restaurante no mesmo projeto para viabilizar a construção. “*Se todo mundo tem um sócio, por quê eu não posso ter?*”. Parece que a acusação é mesmo de que ela vendeu para essa pessoa e não se associou. Depois um conselheiro me contou que Andrezza realmente vendeu o terreno e não fez uma sociedade como contara. Na sua fala durante a sessão, mostrou que ele desconfiava de sua versão e que se ela realmente vendeu o terreno, não a ajudaria a conseguir outro. Eu não tive meios de averiguar os fatos até porque, se ela vendeu mesmo o seu terreno, não me falaria - não éramos próximas e o assunto é extremamente delicado. De qualquer forma os conselheiros, apesar de desconfiar da venda, na sua maioria, a apoiaram.

presenteado e não vendido”. (PEIXOTO 1988: 31. Nota de rodapé).

Impressiona, portanto, a atualidade do caso de ‘Bico de Gaita’ e a forma com que os militares tratavam o território de Fernando de Noronha mesmo depois de extinto o presídio. Se a comunidade sentia e vivia o território como sendo dos militares, a impressão desses últimos era inversa:

“Os presos aqui consideravam-se donos da Ilha, os oficiais, os elementos da Guarnição Militar, eram os intrusos. Acreditavam mesmo que não pudesse existir atividade, na Ilha, sem a sua permanência”. (IMBIRIBA 1951: 123)

Em sua entrevista, Domício Cordeiro diz que “*a memória é territorial, os locais remetem a histórias, reavivam a memória* [mostrou-me um pé de árvore, onde seu pai costumava sentar para almoçar a marmitta enviada por sua mãe]. *A ilha era uma terra de agricultores e presidiários e a memória das pessoas de Noronha passa pelo território e pelo sacrifício*”. Quando ele diz que a memória é territorial, está sinalizando que um dos principais fundamentos da identidade de *nativo* é o conhecimento e o domínio do território. O fato de o ‘núcleo fundador’ ser formado principalmente por criadores, pescadores e agricultores implicou desde o início o envolvimento desses indivíduos em atividades ligadas a terra. E esse envolvimento é um elemento fundamental de diferenciação entre *nativos* e *haoles* e não se dá estritamente no plano da realização de tais atividades práticas. O que importa não é o fato do indivíduo de ser ou não um pescador ou um agricultor, mas o que o território representa principalmente no plano simbólico e afetivo. A relação se torna diferenciada a partir do momento em que implica afetividade (amor e respeito) tanto onde pesa os momentos da história pessoal e familiar na ilha – como apontou Domício –, quanto pela terra que provê o sustento, lugar de morar e viver.

Achei muito interessante como o administrador Edrise Aires concebe a relação entre os nativos e a terra. Ele colocou que, se antes quem os assistia era o governo, hoje quem os assiste é o próprio território com a agricultura e a pesca, apresentando-se sempre como uma possibilidade de garantir a subsistência. “Noronha é o ‘pai’ do momento”, disse. Concordei com essa idéia ao analisar a

postura de alguns *nativos* como Edson, Jonatan, Francisco, Arnaldo e tantos outros que não possuem emprego formal e tampouco passam fome. Se estiverem sem dinheiro, pescam e vendem o peixe; limpam o mato das casas, pegam frutas de árvores espalhadas, almoçam na casa de familiares e amigos vizinhos. Mas a questão do território de Noronha ser o 'pai' ficou clara no dia em que, sem dinheiro, Arnaldo, Francisco e Jonatan resolveram pescar e após vender o produto da pescaria, cada um ficou com um valor aproximado de R\$ 150,00 - isso em três horas de trabalho. Estavam muito felizes com o resultado da 'empreitada' e agradeciam 'à ilha', 'a Deus', 'ao mar'. "*É uma maravilha viver em Noronha.... quem pode nesse mundo ser mais rico do que a gente heim?*" perguntaram para mim em meio as 'comemorações' pelo dinheiro obtido.

Outro momento muito interessante para analisar a relação diferenciada entre os nativos e a terra ocorreu num contexto muito distinto - por que não envolvia trabalho ou sustento e envolveu a presença de turistas. Estávamos no bar Ciliares⁷⁸, fim de tarde: eu, Arnaldo, Jonatan, Mauro e Antônio. Todos eles são nativos, de famílias antigas da Ilha. Conversávamos sobre pescaria quando um casal de turistas aproximou-se e sentou-se na mesa ao lado. Ele era estrangeiro e ela brasileira. Ele saiu da mesa e ela começou a falar conosco, pedindo informações, querendo se aproximar. Contudo ela possuía um tom meio desrespeitoso, diria um pouco 'folgada': "*E esse forró é bom mesmo? Os homens daqui sabem dançar ou não?*". Eu, na verdade, logo parei de responder as suas perguntas porque não gostei do seu jeito de falar conosco. Porém meus companheiros continuaram a responder tranqüilamente - sem deixar, contudo, de utilizar um tom gozador. Num dado momento da conversa ela disse "*Amanhã vamos acordar cedo para ver a porcaria dos golfinhos, fiz passeio de barco e não vi nenhum*". Quando ela disse "porcaria" referindo-se aos golfinhos, Antônio - que é considerado um dos melhores mergulhadores de Noronha, com amplo conhecimento sobre o mar, apresentando uma personalidade muito calma e paciente - ficou extremamente irritado. Eu nunca havia presenciado uma cena em que ele apresentasse sinais tão contundentes de irritação, mesmo quando bêbado.

⁷⁸ 08/10

De imediato passou a ser ríspido com a mulher: *“Porcaria de golfinho? Porcaria é você, o que veio fazer aqui heim? Você sabia que golfinho não aparece pras pessoas ruins?”*. Como Antônio era quem mais conversava com a turista até então, ao passar da brincadeira à grosseria, todos que estavam conosco fizeram o mesmo. Foram tão ríspidos, que chegaram a faltar com o respeito ao ponto de começar a dizer que ela ‘era puta’, que o cara era um gringo que ‘estava pagando tudo para ela’, que Noronha não era lugar para pessoas ‘como ela’. Nesse momento o acompanhante da mulher voltou à mesa e ela rapidamente pediu a conta. Foram embora do local com pressa, razoavelmente intimidados pelos homens que estavam em minha mesa. Na verdade, foram praticamente expulsos do lugar.

Esse episódio ilustra que, muito mais do que relações objetivas relacionadas ao sustento e à exploração do território enquanto pólo turístico, os nativos possuem uma relação claramente afetiva, que implica admiração e respeito, e são capazes de brigar – como pudemos ver – até com aqueles que são a sua principal fonte de renda, os turistas.

A Cultura local

“O tema cultura local de Fernando de Noronha é bastante polêmico. Em materiais publicados e no discurso de algumas pessoas que conhecem a ilha (especialmente os “haules”) predomina o argumento de que não há uma cultura noronhense⁷⁹. Em geral, essa posição é defendida de maneira bastante superficial, com a justificativa de ser uma ilha de colonização recente e de alta rotação migratória. Além disso, freqüentemente se aponta a ausência de manifestações culturais ou rituais característicos na ilha. (...) A questão da cultura noronhense é aqui tratada, no seu sentido mais amplo, não restrito à existência ou não de manifestações culturais, mas como modo de vida e identidade de um povo”. (IBAMA Plano de Manejo 2005: 204. Encarte 3 Parte I)

O comentário entre os ilhéus sobre a ‘falta de identidade’ do noronhense

⁷⁹ Esse debate já foi tema de diversos artigos publicados no Jornal do Comércio, PE, desde 1990, especialmente por Marieta Borges Lins e Silva.

'que não tem cultura', me chamou muita atenção enquanto estive no Arquipélago. Essa fala foi muito recorrente entre os moradores haoles e os turistas, embora alguns nativos também tenham afirmado o mesmo. Essa idéia - amplamente difundida por lá - faz sentido se tomarmos a cultura somente como aquela que se expressa a partir de 'festas típicas' ou de uma 'culinária específica'⁸⁰, já que realmente a sociedade local não apresenta 'manifestações culturais' que pudessem ser caracterizadas como próprias - como o maracatu em Pernambuco, por exemplo.

Nesse sentido, o passado de presídio e quartel faz parte da história e do desenvolvimento social de Fernando de Noronha com todas as suas conseqüências: a Ilha era um local voltado para a conduta vigiada, a punição e a imposição de uma disciplina. Jamais houve em sua história até a inauguração do primeiro governo civil, espaço algum para que tais 'manifestações culturais' emergissem e se desenvolvessem. As afirmações muitas vezes são proferidas em tom pejorativo e parecem não levar em conta um passado de certa forma cruel, onde seus dirigentes 'tinham mente de comando e não de governo'.

Como apontado no próprio Plano de Manejo (IBAMA 2005), entendemos que a cultura envolve um leque muito maior de elementos que não necessariamente se expressam por meio de 'festas típicas', mas nas atividades cotidianas que garantem, inclusive, a sua reprodução social e a sua continuação ao longo do tempo. Partindo dessa perspectiva, comecei a refletir sobre as práticas que distinguiriam a população nativa, do restante dos ilhéus; quais seriam as atividades que os moradores locais, haoles e nativos, enxergam como próprios do lugar e expoentes de uma identidade local?

Subindo a ladeira que vai da Praia do Cachorro ao centro da Vila dos Remédios encontrei com Artur Cândido⁸¹ (*nativo*), justamente no momento em que refletia sobre a questão 'da falta de cultura' local. Perguntei-lhe o que caracterizava

⁸⁰ Manifestações populares, que eu tenha presenciado, foi a Festa de São Pedro, que ocorreu com grande mobilização popular e participação da sociedade local. É uma 'romaria marítima' onde a população, com flores, usam praticamente todos os barcos da ilha para realizar uma trajetória que vai do Porto Santo Antônio até a ponta da Sapata (o outro extremo da ilha) e retornam à terra. Já o 'Peixe na Folha de Bananeira' e o 'Pirão de Peixe' poderiam ser vistos como uma 'tradição culinária'.

⁸¹ Em 17/08/2005

o nativo para ele e quais eram as atividades que sempre desenvolveram na ilha - e por esse motivo os diferiam dos outros moradores. Ele respondeu de imediato “o que define o nativo, fora ter nascido aqui é a intimidade com o mar [verificada nas atividades de mergulho e da pesca artesanal]”. Além desse critério, colocou que a criação de animais, a capoeira e o reggae são “as coisas que a gente gosta, que a gente faz”. Citou a festa do bumba-meu-boi, mas eu nunca vi nem participei de nenhuma delas. Interessante a sua resposta apontar a ‘intimidade com o mar’ quase que instantaneamente, como um elemento importante para a construção da identidade de *nativo*, pois sugestiona que para ser *nativo*, conhecer e possuir intimidade com o meio natural em que vivem é de suma relevância. A partir da conversa com Artur e alguns idosos, e da pesquisa realizada nos relatórios militares no Arquivo Nacional, identifiquei que as atividades desenvolvidas na Ilha desde os tempos do presídio e do quartel eram basicamente a agricultura, a pesca e a criação de animais. Também era comum naquele tempo realizar trocas com o resultado da produção individual, como forma de driblar as dificuldades enfrentadas na obtenção de alimentos. Sobre a agricultura, segue um relato obtido pelo IBAMA durante os estudos para a implantação do Plano de Manejo:

“Hoje é coisa de paixão. Em Noronha muitos bebem, especialmente, quando param de ter atividade. Eu tenho uma terrinha, gosto de plantar, mas não é atividade comercial. O que se mais faz é dar para as pessoas o que produzimos. É bom preservar isso. Tradição de trocar peixe por outras coisas. Mas esta tradição vai acabar morrendo com os velhos. Os novos não fazem mais, só vendem. Sei que a Dona Pituca até chorou por não haver mais troca. Isso acabou porque 80% dos verdadeiros ilhéus já morreram – o meu pai, Sr. Matos, Sulino, Alagoano, Canteiro. Viveram 40 anos juntos e foi o início de tudo. Agora só tem mesmo eu, o Sr. Cesário...(...)”. (IBAMA, Plano de Manejo APA/FDN 2005; 165 – 167. Encarte 3 Parte II)

Em minha entrevista com seu Campelo, ele deixou claro que a agricultura fazia parte da vida da ilha, mas que “*agora ninguém se interessa mais*” - numa clara referência ao turismo como a principal fonte de trabalho na atualidade - apesar “*dessa terra ser a melhor do Brasil*”. Colocou que a produção era importante por uma questão de segurança alimentar – assim como Dona Nice e Seu Chiquito, Dona Rita Flor, Otaciana entre outros. Seu Chiquito, inclusive, me

forneceu um relato bastante contundente sobre a sua situação com a proibição do Plano de Manejo da APA/FDN - que entrou em vigor em julho de 2005. Ele está na ilha há 48 anos e sempre criou animais. Agora está sendo pressionado a acabar com a sua criação porque o novo plano de manejo não permite mais animais na ilha. Seus olhos enchem de lágrimas durante o relato. Contou que a pressão é tanta que o governo o está impedindo inclusive, de conseguir lavagem para os animais: *“Eu ia sempre no hotel de trânsito pegar o resto da comida para os porcos, mas a última vez em que eu fui lá, o homem falou que não poderia me dar nem vender. Pôxa, meu porco vai morrer porque não tenho condições de criar na ração. A comida para os porcos é muito difícil”*. Diz que ganha muito pouco de aposentadoria e que a criação sempre complementou a sua renda, mesmo quando era funcionário federal ativo. Segundo o casal, grande parte do orçamento da casa vem do salário de Dona Nice, que ganha como Conselheira Distrital. Pelo o que pude entender sobre a questão da criação, Dona Nice estava liderando um movimento junto à associação de criadores para legalizar a situação daqueles que gostariam de continuar criando animais. Segundo ela, eles se enquadrariam nas normas da vigilância sanitária, construindo locais adequados para a criação e o abate, controlando o tamanho da criação e não deixariam os animais soltos. Segundo o Plano de Manejo:

“Alguns animais, como as cabras e vacas, por exemplo, são criados soltos, o que gera diversos problemas como erosão do solo, destruição da cobertura vegetal, pisoteamento de ovos das aves, invasão dos jardins das residências e destruição de sacos de lixo. O decreto distrital 006 de 1999 proíbe toda e qualquer atividade de criação e pastoreio de animais de pequeno e grande porte nas vias e logradouros públicos. A ADEFN é responsável pela apreensão desses animais e aplicação das sanções previstas na lei”. (IBAMA, Plano de Manejo APA/FDN 2005: 241. Encarte 3 Parte I)

Mesmo os criadores se dispondo a mudar a sua maneira de trabalhar com os animais – prendendo-os e seguindo as normas de higiene para o abate – os Governos Estadual e Federal não se mostraram muito dispostos a negociar. O conflito se dá principalmente porque apesar da criação ter sido uma prática iniciada no princípio da ocupação social definitiva da ilha - até por uma questão de

segurança alimentar – o governo está ‘propondo’ o seu fim sem uma prévia negociação e sem apontar alternativas de subsistência para aqueles que dependem desta atividade para complementar a renda. Esse é o ponto de vista dos ilhéus criadores. Percebi no relato de seu Chiquito uma enorme tristeza, demonstrando que se sente humilhado porque está sendo ‘forçado’ a acabar com sua atividade predileta -, mesmo que isso implique em queda do seu poder aquisitivo e acabe com a única atividade que possui hoje em dia. Durante a nossa conversa, ele apontou para um porco enorme que estava preso em seu quintal e disse: *“Ta vendo esse porco aí? Olha o tamanho do bicho... Vou ter que matar ele porque daqui a pouco entra essa lei aí. E eu vou ter que vender barato, ele vale muito mais do que eu sei que vou vender porque todo mundo sabe que eu vou ter que abater e não vou poder fazer na hora boa, que é o fim do ano”*. A tristeza dele emerge principalmente pela sensação de impotência frente à situação e a impossibilidade de continuar uma atividade que ‘ama fazer’.

Sua mulher, Dona Nice, demonstra a mesma insatisfação em relato para o IBAMA:

“(...) Fica triste de ver hoje que o governo não apóia a agricultura e pecuária. O Projeto Noronha Terra é uma fachada de muito dinheiro. Turismo, tudo bem. Agricultura, era a realidade de Noronha, uma ilha oceânica. Depois dos supermercados não falta mais, pois o setor privado conduz, é mais caro, ok. Antigamente, um avião de carga caiu. Foi a plantação e a criação que ajudaram. Passaram 30 dias sem feijão na década de 70. Isso pode acontecer de novo. (...) São poucos os que trabalham na agricultura e pecuária, pois morreram a maioria. (IBAMA, Plano de Manejo APA/FDN 2005: 170-171. Encarte 3 Parte II)

Observei que a maioria das pessoas “de fora”, ou seja, dos *haoles* que migraram para a Ilha nas últimas duas décadas, estão alheios a muitas dessas atividades e são os que conduzem os ‘supermercados mais caros’. Dedicam-se quase que exclusivamente para o desenvolvimento de serviços ligados ao turismo.

Um aspecto interessante sobre as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelos ilhéus do ‘núcleo fundador’ diz respeito à pesca. Atualmente há muitos pescadores *haoles* trabalhando como empregados nas embarcações, mas percebi

que a relação da população local com esses trabalhadores se dá de forma diferente do que acontece com os outros haoles em termos de aceitação, pois além de a atividade ser admirada, é reconhecida como uma atividade própria de quem 'sempre morou na Ilha', de gente 'humilde', não evidenciando uma 'exploração' do território, ao contrário de um empresário, por exemplo. Esse é mais um exemplo de que a intimidade com o território – que aqui se dá por meio da pesca – é uma importante via de construção da identidade nativa, já que só o fato de realizar uma atividade que supõe tal intimidade e conhecimento, aproxima a categoria de *haoles* da categoria dos *nativos*.

Com relação 'tradições' como práticas ritualizadas, elas se manifestam em ocasiões públicas e oficiais, e apresentam grande similaridade com as cerimônias militares, tão comuns em tempos de presídio e quartel, permitindo aos indivíduos a tanto a identificação de passado histórico comum, quanto a noção de continuidade cultural. Desta forma as comemorações institucionais apresentam-se como um exemplo da extensão da lógica organizacional militar para o âmbito das festividades e do lazer na atualidade. No dia 16/08/2005 aconteceu Festa de Abertura dos Jogos da Paz⁸², na quadra do Colégio Arquipélago. Segue a descrição, tal qual está registrada em meu caderno de campo. Peço, contudo, para o leitor ter em mente o fato de que era uma festa organizada para as crianças, incluindo o primário.

A estrutura física e ritual da festa está organizada nos mesmos moldes de uma festa militar. Há um orador que dá todas as 'coordenadas'⁸³ para os participantes da apresentação. No discurso de abertura, o orador chama a diretora, onde esta anuncia vários projetos da escola, terminando com uma colocação de cunho moral: "*Cuide da sua Família*". Grande abertura, pomposa, com pouca gente assistindo nas arquibancadas; o orador pede um minuto de silêncio em homenagem a Miguel Arraes. É uma festa para crianças cheia de ordens e discursos, com Hino Nacional, Hino de Pernambuco, Hino de Noronha e muita

⁸² Infelizmente, por questões técnicas explicitadas na introdução, a festa de abertura não pode ser fotografada.

⁸³ Se estivéssemos numa festa militar, eu diria que eram 'ordens' organizacionais para o desenvolvimento da festa sair como o planejado.

organização - onde cada criança, cada pessoa, tem o seu lugar certo. Há desfile de bandeiras: primeiro vem a do Brasil; em segundo a de Pernambuco; por último a de Noronha. A bandinha do colégio toca marchinha militar. Penso: 'Noronha é realmente filha dos militares'. Durante o Hino Nacional, orador pede que todos fiquem em pé, inclusive as crianças. *"Palmas para os alunos que trouxeram as bandeiras!!"*. Na entrada da bandeira a execução do hino quase falha. A pompa da apresentação quase estraga tudo, vejo as pessoas da organização ficarem nervosas. Finalmente o som se restabelece e o Hino Nacional é reproduzido do começo ao fim. Todos colocam as mãos no peito. *"Viva a bandeira! Viva a escola!! Viva Noronha! Viva!"*. Depois da execução dos Hinos, os alunos fazem juramento pelos jogos e acendem a tocha olímpica. Nada está fora da ordem: *"Peço que apaguem a luz central e que as mães das crianças que estão correndo na lateral da quadra tomem conta de seus filhos! Palmas para os condutores da tocha olímpica!!"*. O orador discursa quase que ininterruptamente; o áudio fica ligado o tempo todo e ele dá recados pessoais, e organiza a apresentação dizendo quem deve fazer o quê – inclusive mandar as mães recolherem os filhos que estão correndo sem parar de um lado para o outro e *"podem escorregar no chão molhado"*. O discurso é sempre moralizante: *"Só o esporte, a educação, e a assistência social farão um Brasil do futuro"*; mensagem proferida duas vezes. As crianças da Escolinha Bem-Me-Quer (jardim) e o primário entram na quadra - *"Palmas para as nossas crianças!!!"* - e dançam duas músicas da Xuxa. No clímax da música e da apresentação o orador diz novamente: *"Palmas para as nossas crianças!!!"*, repetindo a frase quando elas terminam a apresentação. *"Agora a turma da tia Tânia sai da quadra e senta na arquibancada. Palmas para a turma da Tia Tânia!"*. O orador anuncia a saída de cada turma e manda as 'tias' (professoras) recolherem os pompons e organizarem os seus alunos. Fala o nome de cada uma das professoras e penso na questão do controle pela informação. Anuncia então a *"Abertura individualizada de cada turma, da quinta à oitava série; os alunos fazem a abertura sob a orientação do professor"*. Explica tudo o que vai acontecer; apresenta os jurados⁸⁴ que darão notas para as apresentações, que se

⁸⁴ Figuras 'importantes' da sociedade local como a conselheira Ida Korossi (*haole*); representantes

converterão em pontos – e estes serão acrescentados à pontuação obtida nos jogos. Por fim, explica que cada apresentação será feita com base numa pesquisa sobre as regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Sul.

Quinta Série: Apresentação consiste num discurso com um fundo musical. Há uma coreografia relacionada, mas bem simples. Os alunos dizem os nomes dos estados pertencentes à região nordeste. *“Palmas para a turma representando a região nordeste!”*; *“Nossos alunos estão lembrando aqueles que o Brasil dá as costas!”*.

Sexta Série: Apresentação mais formal; basicamente um seminário de vários alunos; informações mais profundas que as apresentadas pela quinta série, usando painéis, mapas e fotos. Alguns alunos estão vestidos a caráter. *“Palmas!”* - sempre as ‘palmas’.

Sétima Série: Ato pela paz, música ‘Jesus Cristo eu estou aqui’ de Roberto Carlos. Todos cantam, inclusive a platéia. *“Palmas!”*. Enquanto toca a música, alunos ficam em círculo batendo palmas.

Oitava Série: Os alunos estavam encarregados da região Sudeste. Começam por São Paulo, o Estado mais industrializado. Formato de seminário, com bandeiras. Quando falaram em Tiradentes, todo mundo bateu palmas. Sudeste. Quando falaram do Rio de Janeiro colocaram música – Samba – com um mestre sala e porta bandeira.

A platéia grita, gosta do ‘show’. *“Cadê as Palmas!?”*, pergunta o orador. Apresentação com pouco conteúdo porque só trabalharam com a imagem cristalizada e o senso comum das regiões. *“Palmas para o Rio de Janeiro”*. Na apresentação sobre o Rio de Janeiro, colocaram também o Funk Carioca e dançaram uma música com o seguinte refrão: “Pega Ladrão que roubou o popozão” enquanto as meninas dançavam sensualmente e a platéia assoviava. No fim dessa apresentação, novamente o discurso moral: *“Esporte, educação, Solidariedade, amor e Paz farão o Brasil do futuro”*; *“Diga não às drogas”*; *“Brasil sem violência, sem corrupção!”*. Orientações para os jurados. Primeiro e Segundo

do Projeto Tamar e Golfinho Rotador. Interessante a presença desses indivíduos, pois dá um *status* de evento importante.

ano colegial realizam uma apresentação conjunta pela falta de alunos – insuficiente para duas apresentações separadas. Isso mostra a situação da evasão escolar entre os mais velhos, que ao possuírem mais autonomia para decidir se vão estudar mesmo ou não, acabam por deixar a escola. Podem estar trabalhando, ou estudando fora de Fernando de Noronha eu não consegui descobrir. Contudo acredito que o caso é de desvalorização do ensino por parte desses alunos. *“Todos competindo juntos, agora todos os alunos para a quadra”*. Orador para a festa, chama a atenção de todos e manda cada turma ficar em um lugar da quadra. *“Silêncio”*. Anuncia a turma vencedora. Há um desentendimento quanto ao vencedor. A diretora da Escola induz a reavaliação dos pontos e dá o segundo lugar como empate para uma turma que não havia entrado antes na classificação - e que por coincidência é a turma da sua filha mais nova. Depois Meiriane, aluna da escola me diz que foi roubo *“porque a diretora queria que sua filha ganhasse”*. De fato foi estranho o modo como se fez a avaliação e a classificação das turmas vencedoras. A festa termina com a criançada estourando as bexigas, acho que próprias para isso, fazendo um barulho que parecia fogos. Termina com as seguintes mensagens da diretora da escola arquipélago: *“Invistam, acompanhem, amem os seus filhos”*; *“Paz, amor e trabalho em seus lares”*.

A festividade⁸⁵ aconteceu de forma extremamente regrada, controlada dentro e fora da quadra (cenário das apresentações), com muita iluminação – a arquibancada onde estava a platéia era totalmente iluminada –, cheia de mensagem moral e exibição de muitas bandeiras. Surpreendeu-me a maneira como as crianças realizaram um verdadeiro ritual ‘militar’. A presença maciça era de moradores locais, embora trabalhadores humildes que residem no Arquipélago

⁸⁵ Durante o desenrolar da Festa, me senti extremamente incomodada. Depois de alguma reflexão, percebi que o fato de ser uma festa para as crianças – afinal, eles é que participam dos jogos – com uma extrema organização e com aquela cara de festa militar era o ponto de estranhamento. Pensei nas festas de crianças que tantas vezes participei – primeiro como criança, depois na idade adulta -, e nelas sempre havia o lugar da bagunça, da desorganização que é própria da idade e das festas infantis. Nunca ouvi numa dessas festas o Hino Nacional. Ou seja, o que me angustiava era ver aquele ritual ‘formal’ sujeitando crianças de cinco, seis anos a uma certa disciplina - que me pareceu exagerada e injusta para a idade delas. Ao mesmo tempo, percebi que todas as pessoas estavam gostando, rindo, se divertindo e colaborando com aquele ‘modelo’ de festa. Notei como a questão da disciplina se tornou algo natural, e que, mesmo num momento que ao meu ver seria próprio para uma certa bagunça, havia organização e obediência. Sentimento subjetivo o meu, mas parte de um estranhamento frutífero.

também estivessem presentes. A diretora da escola comandou a festa dentro e fora das quadras. Durante as apresentações, me lembrei da fala de Minervino (*nativo*) durante uma conversa sobre a população e os destinos de Noronha: “O povo de Noronha é um povo sem comando”. Embora nossa conversa fosse sobre o contexto político atual e a entrada de novos investidores na ilha, sua fala evidencia o quanto a sociedade é ‘filha do quartel’ por não ter condições de possuir uma ‘verdadeira liderança local’, e não possuir ‘comando’ – ao invés de ‘governo’.

Achei interessante a fofoca entre as crianças onde uma participante apontou abertamente o resultado como injusto ao favorecer a filha da diretora da escola. Podemos encarar esse fato como uma reprodução das disputas que ocorrem entre os adultos, onde a ligação com quem tem poder implica privilégios e eles serão realmente concedidos – o que favorece a emergência de conflitos. O que impressiona é que a acusação é uma sentença, onde uma criança reproduz o exemplo de raciocínio que os adultos fazem.

A comemoração do dia das crianças (12 de outubro) reforçou o caráter ‘militarizado’ das festividades. Havia palco para o discurso dos organizadores, incluindo o Administrador Edrise Aires; arquibancada para que os pais e mães ‘assistissem’ o desenrolar das brincadeiras; um palhaço ‘comandando’ festa, dizendo o que fazer, como e onde: “*agora a roda, vamos dançar de mãos dadas!*”; “*as mães podem dançar com a gente agora!*”; “*concurso de dança, só quem vai competir, venham aqui pra frente*”; “*agora façam fila para a comida! Tem pipoca e cachorro quente! Viva!*”.



Foto IX - Faixa comemorativa do Dia da Nossa Senhora Aparecida/Dia da Criança

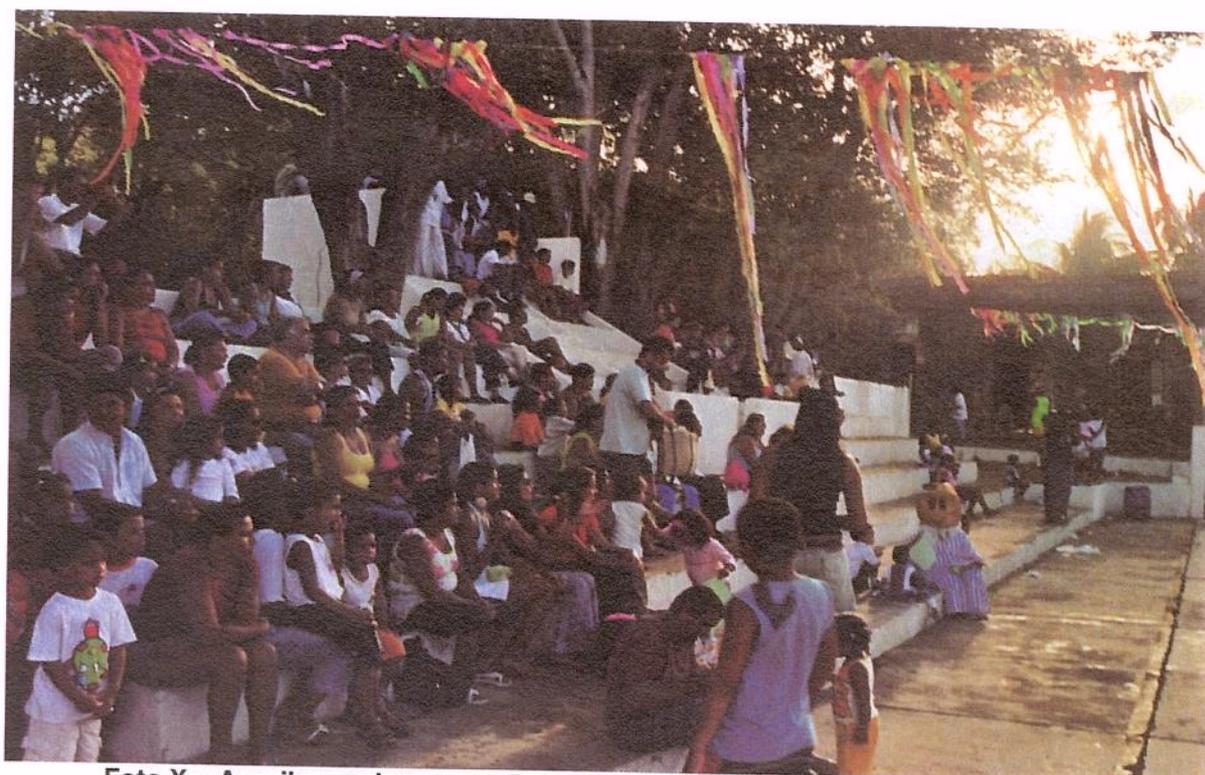


Foto X – Arquibancada para os Pais. De amarelo, o administrador Edrise Aires



Foto XI – Edrise Aires e o Conselheiro Carlos Flor saúdam as crianças

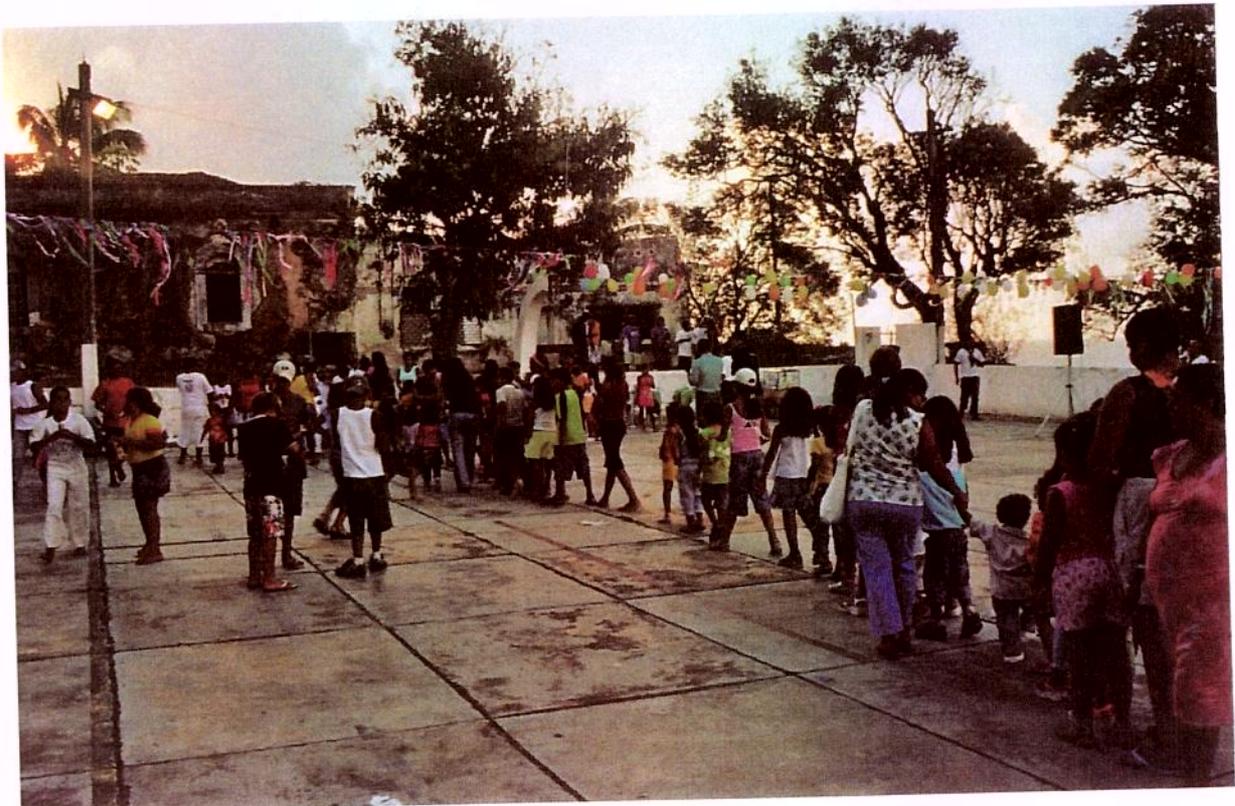


Foto XII – Fila para o cachorro-quente

1

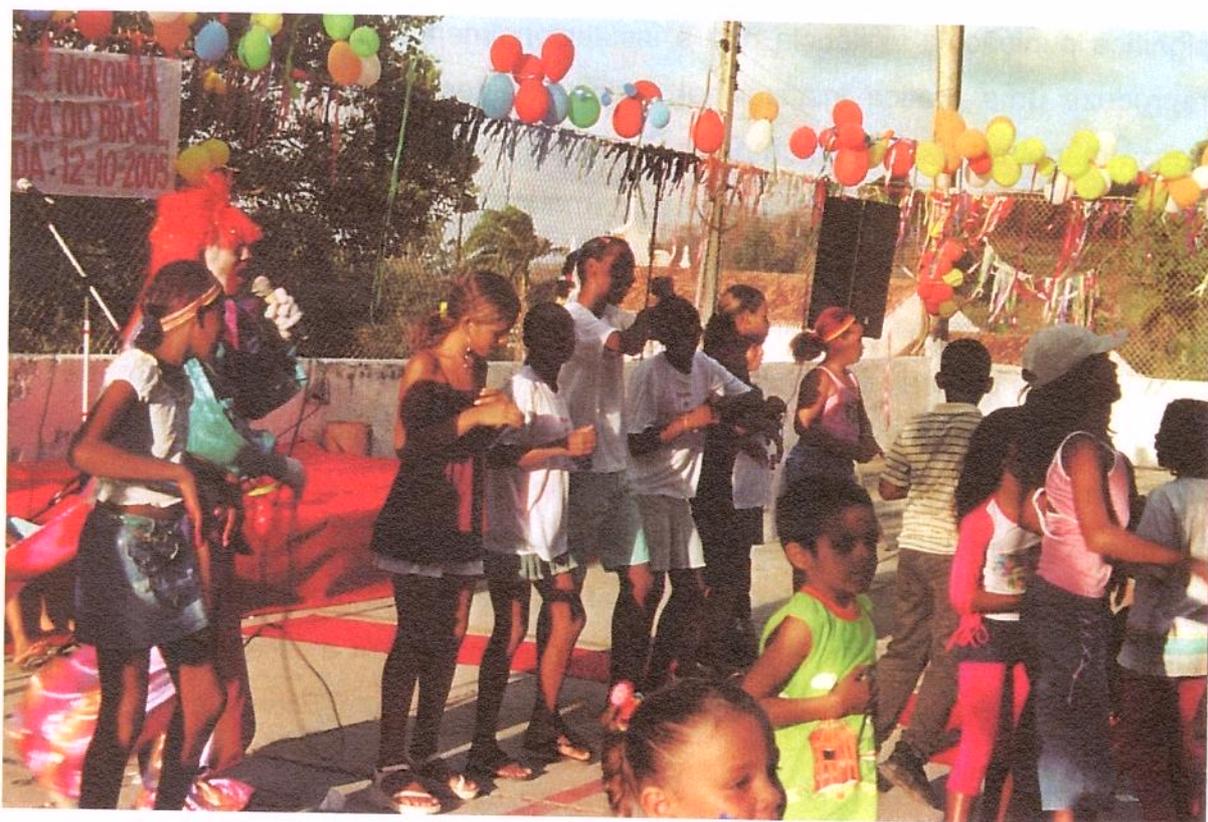


Foto XIII - O Palhaço 'comanda' a festa

É impressionante como as festas possuem um formato de festa militar, organizada, formal – com tudo no lugar. Na festa de sete de setembro – embora seja uma data comemorativa militar, impressiona a tentativa de reprodução o mais fiel possível de um evento militarizado: houve desfile de uma jovem banda tocando marchinhas, uniformizados, novamente o palanque para os organizadores e personalidades importantes, as crianças e os adultos cantando o Hino Nacional, o Hino de Noronha, carregando bandeiras.

Como dito anteriormente – e apesar do meu estranhamento pela falta de intimidade com festas caracterizadas dessa maneira – o mais importante foi notar que estas 'festas organizadas' (inclusive espacialmente) são referência para a sociedade atual, onde as pessoas pensam comemoração dessa forma, acham bonito, gostam de participar e se divertem nesse modelo de festa. Mais interessante é que organizam essa festa mesmo sendo civis – e isso é uma característica local. É como aprenderam; foi o exemplo que tiveram. Com certeza hoje em dia são comemorações muito mais descontraídas, - um excesso não

significa punição, a vigilância não é institucionalmente formalizada. Contudo, por reproduzir uma prática institucional antiga – antes o governo realizava a festa dessa maneira - essas comemorações carregam consigo elementos do passado - já que numa prisão a disciplina, a formalidade e a organização são partes constituintes da própria lógica militar.

Apesar dessa maneira de pensar e realizar festa se constituir numa característica cultural, esse aspecto não é privilégio da população de Fernando de Noronha, já que em muitas outras partes do país a influência do ritual militar também é visível. Entretanto, esse é um elemento que dentro da Ilha e entre a população, comunica uma história e atualiza uma memória comum – a do passado militar tão recentemente radicado do lugar. Nesse sentido, diria que um aspecto da identidade *de nativo* é se identificar com essa linguagem e reconhecer o que ela comunica, estabelecendo por fim o sentimento de pertencimento ao grupo e de continuidade cultural.

Podemos ainda citar o costume de realizar churrasco de carneiro para comemorações importantes, churrasco que antigamente era oferecido pelo exército em datas comemorativas e que ainda figura como uma maneira de dar relevância a uma dada comemoração – que inclui tanto as realizadas por organizações da sociedade civil⁸⁶, quanto festas realizadas por indivíduos. O status diferenciado de uma festa com fartura de carne tem suas raízes no passado:

“A carne, assim como os produtos de primeira necessidade, por se constituir em alimento de difícil aquisição, representa uma iguaria de valor inestimável à população ilhéu, pois, se não bastasse não ter sequer um osso para a sopa, se viam na contingência de conviver com os fartos churrascos promovidos pela equipe dirigente à guisa de confraternização. Esse outro lado da moeda – a fartura alimentar dos militares – era, em geral, acompanhado de desperdícios e do não pagamento da mercadoria, como apontam as descrições indignadas dessas cenas de ‘gula governamental’” (PEIXOTO 1988: 147).

⁸⁶ Durante a minha última visita, o Clube dos Veteranos realizou uma comemoração com churrasco, disponibilizando a entrada para todas as pessoas que desejaram participar; No mesmo período, Edson e sua esposa realizaram uma festa de aniversário, onde o principal atrativo foi o churrasco de carneiro ‘de graça’; e por esse motivo foi considerada uma super festa pelos participantes, pois “*havia muita comida e bebida de graça, não faltou nada, só vendo*” disse Edsoneide para a sua irmã que não havia participado.

Muitas foram as referências à fatura dos churrascos na época dos militares durante todas as minhas visitas à Ilha. Vale lembrar, entretanto, que esses comentários vinham acompanhados da constante comparação com os aspectos negativos das administrações recentes após a anexação: *“agora eles não facilitam nada pra gente, que dirá dar carne e churrasco! [risos]”*⁸⁷.

Outra prática importante (e interessante) é a dos roubos de galinha e de carneiro, praticados desde a época do presídio para as ‘festinhas’ e que hoje ainda ocorrem, só que em menor escala – coisa que está mudando não só pela proibição das criações, mas também porque agora a punição para tal fato se dá com mais severidade⁸⁸. Estava com alguns *nativos* quando eles lembraram algumas ‘caçadas’. Antes, roubavam do rebanho de Alonso, quando este ainda possuía uma grande criação que ficava solta nos morros da ilha⁸⁹. Hoje, ainda existem os carneiros selvagens – herança dos tempos do exército - e Arnaldo e Jonatan (*nativo*) de vez em quando ainda organizam uma ‘manobra’⁹⁰.

Eles informaram então quem eram os principais ‘ladrões’: Modesto, Moreno, Otávio, Arnaldo, Márcio, Eduardo e Jair. Exceto um, todos são excelentes pescadores de lagosta, ‘filhos da ilha’, descendentes de antigos moradores - três deles são da mesma família. Segundo Arnaldo, *“roubar carneiro não é pra qualquer um não é ‘muito difícil’, tem que correr em cima de feijão brabo [arbusto cheio de espinhos], burra leitera [árvore venenosa, em que suas folhas queimam a pele], fachero [cactus], fora as pedras e as pirambeiras. Se cair, já era! Teve um [carneiro] que se jogou do penhasco e eu fui segurar [risos]. Vixe, medonho! Ai o Jonatan disse ‘vai que isso ainda acaba com a sua vida’”*. Arnaldo dá risada ao

⁸⁷ Edson, *nativo* de aproximadamente 30 anos e filho de um morador do ‘núcleo fundador’.

⁸⁸ Há dez anos atrás, por ocasião da minha primeira visita ao Arquipélago, essa prática era realmente muito comum. Eu mesma comi, certa vez, galinha roubada. Porém, a atuação mais rigorosa da polícia tem contribuído para que essa prática diminua – fora a proibição das criações pelo IBAMA. Quando eu cheguei na ilha em agosto de 2005, fiquei sabendo que três jovens foram mandados para um presídio em Recife por terem sido identificados num roubo de carneiro e haviam acabado de retornar a Noronha.

⁸⁹ Atualmente não cria mais os animais, pois foi obrigado a liquidá-la por causa das recentes normas da administração e do IBAMA.

⁹⁰ Maneira como chamam a organização da caçadas de carneiro e a captura de lagosta. A manobra refere-se ao aspecto estratégico da realização de tais atividades. Como são proibidas, é preciso burlar a vigilância e os olhares, assim como evitar a fofoca. Por esse motivo, as ‘manobras’ ocorrem quase sempre de madrugada.

lembrar do companheiro dizendo “*não vamos chegar em casa sem carne que sua mãe é cheia de confusão! Faz confusão comigo, mas ela que é estragada, vive dando carne pros outros, esbagaça a carne!*”.

Esse relato revela pontos importantes. O mais fundamental é que os mesmos indivíduos que roubam carneiro capturam lagosta, atividades de difícil execução possibilitadas basicamente pelo amplo conhecimento e domínio sobre o território⁹¹ - e por talvez por esse motivo, identificadas como atividade de *nativos*.

Importante também é a fala de que a mãe de um dos ‘caçadores’ nascida na ilha (meu informante é da segunda geração de *nativos*) fazia o mesmo até quando estava casada com seu pai “*para beber pinga com os outros. Ela só não fazia caçar, mas impregnava tanto que os outro ia caçar pra ela*”. Nota-se, portanto, que a atividade foi passada de ‘mãe pra filho’. O segundo ponto diz respeito à fala de que a mesma mãe, ‘esbagaça a carne’ ao distribuir parte dela para os outros, revelando que a solidariedade manifestada antigamente pela doação mútua de alimentos entre a população continua, mesmo que em menor escala. Contudo, pela própria fala do entrevistado, percebe-se o desgosto de seu companheiro com tal atitude. Talvez por ser um alimento valorizado, ou por que hoje em dia as pessoas queiram se ‘aproveitar’ da carne adquirida com extrema dificuldade.

Entre o Sonho e a Assombração⁹²

Fernando de Noronha foi um território destinado a ser presídio e quartel desde o início de sua ocupação no século XVIII. A sociedade se estabeleceu a partir de uma estrutura social militarizada⁹³ - considerando aqui tanto seus aspectos institucionais burocráticos ligados ao Estado quanto os aspectos morais relativos aos valores e padrões de conduta que podemos relacionar à noção de

⁹¹ A palavra ‘domínio’ implica aqui, a idéia de trânsito efetivo sobre partes de difícil acesso do território terrestre e marinho.

⁹² Inspirado no título da tese de Peixoto: *Fernando de Noronha, Ilha de sonho ou assombração*.

⁹³ Interessante notar que na minha primeira visita a Ilha de Fernando de Noronha, eu pouco sabia sobre a história do lugar e ingenuamente me impressionei com a admiração e reverência aos que ocupavam cargos públicos e aos que eram militares. Posteriormente, em minha monografia e um pouco mais ciente da história local, comecei a sugerir que essas características ‘poderiam ser uma herança dos tempos dos militares’ (SANTONIERI, 2001).

cultura. Isso significa dizer que muitos fundamentos de sua organização e sua reprodução material e simbólica foram norteados tanto por noções de 'disciplina', 'hierarquia', 'vigilância', 'arbitrariedade', 'punição', 'castigo', 'dor', e 'sacrifício' quanto por idéias como 'traição', 'crueldade', 'maldição' e 'maldade'; todas usadas para caracterizar a população de comandantes, oficiais e presos desde os tempos de presídio.

Tornado Território Federal em 1942, os mecanismos de controle social ainda baseavam-se principalmente na coerção física, nas ameaças e no medo, ignorando os direitos da pequena população civil existente, que não possuía nenhuma participação política. A legitimidade do uso da força, aliada a presente e forte idéia de hierarquia, permitia a máquina burocrática ser enxuta, eficiente e detalhista. O rígido sistema de controle fazia com que as pessoas tivessem medo de falar e agir com liberdade, implicando ainda numa vigilância mútua entre os moradores. Quem não se enquadrasse às regras era expulso, seja porque não aceitava casar; seja porque reclamava das condições de trabalho, seja porque era bêbado ou 'transgressor'. Essa situação de extremo controle criou uma forte rede de solidariedade entre os moradores do Arquipélago, garantindo assim a sua sobrevivência nos momentos de maior dificuldade frente às constantes restrições impostas pelo governo – desde alimentação, moradia e trabalho até padrões de comportamento.

Os integrantes do 'núcleo fundador' emigraram, em sua maioria, da zona rural e canavieira do nordeste. A busca por condições de sobrevivência melhores do que em seus locais de origem fizeram com que os benefícios providos pelos governos militares – como oferecer moradia sem cobrança de luz e água, trabalho, terra para plantar, entre outros – fossem de suma relevância para que os indivíduos permanecessem na ilha, mesmo sofrendo abusos de toda ordem, subjugados a um rígido controle e a regras que abrangiam todos os níveis da vida cotidiana. O que importava era ter trabalho, moradia, educação e saúde (LIMA 2000: 106). Noronha poderia se apresentar para esses primeiros migrantes como uma terra de 'sonho' por sua extraordinária beleza e pela garantia de que as suas necessidades básicas seriam supridas. Entretanto, se a tutela governamental

significava um importante atrativo à migração para a ilha, constituía-se também em uma das premissas da dominação. Dessa forma, pouco a pouco o cotidiano da ilha foi revelando uma outra faceta até então encoberta: o ‘assombroso’ sistema de controle e sujeição.

A mudança de status jurídico da Ilha, de presídio para quartel, não alterou certa visão institucional sobre a população ali residente, pois não houve nenhuma ruptura significativa já que a sociedade continuava ‘vigiada’, ‘disciplinada’ e ‘hierarquizada’, composta por presidiários. Justifica-se assim, o controle sobre todos os passos dos indivíduos, embora as brigas, assassinatos e tramas fossem cada vez menos recorrentes no dia a dia da Ilha a partir de então. Domicio Cordeiro afirma certa visão do Estado com relação à população de Fernando de Noronha: *“O Estado sempre disse que vivíamos na barba do Estado. ‘Em se plantando tudo dá; não se plantando tudo dão’.* Isso mostra a idéia dos governantes de que as pessoas aqui eram todas preguiçosas, alcoólatras, as mulheres prostitutas e os homens cornos”. Sua fala evidencia a visão generalizada de uma sociedade ‘acomodada’, formada por pessoas que ‘herdaram’ o comportamento de ‘cidadão de direitos e não de deveres’, além do ‘caráter duvidoso’.

Para além do comportamento ‘comodista’ – amplamente usado para caracterizar a população local -, existe a questão da ‘falta de cultura’. Em material elaborado por Marieta Borges disponibilizado para consulta no museu da ilha – um dos únicos sobre a história e a formação da sociedade local ao alcance dos moradores – percebemos que esse passado, incorporado ao discurso oficial, ajuda a construir uma imagem da população local auto-referenciada de uma ‘população sem cultura’ e ‘sem raízes’. No capítulo destinado ao Ilhéu, sua origem e seu modo de vida, encontramos logo na primeira linha:

“O conhecimento da história de Fernando de Noronha evidencia uma verdade inegável: o ilhéu, o noronhense, é um homem sem raízes, sem o peso secular das experiências de outros povos e até mesmo do seu próprio país [continua duas páginas adiante] em determinadas ocasiões, o requinte de perversidade guiou ações desumanas e cruéis, atiçando (ao invés de corrigir) instintos bestiais, pela degradação com que era o preso tratado. É a história da tortura, do

tratamento animalesco, da humilhação, do castigo físico. É a história das fugas espetaculares, dos sonhos de liberdade guiando ousadas travessias em frágeis embarcações. É a história de muitos e muitos anônimos 'fora-da-lei' vivendo a infecta e desnutrida vida de condenado, sem sequer se aperceber da beleza que o rodeava...⁹⁴.

Nota-se que o material é um dos únicos disponíveis para a população e foi elaborado exatamente para viabilizar um 'conhecimento' sobre a sua história. A autora começa tratando os ilhéus como homens que não possuem o 'peso secular das experiências' e, contraditoriamente, termina afirmando que possuem sim uma história. Infelizmente essa história apresenta inúmeros aspectos tristes, conflituosos e até mesmo contraditórios, pois calcados numa 'infecta vida de condenado' e em 'ousadas travessias'. Essa é, inegavelmente, a experiência passada da comunidade de Fernando de Noronha, que se desenvolveu, inclusive, atrelada a uma certa visão institucional sobre os usos e funções da ilha.

Essa visão institucional sempre concebeu a sociedade de Fernando de Noronha como de 'segunda classe' e foi exposta com clareza pelos ilhéus na "Carta Aberta ao Governador de Pernambuco e aos Deputados da Assembléia Legislativa Estadual", redigida por lideranças nativas e haoles na ocasião da reanexação da Ilha ao Estado de Pernambuco:

"Enquanto cidadãos de 2ª classe – 'status' que a Constituição Pernambucana atribui aos noronhenses – não podemos fazer muito mais do que expressar nosso repúdio e indignação⁹⁵"

O 'status de 2ª Classe' é a maneira como os moradores percebem a visão institucional sobre a comunidade; se antes ela se baseava na idéia de uma sociedade formada por 'sicários', ladrões e assassinos; o 'status 2ª classe' parece se justificar depois porque formada por migrantes humildes, sem escolaridade e 'comodistas'. Essa visão é de alguma maneira incorporada à visão dos próprios noronhenses: *"Que identidade esse povo pode ter?! Aqui você encontra descendentes de presos e de militares de baixa patente, serviçais de baixo nível*

⁹⁴ Segue em anexo (IV) a capa da apostila e a cópia do trecho citado, pois essa apostila elaborada por Marieta Borges possui apenas o título "Arquipélago de Fernando de Noronha" e as páginas não são numeradas.

⁹⁵ Diário de Pernambuco, 7 de setembro de 1990, Recife.

cultural. Pessoas íntegras e honestas com um perfil de subserviência”, analisa Domicio Cordeiro. Essa visão é reforçada principalmente pelo fato de que os moradores do Arquipélago em nenhum momento da sua história elegeram seus governantes – como se ‘não merecessem’ ou ‘não fossem capazes’.

Outro fundamento importante para a construção da identidade nativa é a sua relação com o território. O fato de o ‘núcleo fundador’ ser formado principalmente por criadores, pescadores e agricultores implicou desde o início o envolvimento em atividades ligadas a terra. Essa característica vai além do exercício de tais atividades, ao estabelecer uma relação de afetividade e de respeito com a terra, adquirida por meio de um conhecimento prático. Assim, desde a minha primeira visita ao Arquipélago em 1995 notei que demonstrar intimidade com o mar, por exemplo, é uma forma de marcar uma diferença e um pertencimento: “*todo nativo sabe mergulhar, pescar um peixe, ou simplesmente entrar no mar nos locais adequados*”⁹⁶. Veremos adiante inclusive, que a identidade de *nativo*, ao colocar o domínio sobre o território como um dos seus principais vetores de identificação e diferenciação, traz consigo toda a carga simbólica das proibições passadas.

O objetivo deste capítulo foi conhecer a experiência passada da comunidade enquanto fundamento de uma memória comum e de uma história compartilhada, para compreender como é que ela se atualiza no presente - tanto no plano simbólico quanto no plano da prática social.

⁹⁶ O mar de Noronha não é brincadeira: muitos foram os casos de pessoas que não o conheciam e se afogaram em locais rasos por se desesperar com a correnteza. Essa fala é de um nativo de aproximadamente 21 anos que trabalha como guia local e é descendente de uma das maiores famílias do núcleo fundador

“... Noronha, Noronha
O tempo passa num vacilo nós esquece
União e uma prece pr’esse nó se desatar
Sua juventude, na sua inocência
Tinha que dar continência a um tal de coroné
Já foi Marinha, Exército, Aeronáutica
Natal e Pernambuco e essa Ilha de quem é?
É mais um nó ...”⁹⁷

CAPÍTULO III

Do Governo Militar ao Parque Nacional

A partir da transição do governo militar para o governo civil no ano 1987, a sociedade de Fernando de Noronha começa sofrer mudanças significativas. O Governo do Estado de Pernambuco viabiliza a exploração econômica do território, ao incentivar o desenvolvimento do turismo, ao mesmo tempo em que o Governo Federal cria novos mecanismos de controle, de vigilância e de punição - adequados a sua recente condição de Parque Nacional Marinho. De fato, com a implantação da Unidade de Conservação passam a ser fiscalizadas práticas que antes eram livres.

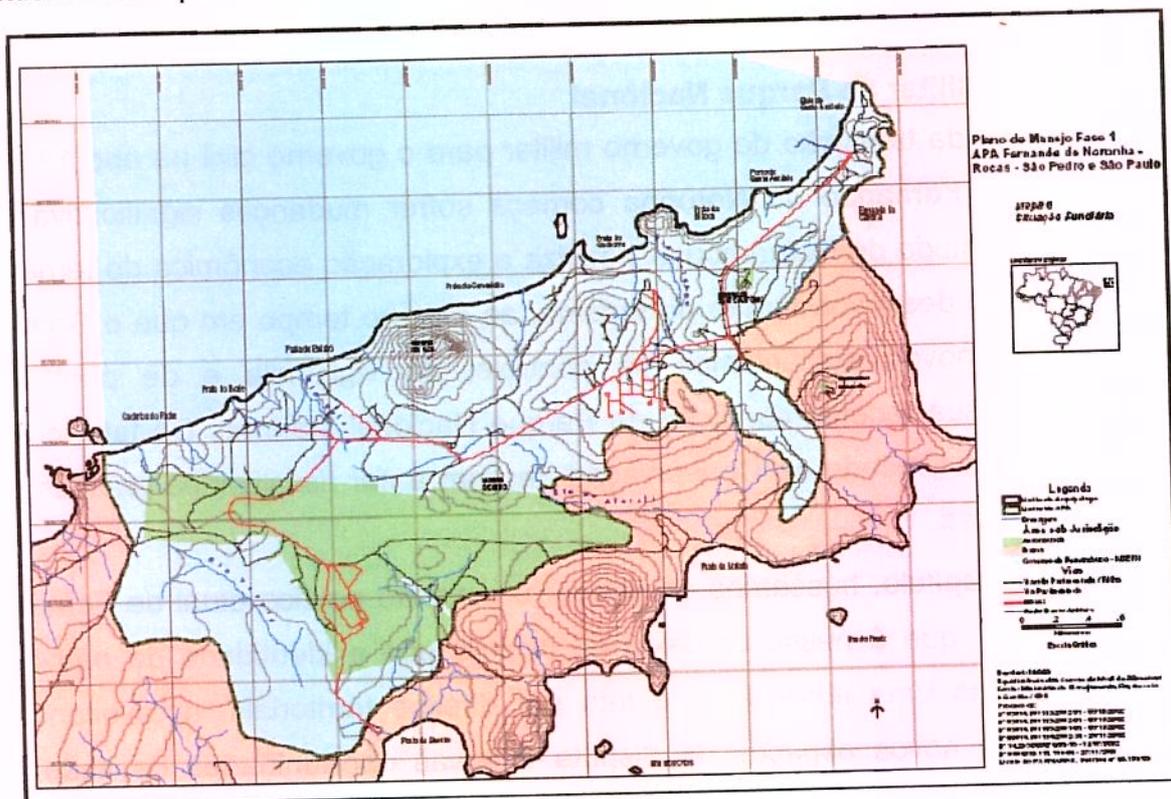
Neste capítulo, buscamos esclarecer o contexto político atual de Fernando de Noronha já que é nesse contexto de disputa que a identidade de *nativo* se manifesta como uma estratégia de luta por direitos territoriais, aproveitando o surgimento de novos espaços de disputa e novas oportunidades de ação. Ao receber diferentes estímulos, os moradores da ilha começam a negociar esses espaços, tanto ao fazer parte do quadro estatal-administrativo, quanto ao se organizar em associações para atuar coletivamente em prol de seus interesses⁹⁸.

Hoje, em Fernando de Noronha, existem duas Unidades de Conservação Federal: o Parque Nacional Marinho (PARNAMAR em 70% do Arquipélago) e a Área de Preservação Ambiental (APA/FDN nos outros 30%); outra unidade de conservação foi criada por PE - uma APA Estadual sobreposta a APA Federal.

⁹⁷ Música de Jú Medeiros, haole da década de oitenta e artista local.

⁹⁸ O medo de falar e agir com total liberdade persiste até a atualidade - mesmo que não explicitamente como no passado -, pois há perseguição política contra aqueles que enfrentam o governo ou seus governantes, assim como há o peso representado pela reprovação por parte da sociedade.

Para além das UC's, todos os imóveis configuram-se como Patrimônio da União. O Estado de Pernambuco brigou pela titularidade da terra durante anos⁹⁹ e, com a anexação no final dos anos 80, criou o Distrito Estadual – uma exceção no Brasil, conflitando com os dispositivos Constitucionais. Além disso, grandes somas de dinheiro público (federal e estadual) foram investidos na ilha, evidenciando ainda mais a sua importância no âmbito da política nacional¹⁰⁰.



Mapa III – Situação Fundiária: o território dividido entre o IBAMA (área rosa), a Aeronáutica (área verde) e o Estado de P.E. (área azul)¹⁰¹

⁹⁹ Segundo o antigo Administrador Sergio Salles durante uma audiência pública: “no momento em que assumimos a gestão da Ilha, existia uma demanda do Estado de Pernambuco que tramitava no Supremo Tribunal Federal, buscando a titularidade da terra em Fernando de Noronha. Essa demanda perdurava já por cerca de 12 anos (...)”. Evento N° 0224/02 em 09/04/2002. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação; Comissão de defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

¹⁰⁰ Ainda segundo o antigo Administrador da Ilha, “a partir de 1995, foram iniciados vários investimentos em infra-estrutura, viabilizados financeiramente pela União, uma iniciativa do então Ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause (...) Para resumir, esses investimentos totalizaram, nesses sete anos, algo em torno de 25 milhões de reais”. Evento N° 0224/02 em 09/04/2002. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação; Comissão de defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

¹⁰¹ Todos os mapas utilizados neste trabalho foram retirados do Plano de Manejo APA Fernando de Noronha – Rocas – São Pedro e São Paulo. Brasília, Junho 2005.

Podemos afirmar então que a disputa territorial é intrínseca a História de Fernando de Noronha, onde a 'confusão' administrativa sobre o uso do território e a sua legislação, ultrapassa, e muito, os seus limites geográficos, reportando-se, a um centro de decisão completamente externo e 'poderoso' – ao mesmo passo que o reconhecimento institucional de certos direitos aos moradores locais possibilitou a sua inserção de forma mais direta no campo das disputas políticas.

A instituição total como parte da Cultura da Ilha

No novo contexto administrativo a burocracia estatal¹⁰² passa a ser o principal mecanismo de controle, burocratizando os mais diferentes aspectos do cotidiano - exercendo dessa forma um controle eficaz sobre os mínimos detalhes da vida dos indivíduos. A estrutura burocrática, ao deixar de ser militar, incha seus quadros nos moldes do funcionalismo público brasileiro – como disse o nativo João Fernando – criando uma máquina de fiscalização que cresce desmesuradamente. Segundo Goffman, o conceito de 'Instituição Total' se define como:

“Local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. (GOFFMAN apud PEIXOTO, 1988:04)

Essa definição é aplicável ao caso de Noronha enquanto ilha fortemente administrada durante todo o seu processo de desenvolvimento político, econômico e social. Podemos verificar esse alto nível de burocratização do cotidiano nos protocolos e as autorizações que controlam diferentes aspectos da vida insular - autorização para morar, construir, receber parentes e esposas, comprar carro, moto¹⁰³, carteira de identificação diferenciando os moradores temporários dos permanentes. Há, inclusive, uma catraca no aeroporto que registra a entrada e a saída de todos os indivíduos¹⁰⁴.

¹⁰² Ao nos referirmos aqui ao Estado, nos referimos tanto ao Governo Federal representado pelo IBAMA, quanto o Governo Estadual de Pernambuco representado pela Administração.

¹⁰³ No anexo IV temos uma carta redigida por um nativo à administração, solicitando a permissão para comprar uma motocicleta.

¹⁰⁴ Em anexo (Anexo V), ficha do controle migratório de preenchimento obrigatório para todos os visitantes da ilha.

Os assuntos ligados à infra-estrutura urbana e à população – como, por exemplo, os citados acima - dizem respeito à administração estadual, que tem sua sede no Palácio São Miguel. Fui ao palácio para falar com a assistente social¹⁰⁵, no entanto ela não me atendeu. Esperei por mais ou menos duas horas e fiquei observando o movimento. Várias pessoas estavam a sua procura – pude observar que ela realiza a mediação entre as pessoas com problemas no departamento de infra-estrutura (responsável pelas construções) e o seu diretor. Entendi que estava para ocorrer uma reunião - aproveitando que ele estava na ilha, já que seu escritório é em Recife -, para legalizar e viabilizar obras que estavam pendentes. Contudo, ter permanecido durante toda a parte da manhã no palácio esperando a assistente social¹⁰⁶ foi interessante para observar o movimento daqueles que estavam a procura de resolver as burocracias referentes ao universo da vida cotidiana – burocracias impostas pela administração em prol do controle. Muitas foram as conversas, todas importantes.

Lola (*haole*), antiga dona da empresa de mergulho Águas Claras é moradora da ilha há dez anos. Fez um relato que me surpreendeu pela forma como a burocracia está intrinsecamente atrelada ao exercício do poder. Um episódio simples e até mesmo insignificante como um conserto de uma cama quebrada, a obrigou a percorrer uma verdadeira ‘jornada’ entre pedidos, ‘visitas vigiadas’ e autorizações. Começamos a conversar quando ela se lembrou de mim da época em que morei na Ilha e assim como muitas outras pessoas, perguntou se eu tinha voltado para ficar¹⁰⁷. Eu sorri e respondi que estava fazendo minha pesquisa de campo para a dissertação de mestrado e não tinha intenção de morar lá de novo, pois não me adaptaria. “*A Natureza seleciona o indivíduo que se fixa nela*”, disse Lola, citando um autor que conhecia. Interessante essa idéia, pois é realmente difícil morar em Noronha justamente pela dificuldade imposta pelo alto controle institucional, mas também por causa da ‘natureza vigilante’ da população residente, onde ninguém pode fazer nada e permanecer incógnito - muitas vezes sujeito aos

¹⁰⁵ Foram dois dias de tentativa: dia 19 e 20/10/2005

¹⁰⁶ E mesmo assim, quando expliquei sobre o que era a entrevista, ela pediu para eu voltar outro dia, pois não teria tempo de responder uma pesquisa tão longa.

¹⁰⁷ O interesse dos mais diversos tipos de pessoas em morar em Noronha é tão grande, que muitos amigos se surpreendem quando digo que não moraria mais lá, apesar da grande oferta de trabalho.

comentários maliciosos e moralistas. Ao falarmos das dificuldades, ela me contou o que estava fazendo no palácio: *“Pegou cupim no meu estrado e eu precisei de um compensado. Como a administração proibiu a venda de compensados por causa das ‘casas’¹⁰⁸ que o pessoal faz, vim aqui explicar para eles porque eu precisava de um. Então o rapaz foi lá em casa, olhou minha cama e autorizou a compra. Não deu a autorização na hora, porque faz parte do procedimento, então eu vim buscar aqui. Busquei a autorização no dia seguinte e quando fui na venda de seu Antônio não tinha mais compensado. Isso faz dois meses. E Olha que uma folha de compensado lá fora custa R\$ 90,00 e aqui é R\$ 200,00!”*.



Foto XIV – Exemplo de casa construída com Folha de Madeira (madeirite)

O relato de Lola é um bom exemplo de como tudo é registrado e anotado, de forma que nada passa despercebido pelo Estado controlador. Segundo Foucault, a sociedade disciplinar é:

¹⁰⁸ Esse material era vendido livremente, principalmente antes do surto de favelização da ilha, justamente por não ser caracterizado como material de construção e constituir-se num material de custo baixo. Esses compensados foram muito usados para construir barracos e puxadinhos. Depois do surto, a administração passou a controlar a venda dos compensados como controlam a venda de cimento e tijolos.

“atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais – é a utopia da cidade perfeitamente governada”. (FOUCAULT, 1997:176).

A sujeição da população a uma certa estrutura de poder continua mesmo com a inauguração do Governo Civil, embora agora concentrada no seu aspecto burocratizado; se antes a burocratização permitia reunir informações para controlar por meio do terror, da tortura e do medo da punição, hoje essa estrutura funciona quase que da mesma forma, - diferindo-se somente no tipo de punição: o castigo e a tortura deram lugar à limitação de direitos – como, por exemplo, ligar água e luz num terreno ou comprar um carro. O caso de Manuela ilustra bem essa situação. Quando a encontrei no palácio São Miguel, ela já disparou de imediato como quem precisa falar: *“Não agüento mais”* desabafou, *“todo dia eu venho aqui, de segunda a sexta. Só se eu dormir aqui dentro do palácio! A Cristina [chefe do controle migratório] disse que vai colocar um birô aqui pra mim! Eu vou conseguir as minhas coisas na marra! Eles vão liberar minhas coisas só para não ter mais que olhar na minha cara todo dia!”*. Relatando seu caso em seguida: *“Não consigo ligar a luz no meu terreno! Como a CELPE daqui não resolvia, liguei para o 0800. Daí chegou a ordem para ligar, mas o diretor daqui barrou porque não tinha autorização! Pô, eu sou uma cidadã ou não? Tenho direito a ter água e luz no meu terreno ou não? Pago meus impostos, não devo nada para ninguém. É um absurdo!! Ainda por cima ficam me jogando de um lado pro outro dizendo que uma hora tenho que falar com um, outra hora com outro e os dias passando”*.

Esse caso é muito interessante para mostrar também como, por meio de um sistema de informação unificado entre os diversos setores da administração (controle migratório e departamento de infra-estrutura, por exemplo), o Governo do Estado construiu um sistema rigoroso de controle. As travas e amarras da burocracia institucional sujeitam os indivíduos a cumprirem todas as normas vigentes, sob a condição de ter negado todo e qualquer pedido dentro de diferentes

departamentos. Fiquei sabendo de seu caso em detalhes ao encontrá-la no caminho do palácio num outro dia¹⁰⁹. Ela estava indo falar com o administrador sobre a situação da sua construção - uma construção classificada como mista - churrascaria e casa no mesmo terreno. Pelo o que pude perceber, está bem encrencada com a administração. A construção dela foi embargada porque apesar de entregar o projeto para a administração, começou a construir antes de receber a autorização – dada a demora de alguma resposta. Além disso, seu projeto de construção foi elaborado com um orçamento de aproximadamente R\$ 100.000,00, o que é muito caro para ela que é mãe solteira de três filhos e até então trabalhava principalmente como taxista. Diante das dificuldades financeiras, ela resolveu adaptar o projeto para que pudesse começar com uma pequena construção, possibilitando assim, iniciar o seu trabalho na churrascaria e, com isso, pouco a pouco, executar o projeto total. No entanto, ao mudar o projeto oficial com auxílio de amigos arquitetos, a administração exigiu que ela fizesse um novo – o que custa, segundo ela, R\$ 5.000,00¹¹⁰. Resolveu então que ao invés de comprar outro projeto, investiria em material de construção que não fosse proibido, como o bambu. Trouxe num barco de carga e construiu em seu terreno com auxílio de amigos, um pequeno retângulo coberto com telha durante uma madrugada - onde já havia uma base de cimento que começou a construir anteriormente. A administração, ao fiscalizar a obra, informou então que ela estava ilegal, pois não seguia o projeto¹¹¹. Disse também que a construção não poderia estar ali – e não entendi por qual motivo, já que a base estava construída há algum tempo. Então, na madrugada seguinte, foram todos lá (ela e seus amigos) e transferiram a estrutura para trás da base de cimento. Contou-me isso morrendo de rir. *“Eles é que se danem... porque enquanto eu puder eu vou fazer, mesmo sem autorização”*. Esse é o motivo que a impede de conseguir autorização para fazer a ligação de água e luz no seu terreno. Isso porque tanto a CELPE (companhia de Luz) quanto

¹⁰⁹ Dia 07/10/2005

¹¹⁰ Não sei se é o preço de mercado para Noronha ou se é a falta de profissionais que lá atuam. Achei o valor muito caro, mas outras pessoas me confirmaram o mesmo preço, como Airton.

¹¹¹ No Anexo VI, temos uma carta redigida pelo próprio punho em que Manuela pede ajuda aos conselheiros para resolver os seus problemas junto a administração e o Departamento de Infra-Estrutura (2004) e uma outra (escrita em 2005), destinada à responsável pelo citado departamento, buscando ainda resolver o mesmo problema.

a COMPESA (companhia de água) pedem a autorização¹¹² da administração, o que ela ainda não possui. *“Pô! São direitos meus não são? Sou cidadã, quero usufruir do terreno que eles me deram! Não posso usar o lugar que eles dizem ser meu!? Como eles podem me negar esse direito?”*

Manuela contou outro episódio interessante. Quando ganhou um carro de sua mãe, era obrigada a permutar os carros, ou seja, enviar o da família para fora da ilha para poder trazer o seu. Contudo, não queria fazer a permuta porque tanto a mãe quanto ela precisavam ter seus próprios carros – cada uma com suas necessidades. Então ela foi à delegacia conversar com o delegado, dizer que não queria permutar o carro, que ela e sua mãe tinham direito a possuir seus próprios bens, *“já que tem um monte de gente que nem da ilha é e tem locadora, 10, 15 carros pra uma locadora e a gente não pode ter o nosso de uso pessoal!”*. O delegado sugeriu então que ela desembarcasse o seu carro de madrugada e simplesmente não embarcasse o outro. Ela seguiu o conselho do delegado e a família ficou com os dois carros. Acredito que esse fato tenha contribuído para que Manuela ficasse ainda mais ‘marcada’ pela administração, sendo ‘perseguida’ por enfrentar o Governo da ilha. *“Eu vou conseguir as minhas coisas na marra, não quero nem saber”*.

Outro caso relatado por ela foi sobre o Bar que administra junto com um amigo, num espaço alugado. O um funcionário imprescindível para o funcionamento do negócio ficou doente e teve que ir às pressas para Recife. Ao pedir a autorização para outro funcionário, ela não foi atendida sob a alegação de que sua construção é ‘irregular’. Depois de algum tempo eu soube que um novo funcionário havia chegado. Ao perguntar pra ela se a administração finalmente autorizara a vinda dele, ela me respondeu que *“não, mas eu disse que era meu noivo e que a gente vai casar”*. *“Casar!?”*, perguntei espantada. *“Se precisar casar mesmo eu caso, que se dane, preciso do funcionário! Depois eu separo...”*. Vemos que a sua pendência no departamento de infra-estrutura é o motivo pelo qual são negados todos os pedidos que faz à administração. Em outro momento ela pretendeu contratar uma babá do continente e também não pôde – dos filhos, um é

¹¹² Essas medidas estão asseguradas pelo Termo de Ajustamento de Conduta, 2002.

adolescente e duas são crianças pequenas. Disse então que *“eles não deixam eu trazer os funcionários que preciso, e não me ajudam a trabalhar, ganhar o meu dinheiro por mim mesma... Pó! Com esse negócio eu levanto o outro!”*.

O caso de Manuela exemplifica como esse sistema único de controle funciona, onde uma pendência no departamento de infra-estrutura impede o departamento de controle migratório de autorizar a contratação de funcionários vindos do continente. Esse é também um exemplo de como o extremo controle sobre a vida dos indivíduos atinge diretamente o seu desenvolvimento econômico – mais um fator de intensificação de conflitos e disputas entre *nativos* e *haoles*.

Há também uma outra questão interessante: os ilhéus acusam a administração de conceder privilégios a algumas pessoas, dificultando a vida de outras. ‘Aqui nada pode e tudo pode’ ou ‘Uns podem tudo, outros podem nada’ são falas recorrentes entre moradores de ilha, nativos e haoles. No limite dizem que as regras são destinadas à maioria, mas que uma minoria é beneficiada. No segundo dia em que estava na sede da administração¹¹³ tentando falar com a assistente social, comecei a conversar com Dona Edilene (*haole*), moradora há vinte e cinco anos, que aguardava uma conversa com o responsável pelo departamento de infra-estrutura: *“É muito abuso de poder! A Lei aqui vale para 90% da população, para os outros 10% não. As coisas erradas são sempre jogadas, atribuídas aos outros, à administração passada, e a atual se redime de sua responsabilidade”*. Falei sobre o projeto de Manuela que tramita há muito tempo na administração sem que ela receba nenhum retorno ou diagnóstico sobre a sua situação. *“Eles fazem isso mesmo, é uma estratégia deles para controlar as pessoas”*. Na verdade toda a conversa começou com o tema controle. Dona Edilene me explicou que Manuela não consegue ligar água e luz em seu terreno por causa da Lei Orgânica que diz que todas as empresas que funcionam na Ilha têm que trabalhar junto com a administração. Para terminar, disse que *“quando querem fazer uma coisa, chamam a atenção para outro lado, então quando voltamos o foco, a coisa já está feita. É como Brasília! Quem tem influência e dinheiro se dá bem, faz o que quer!!!”*.

De fato isso ocorre e talvez o exemplo da pousada de Luciano Huck seja o

¹¹³ 20/10/2005

mais visível de todos. Quem me contou detalhadamente como o empresário e seus sócios conseguiram entrar na ilha e construir a pousada foi Domício Alves Cordeiro, atualmente vice-presidente da Assembléia Popular Noronhense:

“Antes era um alojamento de madeirite da Queiroz Galvão (1998) e seu Cachoeira era o encarregado. Zé Gaudêncio [Segundo Diretor do Parque Nacional] era assessor de Heleno Armando [nativo e primeiro diretor] e Sérgio Salles [administrador da ilha na época, antes de Edrise Aires, atual administrador] assessor do Gustavo Krause. Então o PFL viu a oportunidade de desenvolver aqui o turismo ambiental. Zé Gaudêncio não tinha onde morar e vai para o tal alojamento. Sergio Salles é amigo pessoal de Gaudêncio e lhe confere o status de cidadão noronhense em outubro de 2002 – na metade do tempo necessário estipulado para se conseguir a cidadania. Houve arbitrariedade do começo ao fim, pessoas com poder político enorme, pois Marco Maciel estava por trás, apoiando todo o processo. Com a cidadania noronhense, Zé Gaudêncio pode obter a concessão para uso do local – apoiado por Salles, fazendo por fim a sua sociedade com o Luciano Huck e os irmãos Diniz.”

O importante aqui é que de alguma maneira sobrevive uma lógica dos governos militares onde, ao dominarem todas as instâncias de poder – legislativo e executivo – governavam segundo suas necessidades prioritárias. Os antigos governos exerciam o controle, segundo os ilhéus, de forma arbitrária, humilhando e punindo aqueles que desobedeciam as suas ordens. Ou seja, não sendo um governo civil, não havia nenhuma noção sobre direitos civis e humanos e toda e qualquer regra/lei/punição se justificava pela necessidade de ‘Segurança Nacional’. (Peixoto 1988:264)

Agora há o Parque que fundamenta o controle pela necessidade de ‘conservar’ o ‘frágil ecossistema’ da ilha, ao passo que um grande projeto de desenvolvimento turístico é levado a cabo pelo Estado de Pernambuco¹¹⁴. Um sistema por si só paradoxal, tencionado pela experiência de vida daquela população que durante muitos anos viveu num sistema de privilégios hierarquizados. O exemplo da Pousada Maravilha de Luciano Huck atualiza para

¹¹⁴ “Na definição do modelo de ecoturismo, a proposta é transformar o Fernando de Noronha em referência mundial de preservação ambiental”, disse o ex-administrador Sergio Salles na mesma Audiência Pública tratada anteriormente.

os nativos o passado repleto de arbitrariedades, onde o sistema de privilégios sobrevive até os dias atuais nas instâncias de poder: se antes os privilegiados na ilha eram os militares de alta patente, seus amigos e familiares, atualmente são os amigos e parentes dos Governadores, Senadores e Ministros. O caso de Manuela ilustra como a posição dos moradores continua ocupando de certa forma, o mesmo lugar dentro dessa estrutura de privilégios, onde um nativo sofre perseguição política, impedindo de construir seu negócio, e assim adquirir uma certa independência econômica e financeira. Há também uma continuidade histórica na questão da submissão, por meio da necessidade de se pedir permissão à administração para tudo que se vai fazer.

O controle e a vigilância por parte do governo se manifestam mais claramente nas questões relacionadas à migração e à moradia. A permanência de *haoles* (ou moradores temporários) é um bom exemplo de como funciona tal controle: onde trabalham, onde moram, quais tipos de trabalhos realizam e quanto tempo permanecerão na Ilha – além de obrigar o empregador a se responsabilizar pela pessoa contratada – são alguns exemplos. O caso da contratação de uma empregada doméstica por Andréia (*nativa*) demonstra como o controle é implacável, obrigando inclusive os Ilhéus a pagarem por possíveis irregularidades que possam ocorrer com suas contratações. Ela pediu autorização ao controle migratório para trazer do continente a tal doméstica. Contudo a burocracia da administração demorou a oficializar a autorização e durante esse processo a doméstica chegou já de carteira assinada, pois essa é mais uma norma a ser cumprida¹¹⁵. Uma semana depois, Andréia recebeu uma notificação de que ela teria que pagar a taxa ambiental referente aos dias em que a doméstica ficou na ilha antes de ser formalizada a tal autorização. Andréia ficou revoltada, pois “eles

¹¹⁵ No dia em que estava entrevistando a responsável pelo controle migratório, ela recebeu um telefonema da secretaria do trabalho de Recife, falando do alto índice de problemas trabalhistas em Noronha, principalmente por falta de carteira assinada da maioria dos trabalhadores – tanto ilhéus quanto ‘de fora’. Na mesma hora ela comentou comigo que Noronha era recordista em Pernambuco com esse tipo de problema. Isso contribui com a hipótese de que as relações ainda se dão de maneira a sujeitar os indivíduos a determinadas condições de trabalho – pela falta de opção dos empregados -, mas também porque sempre foi assim. Ou seja, pode ser visto como uma ‘herança’ de tempos passados onde os indivíduos simplesmente não possuíam direitos, muito menos trabalhistas.

*demoram com o deles e eu que pago? E outra, moro aqui, sou daqui e Dona Gertrudes veio trabalhar pra mim... já até assinei a carteira! Eles já estavam sabendo e tudo e agora eu tenho que pagar?! Não pago! Vou lá agora!” e saiu enfurecida em direção ao Palácio São Miguel. Aqui a identidade de *nativa* aparece não só como um reconhecimento do direito de contratar uma empregada, como fundamenta a indignação com relação à ‘exploração’ praticada pela administração estadual: “pra eles só importa o dinheiro entrando no caixa, tudo tem que pagar! Não passa nada! Eu já paguei a passagem dela, a carteira, o salário... agora eu tenho que pagar taxa? Não pago e acabou”.*

Na prática, o controle exercido sobre a população pela administração conta com três departamentos centrais: o departamento de infra-estrutura (responsável pelas construções); o departamento de controle migratório (responsável pelas migrações – de parentes, esposas e funcionários) e o departamento de assistência social. O poder adquirido pelas assistentes sociais vai muito além de prestar uma assistência já que os seus diagnósticos muitas vezes determinam a possibilidade de êxito dentro dos outros dois departamentos. Por meio da sua função de classificar uma moradia como boa ou ruim, por exemplo, - ou até mesmo de avaliar se uma família está bem acomodada ou não numa determinada moradia -, as assistentes sociais acabam por influenciar a decisão do departamento de infra-estrutura sobre quem pode reformar ou quem precisa de outro local para morar e construir uma casa; ou, se entendem que um jovem¹¹⁶ morador não possui condições financeiras nem de moradia para trazer sua esposa, não aconselham o controle migratório a liberar a autorização. Acabam muitas vezes por deixar de lado um papel de assistência para assumir outros, que priorizam os problemas enfrentados pela administração com relação à falta de infra-estrutura e crescimento populacional, ao invés do bem estar da população¹¹⁷.

¹¹⁶ Acompanhei o caso de um jovem *nativo* de 18 anos, casado no continente, que durante um mês ficou percorrendo os caminhos burocráticos para trazer sua esposa à ilha. Sua preocupação era justamente a moradia, um quarto de madeirite que dividia com o irmão, e onde teria que morar junto com ele, além da esposa. Por esse motivo, ele teve que ‘maquiar’ o quarto (pintar e arrumar) e fingir, junto com o irmão, que moraria somente ele e a esposa. Só assim ela foi autorizada a morar na ilha.

¹¹⁷ Essa é uma visão dos moradores do Arquipélago. Imagino que essa não seja uma regra, e que as assistentes sociais auxiliem a população e se preocupam com o seu bem estar. Mas o que é

A ‘Ilha Prisão’ e o Parque Nacional: o que permanece na mudança?

Transformado em Território Federal no ano de 1942, e depois com a reanexação ao Estado de Pernambuco, a situação territorial da ilha é uma ‘anomalia’ jurídica. Luciano Pizzatto (presidente do IBDF do IBAMA na época) afirma que o processo de criação do Parque Nacional foi uma reação política a reanexação, baseada na idéia de que Fernando de Noronha não seria mais patrimônio da União:

“Mas todo esse contexto foi fruto de um processo político, o qual nunca foi corretamente implementado, porque a Constituição de 1988, em suas disposições transitórias, determinou no seu Art. 15 que estava extinto o Território Federal de Fernando de Noronha e que sua área seria reincorporada ao Estado de Pernambuco. No entanto, (...) esse artigo também não disse que, ao reincorporar o arquipélago ao Estado de Pernambuco, não se aplicaria o Art. 18 da Constituição. O Segundo Parágrafo do Art. 18 da Constituição Federal diz: ‘Os territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em Lei Complementar’. Mas essa lei nunca foi elaborada pelo Congresso Nacional. Portanto (...) a incorporação do Arquipélago ao Estado de Pernambuco é uma determinação e jamais poderia ter sido implementada sem que o Congresso Nacional aprovasse a Lei Complementar. Assim, tudo o que estamos discutindo aqui – relações, subordinação, forma de atuação, entre outros – deveria estar definido nela. (...) Quando me foi determinado criar o Parque Nacional de Fernando de Noronha (...) levei esse Art. Ao presidente da república e disse-lhe: ‘Muito bem, mas como será aplicado o Art. 18 da Constituição? Onde se encontra a proposta de Lei Complementar?’ Nada me foi respondido e, depois de 14 anos, ainda estamos discutindo esse assunto. (...) O que ocorre hoje não é muito diferente do que acontecia antes. Fernando de Noronha sempre careceu de uma política e de princípios claros na sua forma de gestão”.

Essa fala foi proferida em audiência pública realizada em 2002 na câmara

importante é que a população não vê esse serviço como um auxílio nem as assistentes sociais como parceiras. Muitas vezes os vi reclamando e xingando as mesmas, pois na cabeça deles elas são pessoas que possuem o poder de resolver os seus problemas – na maioria das vezes relacionada à moradia – e não os ajudam.

dos deputados em Brasília¹¹⁸ - com o objetivo de discutir a situação do Arquipélago. Peço a paciência do leitor para fazer uso de mais algumas falas ocorridas nessa audiência, pois além da presença de várias autoridades - como o Procurador Geral do IBAMA, a Secretária do Patrimônio União, Administrador-Geral do Distrito Estadual e o Presidente da Assembléia Popular Noronhense (Domicio Cordeiro) -, a questão da legislação e gestão da Ilha é um assunto extremamente complicado. Tanto é assim que Vicente Gomes (procurador Geral do IBAMA em 2002) na mesma audiência inicia sua fala dizendo que *“se formos travar uma discussão apenas levando em conta a perspectiva jurídica, certamente não sairíamos daqui com uma solução por mais que conversássemos”*. Segundo o mesmo, há três perspectivas para analisar a situação de Fernando de Noronha: (1) ‘a perspectiva da legislação’; (2) ‘a perspectiva da gestão administrativa e a (3) ‘perspectiva Imobiliária’. Continua:

“Historicamente temos observado, do ponto de vista da legislação, - (...) – e em função da peculiaridade desse território insular, uma série de leis, decretos federais e estaduais, (...). [a partir da reanexação] O Governador do Estado Sr. Miguel Arraes procurou o Supremo (...) para que fosse declarada a inconstitucionalidade daqueles decretos federais, sob o argumento que de que a Ilha teria sido transferida para o Estado sob o ponto de vista jurídico, inclusive no sentido dominal. Depois fomos verificar (...) que não houve a transferência de domínio. Esse bem sempre foi da União e continuará sendo; apenas foi transferida, digamos assim, a gestão administrativa”.

A questão da legislação foi claramente colocada por Pizzatto - a partir da perspectiva institucional -, e expôs as contradições e incoerências do processo político de reincorporação da ilha ao Estado de Pernambuco. Na fala do Presidente da Assembléia Popular, podemos entender a questão a partir do plano local, ou seja, como a população de Fernando percebe o mesmo processo:

“Sabem o que é um Distrito Estadual? Existe em alguma parte do Brasil um Distrito Estadual? É uma unidade político-administrativa, uma espécie de colônia ultramarina. Vai lá um senhor ilustre, educado, preparado, governar um bando de colonos que há no meio

¹¹⁸ Evento N° 0224/02 em 09/04/2002. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação; Comissão de defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

do Oceano Atlântico. (...) Esses senhores não podem opinar uma vírgula sobre a escolha desse senhor. Isso fere simplesmente os dispositivos da Constituição Federal que diz, em seu art. 18, ser o Brasil composto da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Não fala em Distrito Estadual. (...) No instante em que é negado ao povo o direito de escolher os seus comandos, esta-se infringindo a Constituição Federal. (...).”

De todas as ‘anomalias’ jurídicas ocasionadas pela anexação, o não exercício do voto direto¹¹⁹ é por eles apontado como a que mais fere o seu ‘status de cidadão’. Acredito que justamente pela percepção de que terminada a transição para o governo civil, a ilha continua governada por *haoles*, e para os *haoles*. E assim, em meio a grande confusão jurídico-administrativa causada pela sobreposição de poderes, foi então acordado que o Plano de Manejo seria o principal documento sobre a ilha. Segue a fala de Marcos Antônio da Silva (procurador da república em Pernambuco no ano de 2002) durante a mesma audiência pública na Câmara dos Deputados:

“(...) Hoje, FDN está dividido entre um Parque Nacional Marinho, o PARNAMAR, e uma APA federal. Sobre essas áreas existe ainda APAs de natureza estadual. (...) Ocorre que, tradicionalmente, o PARNAMAR foi sempre gerido pelo IBAMA, mas a área relativa à vila não o foi. O IBAMA acabou se afastando, digamos assim, de uma gestão mais profunda em relação à APA (...) Hoje, essa situação, do ponto de vista ambiental em FDN, encontra-se da seguinte forma: o alvo principal e o principal documento de gestão ambiental em Fernando de Noronha é o Plano de Manejo (...) Materialmente, FDN apresenta sérios problemas de gestão ambiental. Lá se chocam não só questões relativas à comunidade que lá vive, mas também o fato de que FDN tem um teto de ocupação. (...). [Sobre a questão imobiliária] Ministério Público federal tem três preocupações (...). Primeiro, é preciso resguardar os interesses e os direitos dos ocupantes que lá se encontram. Segundo, é preciso resguardar, com certa reserva, a fiscalização da União, se for possível a transferência desses imóveis, e de acordo com a legislação. Além disso, casar a gestão do patrimônio público, do bem imobiliário da União, com a legislação ambiental. Em FDN, está tudo muito casado. (...).”

¹¹⁹ É certo que durante todo o período como território federal os noronhenses nunca votaram ou opinaram sobre a escolha de seus dirigentes. Contudo, estabelecido o governo civil em 1987, foram parcialmente excluídos do processo de redemocratização nacional quando suprimido o seu direito a eleger seu administrador; e mais uma vez eles não eram tratados como o restante da população brasileira.

As decisões são tão externas à vida na ilha, que na prática as conseqüências são as mesmas; dessa perspectiva pouco importa, por exemplo, se o patrimônio imobiliário continua sendo da união e passa a ser gerido pelo Estado de Pernambuco¹²⁰: de qualquer forma esse patrimônio continua a não pertencer aos moradores locais. No entanto esse ponto é paradoxal porque justamente a lei que indubitavelmente lhes retira qualquer direito à propriedade - a mais clara e contínua entre todas as normas importantes que regeram as políticas de Noronha de Presídio à Parque – garantiu, juntamente com o reconhecimento dos seus direitos enquanto ‘antigos moradores’ por parte do IBAMA e do Ministério Público Federal, a permanência dos ilhéus residentes na ilha em meio às mudanças e conflitos político-administrativos inaugurados no final da década de oitenta¹²¹. Assim, enquanto a indústria do turismo se expande com a chegada de grandes investimentos – e de mais *haoles* -, o Plano de Manejo da APA/FDN 2005¹²² chega para assegurar um controle ambiental mais rígido.

O Plano regulamenta desde as atividades de pesca, agricultura e criação de animais, até os tamanhos de terrenos e das construções. Regula, por exemplo, o desmembramento de terrenos causando revolta e preocupação para a comunidade - já que frente à dificuldade em conseguir concessão de terreno para construir, muitas vezes subdividem informalmente o lote de familiares para fazer suas casas. Esse é um procedimento usual em Noronha, o que exemplifica a dificuldade real existente com relação ao crescimento populacional, intensificado nas últimas duas décadas. Muitos jovens ao casar chegam a morar em subdivisões dentro da casa

¹²⁰ Essa perspectiva não exclui a ressalva que a população nativa possui com a administração pernambucana, no sentido de que preferem a União como proprietária dos imóveis, pois ao governo estadual é atribuída a responsabilidade pela ‘invasão’ dos *haoles* devidos as facilidades concedidas na sua gestão.

¹²¹ A definição de que a ilha - enquanto ambiente natural e como patrimônio imobiliário - continuava sob o domínio da União, manteve a proibição expressa sobre qualquer tipo de transação imobiliária. Não fosse esse dispositivo legal, com certeza pouquíssimos nativos ainda estariam na ilha – a exemplo de todas as comunidades espalhadas pelo Brasil que viviam em ‘locais paradisíacos’ e foram ‘expulsas’ de sua região pela especulação imobiliária impulsionada pela indústria turística.

¹²² Os detalhes do Plano serão tratados conforme a necessidade para a argumentação, já que o trabalho não consiste em uma análise específica do conteúdo do documento nem do processo de implementação do mesmo.

de um dos pais¹²³; a construção em um pedaço do lote também foi uma alternativa para agilizar o processo de concessão de um terreno e viabilizar a formação de novos grupos domésticos. Contudo, conseguir parte dos lotes de seus pais não garante que a construção de suas casas será liberada pela administração estadual ou pelo IBAMA, pois no limite aqueles terrenos não são de seus familiares e precisam passar pelo crivo das instituições que administram a ilha. Podemos verificar na preocupação expressa pela população com as novas regras impostas pelo órgão (e nos exemplos que se seguem) que a questão habitacional da ilha é muito complicada – se não for um dos maiores problemas que a população encontra. Vale mencionar também que as construções ilegais – iniciadas sem autorização -, se apresentaram como uma estratégia para se adquirir uma moradia: em época de troca de governo, os *nativos* invadiam terrenos e começavam a construir, baseando-se na idéia de que, se a administração os obrigasse a deixar a construção, teria de oferecer uma alternativa de moradia, pois ninguém poderia ‘morar na rua’¹²⁴.

Participei da reunião em que alguns líderes locais apresentaram o Plano de Manejo para a comunidade¹²⁵ - e essa reunião se configurou como uma preparação para a que ainda seria realizada com os técnicos do IBAMA. Esse encontro da comunidade foi organizado por Irmão Maurício (haole, morador desde 1980 e atual presidente da assembléia popular), Domicio Alves Cordeiro (*nativo*,

¹²³ Moradia é de longe o problema de infra-estrutura mais grave que se tem na Ilha. A dificuldade em se conseguir concessão de uso de um terreno incorreu no problema da ‘favelização’ da ilha, onde puxadinhos provisórios e improvisados acabam por se tornar definitivos.

¹²⁴ Durante o ano de 1998, além de mim e meu companheiro, outros três casais iniciaram construções ilegais, pois era o último ano da administração de Tadeu Lourenço de Lima, e os órgãos executivos não estavam muito atentos em fiscalizar essas construções, acredito que preocupados com os procedimentos relativos ao encerramento daquela gestão administrativa. “Agora eles não estão mais preocupados com a gente... é problema do próximo administrador”, dizia Onofre (*nativo*). Durante esse processo de construção, indaguei para Cacilda (*nativa*) se ela não tinha medo que sua obra fosse embargada, pois ela estava construindo na Vila dos Remédios, exatamente no caminho para a sede administrativa do Estado - enquanto eu construía num local remoto, cheio de arbustos onde só foi possível avistar a casa depois de finalizado o telhado. Ela então me respondeu que “se eles não deixarem eu construir a minha casa, vão ter que me dar outra pra morar. Na rua eu não posso ficar com meus filhos, o meu marido... além do mais, quando eles perceberem eu já tô lá dentro de mala e cuia. Quero ver quem tira depois!” No meu caso, não construímos no terreno da família de meu companheiro; mas nos casos de Nenê e Cuca, Maria e João, assim como Cacilda e Socrates, todas foram construções em lotes subdivididos de suas famílias.

¹²⁵ Em 08/08/2005

vice-presidente da mesma organização) e Zé Martins (*haole*, biólogo responsável pelo projeto Golfinho Rotador, residente na ilha há aproximadamente quinze anos)¹²⁶. Nessa apresentação havia um clima de descontentamento muito forte da comunidade com relação ao resultado do Plano, e os apresentadores enfatizaram claramente a necessidade de participação de todos na reunião com os técnicos do IBAMA que estava marcada para o mês seguinte. Na véspera da reunião oficial, Maurício e Domício foram ao rádio e, durante o programa mais ouvido na ilha (que se chama “Momentos de Alegria”) convocaram a população para a reunião, difundindo a idéia de que os técnicos teriam proposto uma reunião em separado com alguns líderes locais para depois apresentar o Plano para o restante da comunidade¹²⁷. Isso de alguma forma insuflou o descontentamento da população, pois todos pensaram – e acho que foi essa a intenção de Domício e Maurício – que de alguma maneira o órgão federal estava querendo uma reunião em separado para quebrar a força da população agora ‘unida’. Ao meu ver, houve uma jogada política no sentido de colocar a população contra o essa instituição, atizando o seu descontentamento e aguçando algo que os moradores de Fernando de Noronha têm horror: a imposição de normas e a não participação popular nas decisões sobre os rumos do arquipélago. De fato a situação dos técnicos não era muito agradável, pois o novo Plano de Manejo limita e muito a ocupação e uso do solo por partes dos moradores.

Segue o relato sobre a reunião entre a comunidade local e a equipe técnica do IBAMA, para esclarecimentos sobre o resultado do Plano:

¹²⁶ As tipificações entre ‘morador há tantos anos’, ‘nativo’ e ‘haole’ obedecem sempre às classificações locais, ou seja, as pessoas são identificadas e classificadas pelo restante da comunidade enquanto tais. Quando uso *haole* ou *nativo* sem diferenciação, refiro-me apenas ao fato de o indivíduo ter ou não nascido na ilha. Do mesmo jeito procedo com *nativo*. No caso agora relatado, nota-se que Maurício não é *haole* – não nasceu na ilha – embora não seja *nativo*; e Zé Martins, embora residente há 15 anos na Ilha, é classificado como *haole*. Isso revela que existe na ilha ‘espaços cinzentos’, próprios de uma ‘zona de interação’ onde não há uma classificação clara sobre os indivíduos e que se refere à maneira que essas pessoas se comportam e como a comunidade local observa esses comportamentos dentro de um amplo conjunto de possibilidades. Esse assunto será tratado com profundidade no último capítulo.

¹²⁷ Depois, ao término da reunião, conversando com o técnico do IBAMA, fiquei sabendo que em nenhum momento propuseram duas reuniões, achando muito melhor que tenha sido realizada uma só – parece que haviam combinado duas na última reunião.

O responsável pelo IBAMA em Pernambuco abre a reunião falando da disponibilidade de reavaliação do Plano de Manejo com o auxílio e participação da comunidade local. Esse é um indicativo de que a equipe do IBAMA estava muito preocupada com a aceitação do Plano de Manejo pela população. Interesse em deixar claro a participação de várias pessoas e instituições no processo de elaboração do documento; querem mostrar para a população que o IBAMA não trabalhou nem decidiu nada sozinho, havendo um 'processo de discussão' para a elaboração do mesmo. *“O precioso é que ninguém tirou nada da Cartola”*, diz o técnico Carlos Fischer, agrônomo. O técnico recomenda a leitura do Plano, principalmente a parte 'diagnóstico', onde muitos idosos deram entrevista. Quando os técnicos falam 'a gente' se referem ao IBAMA, ao Conselho Distrital e a Administração Estadual. As pessoas da comunidade falam durante a explanação – como uma forma de manter clara a sua desaprovação sobre o resultado do Plano e desqualificar a fala dos expositores.

O IBAMA coloca que em relação ao mar, querem garantir a exploração apenas para a população da ilha, colocando a pesca artesanal como exclusiva para a frota de Noronha. Disseram que as Zonas Agropecuárias – embora diminuídas - são um espaço necessário para garantir o abastecimento caso falte alimento para a população, o que é uma questão de segurança alimentar embora a ilha ambientalmente não comporte esse tipo de atividade.

Seguem dizendo que o Plano será automaticamente revisado após a realização do estudo de capacidade de carga. Assim como eu, a comunidade não entende a elaboração do Plano de Manejo sem esse subsidio tão importante, e muitas vezes questionaram a legitimidade do documento justamente pela falta desse estudo. Uma conselheira haole – década de 80 - então propõe a suspensão do Plano até que o estudo de capacidade de carga seja realizado, juntamente com a análise e sugestões da população sobre o documento final.

“O Plano de Manejo de Fernando de Noronha foi o mais participativo da história do Ibama. Queremos a participação e a gente quer acertar!” disse o superintendente do IBAMA em Pernambuco. O processo participativo que a equipe do IBAMA fez questão de ressaltar foi contestado às claras por todos. Silvana – *haole* da década de 90 - fala que o conselho para implantação do Plano (constituído por lideranças locais) não teve tempo o suficiente para analisar o documento. A minha impressão sobre o receio do IBAMA de ter realizado um diagnóstico não condizente com o que esperava a população se confirmou aqui de alguma forma. No entanto não podemos esquecer de como é difícil fazer com que a população participe¹²⁸.

“Fernando de Noronha é um dos cinco lugares mais bonitos do mundo e isso vale muito dinheiro. A lógica do Plano de Manejo é manter o lugar para as pessoas que estão aqui, antes que seja tomado por terceiros”, diz novamente Fischer. Exemplifica o processo de expulsão das comunidades locais de diversos lugares da costa brasileira, terminando com a frase *“Se a gente não organizar, nós vamos perder”*.

Edrise, o administrador, pede a fala e coloca que a proposta final do documento só foi apresentada quando virou uma realidade (as novas normas começaram a valer a partir de primeiro de Julho). A falta do Estudo de Capacidade de Carga prejudica a eficácia do documento, e atrapalha as ações da administração - que também tem responsabilidade sobre a sustentabilidade. Coloca que esse estudo

¹²⁸ No dia da reunião com a equipe técnica, informei Arnaldo e Rafael (*nativos*) onde seria e o horário da reunião. Na mesma hora Arnaldo me respondeu que *“não vou porque não faz diferença nenhuma, a gente não pode nada mesmo, então continuo fazendo as minhas coisas como sempre fiz, escondido. Não adianta nada eu chegar lá pra falar que eu quero poder pegar lagosta... Não vão deixar!”* Nesse momento respondi que eles deveriam ir porque o assunto era do interesse deles, que era bom aparecer nem que fosse para saber o que está acontecendo, quais as novas regras e leis que estavam entrando em vigor, para que pudessem saber os riscos que corriam ao praticar determinadas atividades. Eles riram e mantiveram a sua posição: enquanto eu fui para a reunião, eles foram para a praia.

tem de ser feito a partir da realidade atual, que deve levar em conta a densidade demográfica e a necessidade de mais espaço para a população morar. Há impasses entre a administração estadual e o IBAMA, sendo que o caso dos lotes da vacaria se configurou como central. A população acredita que foi a influência de Zé Maria¹²⁹ (*haole*, dono de uma das pousadas mais famosas e sofisticadas da Ilha) no Governo Federal que impediu a construção das casas – muitos dizem que ele viajou para Brasília só para resolver essa questão. Contudo, Edrise colocou claramente para a população que foi o Plano de Manejo que impediu o início das construções. Quando terminou a sua fala, ele foi aplaudido pelas pessoas de comunidade que estavam presentes. Segundo Ernande (nativo e conselheiro), ele foi único administrador aplaudido em décadas. Houve aqui mais uma ‘jogada política’: Edrise falou que o Plano só foi apresentado quando era uma realidade, ou seja, quando já estava pronto. Mas, segundo um técnico do IBAMA, Edrise já tinha em mãos o documento muito antes da reunião, na verdade, um mês antes de ele entrar em vigor. Ele se comportou de maneira a levar a população a acreditar que ele estava tão surpreso com as novas regras quanto a comunidade local. Desta forma, o administrador, ao se colocar publicamente a favor da população levou todos a acreditar em suas ações administrativas ao se identificarem e admirarem a sua postura frente à situação.

Jorge, da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) diz para todos

¹²⁹ “*Quem manda nessa Ilha? Administrador ou Zé Maria?*” diz a *haole* Laís. Ela migrou pra Noronha em meados de 1980, quando seu marido então funcionário federal foi transferido para a ilha. Seus filhos nasceram no arquipélago e Claudionor (um deles) contou da briga de Zé Maria (*haole* e grande empresário local) para impedir a doação dos terrenos da vacaria e que estão perto de sua pousada. Contou como o empresário, além de ‘tomar’ mais um pedaço de terreno, foi ao continente negociar com autoridades sobre a mudança do local do loteamento de 47 casas. Claudionor narrou um episódio onde ouviu uma conversa de Zé Maria, Luciano Huck, e Brussolo (militar aposentado), donos das três melhores e mais caras pousadas da Ilha, Estes foram negociar com a administração a questão do problema de abastecimento de água, onde o resolveriam ‘sempre’ (!!!) com um ‘mega’ investimento se a administração se comprometesse a construir de modo padronizado as novas casas. Esses empresários temem um processo de favelização (já iniciado) que desvalorizaria a ilha. A administração, ao que parece, não concordou, pois seus gastos seriam grandes. Claudionor disse que soube dessa articulação sem querer, quando ouviu a conversa em seu ambiente de trabalho, sem ser notado.

que o Governo Federal está empenhado em resolver a situação de Noronha, principalmente no que se refere aos terrenos, discutindo caso a caso as pendências com relação ao desmembramento de terrenos para famílias, assim como a concessão de uso para pessoas que estão no terreno há tempos e não 'legalizaram' a situação. Diz que Noronha entre 1988 e 2002 caracterizou-se como uma anomalia¹³⁰, e termina dizendo que o Governo Federal está muito preocupado em resolver a situação.

Esse relato serve para ilustrar a diversidade de posições e interesses presentes na Ilha de Fernando de Noronha – seja no âmbito institucional, seja no âmbito individual – tornando a arena política extremamente dinâmica e conflituosa para uma população que até vinte anos atrás não possuía nenhum espaço para discutir esse leque de questões (moradia, exploração turística e ambiental, infraestrutura e etc.).

Em dois momentos pude comprovar que existia ali uma força tarefa do Governo Federal para resolver o problema habitacional de Noronha: (1) conversando com Jorge, secretário executivo da Secretaria do Patrimônio da União, soube que eles estavam trabalhando exaustivamente e exclusivamente nos casos dos 'terrenos' há duas semanas. Ou seja, discutindo cada caso lotes que precisavam ser desmembrados para ser dividido entre familiares e a questão mesma da concessão de uso, assim como e o que poderia ser construído ou

¹³⁰ Achei muito interessante o representante da Secretaria do Patrimônio da União dizer que Fernando de Noronha se tornou uma anomalia a partir de 1988, principalmente no que se refere às leis de terras. Essa condição eterna de que os moradores nunca são donos da terra em que construíram suas casa, e se 'ganharam' a casa, moram sob concessão – assim como os terrenos que cultivam, apesar de passarem anos no mesmo local. Como o exemplo do terreno de Antônia, filha mais velha de um membro do núcleo fundador da Ilha: seu pai cultivava um pedaço grande de terra, sem nunca obter nenhum termo de uso e a família ocupou o terreno desde aquela época. O terreno é grande e bem localizado, mas ninguém pode de fato construir ali. Agora Antônia quer ceder um pedaço para a filha (na verdade ela vai comprá-lo), além de seu filho Eduardo possuir uma parte – que plantou 70 coqueiros. O complicado é que além de não possuir a concessão de uso, o terreno não pode ser desmembrado e nada pode ser construído. A casa de Antônia é um barraco de folha de madeira; sua filha é casada, tem dois filhos e não possui nenhuma moradia; Eduardo tem 31 anos, não tem casa nenhuma, tem dois filhos (é separado) e mora de favor na casa de Gomes.

reformado. Jorge me falou “*eles não têm idéia de como estamos nos esforçando*”. Interessante ressaltar é que a população se viu tantas vezes acuada, ‘enganada’ por ‘leis que beneficiam poucas pessoas e atrapalham tantas outras’ (no modo de ver deles), que não foi difícil eles acreditarem mais uma vez que novas regras viriam para acuá-los novamente; (2) na própria reunião, onde a comunidade foi muito hostil e os técnicos pacientes, tentando a cada intervenção convencer a população de que eles fizeram o melhor que puderam, lembrando a todos que a comunidade foi convidada a participar, dando voz mesmo àqueles que estavam sendo grosseiros. Senti que os técnicos foram para a reunião preparados para serem atacados. Mas, de uma maneira geral, percebi que todos eles estavam sendo muito sinceros e estavam preocupados com o destino da população de Fernando.

Percebo a população desconfiada com a força do capital imobiliário que está entrando na Ilha nesse momento, pois foi a primeira vez em que demonstraram diversas vezes, em conversas formais e informais e de maneira clara, uma preocupação com o ‘futuro de seus filhos’ — preocupação que esbarra na questão do terreno e da moradia, bem como na manutenção da fonte de renda familiar. Assim, a distribuição dos recursos naturais escassos como a água se coloca como problema, tanto quanto a questão da escassez de terrenos para a população local em crescimento, pois a demanda por terrenos representada pela população local compete com o desenvolvimento de infra-estrutura para o turismo¹³¹.

Acredito então que a comunidade nesse momento personifique no IBAMA a sua revolta, pela sua condição de eternamente ter que seguir muitas regras que, do seu ponto de vista, nunca os beneficiaram. Percebo uma situação extremamente complicada no que se refere à conservação e às normas, pois nada garante que

¹³¹ A questão da falta de espaço para novas moradias parece ser a maior preocupação da população. Contudo com relação ao abastecimento de água, há conflito entre algumas pousadas maiores e mais estruturadas como, por exemplo, a do Zé Maria e casas de família: a pousada possui um carro pipa que faz várias viagens por dia levando água do dessalinizador da COMPESA, (que fica então estocada na pousada) enquanto a Vila do Trinta recebe água uma vez por semana. Muitas casas de família são também pousadas domiciliares, sem grande infra-estrutura é verdade, mas que possuem um gasto de água que corresponde à manutenção das hospedagens. Domicílio me informou em sua entrevista que a pousada de Zé Maria gasta por mês o equivalente de água usada por dez pousadas domiciliares.

todas essas proibições impeçam realmente os novos investidores de se instalarem na Ilha – e nada garante que os beneficiados desse novo Plano sejam mesmo os moradores, e eles mesmos pensam assim. Ao mesmo tempo, concordam que se não houver um controle rígido a partir de agora, Noronha será realmente loteada e vendida para quem puder pagar. A solução institucional é proibir e controlar, mas a comunidade não agüenta mais sentir que são eles os ‘únicos a seguir as regras’. Vejo a postura da equipe do IBAMA ‘bem paciente’ e democrática – dando a impressão de possuir realmente receio da reação da população; ao mesmo tempo, há uma ‘postura de contestação’ que foi alimentada por Domicio e Maurício ao insinuarem que os técnicos não queriam toda a comunidade na primeira reunião – tencionando ainda mais os conflitos.

Paralelamente ao grande desenvolvimento turístico e à implantação do Plano de Manejo, a população local enfrenta grandes problemas relativos à infraestrutura, sendo os principais além da questão do abastecimento de água, o tratamento de esgoto e o inchaço da população residente – que inclui tanto o crescimento da população local (que é majoritária), quanto os prestadores de serviços vinculados à indústria do turismo e às obras públicas. Esses fatores associados comprometem a sustentabilidade da ilha, já que o espaço físico é extremamente limitado, isolado e com recursos naturais escassos e os moradores possuem consciência disso. Sabem que a ilha possui um ecossistema muito delicado, mas sentem-se aturdidos com esse território totalmente dividido e controlado por diferentes poderes institucionais.

A regulamentação institucional é importante porque se trata de um território limitado e disputado – entre moradores, entre moradores e turistas, e entre administradores (de áreas protegidas) de um lado e moradores e turistas de outro. Segue um exemplo registrado por mim durante a minha pesquisa de Iniciação Científica, que ilustra bem a questão do território enquanto um espaço institucionalmente dividido, como a percepção que os moradores possuem frente à controvérsia dos diferentes tipos de usos que essas instituições fazem do espaço que administram:

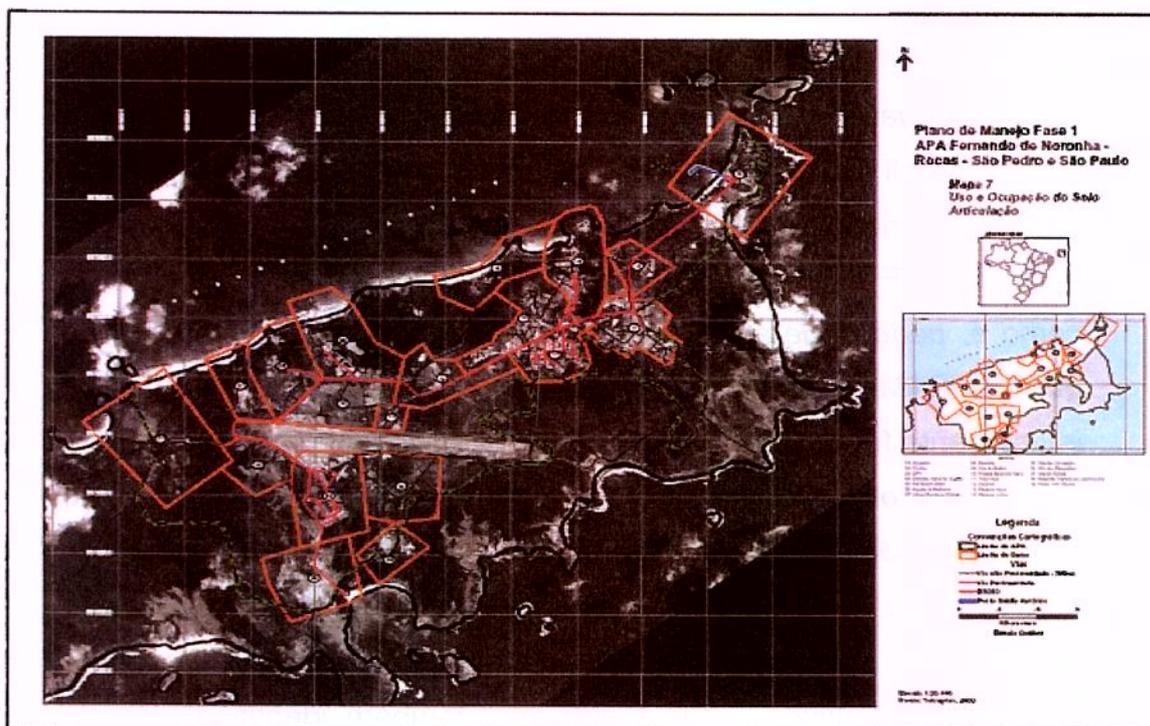
Em companhia de Iran e Arnaldo – *nativos* -, fomos para a praia do

Sueste. Por volta do começo da tarde uma fila de bugres e de motos se formou no início do caminho que dá acesso à praia da Atalaia - uma das mais frágeis da Ilha, pois é uma piscina natural e não suporta uma carga excessiva de gente. Assim, o IBAMA estabeleceu horários de visita e número limitado de visitantes por vez, sendo que em dia de permanência de cruzeiros a praia fica interditada. Um dos caminhos para a Atalaia começa na praia do Sueste, exatamente ao lado do mangue – ocorrência rara em ilhas oceânicas, e por isso houve sempre um controle rigoroso por parte das instituições para preservá-lo ao máximo. Como descansávamos do sol escaldante, fomos nos sentar à sombra das árvores do mangue, bem na sua margem. Qual não foi minha surpresa em constatar espumas de esgoto e um certo mau cheiro (não muito forte ainda) bem ali! Alexandre, *nativo* que estava trabalhando como motorista de bugre, e aguardava ali a sua vez de entrar na praia da Atalaia, respondeu-me, depois que indaguei se aquela espuma era mesmo o que eu estava pensando: *“É esgoto sim, e vem lá da vila da aeronáutica. Aí, sabe como é, poder federal não vai brigar com outro federal. Você acha que o IBAMA vai se meter com a Aeronáutica?”*¹³². O mais interessante foi a surpresa de Iran que de imediato interferiu dizendo: *“Não é esgoto não menino! Como é que vão deixar esgoto no mangue? Não pode!”*. O diálogo prosseguiu e Iran acabou se convencendo de que as espumas eram mesmo sinal de esgoto, não conseguindo esconder sua indignação. Logo em seguida Alexandre nos relatou o caso de um turista que também identificou aquela espuma como esgoto; nesse caso, Alexandre ao invés de admitir, dissimulou, dizendo que eram as reações orgânicas próprias do mangue, devido a sua riqueza em micro organismos, nutrientes etc. Terminou dizendo: *“Não é não? Pode ser esgoto, pode ter cocô boiando aí que eu não vou falar. O turista tem que pensar que isso*

¹³² Conversa travada em 5 de fevereiro de 2001

aqui funciona, se não, não volta, não faz propaganda”.

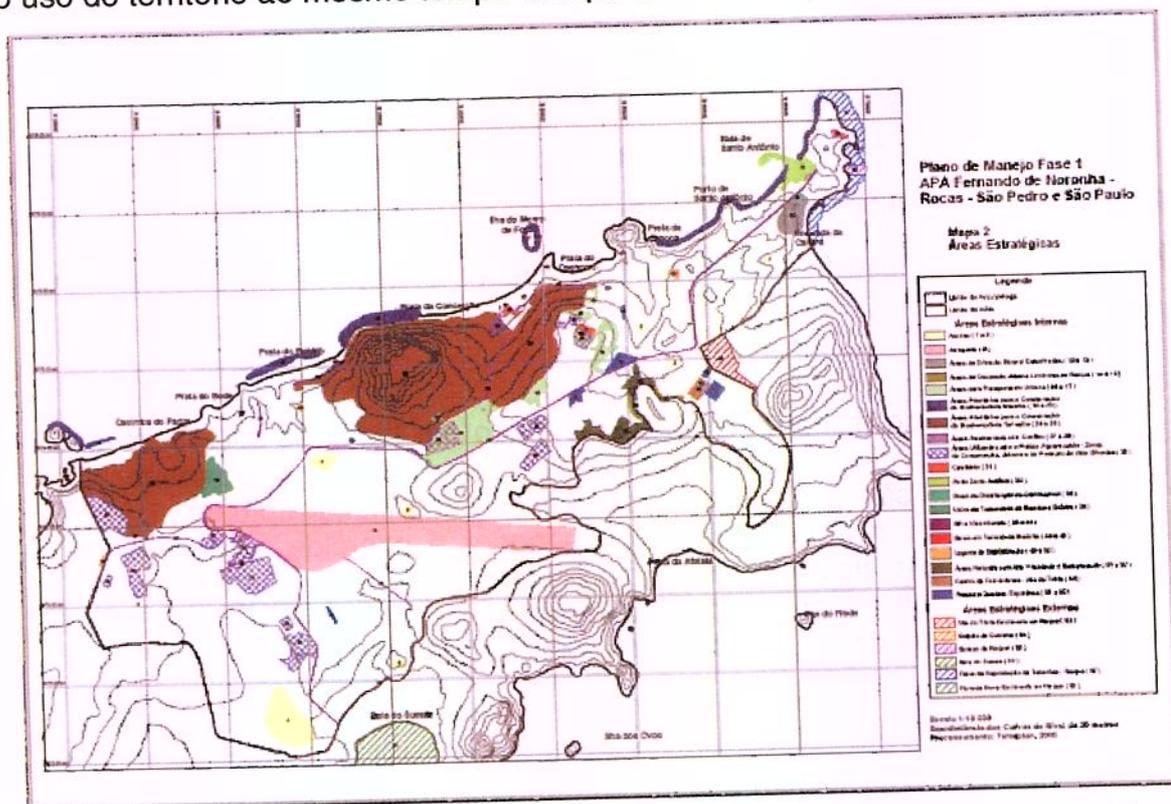
Esse exemplo é interessante porque apresenta tanto a questão da presença de diferentes instituições atuando num território reduzido, bem como os possíveis conflitos que esses diferentes usos acarretam: o IBAMA, órgão federal que proteger o meio ambiente, limitando e controlando o seu uso; a aeronáutica (também federal) parece estar mais preocupada com as questões nacionais de aviação, e atua visando este objetivo, um pouco que alheia às questões políticas e ambientais; o Estado de Pernambuco, responsável pela área urbana e social, investe em políticas de exploração e desenvolvimento turístico. Cada pedacinho de terra em Fernando de Noronha é administrado por alguma instituição e assim o controle, dividido, demarcado e burocratizado, se faz sempre eficaz.



Mapa IV – Setores divididos para melhor detalhar o Uso e Ocupação do Solo.

reunião da comunidade com o IBAMA para discutir o plano de manejo (claramente emocionada e com os olhos cheios d'água) pediu uma solução para o caso de sua casa, pois *“não agüentava mais ficar de um lado para o outro pedindo autorização para reformar a [sua] casa, onde moram meus pais, meu irmão, eu, meus filhos e meu marido, que há anos precisa de uma reforma e quando vou ao IBAMA me mandam ir pra administração e quando vou pra administração me falam que a responsabilidade é do IBAMA”*¹³³.

Esse é mais um exemplo de como a 'falta de clareza' por parte das instituições afeta a vida dos indivíduos nos mínimos detalhes. E mais uma vez evidencia o conflito entre o desenvolvimento turístico e a preservação ambiental onde a dificuldade da comunidade local em adquirir moradia sob a alegação de que a infra-estrutura é limitada por um ecossistema frágil, acirra a disputa pelo direito ao uso do território ao mesmo tempo em que a ilha recebe novos moradores.



Mapa VI – Áreas Estratégicas: três áreas residenciais em conflito (rosa escuro) e uma área da Vila do Trinta cravada no Parque Nacional (área listrada vinho) – local da residência de Juraci

¹³³ Edna mora com os pais numa área que hoje pertence ao IBAMA, mas que pelo o que pude entender, até pouco tempo atrás não havia um consenso entre as instituições no que diz respeito a quem realmente cabia a administração e responsabilidade pelo local.

Identificação e Hostilidade

Até a abertura política e a transição para o governo civil, a distinção relevante entre os habitantes da ilha era a que separava a população civil e a população militar. Entre a população civil, havia nativos do lugar, ou seja, pessoas nascidas na ilha, mas isso não implicava diferenciações de direitos sobre o uso do território – já que ele era destinado única e exclusivamente a ser território militar, utilizado ora como Presídio, ora como área de Segurança Nacional. Do meu trabalho de campo - principalmente das entrevistas com os idosos – e da pesquisa bibliográfica, verificamos que todos os direitos eram voltados para o governo estatal e seus funcionários, estabelecendo uma organização social baseada num sólido sistema de privilégios hierarquizados. Na Ilha que só admitia moradores úteis à sua administração, cada indivíduo possuía função e lugar determinados dentro da estrutura social¹³⁴.

Nesse sentido, podemos supor que distinções entre os civis não eram tão necessárias e conflituosas simplesmente porque não havia campo político para que elas emergissem; não havia disputas por direitos nem oportunidades entre os moradores¹³⁵, pelo contrário: os laços de solidariedade entre eles parecem ter sido muito mais fortes nos tempos do quartel, dada à condição de extrema subjugação igualmente compartilhada por todos. Segue o relato de um idoso, morador da ilha desde 1951:

“O turismo acabou com tudo. Porque o \$ era mais como o turismo. Antes tinha pouca gente na ilha. Os velhos ilhéus já morreram quase todos – os pescadores e agricultores. Novos ilhéus – turismo, quatro mulheres por noite e bebida. A mudança é estranha. Só dinheiro. Ganância do dinheiro. Só se enxerga isso. Antes, tinha muita comida, não tinha dinheiro, mas todos eram amigos, se emprestavam as coisas. Agora, tudo com o rei na barriga. Passa e nem fala. Muita gente de fora. 20% é ilhéu mesmo, o resto é tudo agregado”. (IBAMA Plano de Manejo APA/FDN 2005:136 Encarte 3 Parte II)

¹³⁴ Ver a respeito os estudos acadêmicos de Clarice Esler Peixoto, Janirza Cavalcante e Sálvea Paiva.

¹³⁵ No sentido de que não havia possibilidade de exploração individual do território, diferentemente de hoje em dia, onde a exploração turística nos moldes capitalista introduziu a competição por oportunidades.

Com a transição para o governo civil e o desenvolvimento turístico, emergiu o próprio campo político de disputa entre grupos e indivíduos – principalmente com a intensificação da migração dos *haoles*. No centro da arena dos conflitos e embates, encontram-se as disputas pelo uso do território e as divergências de interesses na sua exploração. Esse foi o contexto em que a identidade *nativa* em Fernando de Noronha começou a se constituir enquanto uma identidade diferenciada, demarcando diferenças enquanto possuidores de direitos dos demais. Assim o termo *nativo* deixa de designar um pertencimento baseado somente no nascimento, para incorporar uma dimensão política e cultural com papel diferenciador. Dessa forma, devemos pensar a expressão *haole* como formando um par com a expressão *nativo* – surgindo num determinado momento de desenvolvimento político e econômico da ilha. Essa diferenciação possui um mote político, mas se baseia em aspectos culturais, constituindo-se a própria oposição *nativo/haole* em um fato cultural. Segundo o Plano de Manejo da APA/FDN 2005:

“Assim como ocorre em culturas que definem pertencimento e direitos por descendência, o discurso do ilhéu é uma solução cultural, ainda em formação, que busca delinear e determinar pertencimento a um grupo social residente na ilha e o acesso aos recursos que são escassos. Essa solução cultural apareceu em uma época de transição e de grande fluxo migratório de pessoas novas para a ilha (a partir do final da década de 80), os chamados *haules*, ou seja, tipicamente em um momento quando se tornou importante para um grupo social, que já existia, proteger seus direitos diante de outro grupo, os recém-chegados. Sendo um sistema em construção, as regras ainda não estão claramente definidas ou formalizadas. Em entrevista com antigos moradores da ilha, foi possível observar algumas sinalizações, apesar das contradições. São essas contradições, sempre presentes, que indicam que este é um sistema ainda em construção, no âmbito das próprias relações de poder existentes”. (IBAMA 2005: 206. Encarte 3 Parte I)

O documento coloca então a emergência da identidade de *nativo* como uma ‘solução cultural em formação’ – e por esse motivo, conflituosa -, para responder as demandas no campo das disputas políticas – evidenciando a intrínseca relação entre poder e cultura. Identifica posteriormente as ‘sinalizações’ acerca da construção da identidade *nativa*: ‘nascimento’, ‘filiação’, ‘casamento’, ‘tempo de

residência', 'regras impostas pela administração' e 'outros aspectos'. Todos os critérios são de natureza objetiva, exceto o último:

“Existem ainda outros argumentos que permeiam a construção do sistema de pertencimento dos ilhéus. Alguns argumentam que para ser considerado ilhéu tem que ter três gerações da família na ilha. (...) Outros argumentam que ser ilhéu é defender uma bandeira, ou seja contribuir para a vida na ilha. O importante nesse caso não é ser de fora ou do local, mas acreditar na ilha e contribuir de forma positiva ao desenvolvimento da ilha. No entanto, não se elabora sobre o que se considera positivo ou como medir essa contribuição, apesar de se perceber que há algumas pessoas, recém-chegadas na ilha, que já ocupam posições de liderança e defendem o ilhéu em diversas situações. Algumas pessoas questionam a distinção entre o “ilhéu” e o “haule”. Permeia entre elas o argumento lógico de que não existe nenhuma diferença entre o “ilhéu” e o “haule”, pois todos são brasileiros. Sinalizam ainda que a separação se dá para impedir que os “de fora” se estabeleçam na ilha: a ilha não é só dos “ilhéus”, assim como Pernambuco não é só dos pernambucanos, pois qualquer baiano ou paulista pode residir em qualquer Estado e terá os mesmos direitos do cidadão local. (...)”. (IBAMA 2005: 206. Encarte 3 Parte I)

Esse é justamente o ponto em que o conflito emerge com toda força, pois, como elaborações culturais, são construídas e mobilizadas no próprio processo de interação entre os indivíduos, fundamentando-se tanto em experiências passadas compartilhadas, como na re-significação dessas experiências no contexto político e social atual. Independente de ‘critérios objetivos’ há uma série de aspectos subjetivos e em permanente ‘negociação’ envolvendo todos os moradores da ilha, formando verdadeiras ‘zonas cinzentas de interação’. Assim, um nativo pode se sentir mais *haole* do que *nativo*; ou um *haole* mais *nativo* do que *haole*. Mais do que instituir uma mera relação de pertencimento ao território via nascimento, filiação e etc., ser *nativo* passou a carregar consigo uma multiplicidade de significados simbólicos e políticos.

O atual contexto político e geográfico de Fernando de Noronha constitui um mote importante para o desenrolar dos processos políticos locais. Do ponto de vista dos ilhéus, o território controlado e disputado é uma condição que abrange a todos os indivíduos que precisam enfrentar as mesmas dificuldades práticas,

principalmente com relação às construções e à legalização de atividades ligadas ao turismo.

Admitindo que as redes de solidariedade se estabelecem no processo mesmo de identificação entre os indivíduos, podemos supor que elas podem ocorrer, tanto no âmbito da política quanto no âmbito da cultura. Embora alguns traços sejam assimilados pelos *haoles*, eles nunca se identificarão como *nativo* (e muitas vezes não desejam isso), nem serão identificados pelo restante como tais - ora porque o *haole* critica esse comportamento ('comodista', 'inveioso', 'preguiçoso', 'fofoqueiro') - ora porque o *nativo* vê o *haole* como 'alguém que está lá para explorar e ganhar o seu', lutando por espaço sem estabelecer ligações afetivas com o lugar¹³⁶.

Mesmo assim pessoas muito diferentes se aproximam e se solidarizam umas com as outras - como, por exemplo, Francisco (*haole*), empresário bem sucedido que encontrei na frente da escola quando ia com Beatriz (*nativa*) para a Vila dos Remédios. Sabendo que Beatriz está tentando adquirir uma concessão de posse e uso de um terreno, perguntou-lhe como andavam as coisas, mostrando-se preocupado e apreensivo com a situação dela - e desta forma, colocando-se numa situação de igualdade com ela, que foi muito receptiva. Por fim ele disse "*fica tranqüila, você vai conseguir, eu também já passei por isso*". Quando ele saiu de perto de nós, eu comentei com ela que não sabia que eles eram amigos, pois nunca os vi juntos. Ela me respondeu que "*o Francisco é legal, gosto dele, as vezes nem olha quando passa, mas normalmente ele fala*". Isso demonstra uma certa identificação e proximidade. Mas por outro lado, os dois estão completamente afastados em seu dia a dia, pois Francisco e Beatriz não partilham do mesmo grupo de amigos e não se comportam da mesma maneira - ele é caseiro, família, 'trabalhador' e empresário; ela está sempre na rua apesar de seus filhos pequenos, sai com um homem diferente a cada dia quando o marido viaja.

Assim, como pensar na aproximação e no afastamento das mesmas pessoas em termos de identificação e identidade? É possível pensar tanto numa

¹³⁶ Quando eu perguntei o que é ser nativo, para Ernandes Souza, ele me respondeu: "*é amar essa terra, o mar, as pessoas que aqui vivem*".

divisão radical entre a construção de uma 'identidade política' e a construção de uma 'identidade cultural', tanto quanto na sua junção? Duas pessoas podem se identificar como iguais num certo âmbito e em outro, distinguir-se radicalmente? Será que esse problema expressa justamente essa a 'zona cinzenta', o espaço mesmo da interação onde as classificações ganham certa elasticidade?

Vale enfatizar que os elementos que os diferem dentro do próprio grupo de moradores localizam-se mesmo numa fronteira manifestada a partir de alguns tipos comportamentos, ou melhor, de um determinado *habitus*. Se as condições políticas e geográficas do lugar aproximam as pessoas pelas dificuldades, possibilitando a solidariedade entre aqueles que enfrentam os mesmos tipos de problemas¹³⁷, essa igualdade de condições não necessariamente aproximará ao ponto delas identificarem-se como iguais, já que existe a estigmatização dos *nativos* por um lado, e por outro o 'status' e os privilégios normalmente despendidos aos *haoles*¹³⁸ – o que altera o grau de dificuldade enfrentado por cada um quando precisam resolver os seus problemas de cunho político.

É nesse contexto que venho analisando o significado da identidade de *nativo*, pois mesmo que redes de solidariedade possam ser (e são!) estabelecidas entre *haoles* e *nativos*, existem comportamentos que os separam, e que eu chamei de do *habitus prisional*¹³⁹. Principalmente porque além dos *haoles* não nascerem na Ilha e não se comportarem como aqueles que nasceram e/ou foram criados com suas famílias em Fernando de Noronha, tecem inúmeras críticas a esse comportamento manifestado por meio desse *habitus prisional*. Nesse sentido, acredito que mesmo aqueles que residem em Fernando de Noronha há dez ou quinze anos, buscam estratégias para não assimilar aspectos desse comportamento tão criticado por eles.

¹³⁷ O filme "Quase dois irmãos" de Lúcia Murat, é um bom exemplo de como pessoas radicalmente diferentes se solidarizam frente às adversidades e dificuldade em se viver em cárcere.

¹³⁸ Idéia de nativo preguiçoso, desunido e comodista, por um lado e do *haole* aproveitador, que só quer ganhar dinheiro e que está ali porque teve alguém que em algum momento o favoreceu. Digo isso com base na observação de muitas falas e situações.

¹³⁹ Poderíamos dizer que o *habitus prisional* relaciona-se a uma noção de "cultura da prisão". A noção de "cultura da prisão" será às vezes utilizada analiticamente em contraste com os aspectos da cultura da ilha que se relacionam ao ambientalismo e ao desenvolvimentismo (turismo ecológico), e que são mobilizados pela identidade de nativo. Assim, a cultura da ilha não se resume à "cultura da prisão".

Paraíso de quem?

Vimos no segundo capítulo que na passagem de Presídio a Quartel, a sociedade reproduziu até certo ponto, o cotidiano do presídio sujeitos à mesma máquina estatal, altamente burocrática e punitiva. Uma nova mudança de 'status jurídico' se dá com a reanexação e a implantação do PARNAMAR/FDN, só que agora estabelecendo uma ruptura no campo social e cultural com a introdução da atividade turística e a intensificação da migração *haole* - acirrando ainda mais as disputas e os conflitos locais.

Há algumas características intrínsecas e contínuas na História de Fernando de Noronha, que confere um aspecto muito singular àquele longínquo e exuberante paraíso: como patrimônio da União os imóveis e lotes oficialmente nunca puderam ser vendidos, o que impediu a especulação imobiliária. Esse ponto é importante, pois, garantiu de certa forma a permanência da população que lá se encontrava, ao evitar que o capital fosse introduzido de forma abrupta e sem controle - o que muito provavelmente teria exercido grande pressão sobre os moradores para venderem suas casas a empresários *haoles*. Afora o caráter público do patrimônio natural e imobiliário, existe a antiga disputa institucional sobre o domínio do território, onde diferentes poderes brigaram pela responsabilidade da sua gestão, que agora se insere num contexto de grande relevância ambiental. Poderíamos dizer então que a disputa marcou o desenvolvimento institucional da ilha desde os primórdios da sua ocupação – excluindo permanentemente a população, que esteve sempre fora do centro de decisão, vivenciando uma história de privilégios e submissão de administrações que nunca governaram para a ela.

Apesar das controvérsias políticas, administrativas e jurídicas, foi estabelecido um controle jurídico-legislativo extremamente burocratizado e eficaz durante o processo de implantação do Parque Nacional e da reanexação do Arquipélago ao Estado de Pernambuco. Assim, apesar das mudanças administrativas e de novas funções atribuídas à ilha, parte da estrutura de poder anteriormente institucionalizada permanece a mesma – embora agora norteada por outros princípios. A principal diferença é que antes, ao menos não existiam 'tantas

peças de fora ganhando dinheiro ali'. Hoje, essas pessoas estão chegando e conseguindo de alguma forma se instalar – principalmente porque possuem dinheiro e influência política. Dessa forma, a luta travada por moradores para garantir certos direitos sobre o uso do território insere-se numa verdadeira 'guerra de titãs', visto que a disputa é acirrada tanto no plano institucional quanto no plano político e econômico - no que toca o grande potencial local para a exploração turística. E todo esse contexto é, por fim, condição por excelência da construção da identidade de *nativo*.

Se até 1987 havia ali um quartel, que administrava uma área de 'segurança nacional' e dele dependia segundo suas razões, permitir ou não a entrada e a permanência de indivíduos na ilha; com a nova situação inaugurada a partir de 1988, o que permite a permanência desses indivíduos é o reconhecido pelo Ministério Público e pelo IBAMA de certos direitos aos 'antigos moradores' e das pessoas que formavam a comunidade local no período de transição dos governos. Percebem a formação da identidade *nativa* como conflituosa e fundamentada por questões políticas, mas a reconhecem também como 'uma solução cultural ainda em formação'.

Embora permeada por muitos conflitos, não devemos pensar a comunidade e seus indivíduos afetados pelos processos políticos e institucionais como sujeitos passivos, mesmo que a 'história' assim os descreva: ao longo das duas últimas décadas eles atuaram em resposta a esses processos e políticas, respondendo a estímulos e conseqüentemente criando outros, na própria relação que estabeleciam com o governo e com seus pares. É nessa 'atuação' – 'na solução cultural em formação' - que buscamos compreender a construção da identidade de *nativo*, em interação e oposição ao *haole*.

Entretanto, apesar desse o par de oposição ser o mais relevante para a emergência de uma identidade diferenciada dentro do contexto ambientalista e de disputa por direitos, no trabalho de campo verificamos uma diferenciação interna ao grupo de nativos, que, suscitada pela competição por oportunidades – reflexo da entrada do grande capital – se fundamenta em aspectos culturais e simbólicos do passado da ilha enquanto Presídio e Quartel. O fato de haver uma diferenciação

interna ao grupo contribuiu não só para se compreender o funcionamento das fronteiras que regulam as relações de pertencimento e afastamento entre os *nativos* e *haoles*, mas o próprio processo de construção da identidade *nativa* enquanto única e diferenciada.

“Eles têm orgulho, rola uma vaidade porque Noronha é famosa. É uma gente que odeia as leis e que gosta de fazer o que quiser”.

CAPITULO IV

Identidade em movimento

Se considerarmos que a identidade mobiliza diferentes aspectos da vida do indivíduo, - conforme o contexto e a disponibilidade de elementos auto-referenciados -, em alguns momentos o ilhéu em Fernando de Noronha pode mobilizar sua pertença pelo nascimento e origem local, em outros pela rede de amizades, assim como se comportar de acordo com parâmetros socialmente construídos e até mesmo identificar-se com uma específica postura política. Contudo, o *nativo* recorre à cultura (memória, história, sentimentos comunitários, comportamentos, signos) para expressar sua identidade.

Isso significa dizer que a identidade não se constrói nem se mobiliza a partir de um único aspecto, mas sim a partir de um amplo espectro de possibilidades, possuindo um caráter essencialmente dinâmico. Não que anteriormente trabalhássemos com uma perspectiva essencialista, mas sim porque, ao admitir que o processo de construção da identidade, apesar de se basear em elementos culturais é impulsionado por processos políticos, a admitimos como uma construção social que lança mão de diferentes elementos para se constituir enquanto única e diferenciada.

No caso da população de Fernando de Noronha, a construção da identidade de *nativo* incorporou as mudanças trazidas pelos novos usos do território – ambientalismo -, dentro de num contexto de desenvolvimento turístico e de grande controle estatal ('Instituição Total'¹⁴⁰). Ao adentrar no campo das disputas políticas - busca pelo direito ao uso do território e pela legitimidade de exercer determinadas atividades - a identidade de *nativo* revelou diferentes 'facetas' e 'nuances', mobilizando-se tanto como estratégia de luta por direitos, quanto por uma questão

¹⁴⁰ Lembrando que essa "Instituição Total" é usada aqui analiticamente no sentido de permitir que pensemos em aspectos da cultura da ilha como local fortemente administrado em tempos de Presídio e Quartel. A cultura local abarca muitos outros elementos para além dos possíveis paralelos estabelecidos com uma prisão.

de sobrevivência dentro do concorrido mercado de serviços ligados à indústria turística e as suas possibilidades de exploração econômica.

A noção de *habitus prisional* é importante para a manutenção da fronteira entre os *nativos* e os *haoles*, embora não necessariamente se constitua no único recurso para a construção da identidade de *nativo* enquanto detentor de direitos territoriais. Tenho a impressão de que o *habitus prisional* marca uma fronteira importante entre *nativos* e *haoles*, talvez a mais importante de todas que cruzam cada indivíduo depois das fronteiras marcadas pelo nascimento no local e pelos laços de sangue. As fronteiras formam as zonas cinzentas de interação onde a identidade ganha mais plasticidade, e o *habitus prisional* apresenta-se como uma linguagem universal de pertencimento ao local, porque os elementos culturais mobilizados são aqueles que comunicam fronteiras entre todos os moradores fixos da Ilha (no âmbito das relações primárias), ao mesmo tempo em que se constitui numa estratégia de sobrevivência no campo econômico e político.

Percebi, principalmente a partir do ambientalismo e de um contexto novo de exploração turística, que podemos pensar a identidade de *nativo* sendo mobilizada a partir de três eixos principais: o primeiro diz respeito a um certo *habitus prisional* construído durante o processo de desenvolvimento social da ilha desde o seu descobrimento e o seu povoamento enquanto local de degredo – e que se manifesta nas relações primárias, servindo de comunicação entre os moradores locais. Embora funcione como um elemento de diferenciação interna, esse *habitus prisional* adquire amplitude quando possibilita a construção de uma imagem como uma linguagem para turista.

O segundo eixo seria o contexto de disputas pelo direito ao monopólio da exploração turística e a 'invasão' dos *haoles*, onde o conhecimento do território e a construção de uma noção ambientalista de conservação ajudam a legitimar a imagem do 'nativo ecologicamente consciente' frente às instituições formais que governam a Ilha, com o objetivo de cristalizar a idéia de uma população que preserva e sempre preservou o seu meio ambiente por uma questão de amor e consciência ecológica. Essa é uma questão política e é nessa esfera que ela se manifesta – e não entre os *nativos* onde muitas vezes se comportam de maneira

totalmente avessa a essa imagem, com práticas que poderiam ser classificadas até como antiecológicas, como pude observar em vários momentos diferentes¹⁴¹.

Por fim, o terceiro eixo (extremamente vinculado aos dois primeiros) seria a construção da imagem do 'bom nativo' como uma linguagem para turistas e mimetizada a partir dos próprios turistas. Estes esperam encontrar na ilha aquele *nativo* que vive uma vida simples, 'que sai de calção pelas ruas', ama e conhece a natureza e por isso não a destrói com a 'pesca artesanal'; são esses *nativos* que correspondem à imagem do 'nativo exótico' que esperam encontrar no paraíso - e não homens e mulheres de relógios no pulso, administrando pousadas e receptivos.

Identidade Nativa e Identidade de *Nativo*: aspectos e nuances

A população de Fernando de Noronha, mais especificamente o 'núcleo fundador' e seus descendentes, possuem uma memória compartilhada dos tempos de quartel – ambígua de certo – acionando lembranças relativas à sua condição de 'assistidos' numa época onde a 'disciplina' e o 'controle' exercido por meio de uma 'vigilância' eficaz os obrigava a viver numa condição de 'subserviência' e 'assistência' permanente. Eram vigiados e 'controlados' em suas 'mínimas atitudes', dentro de um 'sistema hierarquizado de privilégios' que 'ignorava os seus direitos enquanto cidadãos', e impunha-lhes um cotidiano 'sacrificado', de muito trabalho. Mas aquela também foi para eles uma época 'boa' porque não havia 'ganância', havia sim 'boa educação' e um 'bom hospital'; a população era mais 'unida' e 'solidária', exercendo atividades simples ligadas à natureza; uma época em que 'se pegava caranguejo na ilha rata' e que podiam 'almoçar lagosta', apesar de 'não poder freqüentar a praia do Boldró' porque era 'proibido' e eles poderiam ser 'punidos'.

Quando da transição para o governo civil e a implementação do Parque Nacional sem a consulta da população, foram 'obrigados' a aceitar 'novas regras' relativas às atividades antes praticadas, justificadas pela 'necessidade de

¹⁴¹ Mesmo que possuam atitudes que poderiam ser classificadas como antiecológicas, o 'amor a terra' nunca é colocado em dúvida, pelo contrário: na verdade, trata-se de concepções diferentes do que é 'conservação'.

preservação e conservação' do meio natural, ao passo que muitas pessoas 'de fora' passaram a competir por oportunidades de 'exploração' da ilha sem demonstrar 'nenhum amor pelo lugar', contribuindo para a 'degradação da natureza' com suas pousadas 'chiques' e 'estruturadas'. Os *nativos* que 'não elegem seus governantes', e que são 'acomodados', 'perdem espaço' para os *haoles* porque esses 'sabem fazer um negócio' e 'possuem privilégios' para desenvolvê-lo porque são 'amigos do rei'¹⁴².

"Noronha possuía uma estrutura socialista, sem propriedade privada, com direito a educação, saúde, lugar onde não tinha ricos nem miseráveis. Os alimentos eram ricos, havia agricultura, peixe, uma alimentação de bom padrão. Antes havia convênio com escolas técnicas e formação de alto padrão. Sinal de uma visão socialista, as pessoas possuíam [termo de posse das] as casas e não os terrenos. Mas o paraíso tem que ter serpente e é o demônio que desagrega. A anexação e a possibilidade de exploração turística fez com que a comunidade que vivia o dia-a-dia vendendo a sua comida, com casa e saúde mudasse a sua forma de viver. O capitalismo é a serpente, que entra no paraíso, desagregando a estrutura familiar e a própria sociedade. Antes a serpente era prosaica, romântica. Não havia a concentração de renda". Domicio, em sua entrevista no mês de agosto de 2005.

Assim como a maioria dos antigos moradores, Domicio criticou e muito a entrada do grande capital em Fernando de Noronha, pois ele acabou com certa igualdade social e introduziu a competição entre os membros da comunidade. Essa memória compartilhada - embora relativamente recente - ajuda a construir o sentimento de comunidade, implicando a idéia de continuidade histórica e cultural, inserida num contexto de mudanças políticas e institucionais. A partir dos elementos mais significativos dessa memória, algumas noções foram construídas e mobilizadas na elaboração da identidade nativa - formando a verdadeira base cultural sobre a qual se constrói a identidade de *nativo* e a noção de *Habitus Prisional*.

¹⁴² Esse trecho tenta reproduzir, o discurso que os *nativos* reproduzem sobre a sua história, como uma forma de mostrar ao leitor a maneira que percebem as mudanças ocorridas nas duas últimas décadas, em relação ao passado compartilhado. 'Rei', por exemplo, é a forma como alguns *nativos* chamam o administrador e as autoridades locais.

Com base na minha pesquisa (etnográfica e bibliográfica), eu poderia dizer que a relação com o território é o pilar da construção da identidade nativa: não só pela relação de afetividade que demonstram nas mais diferentes situações, mas porque foi sobre esse território, sempre visado, dividido e disputado, que se deram diferentes políticas institucionais; políticas que ao longo do tempo determinaram diferentes funções e atribuições ao uso do espaço e que nesse sentido construíram em interação com a população residente, o seu valor simbólico. Assim, 'amar essa terra' é ser *nativo* da mesma forma que 'explorar Noronha' significa ser *haole*. Embora nenhum indivíduo na ilha 'só explore' ou 'só ame' Noronha, existem comportamentos que demonstram 'mais amor' ou 'mais interesse' aos olhos da população. Assim, é na relação desses indivíduos com o território e em interação com o restante da comunidade, que se 'marca' a posição de *haole* ou de *nativo*.

Para além dessa relação que é central, existe uma série de fatores ou traços que são acionados pelos indivíduos – memória, sentimento de comunidade, atividades, comportamentos - que, culturalmente elaborados no próprio processo de desenvolvimento institucional da ilha - enquanto 'Presídio, 'Quartel' e depois 'Parque Nacional' – não são objetivos. Esses elementos são de certa forma, compartilhados por todos os moradores, nascidos ou não no arquipélago; nesse sentido, pertencem a todos que lá habitam. Mas apenas parte desses moradores elege determinados elementos entre esses traços como marcas de identidade, e assim personificam o *nativo* enquanto uma identidade local e legítima.

O habitus prisional

Os moradores de Noronha, principalmente os mais antigos e os indivíduos provenientes de família local possuem práticas e comportamentos que não sendo conscientemente formulados, correspondem à estrutura institucional e administrativa da Ilha. Como vimos no capítulo anterior, a sociedade que se estabeleceu a partir da década de 50 foi formada por pescadores, agricultores e criadores, bem como descendentes de presidiários. A vida disciplinada, vigiada, tutelada e o trabalho em atividades ligadas a terra, de um lado, e a visão institucionalizada de 'cidadãos de 2ª classe' por outro, fundamentaram a

construção da identidade nativa enquanto uma identidade diferenciada.

O que chamei de *habitus prisional* é a conjunção hoje dos comportamentos instituídos durante os anos de 'Ilha prisão' e 'Ilha quartel', incentivados pela própria interação estabelecida entre os indivíduos e as administrações institucionais passadas. Com a mudança do contexto político (passagem para um governo civil, anexação a Pernambuco, implementação do Parque Nacional Marinho e da Área de proteção Ambiental - APA) a mobilização desses elementos adquiriram novos significados e comunicam diferenciações internas à comunidade residente na ilha. Desta forma, os elementos culturais mobilizados pelos indivíduos na construção de sua identidade são compartilhados porque construídos intrinsecamente à estrutura de poder. A maneira e a intensidade como tais elementos se manifestam em conjunto podem ser vistos como constituintes de um *habitus* específico - o qual será visto aqui como o anverso da identidade de *nativo*.

Se no tempo 'dos militares' não havia necessidade de diferenciação entre os civis, a atualidade é extremamente recortada por fronteiras tanto claras quanto obscuras. A diferenciação extrema e de disputa aberta se dá entre *haoles* e *nativos*; por outro lado, percebi que há fronteiras entre os nativos. O que importa para o problema da pesquisa é entender quais são esses elementos que compõem, em conjunto, o *habitus prisional*, como e com qual intensidade se manifestam em determinadas situações na atualidade. Isso porque eles não se manifestam de maneira homogênea e muitas vezes um mesmo indivíduo não mobiliza todos esses elementos da mesma maneira – sem que por isso deixem de se identificar e de ser identificado como *nativo*. Por outro lado, há aqueles que os manifestam no seu extremo, e não à toa, acabam por apresentar a imagem do 'típico nativo'; e não à toa, são os que mais manipulam a identidade como uma linguagem para turistas.

Assim, uso a noção de *habitus prisional* para expressar essas práticas e comportamentos que são resultado de uma experiência histórica e da estrutura da ilha administrada - e que chamei de "Instituição Total". Esse *habitus prisional* revela um passado de privações e de sujeição a uma rigorosa disciplina com normas constantes de controle e vigilância, onde famílias inteiras eram submetidas a

regras das quais muitas ligadas ao comportamento. Esse histórico faz com que determinadas pessoas se comportem de uma maneira específica – e no caso, são justamente os *nativos* os expoentes máximos deste comportamento.

Assim, entendo que o *habitus prisional* não recorre somente ao fato do indivíduo nascer no local, mas também a uma bagagem social e cultural a ser considerada – uma memória social comum, mesmo que esfacelada e triste como explicitam as ruínas. Acredito que as ruínas podem também simbolizar um passado ainda vivo (como colocado no segundo capítulo), no sentido de atualizar a memória da dependência da população com relação aos governos, principalmente na questão habitacional – ao mesmo tempo em que os indivíduos tendem a apagar da lembrança os momentos ruins¹⁴³.

Durante as administrações militares, os civis claramente não estavam em primeiro plano para os comandantes, e nesse sentido, Peixoto nos fornece um depoimento muito interessante para ilustrar a idéia de que as ruínas podem mesmo suscitar a memória do descaso e da dependência da população em relação às instituições governantes:

“Essa casa era bem aqui onde nós estamos e estava caindo. Ia lá e falava com o prefeito (secretário de obras) pra me arrumar material pra eu arrumar a casa e ele não dava um nada, e foi deixando a casa se acabando. Um dia um pessoal daí, meus vizinhos, disseram: ‘Miranda, essa casa vai cair em cima de vocês e pode até dar um acidente’. Então fui lá na FAB, falei com o pessoal e eles me deram o material pra eu fazer essa outra, deram a madeira e o telhado. Pois foi eu acabar de fazer a casa, ainda não tinha nem chão, porque a mulher quis mudar logo, que deu um temporal. A mulher só escutou aquele barulho mandou me chamar que a casa tinha caído, foi o pedaço de trás, bem onde fica a cama do meu filho. Então mandei chamar alguém da prefeitura, mas não apareceu ninguém; então chamei o meu sobrinho, que tem uma máquina de tirar retrato, e disse pra tirar da casa no chão. A mulher ainda falou pra que era aquilo e eu disse que não era bobo que depois eles iam querer que eu desse conta da casa. Ta ai dentro (a foto), mas eles nunca apareceram. (...)”.(PEIXOTO, 1988:64)

¹⁴³ Como a minha experiência demonstrou, quando no começo do meu contato com a ilha achava que a época dos governos militares havia sido ‘ótima’.

Se as ruínas fazem parte da história local atualizando um passado, o habitus prisional' dos moradores *nativos* cumpre, para além do plano da arquitetura, o mesmo papel. Como pensar a constituição e a evolução de um certo habitus? Um dado tipo de comportamento inconsciente que permanece ao longo do tempo, transformando-se a partir dos processos políticos locais, é verdade, mas de alguma forma mantendo uma essência, algo que liga os moradores atuais aos seus ancestrais. Dessa perspectiva, pensar que muitos presos ficaram na ilha e povoaram o local é interessante. Ainda mais interessante é pensar que em muitos casos os presos foram reincorporados à sociedade local, o que pode ter contribuído para construir dentro da sociedade um habitus prisional próprio de um contexto de prisão, e que permaneceu mesmo quando a prisão deixou de existir. Um preso que vira guarda - transformar presos de bom comportamento em guardas foi uma estratégia comum do comando do presídio para poupar a ilha de grandes contingentes de soldados -, ou contratar presos com reconhecida habilidade em uma determinada função depois que cumprissem suas penas, transformando-os em funcionários federais, foram procedimentos recorrentemente usados pelo presídio até seus últimos anos de funcionamento. Assim, indivíduos que eram vistos como a escória, foram reincorporados à sociedade, adquirindo 'status de cidadão' (embora de '2ª classe'). Contudo - e isso é uma hipótese - podemos pensar que apesar dessa mudança de status, tais presos não necessariamente deixaram de carregar em seu comportamento aspectos da sua antiga condição.

Explicarei o que entendo por habitus prisional, apontando uma série de comportamentos para exemplificá-lo. Elegi aqueles que foram apontados pelos *nativos* - não sem conflito - como um comportamento 'próprio de *nativo*', evidenciando assim o seu caráter simbólico. Dessa forma, percebo como constituinte do habitus prisional os seguintes elementos: (1) a vigilância excessiva sobre o comportamento alheio e o controle das atitudes dos companheiros por meio da fofoca moralista e 'negativa', carregada de juízo de valor; (2) o gosto pela cachaça - como muitos outros locais do Brasil, é verdade, mas também muito evidente no Arquipélago; (3) a constante troca de amigos e parceiros de atividades

– é um movimento, nunca definitivo e que também pressupõe a idéia de que as amizades não são estáveis; (4) uma maneira específica dos indivíduos se relacionarem com a sua sexualidade; (5) uma certa postura ‘comodista’ – ‘herança’ dos anos de vivência num regime paternalista – já tratada nos capítulos anteriores; (6) domínio irrestrito do território; (7) uma noção própria de justiça, e do que é certo ou errado sobre determinados assuntos e conseqüentemente, uma certa propensão às transgressões das leis.

Fofoca como vigilância mútua

A seguir, relatarei um exemplo onde podemos verificar o poder que a fofoca tem de influenciar e regular as atitudes dos indivíduos – assim como exemplifica outros aspectos do habitus prisional. Foi numa visita informal à casa de Leticia, *nativa*, filha de seu Salviano¹⁴⁴ que ela me contou um caso que tinha lhe acontecido, onde uma fofoca “*sem pé nem cabeça*” quase acabou com o seu casamento – um dos únicos que eu acompanho desde a primeira vez em que estive na ilha e que ainda continua firme. Essa conversa aconteceu no dia dez de outubro, quando fui procurar por seu pai para realizar uma entrevista com ele. Como seu Salviano estava dormindo, começamos a conversar sobre diversos assuntos. Num dado momento eu comentei que ela seu marido eram um dos únicos casais que continuavam ‘firmes e fortes’ desde a primeira vez em que fui para Noronha. Foi então que ela me contou que há pouco tempo eles haviam passado por “*maus bocados porque nessa ilha ninguém quer ver o outro bem. Se a gente tá bem e feliz, os outros ficam incomodados*”. Perguntei então o que tinha ocorrido e ela me disse que eles haviam brigado feio durante meses, porque “*uma menina [nativa] que queria namorar com ele fez um monte de fofoca de mim... Eu estava viajando e ela foi fofocar besteira pra ele. Falou que eu tinha traído ele com o marinheiro do nosso barco*”. Seu marido ficou desconfiado durante meses e nesse período foi a ‘maior confusão’ em sua casa. “*Ele normal ficava tranqüilo, mas*

¹⁴⁴ Hoje com oitenta e poucos anos, seu Salviano foi um dos primeiros pescadores a se fixar na Ilha, na década de 40 e teve 14 filhos.

ai quando bebia ficava transtornado e queria me bater. Eu fui esperta, me escondia no meio dos matos quando ele chegava bêbado e evitava confusão. Para o casamento durar tem que saber que o homem e a mulher não são iguais, não tem os mesmo direitos. Ela não pode querer fazer tudo o que ele faz". Contou que um dia seu filho enfrentou o pai e disse que ia matá-lo se encostasse a mão em sua mãe: *"a maior desgraça em casa por causa de fofoca... imagine meu filho brigando com o pai, eu e meu marido se enfrentando..."*. Posteriormente encontrou a menina que havia feito a fofoca e deu *"uma pisa nela! Mas ai ela foi na delegacia e deu queixa contra mim. Ai, quando eu fui chamada pra ir na delegacia o delegado mesmo me falou pra eu abrir um processo contra ela por calúnia e difamação"*. Hoje, quando encontra o menino que foi acusado de estar com ela, Leticia fica *"do outro lado da rua porque senão é confusão dentro de casa"*. Leticia e seu marido são casados há dezoito anos e ele não é de Noronha. *"Os homens daqui não querem responsabilidade porque as turistas vêm, pagam a pousada, alugam carro e tudo mais. Os homens não precisam ir atrás de nenhuma mulher porque aqui elas se atiram pra cima deles... Principalmente as turistas"*. Contou-me que várias vezes fizeram fofoca de seu marido para ela: *"Tem que ser esperta, se ele sai por ai é problema dele. Só digo que se cuide porque se ele fizer menino com outra mulher ai é problema. Nunca fui atrás dele em canto nenhum. Sei que ele sai, mas volta pra casa"*.

Esse exemplo revela, além da fofoca, outros aspectos do habitus prisional como a questão da agressividade – o marido quis bater em Leticia e ela deu uma 'surra' na fofoqueira; da burocratização da vida cotidiana - onde uma briga entre mulheres enciumadas parece precisar de um desfecho formalizado e registrado¹⁴⁵;

¹⁴⁵ A forte burocracia existente em Fernando de Noronha para tratar de um amplo leque de questões (construções, casamentos, migração, turismo) contribuiu para a construção de uma certa noção de justiça ou cidadania. Esta se expressa no fato de ser muito comum os moradores recorrerem à justiça, ao menor problema que tenham, de causas trabalhistas às brigas com vizinhos, podendo ser caracterizando como um procedimento corriqueiro e usual. Podemos até pensar se essa maneira de proceder pode ser vista como uma herança da extrema burocratização da vida cotidiana nos tempos dos governos militares, de certa forma continuada pelas novas administrações. Contudo, em entrevista com o Delegado da Ilha, ele afirmou que 80% dos casos de agressão doméstica não chegam na delegacia – informação confirmada por Sandra, *nativa* e assistente social quando perguntei se nas brigas entre casais havia muitos casos de agressão física: *"Tem muito, mas elas têm medo de denunciar. Eu já vi menina espancada mesmo que não*

da promiscuidade sexual - acirrada com o desenvolvimento do turismo; e da cachaça - quando o marido bebia é que perdia o controle. Outra fala ilustra o fato de que as fofocas, longe de se caracterizarem como comentários ingênuos e constatações de detalhes da vida cotidiana dos outros, carregam consigo uma conotação de vigilância e controle. Segundo Maria (*nativa*, 30 anos): *“Aqui todo mundo sabe de tudo, é a rádio sapata! Um telefone sem fio que nunca para de funcionar. A liberdade aqui, parece que vivemos livres mas não é assim! A liberdade da ilha é só para o turista, para o ilhéu é outra realidade, ele é podado, tem que medir as suas atitudes porque todo mundo olha e controla. E daí tiram conclusões não sei de onde e aí já viu!”*.

Mais do que controlar e vigiar, as fofocas são verdadeira fonte de conflitos, causando grandes desentendimentos e dessa forma, é intrínseca à questão da instabilidade nos relacionamentos, tanto de natureza amigável quanto de natureza sexual – como veremos adiante. Todas as pessoas se conhecem e tudo se comenta por meio da ‘rádio sapata’ – em referência ao dois extremos da ilha - onde um acontecimento logo é de conhecimento de todos, via oral. A fofoca funciona como um regulador das ações individuais, explicitando o que é certo ou errado, e acredito que nesse sentido, seja uma clara extensão da vigilância e do controle exercido pelas instituições formais para o âmbito das relações primárias. Sei que esse fenômeno é recorrente em comunidades pequenas, funcionando como regulador das ações e dos comportamentos. Mas é preciso ressaltar que há uma especificidade em Fernando de Noronha, que seja a combinação de uma ‘cultura vigilante’ em um espaço extremamente disputado – o que ocasiona muito mais conflito -, mas também a natureza da fofoca que sempre se manifesta pela intenção de ‘prejudicar o outro’.

Essa última idéia é recorrente na ilha e percebi que manter distância das fofocas é uma forma de se evitar ‘confusão’. Em uma conversa com a *nativa* Claudia (cinquenta anos) sobre a fofoca em Noronha, essa questão aparece com

foi denunciar. O serviço social acaba tendo um papel de delegacia da mulher, porque a gente vai lá, conversa, tenta entender o caso, e encontrar uma solução”. Continuou: “As mulheres não têm para onde ir. Aqui e lá fora quando muitas vezes seu lugar de origem é uma favela, não querem voltar pra favela”.

clareza: “... as pessoas fazem muita fofoca na Ilha. Outro dia vieram me dizer coisas de uma outra pessoa, mas eu não quis saber! Moro aqui há cinqüenta anos, tem que saber viver aqui. Não quero saber da vida dos outros e não quero que falem da minha. Por isso não me misturo quando o assunto é a vida do outro. Esse tipo de coisa sempre dá motivo pra confusão!”. Se atentarmos para o começo da conversa com Letícia, veremos que sua explicação para a fofoca é justamente “*porque nessa ilha ninguém quer ver o outro bem*”. Essa é uma idéia amplamente difundida por lá, compartilhada por nativos e haoles. Assim, mais do que revelar uma forma de controle social, a explicação para o motivo da fofoca revela certa imagem do *nativo* fofoqueiro, que seja a de ‘invejosos’ da felicidade alheia.

Um outro exemplo¹⁴⁶ também esclarece esse aspecto: Marina, moradora da Ilha há alguns meses, trabalha na pousada do Vale como recepcionista. Ela então perguntou sobre a minha pesquisa, pois um amigo havia comentado que eu estava fazendo uma dissertação de mestrado sobre identidade local. Ela se mostrou interessada e começamos a conversar sobre a vida na ilha – depois, percebi que ela estava angustiada, precisando desabafar com alguém. Marina é paulista e foi trabalhar em Noronha por causa do namorado que já morava na ilha. Falou que a negatividade e a inveja na Ilha a surpreenderam porque viu pessoas de fora e que trabalham no local entrando na ‘dinâmica da inveja’, ‘do falar mal’, ‘do torcer contra’ que caracteriza a população local. Características que eu conheci bem quando morei na Ilha - e que acredito ser própria do *habitus* prisional. Afirmou então que “*aqui ninguém é feliz*”. Disse que os companheiros de trabalho não incentivaram a felicidade de seu namorado e “*começaram a maldar tudo. Meu namorado disse pra mim que trabalha, mora e sai com as mesmas pessoas e não considera ninguém como amigo*”. Segundo Marina, os companheiros de trabalho de seu namorado mudaram de atitude depois que ela chegou para morar com ele e ele passou a ser ‘mais feliz’. Ao perguntar para um jovem *nativo* “o que é ser *nativo*” ele respondeu “*Nativo é compartilhar ‘daquela cultura’.* Eu não me considero *nativo*”. “O que significa ‘aquela cultura’?”, perguntei. “*É aquela visão fechada, antiquada, inflexível. As pessoas se enrustem, têm inveja e te acusam por você ser mais livre.*”

¹⁴⁶ Em 10/10/2005.

Invejam porque você é elogiado, porque as pessoas comentam sobre você. Parece que ser feliz é um pecado! Devem pensar 'qual é o motivo da felicidade dele? Eu não sou feliz, ele também não pode ser'. Ou pensam que se eu estou feliz é porque alguma coisa de errado eu fiz!" Outra haole¹⁴⁷ completa a idéia: "ninguém em Noronha é feliz! Todo mundo que vive aqui tem um karma, está pagando alguma coisa, inclusive eu".

Um bom exemplo sobre a vigilância excessiva que os indivíduos exercem uns sobre os outros por meio da fofoca - e a sua característica 'invejosa' ou intencional de 'causar confusão' foi o de Cibele e José. Ela é de Recife e conheceu o marido (haole que mora na ilha há dezesseis anos com um tio) através da agência de turismo em que trabalhava no continente. Casaram-se e ela mudou para Noronha em Junho de 2005. Nós nos encontramos a primeira vez em meados de agosto e ao perguntar o que eu fazia na Ilha, contou-me a sua história. Conversamos sobre a sua mudança para Noronha e o seu 'choque', tanto pela falta de opção de lazer e pela diminuta população, quanto pelas fofocas que controlam 'tudo' e 'todos'. Então disse que José foi viajar para resolver um problema da sua lancha e a viagem que duraria três dias durou quinze. Ela ficou desesperada porque sentiu que não havia nada para fazer na ilha, e completou: *"não tenho nada para fazer aqui. Não, minto, só se eu começar a aprender a saber e a adivinhar o que os outros possam estar falando de mal sobre mim. Porque aqui é assim, as pessoas só sabem falar da vida dos outros... e mal!"*. Contou que na ausência do marido, sentiu necessidade de conversar com alguém e foi jantar com um amigo. Então, no dia seguinte do jantar quando falou com José ao telefone, ele já sabia que ela tinha saído para jantar com um 'amigo homem' e não gostou: *"Disse pra ele que ele tinha que confiar em mim e me perguntar as coisas antes de pensar qualquer negócio e sair brigando... Oras! Ter que dar satisfação à duas mil e quinhentas pessoas além do meu marido é demais né?"*. Esse caso mais uma vez comprova o caráter 'maldoso', pois quem fez a fofoca esperava no mínimo causar algum desentendimento entre o casal.

¹⁴⁷ Moradora há 10 anos, foi casada com um *nativo* durante três. Hoje é solteira e trabalha para duas empresas.

Percebi então que de alguma maneira os *haoles* tentam se preservar dessa vigilância e desse controle, se isolando – como o caso da professora Sebastiana (*haole*) que há quinze anos morando no local não “*se envolve nem se mistura*” com o resto da população, chegando inclusive a colocar isso como uma questão de qualidade de vida, assim como Judith (*haole*), outra migrante da década de oitenta, embora mais entrosada com a população local. No entanto, muitas vezes os *haoles* não conseguem fugir dessa dinâmica, fofocando tanto quanto os outros – muito porque num lugar pequeno e isolado como esse, o assunto é ‘os outros’.

Porém, é preciso ressaltar que esse comportamento que se manifesta nas relações primárias é extremamente carregado de controle e vigilância (sobretudo sobre o desenvolvimento econômico), e possui um aspecto negativo, reconhecido por todos enquanto tal. Esse dado se constitui em um dos aspectos fundamentais do que chamo de *habitus prisional*.

Na Ilha, cachaça é lazer

O Plano de Manejo já faz referência ao alcoolismo como um problema, num tempo em que o turismo estava ainda começando a se desenvolver. (FUNATURA/IBAMA, 1990:79). Acredito que a falta de opções de lazer, aliada ao desenvolvimento da indústria turística, podem ter contribuído para que esse problema de dependência química se tornasse um problema generalizado e difícil de combater. Isso porque no momento em que Fernando de Noronha se estabelece como pólo turístico, indiretamente aumenta o consumo de bebida alcoólica, agora justificado pelo tipo de desenvolvimento econômico, que seja, a produção de um espaço totalmente voltado ao lazer e que sobrevive de vender a ‘descontração’. Ora, os turistas que visitam Noronha estão de férias, relaxando e isso claramente envolve bebida alcoólica. O ilhéu muitas vezes é convidado a acompanhar o turista, seja como uma troca onde o segundo paga a cerveja enquanto o primeiro o entretém - ‘apresentando’ o lugar e desenvolvendo atividades em conjunto como um mergulho ou uma pescaria -; seja porque mesmo quando o Ilhéu está prestando um serviço é possível acompanhar o turista na ‘cervejinha’, pois a relação entre o lazer e trabalho para muitos moradores é

intrínseca, no sentido de que muitas vezes o trabalho também envolve prazer¹⁴⁸. Realmente a ingestão de bebida alcoólica com moderação não atrapalha na prestação de determinados serviços – como observei o caso de um guia de trilha e de um comandante de uma pequena embarcação, que beberam durante todo o trabalho sem que os turistas estranhassem - pelo contrário, até incentivaram: “*calor demais né?*” disse um para o rapaz responsável por dirigir o barco enquanto abria uma latinha de cerveja. Em seu estudo sobre a qualidade de vida dos idosos de Fernando de Noronha, Sálvea Paiva revelou que:

“Os relatos de insatisfação estão relacionados a problemas de alcoolismo, por exemplo, enfrentados pelos idosos no âmbito familiar, geralmente envolvendo seus descendentes diretos: filhos e/ou netos”. (PAIVA, 2004:88).

Realmente a ilha enfrenta grandes problemas com relação ao alcoolismo e muitos foram os casos em que pude observar o uso exacerbado de bebidas alcoólicas, seja de dia na praia ou à noite nos bares. No entanto, essa também pode ser uma maneira de transgredir as regras sociais, pois, não trabalhar e passar a tarde bebendo com amigos ou com turistas enquanto os outros estão trabalhando pode ser visto como uma certa ‘rebeldia’, até mesmo como uma completa negação do sistema vigente de exploração da ilha - com sua lógica capitalista de controle do tempo e da divisão entre lazer e trabalho. Vale lembrar que a bebida está presente do dia a dia desses *nativos* e é raro haver dias em que não bebem. Outro ponto a ressaltar é que não bebem moderadamente.

Relatarei dois casos que me impressionaram muito justamente pelo nível de embriagues que os indivíduos apresentaram. O primeiro ocorreu no segundo dia em que estava na Ilha, e fiquei extremamente preocupada com um haole¹⁴⁹ que, claramente bêbado, insistia em mergulhar em local profundo, sem soltar a sua

¹⁴⁸ Sidney é guia e taxista. Contou-me inúmeras vezes que bebeu com seus passageiros quando estava trabalhando. “Como é bom um trabalho desse: a gente passeia, bebe, se diverte e ainda ganha...” Declaração feita em 1998.

¹⁴⁹ Morador há 20 anos, é pintor de parede e vive com uma senhora *nativa* bem mais velha e que o sustenta. Algumas vezes observei o casal e ela o trata muito mal, dizendo o tempo todo que ele “não presta para nada”, que é um ‘bêbado’.

garrafa de pinga. Isso ocorreu por volta das 15h, e muitas pessoas estavam na praia. 'Ele é assim mesmo' diziam os demais em meio a gargalhadas. Eu estava com medo de que ele se afogasse, então entrei no mar e pedi que me desse a sua garrafa e me acompanhasse até a areia. Quando chegamos, devolvi a sua bebida, fazendo-o prometer que não ia mais mergulhar. Os ilhéus que estavam ao nosso redor faziam gracinhas e brincavam com ele. No entanto ele estava muito abatido e mesmo com toda aquela bagunça à sua volta, chorou. Olhou bem dentro dos meus olhos e disse: "*eu bebo porque sou muito triste nesse lugar*". Significante essa fala, pois revela o lado 'sombrio' de uma ilha que, na visão do senso comum, é o paraíso. Não sei exatamente porque ele estava triste, apesar dele se referir ao 'lugar' como a causa da sua tristeza. Flavio Freitas, *haole* e morador da ilha resume esse sentimento no livro "O outro lado do paraíso", publicado por estudantes de jornalismo na PUC Recife¹⁵⁰: "Estou na Ilha há dez anos e começo a ver certas coisas negativas. O paraíso está no passeio, na visita, mas na vida, no cotidiano, aí vem o estresse desse isolamento, da falta de cultura, da falta de relação social, de um universo limitado de amizades".

Outro caso que me impressionou pela extrema embriagues apresentada, foi de um *nativo* de aproximadamente 50 anos. Ele não estava triste, pelo contrario, parecia muito feliz, pois tinha alugado a sua casa por um mês e estava literalmente com três mil reais no bolso. Sentou-se na mesa em que eu estava com outros *nativos* e ilhéus e começou a falar muita baixaria. Dizia que ia pra zona de Recife porque 'era rico' e 'podia pagar'. Mal agüentava falar. Chamamos um táxi de um amigo – pois estávamos com medo que alguém roubasse o seu dinheiro - e o mandamos para casa. Esse *nativo*, durante o fim do regime militar, quase foi expulso da ilha por causa de suas bebedeiras. Hoje em dia ele possui uma casa modesta, mas que possui três suítes simples para alugar. Por várias vezes durante a minha estadia (de 01/08 a 01/11/2005), pessoas o procuraram para alugar os quartos, moradores e turistas. No entanto, acabavam desfazendo o negócio,

¹⁵⁰ Esse livro foi consultado no Museu da Ilha. Porém, esqueci de pegar suas referências bibliográficas. Procurei em várias bibliotecas, mas desconfio que, como uma publicação de estudantes, sua edição tenha sido bem limitada. Peço desculpas assim, pela falta da referência bibliográfica.

devido ao seu inconveniente costume de 'encher a cara' todos os dias, causando transtornos e constrangimentos para seus hóspedes. *"Eu quero que se dane! Tô na minha casa..."* ele dizia. *"Aqui em Noronha o que não falta é gente querendo um quartinho como o meu... Se não quer ficar que que tem? Tem outros..."*. Sua companheira – que inclusive mora em outra casa, pois 'não agüenta' - reclamava bastante com ele, como pude observar num determinado dia: *"mas o turista traz dinheiro! Você quer viver de quê? De pinga?"*. *"De pinga, de mergulho, de Noronha..."* respondeu. Podemos verificar nessa atitude uma certa rebeldia, atrelada à sua condição de *nativo*, que não precisa hospedar turistas, mas sim viver em Noronha, bebendo e mergulhando. Significativa essa atitude também por ter sido punido com prisões e 'cacetadas' no final do governo militar. Ou seja, da experiência repressora do passado, passou a viver em um novo contexto que incentiva o seu comportamento alcoólatra – seja porque não precisa trabalhar no mercado formal, seja porque o turismo é local de lazer e de bebida. Apesar do estigma de 'bêbado' acredito que a sua liberdade hoje de poder beber seja para ele o mais importante. O encontrei diversas vezes durante a minha estadia, e tentei inclusive, fazer uma entrevista. Não deu certo porque quando cheguei em sua casa, ele já havia começado a beber – apesar de ter marcado comigo -, ficando completamente embriagado depois de meia hora. Praticamente todos os dias em que o vi, ele estava bebendo pinga pura e chegou a ser internado duas vezes no hospital para tomar glicose. Vale dizer que em sua companhia estava quase sempre o mesmo grupo de *nativos*.

Acredito que o alto índice de alcoolismo esteja diretamente relacionado ao fato de que não há atividades para as horas de folga, assim como à própria idéia de que a bebida alcoólica proporciona prazer. No entanto, essa era uma prática corrente no passado entre muitos moradores. Fiquei surpresa quando ao visitar minha amiga Claudia (*nativa*, 50 anos), soube que ela havia passado o domingo com a família na praia e tinha tomado várias caipirinhas ao ponto de ficar *"assim, meio bêba"*. *"Não sabia que você gostava de beber"* disse a ela, pois nunca a vi bebendo. *"Não gosto de estar no meio da confusão, de beber com esses aí que aprontam. Bebo mas bebo no meu canto. Sempre fiz assim, se for pra ficar beba"*

fico no meu canto, com meus filhos e meu marido pescando. Já teve épocas que eu bebia mais, aqui sempre se bebeu... mas hoje eu já superei isso, é só as vezes e com meu marido junto... longe dos outro". O caso de outra moradora também serve para ilustrar como a bebida é central na vida desses moradores, seja para afastá-los da imagem de *nativo*, ou para aproximá-los: *"Ela bebia muito, nem sei como o pai agüentou... ficava tomando cachaça enquanto o pai trabalhava, roubava os carneiro dele pra beber com os outros... sei que teve até gaia porque do jeito que essa mulher bebia... Foi muita confusão... mas ai foi ficando velha, acho que cansou, se arrependeu depois entro pra igreja... hoje é esse doce de pessoa, calma tranqüila... mas antes era só o fogo no rabo e a cachaça na cabeça"* Esse relato foi feito por um *nativo* da segunda geração, e se refere à sua mãe – hoje com cinquenta e poucos anos.

Vemos aqui que a forma como se relacionam com a bebida pode ser vista como uma 'marca' identitária no sentido de que em Noronha 'sempre se bebeu' e muito. Por esse motivo ouvi inúmeras vezes que *nativo* é 'preguiçoso' e 'só sabe beber'. Quando fui ao hospital São Lucas (outubro 2005) conversar com o pessoal do departamento administrativo a fim de colher dados sobre as internações, a responsável me informou que os principais problemas de saúde estão relacionados ao uso abusivo de álcool, bem como as causadas por agressões físicas – na maioria das vezes em consequência desse abuso.

Além da falta de opção de lazer e do costume, outro ponto importante com relação a bebida é que o principal espaço de socialização¹⁵¹ é o Bar do Cachorro (fórró) e a Pizzaria Feitiço da Vila (shows ao vivo), ambos no centro histórico da Vila dos Remédios. Embora o projeto TAMAR realize palestras noturnas todos os dias, e seu café também se constitua num espaço de socialização importante - onde turistas acertam passeios para o dia seguinte – é no ambiente de festa e descontração que eles e *ilhéus* dançam e bebem, paqueram-se e namoram. Nesses ambientes, o consumo de cerveja e outros tipos de bebidas alcoólicas são altíssimos, e pude observar o caso de muitos turistas e moradores embriagando-se.

¹⁵¹ Tanto somente entre *ilhéus*, quanto entre estes e os turistas.

A amizade em Fernando de Noronha: uma relação de natureza instável e vigilante

Com relação às relações de amizade, percebi que a maneira como os *nativos* concebem as relações dessa natureza é muito interessante, pois se apresentam de forma totalmente instável, expressa justamente numa constante troca de amigos e parceiros de atividades¹⁵². Nas primeiras vezes em que visitei o Arquipélago, assim como quando eu morei na ilha durante o ano de 1998, era-me muito estranho e difícil entender essas relações. Em primeiro lugar, elas eram instáveis, apesar de parecer totalmente o contrário, ou seja, amizades que me pareciam extremamente profundas, se revelavam superficiais; em segundo lugar – e talvez por esse motivo – a instabilidade dessas amizades era velada. Observei vários casos onde indivíduos que se diziam muito amigos e andavam muito juntos (pescando, divertindo-se ou até mesmo trabalhando), falavam mal um do outro e trapaceavam-se mutuamente – contudo, nunca de maneira escancarada, evitando o conflito aberto. Eu não consegui em um ano e dois meses de convivência assídua e ininterrupta, identificar quais eram os amigos do *nativo* com o qual fui informalmente casada simplesmente porque eles mudaram o tempo todo: amigos que pareciam inseparáveis foram trocados por outros depois de algum conflito, sob alegação de ‘nunca ter sido amigo de verdade’ e muitas vezes sem que eu entendesse o motivo.

Com essa questão na cabeça, logo quando cheguei na Ilha em agosto de 2005, conversei com Arnaldo (também *nativo*), sobre suas amizades – mais especificamente sobre o que ele achava que era a amizade. Perguntei se na Ilha ele tinha ‘amigos de verdade’, e, mesmo tendo nascido no local e sendo membro de uma das maiores famílias residentes no arquipélago, ele disse que não – apesar de ser muito querido e carismático, sempre rodeado de gente. Dei o exemplo de um teto que desaba com a chuva no meio da madrugada, se ele teria a quem recorrer. Novamente ‘não’ foi a resposta. Segue um exemplo¹⁵³ de comportamento

¹⁵² Chamo a atenção para um aspecto muito marcante e comum relativo às amizades em Fernando de Noronha. Contudo, não se exclui aqui, a existência de amizades estáveis e duradouras no local.

¹⁵³ 21/09/2005

entre amigos (no caso, também são primos): Gomes (*nativo*), primo de Arnaldo, contou que um homem estava no cruzeiro de navio e ao descer em Noronha, deixou o seu relógio caríssimo cair. Segundo Gomes, o relógio valia quinze mil reais e o turista ofereceu uma recompensa de três mil para quem o encontrasse. Ele resolveu então procurar e achou. Quando foi devolvê-lo e pegar a recompensa o turista quis abaixar o valor. Gomes não concordou dizendo “*achado não é roubado, se o Sr não vai pagar o que prometeu, fico com ele!*”. E ficou mesmo. Então Arnaldo disse a seu primo que faria o mesmo se estivesse em seu lugar. Mas assim que seu primo foi embora Arnaldo o criticou, dizendo para seu amigo Jonatan (*nativo*), que devolveria o relógio porque afinal não era seu e o dono poderia dar queixa de roubo. Além disso “*não está certo fazer isso*” disse.

Arnaldo apresentou uma atitude totalmente diferente da que havia apresentado quando seu primo estava presente. Se por um acaso Jonatan resolvesse contar a Gomes o que Arnaldo disse, uma situação de conflito estaria armada, tencionando a amizade entre os três. De fato isso não ocorreu, mas poderia ter ocorrido como em tantos outros casos observados. Porém, acredito que se fosse feita uma fofoca, ela não colocaria a amizade em cheque, porque do ponto de vista deles mesmos e de certa maneira, ela nem existe¹⁵⁴. Por outro lado, a fofoca é algo tão corriqueiro, - já que uma das principais características da população é falar sobre as outras pessoas, suas vidas e acontecimentos¹⁵⁵ - que não produz o mesmo impacto que produziria se fosse algo extraordinário.

Também observei certa instabilidade entre o grupo de *nativos* mergulhadores, pescadores de lagostas e polvos, para mim os maiores expoentes do *habitus* prisional. Dos sete que estão na ativa atualmente, só dois foram parceiros constantes durante o período de três meses em que estive na ilha, apesar de todos eles conviverem muito. De uma maneira geral, fofocavam uns sobre os outros dizendo, por exemplo, que “*Ricardo quer mergulhar com a gente só pra conhecer as nossas tocas, mas nunca mostra as tocas de lagosta que ele*

¹⁵⁴ Quando estive na ilha em 2001, Arnaldo e Jonatan nem andavam juntos, pelo contrário, o primeiro havia dado uma surra no segundo porque este era casado com sua irmã e vivia batendo nela. Na época, eu que era amiga de Arnaldo, nem me aproximei muito de Jonatan por esse motivo. Hoje, moram na mesma casa.

¹⁵⁵ ‘Radio Sapata’

conhece!"; "Jair está desconfiado que a gente tá mergulhando com o Xavier, mas pô, ele nem agüenta mais mergulhar fundo... só quer que a gente faça o trabalho pesado pra ele! O Xavier é velho, mas pelo menos agüenta mergulhar". Depois de inúmeros mergulhos com Xavier, voltaram a mergulhar com Jair e então todos falavam mal de Xavier, atribuindo vários defeitos ao antigo parceiro. Brigavam em geral por ciúme uns dos outros ou por certa disputa pelo conhecimento sobre o fundo do mar, mas em seguida estavam novamente em novos arranjos de parcerias - como se nada tivesse acontecido, trocando informações importantes sobre os últimos procedimentos do IBAMA, por exemplo.

Se fizermos um paralelo com o ambiente de uma cadeia (ou um com uma 'cultura de prisão'), veremos que este tem suas próprias regras de comportamento, principalmente no que se refere à instabilidade das relações entre os indivíduos dentro de um espaço limitado (cela; ilha), e por isso mesmo a interdependência dos mesmos. Ora, sob um clima tenso e sempre sob pena de ser morto, as relações dentro de uma cela não se baseiam nas regras da sociedade mais ampla pelas condições diferenciadas. Notei que em Fernando de Noronha existe uma desconfiança (e disputa) quase que permanente entre as pessoas que tanto dividem o mesmo espaço doméstico - familiares ou não - quanto entre as pessoas que desempenham as mesmas atividades - sendo a constante troca de parceiros para a captura de lagosta um bom exemplo. Essa desconfiança desenfreada se dá também numa cela de cadeia onde todas as relações são delicadamente administradas - já que num dia dois indivíduos podem ser parceiros, noutro, inimigos e, por esse motivo, nunca são amizades extremamente profundas, pois 'engessariam' a possibilidade de novos arranjos.

Outro aspecto semelhante entre as relações estabelecidas entre os indivíduos na ilha e numa cela é a questão da interdependência entre os mesmos: se na cadeia eles precisam associar-se por uma questão de proteção e sobrevivência já na ilha, pela reduzida população é comum a falta de ofertas de determinados serviços, que às vezes são realizados por uma só pessoa. Assim, ouvi muitos deles dizerem em algumas situações que *"nunca é bom brigar com ninguém porque aqui você sabe, hoje tá brigado e amanhã pode precisar do*

cara¹⁵⁶. Podemos supor que é por esse motivo que a instabilidade das amizades¹⁵⁷ em Fernando de Noronha seja algo velado – justamente por se apresentar como uma possibilidade estratégica para administrar relações interdependentes, entre indivíduos que são obrigados a conviver num espaço limitado e isolado. Talvez por esses motivos Arnaldo diga que não possui nenhuma amizade verdadeira na Ilha. Fica aqui a hipótese.

Ainda com relação às relações de natureza amigável, o fato de o lugar possuir uma população muito reduzida faz com que as pessoas confundam o indivíduo com a sua atuação profissional, o que interfere nas amizades também. Maria¹⁵⁸ é *nativa* e saiu da Ilha para estudar, voltando depois de formada. Como conseguiu o emprego na administração, sentiu que as pessoas mudaram com ela: *“profissão aqui não é mais pessoa física. Não sou mais a Maria, sou a [diz a sua função] Eu sou da ilha e vou lutar pelo ilhéu. Mas as pessoas acham que eu tenho que fazer o que eles acham certo, não conseguem ver que eu ocupo um cargo e tenho regras a seguir. Tem momentos que não dá para atender a demanda. Daí acham que eu mudei, que o poder me subiu na cabeça, que eu não quero ajudar”*.

Embora tenha me parecido que a não separação entre o indivíduo e a profissão se desse pelo tamanho reduzido da população, a história de Noronha revela um passado de ‘Comando’ que concentrava todos os poderes nas mãos de uma ou poucas pessoas. Isso contribuiu, ao meu ver, para que funções desempenhadas dentro das instituições - ou seja, como parte da estrutura formal

¹⁵⁶ Celso (*nativo*) na época procurava emprego como mergulhador profissional. Havia passado por duas das três empresas locais de mergulho autônomo e se desentendeu ora porque questionou a autoridade e o conhecimento do patrão – *“eles não são daqui, não sabem mergulhar”* -, ora porque sentia-se explorado. Ele era reconhecidamente um bom instrutor de mergulho, e mesmo assim, teve dificuldades para empregar-se novamente, na terceira e última empresa.

¹⁵⁷ Entre os *haoles* as amizades também se revelaram instáveis, mas por motivos claramente comerciais, segundo eles mesmos: Judith é uma empresária que vive na ilha há dezessete anos. Sua casa é afastada das Vilas do Trinta e dos Remédios, onde vive meio isolada com o marido e a filha. Notei que antes havia uma interação maior entre os moradores da região em que ela mora, já que a maioria é *haole* (aproximadamente sete famílias), e que hoje há um certo isolamento entre o grupo porque as pessoas viraram concorrentes e têm medo de ter idéias copiadas um dos outros, segundo a explicação que obtive da entrevistada: *“Aqui existe um isolamento pessoal, uma solidão muito grande. Todos somos comerciantes... e como concorrentes temos medo de socializar as idéias com medo de que alguém as copie. Isso nos afastou. Aqui, todas as pessoas sofrem de solidão e as propostas de grupo não foram para frente. Isso porque a mídia aqui é fácil e dá visibilidade para quem lidera. Tem uma concorrência interna do grupo”*.

¹⁵⁸ Entrevista realizada dia 31/10/2005

de poder - tornasse os indivíduos pessoalmente indissociáveis das suas atribuições profissionais. Percebi também que as pessoas da ilha não conseguem fazer a separação entre a pessoa e o profissional, justamente porque todas as relações são muito imbricadas e as relações extremamente conflituosas. Dessa forma os indivíduos dificilmente podem ser eles mesmos na hora do lazer, sem que façam referência à sua profissão e a atuação profissional. É como no caso dos fiscais do IBAMA que, mesmo quando estão com a família na praia, em um momento totalmente descontraído, ninguém esquece que eles são fiscais e podem 'estar de olho'. Várias foram às vezes que Arnaldo e Jonatan comentaram sobre a presença deles na praia dizendo “*olha lá! Vamos tomar cuidado*” ou “*Táí! Já tão de olho na gente!*”. E realmente pode ser que estivessem mesmo, já que as relações entre *nativos* fiscais e os outros *nativos* não é de proximidade¹⁵⁹, justamente porque se vêm mutuamente em lados opostos – e porque os próprios fiscais podem não esquecer da sua profissão durante o momento de lazer.

Sexualidade e história na atualidade

A questão da sexualidade na ilha, assim como os outros aspectos do habitus prisional, também devem ser pensados a partir de um processo histórico específico. Pensemos na instabilidade entre as relações de amizades, e os motivos supostos que as levaram a se constituir dessa maneira específica, estendendo-as às relações que envolvem namoro, casamento e sexo. A relação dos indivíduos com a sua sexualidade, bem como a maneira como a sociedade local trata os

¹⁵⁹ Um exemplo interessante sobre essa questão foi a situação que observei em 2001, durante a minha pesquisa de iniciação científica. Eu estava no Bar do Meio (ou do Beto) com uns amigos – Chico, Arnaldo, Modesto – quando sentaram à minha mesa Tomás e o Barbudo. Tomás é *nativo*, filho de seu Salviano, um dos mais antigos pescadores da ilha, que teve muitos filhos, e, portanto é de uma família grande e antiga (década de 40) do local. Ele foi também um dos fundadores da ABATUR – Associação de Barcos de Turismo –, mas se encontra meio desligado dela, e não consegui identificar se o motivo foi desavença política ou simplesmente mudança de interesse. O Barbudo é um técnico de T.V. a cabo que, devido a grande e recente demanda deste tipo de aparelho, está morando no Arquipélago. Tomás estava para fazer aniversário e combinava com os meus amigos uma pescaria, inclusive de polvo e lagosta, para comemorar a data – sendo que tal atividade estava proibida. No meio da conversa, quando o assunto veio à tona (IBAMA, proibição etc.), Tomás começou a atacar o Heitor ferozmente por querer participar da sua festa, e sentar-se em sua mesa em outras ocasiões, sendo que em outro momento ele o multou: “*Ele me multa depois quer sentar na minha mesa, dizer que é meu amigo... comigo não!! Cara falso..!*”.

assuntos a ela referente, carrega consigo o peso da história. Nesse sentido, percebo que há um padrão de conduta moral e ética próprias daquela comunidade específica, onde os muitos casos de relação extraconjugal, homossexualismo e até mesmo de prostituição, possuem maneiras muito singulares de se reproduzirem.

A formação de um caráter próprio e singular construído a partir de um processo de ocupação no qual os primeiros ocupantes do lugar estavam lá justamente por causa da sua conduta 'desviante'¹⁶⁰. Que regras sociais seguiam? O que era certo e o que era errado não para as instituições que administravam Fernando de Noronha – e tentavam impor uma conduta por meio da vigilância e da punição -, mas para aqueles que lá viviam e relacionavam-se entre si nos momentos que escapavam do controle institucional? Intriga-me que seja 'natural'¹⁶¹ na ilha, como veremos à diante, casamentos e associações por interesse, relações extraconjugais ou simplesmente o não estabelecimento de relações estáveis, sejam elas da natureza que for, inclusive familiar – o que, no limite, indicam uma falta de comprometimento com acordos estabelecidos entre os indivíduos. O caso envolvendo Robson, sua mulher e Santos, ilustra perfeitamente esse aspecto. Os dois (*nativos*) eram amigos 'inseparáveis' e andavam sempre juntos desde a primeira vez em que visitei a Ilha. Santos tinha uma namorada (*haole*) que o traiu e passou a viver com um outro rapaz (*haole*, recém separado de uma *nativa*). Robson estava casado com Keity (*haole*), e foi traído pela namorada com o amigo, Santos. Duas noites antes de eu saber do caso com detalhes, estava na rua do colégio caminhando para a casa de Joana, quando vi Robson e Keity no carro e Santos do lado de fora, discutindo com os dois. Como eram todos muito próximos e andavam sempre juntos, imaginei uma briga entre o casal onde o amigo Santos estaria apartando; ou apenas um desentendimento entre amigos. Qual não foi o meu espanto quando descobri que se tratava de mais um caso de traição quando todos já estavam comentando, inclusive com os detalhes. Durante os três meses em que passei na ilha, sete casais se separaram.

¹⁶⁰ Nos Relatórios Militares pesquisados no Arquivo Nacional, Série Justiça (como por exemplo o arquivo AIJ7 94 – Livro de Matrícula dos Setenciados, N. 235, 1868 – 1869), constatei que a maioria das condenações dos presos levados para cumprir pena em Noronha era de "Galés Perpétua"; os crimes eram principalmente de assassinato/morte, seguido por furto e deserção.

¹⁶¹ No sentido de ser um comportamento instituído e moralmente não condenável.

Assim como as amizades, os compromissos de namoro e casamento não se apresentam como estáveis. Mesmo antes de o turismo começar a se desenvolver em Fernando de Noronha¹⁶², houve casos de traição, alguns ‘clássicos’, como o de Dona Virgínia que no meio dos seus dez filhos com Juvenal, teve um com outro homem que não o seu marido. Mesmo assim continuou casada com ele, concebendo mais dois filhos legítimos¹⁶³. Outra senhora, ainda residente no Arquipélago, foi uma ‘mulher da vida’ (segundo alguns *nativos* e idosos), chegando a fugir dos militares e a viver ‘escondida nos matos’ porque sua expulsão já estava decretada, juntamente com outra senhora que ainda hoje mora em Noronha e também é casada.

Hoje em dia Dona Virgínia é dona de uma pousada domiciliar, está na faixa etária dos 70 anos e é a provedora de sua família. Ela não é mal vista pelos ilhéus, e quase ninguém comenta esse fato apesar de praticamente todos saberem do que ocorreu no passado. Dna Virgínia disse certa vez e cheia de moral, que *“na [sua] família só tem mulher puta e gaieira¹⁶⁴ mas esse negócio de sapatão não tem não”*. Percebi, portanto, que a falta de mulheres e o confinamento ajudaram a construir uma maneira própria dos ilhéus se relacionarem com a questão infidelidade conjugal – antigamente conhecida como ‘rastros de corno’ - e por isso mesmo pode ser incluída como um elemento distintivo do que estou chamando de *habitus prisional* – já que a própria condição de Noronha no passado a favorecia.

Quando perguntei sobre o assunto a Davi Cordeiro¹⁶⁵, ele respondeu que *“esse negócio de menos mulher na ilha não tem não... não tem mais nada disso, é mesma quantidade de homem e mulher. O que mudou foi o número, não o comportamento”*. A infidelidade entre os casais é um fenômeno constante e pela perspectiva da moral, não é tão condenável por eles como acreditamos ser. Isso

¹⁶² Fato que contribuiu e muito para o grande número de casamentos desfeitos, visto que os ilhéus se envolvem com os turistas.

¹⁶³ O neto dessa senhora me contou (13/08) que mesmo sabendo que o filho não era dele, seu avô assumiu a paternidade da criança, e continuou casado. Como na época dos militares a traição era punida com a expulsão da Ilha, seu avô pode ter assumido o filho por medo da expulsão da mulher. Mas, ainda segundo o neto, *“o avô gostava mesmo da ‘velha’*”. Não notei reprovação em sua fala, só uma constatação.

¹⁶⁴ ‘Gaieira’ é uma mulher que trai o marido, que coloca um ‘galho’ na cabeça dele.

¹⁶⁵ Idoso *nativo* mais velho da ilha atualmente.

porque muitos são os casos em que a infidelidade converte-se em novos casamentos¹⁶⁶, assim como muitas mulheres atualmente possuem filhos com mais de um homem. Ao se constatar o fim de um casamento e o início de um novo arranjo matrimonial, todos o admitem como normal, ainda que, na maioria das vezes durante o processo de mudança de parceiros ocorram agressões físicas e morais entre os envolvidos. A infidelidade poderia sob esse prisma ser vista como uma fase em um ciclo de dissolução e reconstituição do grupo doméstico. O fato interessante é que os indivíduos que passam por esses processos podem e são julgados pelo restante da sociedade - como é costume no local. Contudo esse julgamento logo em seguida é deixado de lado, não estigmatizando aqueles que passam pelo processo – o que nos faz supor que a traição já é algo um tanto naturalizado.

De fato existe em Fernando de Noronha um erotismo muito grande no ar e isso me chamou a atenção desde a primeira vez em que estive na Ilha. Sobre isso, Fernanda (*nativa*) me falou que há algo diferente em Noronha, *“uma sexualidade no ar, um fogo no rabo, aqui é muita pressão, quando a galera bebe então, ai que é fogo!”*. Como afirmou o Delegado em sua entrevista, *“só entende o que acontece aqui quem vê. Se me contassem eu não acreditaria, me disse uma amiga quando veio me visitar. E eu concordo com ela”*.

Notei que os ilhéus e principalmente os *nativos* vêm a possibilidade de sexo em quase todas as relações. Durante o tempo em que residi em Noronha, várias foram as vezes que fofocaram e questionaram minha conduta, chegando em determinadas situações a afirmarem que me viram beijando turistas, quando na verdade eu apenas havia passeado com amigos que estiveram na ilha durante esse período. Ou seja, só pelo fato de eu circular com alguém do sexo oposto, as pessoas concluíram que era uma relação de cunho sexual. Uma situação que ocorreu no Hotel Esmeralda do Atlântico onde eu trabalhava na época¹⁶⁷ ilustra bem essa idéia: ao estabelecer uma amizade com um casal que se hospedou no estabelecimento, passava pelo quarto deles quando acabava o meu expediente

¹⁶⁶ Verifica-se na ilha um alto índice de matrimônios desfeitos, como afirma Silva (SILVA 2000), e para esse diagnóstico há muitos exemplos.

¹⁶⁷ Segundo semestre de 1998.

para conversarmos antes de ir para casa. Depois de três dias nessa rotina, notei que a minha companheira de trabalho estava me olhando muito estranhamente e com um tom repressor. Ao perguntar o motivo e se eu havia feito algo que lhe desagradou, ela respondeu: *“Não acho certo você freqüentar o quarto de um casal toda noite... o que vocês fazem? Suruba?”*. Outro bom exemplo foi de uma *nativa* que, apesar de ser casada esteve com muitos homens diferentes enquanto o seu marido viajava – praticamente todo o período em que estive na ilha. Ao perguntar para ela se achava certo agir assim, ela me respondeu que tinha certeza de que ele fazia o mesmo onde estava e que ela ia aproveitar a ausência dele para ‘curtir’. Perguntei então se ela não se divertia apenas saindo, encontrando os amigos para dançar e beber uma cerveja para descontraí-la. Ela então me respondeu que *“Ah! A noite pra ser boa tem que terminar com um sexo bem gostoso. Eu gosto disso, adoro homem que sabe me jogar na parede e me chamar de lagartixa!”*.

Embora saibamos que turismo e lazer muitas vezes envolvam sexo – e não estamos falando de turismo sexual porque esse não é exatamente o perfil do turista que visita Fernando de Noronha¹⁶⁸ -, acredito que tanto por o local se constituir num ‘paraíso natural’ (além de local de diversão), quanto uma predisposição da população para construir esse clima altamente erotizado, faz com que muitos turistas que visitam a ilha se envolvam em ‘aventuras sexuais’. Isso também porque há um interesse de muitos ilhéus (*nativos* ou não) em estabelecer relações dessa natureza com os turistas em troca de algum objeto, ou até mesmo para ‘curtir’ com ele de graça – beber, comer, passear sem gastar nenhum dinheiro. É aí que entra a questão de uma prostituição velada. Assim como afirmou o delegado, Roberta (*nativa*), também concorda: *“Existe, [prostituição] eu acho que sim, mas não acontece abertamente. É só reparar como vários homens aqui têm a profissão de giga... que é gigolô¹⁶⁹. Querem casar com mulher rica, já ouvi muitos dizer isso. Não querem estudar, poucos terminam o segundo grau porque no fundo acham que vão casar com uma mulher rica, que vão construir pousada, que elas*

¹⁶⁸ Como me afirmou o delegado quando perguntei se existia esse tipo de turismo na ilha: “Formalmente não, mas sabemos que há prostituição. Agora, é sutil né? Aquela sexualidade imensa no ar, sei que há trocas de favores entre turistas e ilhéus, mas nada escancarado”

¹⁶⁹ Homem que não trabalha e vive sustentado pela mulher.

vão comprar um barco pra eles... sempre uma solução fácil". Realmente eu também ouvi esse discurso muitas vezes, e na ilha é normal e corrente esta idéia. Não há repreensão moral quanto a essa conduta; é uma idéia generalizada, criada e mantida pelos próprios moradores, onde os adolescentes a reproduzem e as crianças, de certa maneira também¹⁷⁰.

A prostituição não é, portanto, escancarada e conseqüentemente não existe uma 'zona', nem ninguém que tenha assumido essa profissão; ela ocorre de maneira semelhante a uma troca de favores, pois nos próprios termos em que as pessoas colocam (sexo em troca de passeio, presente, um dinheiro que não é estipulado...) e no local onde se dá ('o paraíso de Fernando de Noronha') ela existe de maneira sutil. Dessa perspectiva, acredito que muitos ilhéus poderiam ser classificados como prostitutas/as. Contudo, embora sutil, percebi que a prostituição aumentou com relação à minha última visita ao Arquipélago em 2001. Não que eu tenha observado nada diferente do que já havia percebido em outras visitas, mas sim porque desta vez foi mais recorrente a afirmação de que realmente existia prostituição na ilha (uma 'alta prostituição' ou 'uma prostituição muito forte') – e isso é que foi diferente de outros tempos em que estive no local. Contudo, não se referem a esse fenômeno de forma escancarada, pois não é uma prostituição profissional, mas sugestiva. Márcia (*haole*), que trabalha no setor administrativo do hospital e mora na ilha há cinco anos, me afirmou que essa prostituição se dá muito mais no universo masculino do que feminino: *"Aqui, o que mais tem é prostituto. É uma prostituição clandestina, não de carteirinha. O Ilhéu vai dormir na pousada com a turista, e diz pra ela que a taxa de acompanhante é R\$ 200.00, por exemplo. Daí depois vai no dono da pousada e diz que já falou da taxa para a turista e que quer a parte dele, pede uma comissão"*. Pergunto se ela tem certeza disso. *"Claro! Tenho amiga dona de pousada, já ouvi falar disso várias vezes! Eles chegam e dizem 'Tô dormindo ai com fulana, cobre que eu vou querer o meu!'"*.

Além de eu observar muito mais homens na rua e na 'balada' (o que confirma a afirmação de Márcia), e conhecer a dinâmica da sociedade local (onde

¹⁷⁰ Segundo a professora da escola "os alunos dizem que não querem estudar que querem aprender a dançar forró".

a mentalidade machista¹⁷¹ impede que as mulheres se comportem em pé de igualdade com os homens¹⁷², sob pena de agressão física e fofocas de cunho moralista), uma *nativa* me forneceu a seguinte explicação para a relação dos homens e mulheres na ilha: “*as mulheres trabalham muito mais que os homens, pois eles querem mais biscates, não têm responsabilidade, principalmente no casamento... porque se por um lado as turistas vêm os nativos como troféu, eles também pensam assim. Os meninos não querem compromisso. Meu primo mesmo, cada semana está com uma turista diferente. Já as mulheres são mais calmas, ficam mais em casa, até porque seus maridos e até os irmãos não gostam de ver elas na rua. Daí é problema na certa né?*”.

Com relação à homossexualidade, acredito que a partir de um processo de ocupação onde por muitos anos não se admitia a presença de mulheres, o homossexualismo foi uma alternativa para os indivíduos exercerem a sua sexualidade – como acontece nas cadeias. A pederastia – “o principal problema da Ilha” desde os tempos de presídio¹⁷³ - continua já que há em Noronha muitos casos de homens que, apesar de apresentarem-se como heterossexuais, serem casados e comportar-se socialmente como ‘homens’, praticam relações sexuais com outros indivíduos do mesmo sexo. Outro aspecto importante que surge como

¹⁷¹ Sem a pretensão de definir o que é uma sociedade machista, uso o termo como assim se apresenta em Fernando de Noronha: uma comunidade onde as mulheres devem ficar em casa e em sua maioria apanham de seus namorados e maridos; não podem fazer o mesmo que eles como sair a hora que quiser e com quem quiser, e quando fazem, são ‘putas’ e ‘não prestam’.

¹⁷² Claudinho é um jovem *nativo*. Estávamos numa turma de Ilhéus e *nativos* vendo o pôr do sol na praia da conceição quando ele começou a contar que sua mulher ficou com outro homem e no mesmo dia ele ficou com uma turista loira para dar o troco. “*Daí ela se deu mal [sua mulher], pois fiquei com a turista uma semana, de barão e ela ficou ai, chorando*”. Hoje os dois estão juntos novamente. Eles são muito jovens – ele dezoito anos e ela quinze – e Claudinho teve muitos problemas para trazê-la para a ilha, pois não tinham onde morar e ele só conseguiu a liberação depois de provar para a administração que sua moradia estava em condições de recebe-la. Após a burocracia usual, ela chegou à ilha e em duas semanas ocorreu uma grande confusão entre os dois – alguns dias depois da nossa conversa na praia. Eles brigaram, e ele resolveu sair sozinho e ir ao forró. Ela foi também e ele não gostou, agredindo-a ao chegar em casa. O caso foi parar no palácio, porque a sua mulher foi se queixar com as assistentes sociais, que em seguida levaram-na para dar queixa na delegacia. As assistentes propuseram que ela voltasse para Recife e ela aceitou, contrariando Claudinho que se dizia certo e ‘decepcionado’ com a atitude dela de denunciá-lo. Esse caso aconteceu alguns dias antes de eu vir embora e não sei como terminou. O importante aqui é observar como os jovens reproduzem as relações de seus pais, onde impera as agressões físicas e as traições.

¹⁷³ Apostila “Informações de História Local sobre Fernando de Noronha”, elaborada por Marieta Borges como material de apoio ao “Curso de Informações Turísticas”, ministrado pela mesma no período de 23 a 27/11/1998.

conseqüência desse histórico de ocupação é a maneira como a sociedade acolhe seus homossexuais assumidos. Diferentemente de outros lugares pequenos em que a sociedade é assumidamente machista, os homossexuais¹⁷⁴ assumidos são aceitos e participam das rodas masculinas, confidenciando inclusive suas aventuras e desejos sexuais. Não vejo, como em outros locais pequenos, um repúdio manifesto abertamente, embora o homossexualismo continue a ser motivo de chacota entre amigos.

Justiça, cidadania e moral

A partir de uma perspectiva Histórica, podemos supor que Fernando de Noronha constituiu-se ao longo dos anos, numa sociedade com regras próprias, com padrões de comportamentos próprios e que correspondem à sua história de ocupação, ao seu histórico administrativo e às características daqueles que de alguma maneira foram obrigados a residir no arquipélago – tipificados em sua grande maioria como ladrões e assassinos – e que constituíram seus primeiros e efetivos ocupantes. Podemos supor que a transgressão das Leis como parte do *habitus prisional* seja um comportamento instituído no passado de presídio onde Noronha era lugar de ‘marginais’¹⁷⁵, e o ‘viver à margem’ era mais do que natural.

Ao longo desses anos, a ilha passou de território de prisão e degredo a uma combinação de espaço ecologicamente protegido e de ‘resort’ para turismo de luxo, apesar de manter a sua característica de território altamente administrado, vigiado e regulamentado. Essas características são vividas pelos moradores como parte natural da vida, constituindo assim o contexto que chamei de ‘instituição total’ ou ‘cultura da prisão’ – e que hoje é parte da ‘cultura da ilha’.

¹⁷⁴ A aceitação dos homossexuais é pacífica, onde existe um preconceito moralista, mas que convive com muitas histórias de homens que mesmo casados com mulheres, se relacionam com outros homens e ninguém os desrespeitam por isso – principalmente se forem pessoas importantes da comunidade.

¹⁷⁵ Marginais no sentido de viverem à margem da sociedade, respeitando somente as regras que lhes convinham. O que torna isso interessante é que hoje em dia os *nativos* que transgridem determinadas regras não são censurados moralmente pelo restante da população e nem excluídos dos seus círculos de amizade.

O que eu chamo de contexto de 'cultura da prisão' corresponde principalmente à cultura do controle pela vigilância¹⁷⁶ e a imposição constante de uma disciplina e que sempre considerou a hierarquia como um princípio organizador fundamental – tanto institucionalmente quanto no que se refere à relação entre os indivíduos. Tais valores e idéias vão além das premissas de uma lógica militar de organização, transferindo-se para o âmbito dos padrões de conduta e de moral da população, ajudando na construção de noções próprias de justiça, do que é certo ou errado, influenciando a maneira como os indivíduos encaram e resolvem os seus problemas cotidianos, bem como ajudando a definir suas estratégias de atuação na sociedade local – tanto na esfera pública quanto privada.

Podemos visualizar um aspecto do *habitus prisional* numa maneira singular de resolver um problema de dívida, por exemplo. Certo dia fui na casa de uma amiga (haole) e quando entrei na sala, seu filho Mario (*nativo*) estava deitado no sofá assistindo televisão. Ao olhar para o aparelho, observei que havia uma câmera de filmar da Panasonic, e que não estava lá em outras visitas. “Compro?”, perguntei a Mario. “Não!”, ele respondeu, “o Edilson tava me devendo um dinheiro. Daí ficou me enrolando, enrolando e eu fui lá na casa dele e peguei a câmera”. “Ah! Ele pagou o que devia com a Câmera?”, perguntei novamente. Foi então que Mario explicou que não: “eu invadi a casa dele lá por uma janela e peguei a câmera pra obrigar ele a me pagar. Pô, senão ele não vai me pagar nunca... agora está ai aperreado atrás de mim porque precisa da Câmera pra fazer as filmagens

¹⁷⁶ Segundo Foucault a “visibilidade é uma armadilha” e “o efeito mais importante do Panóptico” é “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”. (FOUCAULT, 1977: 177) Como colocamos anteriormente, a visibilidade é uma característica muito marcante em Fernando de Noronha, dada às condições geográficas de um espaço limitado, mas também pela postura da população que está sempre de vigília sobre todos os acontecimentos locais. O Panóptico enquanto ‘mecanismo disciplinar’ supõe que o indivíduo não necessariamente precisa saber quando estão sendo vigiados, mas sim que sempre há essa possibilidade; é uma “máquina de dissociar o ver/ser visto” que “automatiza e desindividualiza o poder” e o mais interessante é que é justamente dessa forma que ocorre em Noronha; tanto faz quem está observando; pode ser qualquer pessoa que ‘veja’ o comportamento do outro, que presencie determinada atitude alheia. O que importa é que na Ilha essa idéia se encaixa perfeitamente, já que todos se fazem vigilantes: “Quanto mais numerosos esses observadores anônimos e passageiros, tanto mais aumentam para o prisioneiro o risco de ser surpreendido e a consciência inquieta de ser observado. O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder”. (FOUCAULT, 1977: 178).

dele... e eu tô aqui esperando.”. Fiquei espantada com a naturalidade com que me contou o episódio. Então perguntei se ele não tinha medo que Edilson o denunciasse por roubo: “*Que nada! Ele não é nem louco de fazer isso. Ele sabe que me deve e que eu tô certo... daqui a pouco aparece por aqui pra trocar pelo dinheiro*”.

Quando uma pessoa invade a casa de uma outra que lhe deve dinheiro para ‘confiscar’ um objeto e forçá-la a pagar a dívida, verificamos uma maneira peculiar de se resolver um problema e que não segue um padrão das normas sociais legais, mas sim uma lógica própria: tanto Mario quanto Edilson compartilham um mesmo ‘sistema de valores’ (se é que podemos falar assim) onde, o primeiro resolve de maneira arbitrária, forçar o outro a lhe pagar, enquanto o segundo ‘aceita’ as condições não efetuando uma denúncia. Desse modo é possível pensar que o *habitus prisional* estabelece de fato alguns paralelos com uma ‘cultura de cadeia’ – ou seja, padrões de comportamentos que seguem regras próprias, como a obediência ao dono da cela, o respeito com a mulher do outro sob pena de morte ou até mesmo a negociação de alguns itens supervalorizados pela dificuldade em adquiri-los. Assim como a resolução desse conflito em Noronha não passou pela delegacia - apesar de apresentar motivos para isso -, numa cela, muitos conflitos também se encerram antes de chegar ao delegado, justamente porque seguem as leis próprias do interior da carceragem.

Se pensarmos no contexto político e institucional da ilha na atualidade, podemos interpretar essa postura transgressora – além de uma resposta ou uma forma de negociação dos indivíduos ao extremo controle que o Estado sempre exerceu sobre a vida cotidiana - como uma contestação ou uma forma de resistência às mudanças mais recentes, aonde o turismo vem sendo explorado por muitas pessoas *haole* ao passo que determinadas atividades tradicionais de exploração do território foram proibidas - como no caso da pesca da lagosta que é praticada atualmente por apenas sete moradores, quatro da mesma família¹⁷⁷. Ora,

¹⁷⁷Pedro, um dos netos de Júlio Grande (um dos homens que iniciou o mergulho artesanal na ilha) comentando comigo sobre a habilidade que seus tios e primos tinham com o mar, afirmou que “os descendentes de Júlio Grande são todos muito bons no mar. Meu avô é uma referência para os

esses ilhéus não acreditam que tal atividade possa prejudicar a reprodução das lagostas na ilha, além de identificá-la como uma atividade tradicional, ensinada por seus antepassados. Nesse sentido, ao gosto pela prática da pesca, aliada às vantagens econômicas¹⁷⁸, acrescenta-se a excitação e o orgulho de burlar a lei. Foi numa conversa bem animada e ressaltando todas as peripécias para realizar uma atividade proibida, que Arnaldo e Jonatan (*nativos*) relataram suas 'caçadas' proibidas a carneiros. Arnaldo contou uma em que foi roubar carneiro junto com Ernesto (*nativo*). Procuraram pela ilha o rebanho de Alonso (antigo criador), percorrendo um longo trajeto atrás dos animais. Ernesto ficou com medo (de espíritos!) e cansado, deixou Arnaldo para trás. Jonatan entra na conversa: “É, mas ali é sinistro!” diz, e continua “*uma vez fui eu, Denilson [seu irmão mais novo] e Ernesto e a gente se perdeu. Fiquei chamando ele [Denilson] e o Ernesto reclamando que eu ia chamar Alonso... Ele tava com medo do Alonso, medo que alguém visse a cara dele então tava com aquele capuz de polícia sabe? Aquele que só fica o nariz pra fora... Você manda um desse pra mim lá de São Paulo? É que é bom ter um desse aqui né....?* [eu peço para Jonatan continuar o relato] *Sim a gente se perdeu... eu só sei que quando a gente se encontrou já fomo logo embora porque parecia que tinha alguém lá seguindo a gente. Eu acho que eu vi alguém mas eles acham que eu vi coisa, ficaram rindo de mim... depois se assustaram também e foi todo mundo embora*”. “É”, diz Arnaldo, “*mas quando eu fui e o Ernesto me deixou eu fiquei e peguei cinco carneiro sozinho. Daí sai da pontinha, passei pela caieira, entrei no terreno do casarão [da aeronáutica] e fui por dentro dos matos até chegar em casa. Minha mãe tava acordada me esperando, fez aquela panelada! Tinha uns sessenta kilos de carne, passei três meses de rei, só comendo aquela beleza de carne de carneiro!*”. “*Mas como você fez pra trazer tudo isso nas costas?*”, perguntei. “*A gente se joga em cima dos bichos, daí corta a garganta dele e já vai pegar outro. Vai pegando, pegando até quando der. Depois vamos pra beira do mar e limpamos os bichos que é pra não*

mais jovens da família, e todo mundo sabe que no mar não tem pra ninguém”. Realmente a habilidade dessa família no mar é muito grande e é reconhecida por muitos ilhéus.

¹⁷⁸ Em apenas um mergulho, três mergulhadores arrecadavam aproximadamente R\$ 350,00 cada um; já um emprego de marinheiro numa embarcação, por exemplo, paga R\$ 700,00 por mês aproximadamente.

pesar muito né? Joga todo os restos no mar pros tubarão. Ai é por no lombo e agüentar até chegar em casa. Dessa vez ai eu tive que parar várias vezes no meio do caminho!”. “Pois é!”, disse Jonatan, “vai fazer isso hoje vai... porque se você pegar um carneiro e descobrirem, vai parar no Aníbal Bruno”¹⁷⁹.

Interessante o que observei com relação à questão dos roubos dessa natureza: alguns dos indivíduos que continuam roubando até hoje são descendentes e familiares de pessoas que faziam isso no tempo do exército. Curiosamente, também são mais ou menos as mesmas pessoas que ainda capturam lagosta apesar da proibição do IBAMA¹⁸⁰. Assim, não só alguns comportamentos hoje possuem uma certa continuidade com o passado, - como, por exemplo, a rebeldia em praticar atividades proibidas como roubar carneiro, galinhas e outras coisas; ou simplesmente viver à margem da sociedade, sem patrão ou hora para trabalhar - como a própria atuação do Estado ao continuar vigiando e controlando os moradores. Ou seja, não é apenas uma questão de *habitus prisional* de uma parcela da população, mas também uma questão institucional, que cria as condições para ele se reproduza.

‘Ainda a cultura Noronhense?’¹⁸¹

As afirmações de ‘falta de cultura’, ou de que ‘os nativos não tem identidade’ e ‘copiam os turistas’ são recorrentes na ilha. Essas afirmações se deram a partir de uma lógica que vê a cultura como um produto social a ser comercializado, principalmente num contexto de exploração turística. Ou seja, manifestações culturais que servem para caracterizar a população de um lugar – por meio de festas típicas ou religiosas, ou uma culinária específica, por exemplo - e passam a ser ‘vendidas’ como ‘a maneira de viver’ daquela comunidade.

É importante levar em conta que no momento em que alguma liberdade foi dada à sociedade com a abertura política – no sentido de que não havia mais

¹⁷⁹ Presídio de Recife.

¹⁸⁰ Fato importante porque essas pessoas só conseguem realizar tais proezas por possuírem um domínio intenso do território, transitando em lugares de difícil acesso para muitos indivíduos locais, e impossíveis para quem não é ‘filho da Ilha’.

¹⁸¹ Título de um artigo de Marieta Borges publicado no Jornal do Comércio. Recife, 31 de julho de 1990.

nenhuma instituição controlando as festas nem as reuniões entre as pessoas, ao mesmo tempo em que se estabelece mais liberdade de ir e vir do continente e a possibilidade de comprar diferentes roupas nas novas lojas¹⁸², por exemplo -, na medida em que essa 'liberdade' tem início, há também mais contato com turistas e novos padrões de comportamento são assimilados e construídos.

Ocorre também que além da grande interação entre os indivíduos que moram na ilha (*haoles* e *nativos*), de alguma forma todos recebem as mesmas influências do mundo globalizado (T.V. rádio, a indústria cultural global), compartilhando as dificuldades que o isolamento geográfico proporciona, assim como o cotidiano do turismo e a idéia de viver no paraíso, por exemplo. Os indivíduos se diferenciam como em todo lugar, nos gostos musicais, no estilo de vestir, porque no limite as pessoas possuem gostos diferentes e fazem as suas escolhas de fórum íntimo. No entanto essas diferenças são mínimas no sentido de que elas não contribuem para facilitar uma distinção de quem é nativo ou não apenas com um olhar superficial, - embora os *nativos* muitas vezes recorram a uma 'linguagem para turistas' que implica numa certa maneira de se vestir e de se comportar.

Visto dessa forma, não é de se espantar que nesse contexto os próprios turistas, e até mesmo os moradores mais antigos do último ciclo migratório digam que o "*noronhense não tem identidade*" nem cultura, e que "*ele imita os turistas que visitam a ilha*"¹⁸³. Isso se dá porque - como explicado no segundo capítulo - não existe no local algo que possa ser assimilado como expressão cultural para os turistas, como por exemplo, um artesanato típico. Contudo, mesmo que se pense a sociedade noronhense como uma sociedade 'sem manifestações culturais', há aspectos únicos nessa população que a diferenciam da existente no resto do país. A idéia de 'falta de cultura' ou 'falta de identidade' não coloca em perspectiva a cultura como um modo de vida próprio, manifestada nas pequenas ações do dia a dia - nem sempre observáveis aos olhos apressados dos turistas. A prática da 'imitação' manifestada no gosto pela música popular da região nordeste, pelo

¹⁸² Abertura econômica também é importante, pois a escolha de determinados produtos também implica identidade.

¹⁸³ A primeira frase dita por um turista, a segunda por um morador que migrou para a Ilha em 1989.

uso das roupas 'de marca' e de outros tantos apetrechos trazidos por turistas do mundo inteiro, seria uma explicação para a idéia de 'falta de cultura' e da 'falta de identidade' dos *nativos* que 'imitam' os turistas.

Sergio (*nativo* e conselheiro) me contou uma conversa com o secretário de cultura de Recife, onde este falou que achava 'bom' desenvolver o maracatu na Ilha. *"Eu não gosto de Maracatu! Se for um reggae eu vou achar é bom! Mas maracatu..."*. Outro *nativo* fez coro com Sergio e na conversa que tivemos me disse que *"esse negócio de Maracatu não tem nada a ver com a gente. Isso é coisa de Recife, de Pernambucano"*. A lógica do mercado cultural para o desenvolvimento turístico dos lugares é tão forte, que a Secretaria de Cultura de Pernambuco tentou introduzir na ilha um movimento pelo desenvolvimento do Maracatu – expressão típica da cultura pernambucana. Achei interessante como esses líderes locais ficaram incrivelmente irritados com tal iniciativa - demonstrando também que o noronhense não se identifica como pernambucano. Essa política institucional voltada para o 'desenvolvimento da cultura' por parte do Estado de Pernambuco – com olhos voltados para o desenvolvimento do turismo, de certo - não é nova:

"Nos últimos anos, a administração civil e as administrações de Pernambuco promoveram Cultura, em larga escala: conduziram grupos, os mais diversos ao Arquipélago; incentivaram a realização de cursos que revelassem danças, formas novas de fazer artesanato, de expressão corporal, etc. E, por isso mesmo, é extremamente perigoso imaginar-se que 'nunca houve' ou que 'não há' Cultura, quando se desconhece planos do futuro e realizações do passado...". (LINS E SILVA 1990. Jornal do Comércio, Recife, 27/07).

Embora fale em realizações do passado, no mesmo artigo a historiadora coloca que esse passado não mobiliza orgulho e que a cultura noronhense, apesar de existir no interior da ilha, parece "pobre" mas existe:

"A chegada do "ilhéu" dos nossos tempos, na ilha, é relativamente recente. Seus pais, seus avós, é que precisaram cumprir pena; o jovem não. Os jovens noronhenses herdaram esse passado, do qual

nem sempre se orgulham, naturalmente. E como esteve sempre ao lado dos dominadores, a eles submissos mas imitando-lhes os procedimentos, os ilhéus aceitaram as inovações que iam sendo introduzidas ou tentadas, conhecendo a Cultura de outras plagas, enquanto fundamentavam as características da sua Cultura, que pode parecer 'pobre', aos olhos dos que chegam, mas que é inegável".

Mesmo admitindo a existência de uma cultura local, parece que as instituições não a vêem como um modo de vida próprio, atuando como se fosse necessário desenvolver uma cultura que possibilitasse criar uma 'marca cultural', com o objetivo de caracterizar a população de Noronha - ainda inserida na lógica do turismo -, mas que não se fundamentasse em seu passado de presídio e quartel 'do qual nem sempre se orgulham, naturalmente' os ilhéus. Em outro artigo, datado da mesma época (1990, dois anos depois da reanexação), Marieta Lins e Silva relata a iniciativa da escola em 'apresentar' a história de Noronha aos alunos das últimas séries do primeiro grau. Argumentando que "só analisando fatos, diante de evidências visuais e bibliográficas, é que se pode conhecer o seu espaço, sua terra, sua história"¹⁸⁴, e assim relata a iniciativa governamental 'ainda em avaliação', onde uma série de apostilas de apoio e textos didáticos foram elaborados para servir de consulta aos alunos dentro da sala de aula.

Esse movimento por 'busca de cultura' por parte do governo é no mínimo intrigante, dadas as contradições e os termos em que se inserem: houve um 'resgate histórico' como forma de 'contribuir' para o desenvolvimento da cultura noronhense, embora a história evidencie a 'verdade inegável' de que o noronhense é um 'homem sem raízes' e sem 'o peso secular das experiências passadas'. Essas expressões encontram-se na apostila que a própria historiadora elaborou para os alunos da escola. Por outro lado, a idéia de que a população apresenta "(...) *poucos traços de tradição e costume*" (FUNATURA/IBAMA 1990:79) se fundamenta no fato de que na mobilização da memória, alguns traços possam não significar orgulho ao se caracterizarem como 'ruins' e 'negativos', por isso mesmo ela é altamente conflituosa. Percebi que uma das maiores contradições com

¹⁸⁴ LINS E SILVA 1990. *Jornal do Comércio*, Recife 10/08/1990.

relação à questão da origem enquanto principal via de construção de uma identidade de *nativo* está no fato de que ‘o orgulho de ser um legítimo noronhense’ está hoje estreitamente ligado à beleza do território e a sua super valorização como pólo turístico. A contradição está no fato de que ao exaltar sua pertença pelo nascimento, inevitavelmente o *nativo* estabelece uma relação de descendência, ligando-se aos antepassados assassinos e a uma história de submissão, sujeição e sofrimento. Esse ponto é importante, pois o fato dos pais e avós dos indivíduos que hoje habitam a ilha terem sido na sua maioria homens violentos, ‘ruins’, e ‘amaldiçoados’ – sendo presos ou policiais – significa admitir uma ligação irreversível com aspectos que não são vistos como bons. Acredito que dessa forma, ao mobilizarem essa origem, se estabelece um certo conflito¹⁸⁵.

Percebi que os indivíduos buscam formas de se relacionar com esses aspectos de maneira que não os ofenda, transformando-os inclusive em ‘atos de coragem’ heróicos. Quando perguntei para a uma descendente de Pinto Branco (antigo presidiário), sobre a história de seu avô e como ele havia ido para o presídio, contou-me que seu avô “*era um homem humilde, era agricultor, casado com minha avó que era muito bonita. Daí ele estava devendo dinheiro na venda e o dono do lugar disse pra ele que se ele deixasse minha avó passar uma noite com ele, ele esqueceria a dívida. Meu vô ficou muito bravo, foi em casa, pegou a peixeira e pum! Enfiou no homem...*”. O fato de colocar a história sob a ótica de quem defende a sua honra perante alguém mais forte e influente, transforma um ato selvagem num ato de heroísmo. Outro dado importante é que muitos presos se transformaram em funcionários do território, chegando inclusive a entrar para o exército em alguns casos. Esse processo dificulta saber quem é ou não descendente de preso, pois muitas pessoas ao se referirem aos seus antepassados, lembram suas atividades/profissões que desenvolviam na ilha, já que os sentenciados que possuíam habilidades úteis para a administração militar eram convidados a permanecer no arquipélago.

¹⁸⁵ Caso do falecido Davi Velho, um homem que deixou filhos e família na ilha e é lembrado até hoje com muito respeito é um bom exemplo: Davi matou, foi presidiário, virou guarda, depois funcionário federal, desertou, matou novamente, foi preso. Como guarda, matou e torturou presos em prol da ordem e da disciplina. Ou seja, mesmo com uma história de vida conturbada, com assassinatos e tortura, ninguém duvida que tenha sido também um ‘homem bom’.

Contudo, de uma maneira geral quando se voltam para o passado e encontram o presídio, o sofrimento e os 'degradados', identificam uma imagem que muitas vezes não contribui nem para a sua auto-estima, nem para a construção da idéia de uma população de boa índole – e por isso mesmo talvez a dificuldade em ser mobilizada e incorporada como uma característica da população local, principalmente pela ótica de uma política cultural voltada para o turismo. Ao meu ver, muitos dos aspectos do *habitus prisional* apresentam-se como negativos e por isso mesmo não são interessantes para constar no 'quadro de características culturais' da população que habita a ilha.

Assim como esse passado que não mobiliza 'orgulho' pode ser resgatado e incorporado à identidade local, se esse aspecto não é interessante sob o ponto de vista institucional do desenvolvimento do turismo, bem como é conflituoso por parte dos próprios *nativos* mobiliza-lo? No entanto, esse passado é sim resgatado por eles, a partir de comportamentos e imagens da vida cotidiana na ilha que identificam como próprios do *nativo*. Domicio Cordeiro em sua entrevista declarou que "*há um ressentimento com relação à identidade, pois estamos perdendo a condição de 'Nativo'. Me lembro de sair por ai de calção, ganhando fruta e peixe dos amigos. Hoje as igrejas pedem comida para doar aos mais pobres num lugar onde tudo é público*". Aqui, fica claro que a 'condição de nativo' se expressa pela vivência de uma vida simples, numa época em que as pessoas viviam do que o território fornecia (por meio da pesca e agricultura e da criação de animais) e os indivíduos dividiam suas provisões. Dessa forma, é significativa a mobilização da imagem do *nativo* desinteressado, que 'sai de calção' pela rua, ganhando peixes e frutos, pois os indivíduos que atualmente se comportam dessa maneira são justamente aqueles que identifiquei como os maiores expoentes da identidade *de nativo* – porque de certa forma recusam a dinâmica introduzida pelo grande capital (fazer pousada, trabalhar muito e ganhar muito dinheiro) e até hoje saem na rua de calção ganhando e dando peixes para os amigos, assim como frutas e outros alimentos. Essa imagem comunica exatamente esse pertencimento à comunidade e ao local – tanto para os moradores *haoles* quanto para os turistas e as instituições do governo; e por isso mesmo não é acionada ingenuamente, mas faz

parte de um dos elementos mobilizados como distintivos de uma identidade específica, usada para legitimar os seus direitos com relação ao lugar (aspectos culturais para fins políticos), bem como para 'seduzir' os turistas com seus serviços e atrativos pessoais – que pode ser tanto uma paquera descompromissada, quanto uma pescaria artesanal 'comercializada'¹⁸⁶. Assim, mesmo com a idéia generalizada de que o *nativo* 'não tem identidade', como explicar então a mobilização de uma certa imagem enquanto *nativo*, reconhecida pelos turistas e pelos *haoles* enquanto tal?

Atualmente há os *nativos* que andam sem camisa, descalços, chapéu de palha e equipamento de mergulho, com pinta de 'donos do lugar', como se personificassem o imaginário do que pensamos (nós, continentais) ser um comportamento *nativo* para chamar a atenção dos turistas quando querem 'vender seu peixe'. Acredito que essa linguagem para turistas sirva exatamente para que estes se sintam seduzidos não só pelo 'paraíso', mas por seus habitantes e pelo 'modo de vida típico do lugar'. Isso de alguma forma garante a sobrevivência de *nativos* que insistem em manter um certo modo de vida, pois permite que eles 'vendam' a experiência de conhecer e participar da vida local aos turistas¹⁸⁷. É possível que no próprio processo de interação entre turistas e moradores *nativos* ao longo desses dezoito anos – intensificado nos últimos dez – os *nativos* tenham assimilado comportamentos 'esperados' por aqueles que visitam o lugar; a imagem que o senso comum da população continental faz do que seja um 'típico nativo' de uma ilha como Fernando de Noronha pode ter contribuído assim, para construir na prática, um comportamento correspondente¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Em 1998, um peixe na folha de bananeira feito na praia custava aproximadamente R\$ 50,00 por turista; em 2005, um mergulho com pesca artesanal custava aproximadamente R\$ 70,00 para cada um. Normalmente esses mergulhos são feitos com cinco ou seis turistas, o que dá uma receita de aproximadamente R\$ 350,00 / R\$ 400,00 por uma 'tarde de trabalho'.

¹⁸⁷ Como por exemplo, as peixadas improvisadas na beira da praia com peixe recém pescado, assado na folha de bananeira e com fogo de lenha, ou um luau – que é basicamente a mesma coisa só que em noite de lua. A pesca artesanal faz muito sucesso entre os turistas e há *nativos* que cobram até R\$ 70,00 reais por pessoa para realizar com elas tal atividade. O interessante é que essas são práticas que fazem parte do universo do cotidiano e independem da presença de turistas.

¹⁸⁸ Assim, a habilidade com o mar, o 'andar descalço e só de calção', a relativa ingenuidade com relação a exploração comercial do território e uma 'vida simples', 'sem ambição' e de amor pelo lugar, podem corresponder a uma imagem pré-concebida e própria do senso comum que os turistas

Muitas vezes vi alguns deles, sem saber o que fazer durante o dia, decidir passar pela praia com esse visual, e ao chamar a atenção de turistas, vender mergulhos com pesca artesanal e passeios, ou simplesmente propor uma pescaria na hora onde eles entrariam com o peixe (que conseguem de graça, pescando) e os turistas com a cerveja – porque simplesmente estão com vontade de beber e não possuem dinheiro. Essa é uma tática no mínimo interessante, pois o mergulho e a pesca são atividades prazerosas, que os enaltece ao personificarem uma imagem de *nativo* presente no imaginário da população continental. Entretanto, o leitor deve estar se perguntando se numa ilha não é comum pessoas só de sunga com material de mergulho e chapéu de palha. O que os diferem é a postura e a extrema intimidade com o território marinho e terrestre.

Esse ponto é importante, principalmente com relação ao desenvolvimento do turismo, pois o mar é o grande chamariz da Ilha, e demonstrar intimidade com ele é uma linguagem para os turistas - comunica para todos os visitantes a sua pertença ao local. Estar na beira da praia pescando e fazendo pirão de peixe, ou simplesmente assando-o na brasa (sempre acompanhado de uma cerveja), faz parte do cotidiano de muitos *nativos* e ilhéus. E isso independe se há turistas acompanhando-os ou não. Essas são atividades que eles gostam de fazer, é a principal fonte de lazer. A mobilização de tal imagem parece ser inclusive (como dito anteriormente), uma forma de resistência à imposição de um novo modo de vida já que o turismo influenciou as relações sociais dos moradores e também sua visão do trabalho, trazendo consigo uma mudança nas concepções de tempo e espaço. As resistências que essa mudança encontra entre *nativos* evoca a idéia de que, em sociedades que organizam o tempo de maneira concreta, a partir de atividades e de afazeres e não conforme a disciplina do relógio, trabalho e lazer são atividades menos delimitadas e separadas, ou seja, lazer e trabalho são “práticas indissociáveis”. (THOMPSON apud CARVALHO, 1999: 73) Isso corresponde ao fato de que estas populações não concebem o espaço como mercadoria, e sim como “espaço de viver” – contrariando a lógica que está sendo

fazem dos nativos - também pelo o que o ‘Paraíso de Fernando de Noronha’ representa com seu seletivo e reduzido acesso.

introduzida com o desenvolvimento do turismo. (CARVALHO, 1999:143).

A mobilização da imagem de *nativo* que vive o território como “o espaço de viver” possibilita uma estratégia econômica já que os turistas pagam por um passeio ou um ‘peixe na folha de bananeira’, e assim os *nativos* ganham dinheiro e se divertem por meio de atividades que fazem parte do seu cotidiano. Nesse caso, a natureza da relação que estabelecem com os *haoles* turistas é um pouco mais reservada. Quando estão com turistas ‘amigos’ já atuam com mais liberdade, sabem ser gentis levando a lugares diferentes do convencional, oferecendo frutos do mar e peixes que eles próprios pescam, e podem até mesmo pagar a bebida. O que é importante ressaltar aqui é que quando estão somente entre eles, moradores *nativos* ou não, ou acompanhado de turistas, fazem as mesmas coisas e falam dos mesmos assuntos – com a diferença de que na ausência de turistas, fofocam sobre os outros moradores da Ilha. Assim, embora a prática da agricultura e a criação de animais sejam tão importantes dentro do conjunto de atividades ‘tradicionais’, as práticas relacionadas ao mar – a pesca artesanal, incluindo a de lagosta e polvo – adquirem uma significância maior porque muito mais em evidência, tanto para observadores ‘de fora’, quanto para o próprio governo, pois a indústria turística se baseia principalmente na beleza e exploração marítima.

Acredito, portanto, que a identidade não é marcada somente pela indumentária ou pelas músicas que se ouve – fundamento da idéia de que não há cultura na ilha. Pelo o que pude observar, essa identidade de *nativo* específica se manifesta a partir da mobilização de aspectos que se constituem num comportamento reflexo e continuidade de um contexto de “Ilha prisão” (um *habitus prisional*) - e que também passa por uma relação específica de conhecimento, amor e respeito pelo território¹⁸⁹. As mudanças que estão ocorrendo com desenvolvimento desse novo contexto político e econômico possibilita aos indivíduos se comportarem também a partir de escolhas individuais – e a interação dos *nativos* com ‘os outros’ ou ‘os de fora’ (ou seja, os *haoles*) permite que assimilem novos hábitos. Ou seja, nesse espectro agora mais amplo de

¹⁸⁹ “Somos abençoados Deus”; “obrigado senhor por essa pescaria”; “eu amo minha terra”, foram frases ditas por Neném após uma bem sucedida pescaria; Ernandes Souza definiu o *nativo* como aquele que “ama o lugar”.

possibilidades, o *nativo* recorre também ao outro, no caso o *haole*, como espelho e como imagem distintiva.

Quem somos nós, os *Nativos*?

Este capítulo visou demonstrar a idéia de que a identidade, por ser uma construção social, recorre a aspectos culturais ao mesmo tempo em que é parte de um processo político. Acredito que há identidades socialmente construídas a partir da prática cotidiana e ancoradas nas atividades desenvolvidas pelos indivíduos no dia a dia; mas também admitimos que ela se construa a partir de ‘dados’¹⁹⁰, também socialmente construídos e mobilizados pelas políticas institucionais. Embora sejam identidades construídas a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos, elas estão em interação com o desenvolvimento político e institucional atual. Desta maneira, procurei ao longo do trabalho considerar os ciclos de migração, os usos estratégicos do território, e as diferentes origens daqueles que povoaram a ilha definitivamente a partir da década de 40, em diálogo com minhas experiências anteriores no campo para demonstrar como, ao longo dos últimos anos a mobilização da categoria *nativo* se alterou.

O Exemplo de Fernando de Noronha permite analisar a imbricada relação entre a cultura e poder por vários motivos. Primeiro porque há uma ruptura clara num determinado momento da sua história, onde podemos acompanhar a emergência de uma identidade diferenciadora, inserida numa estrutura social localizada no espaço e no tempo:

“Em termos gerais, ilhéus são aqueles da ilha e haules são os de fora, mas o grande significado desses conceitos está no fato de que ele orienta a distribuição de direitos relacionados à utilização dos recursos escassos da ilha, tal como permanência, acesso à terra (lotes), dentre outros”.(IBAMA, Plano de Manejo 2005; 205. Encarte 3 Parte I).

¹⁹⁰ Como os livros e teses acadêmicas, as publicações oficiais e dados censitários; ou seja, ‘idéias oficiais’ sobre a constituição da população local, que, ao construir uma visão sobre o papel de tal população, influencia as políticas públicas destinadas à população de Fernando de Noronha.

Se antes, pelo caráter de Quartel, o conflito se localizava principalmente na relação entre civis e oficiais, constituindo-se esse, o próprio campo político¹⁹¹, depois da reanexação, a categoria *nativo* adquire um novo significado. Segundo porque, mesmo sendo uma sociedade 'sem cultura', são os fundamentos culturais que viabilizam a atuação dos indivíduos no contexto das disputas políticas locais ao mobilizar uma identidade que, por excelência, implicou em um uso político de aspectos da sua cultura. Analisando o caso de Noronha, podemos ver que os elementos culturais mobilizados pelos indivíduos na construção de sua identidade são compartilhados porque construídos intrinsecamente à estrutura de poder - num contínuo diálogo entre cultura e política, onde essa interação apresenta-se como condição necessária para a reprodução da estrutura social. Visto desta forma, os elementos culturais mobilizados pelos *nativos* constituem as verdadeiras vias de comunicação entre os indivíduos e as instituições, porque baseadas num passado reconstruído em conjunto.

O interessante, porém, é que essa estrutura de poder permanece a mesma até hoje - o território continua interdito pelas leis ambientais, extremamente controlado através da burocratização do cotidiano; o preso que vira guarda no passado e o nativo que vira fiscal com poder de polícia no presente; o sistema de privilégios hierarquizados que se atualiza na rede de influências do campo político de amplitude nacional, viabilizando a entrada de investidores de porte que nunca sequer moraram na ilha.

Assim, certa estrutura de poder se atualiza ao mesmo tempo em que se transformam os elementos de negociação onde a dinamicidade da cultura em relação aos processos políticos locais impulsiona a re-significação dos elementos culturais 'disponíveis', modificando o seu significado quando inserida no plano das disputas locais por poder. O surgimento da identidade de *nativo* como um povo conservacionista, com modo de vida simples e integrado à natureza foi uma resposta cultural ao ambientalismo com a implantação do Parque Nacional Marinho - e da APA/FDN -, em interação com o processo de abertura política e introdução

¹⁹¹ Lembrando que a 'ausência de participação política' é uma característica do campo político, já que o concebemos como uma rede de relações de poder.

na ilha da indústria do turismo. Afirmar a identidade de *nativo* tem uma dimensão política clara no contexto das disputas locais, porque é a maneira de legitimar a permanência e o reconhecimento do uso fruto do território¹⁹², num contexto de explosão demográfica e de disputas acirradas por sua exploração com a inserção de novos e poderosos investidores na Ilha.

A abertura política e o ambientalismo permitiram o surgimento de um aspecto/elemento importante na construção da identidade de *nativo*: o 'bom nativo', imagem e espelho do *haole*. Esse último é o único aspecto dentre todos os outros, estabelece comunicação ampla, no sentido de que corresponde à visão ambientalista e às expectativas do mercado turístico, estabelecendo diferenciações entre *haoles* e *nativos*, - e não se estabelece propriamente entre *nativos*, já que estes possuem profundo respeito e amor ao território, associando a sua sobrevivência econômica e social à preservação da ilha, tanto no que pesa a capacidade de suporte e infra-estrutura quanto no que pesa o amor à "terra de viver". No caso do IBAMA a população reconhece em parte a legitimidade das suas regras e ações punitivas porque a preservação do meio lhe interessa.

Apresentada como uma 'solução cultural' no plano de manejo, a identidade se coloca como fundamental numa estratégia política de disputa pelo território - e nesse sentido o recurso acionado é seletivo. Quando entendemos que a identidade é construída dinamicamente em interação com os processos políticos locais, e por meio da mobilização de elementos culturais, percebemos que o nascimento importa pouco para definir quem é *nativo* - não que não seja importante, pelo contrário: nascimento é a legitimidade maior para a conquista de direitos territoriais em Fernando de Noronha, constituindo-se num argumento por excelência. Contudo, é por meio de comportamentos que os indivíduos comunicam a sua 'natividade' e o seu pertencimento, tanto para a comunidade residente - incluindo os outros *nativos* e *haoles* -, quanto para as instituições e os turistas. Esses comportamentos possuem valor simbólico, porque construídos em conjunto e em

¹⁹² Que na época de quartel 'pertencia aos militares', onde havia praias interditas e uma fruta de uma árvore qualquer ou até mesmo produzida por um agricultor era considerada propriedade do governo - há um exemplo de 1922 e outro de 1982.

interação com o processo histórico, referindo-se a um passado comum compartilhado.

Para além da identidade de *nativo* vinculado ao movimento ambientalista, um dos resultados do meu trabalho de campo foi a identificação da ocorrência de um certo *habitus* específico, apresentado como a noção de *habitus prisional*. Esse comportamento foi construído num contexto de prisão, repressão, disciplina, vigilância e privilégios hierárquicos que abarcavam toda a sociedade local, desde os presos e os civis, até os militares de diferentes patentes que cumpriam serviço na ilha – e que permanecem atualmente como parte marcante da identidade de *nativo*.

Entendo que o processo político alterou o significado de determinados comportamentos e acredito que os componentes desse *habitus* específico se estabeleceram durante um processo histórico onde as políticas de ocupação e de uso do território – incluindo concepções sobre o papel dos moradores – foram determinantes para a construção de uma identidade local. Por essa perspectiva, o caso de Noronha possibilita compreender, ou ao menos visualizar, a relação e o embate entre cultura e poder; há uma disputa por poder que se manifesta na busca pelo direito de exercer determinadas atividades, bem como o direito de viver como se viveu no passado – em interação contínua com a natureza. Poderíamos dizer que para a comunidade local, a relação com o território é central; base de existência e reprodução material, o território possui imenso valor afetivo como lugar de viver e por sua beleza paradisíaca – hoje tão valiosa como um produto turístico.

Em seu trabalho Cohen (1969) mostra como a transformação estrutural da sociedade mudou a conformação social e alterou o sentido de determinados valores e costumes. As transformações estruturais afetam os processos sociais de que participam os indivíduos; no caso por ele estudado, é a transformação estrutural da sociedade local que impulsiona a emergência de determinados grupos étnicos e não outros, os quais irão se organizar de uma maneira e não de outra. Entretanto a importância das transformações estruturais não significa ignorar o papel dos símbolos e valores. Mas, seguindo Cohen, penso que para que determinados símbolos e valores sejam mobilizados, eles deverão fazer sentido

dentro da estrutura social na qual estão inseridos - exatamente com a função de comunicar reivindicações, assegurar espaços de poder, monopolizar um dado tipo de comércio ou nicho econômico. Assim, o 'comodismo', a 'fofoca' (expressão da vigilância), a 'transgressão' – expressada na negação em servir à indústria turística, na não obediência das normas institucionais ambientais relativas à exploração dos recursos naturais; nas 'construções ilegais' e invasões de terrenos - a 'solidariedade' e 'amor ao território', são elementos fundamentais para a construção da identidade nativa porque sinalizam na prática o que simbolicamente identificam com a história social da comunidade. E nesse sentido, ainda seguindo Cohen o significado desses elementos alterou-se com o novo contexto de uso do território.

Os elementos que fundamentam a noção de *habitus prisional* são re-significados num novo contexto de exploração do território, transformando o significado das ações ao longo do tempo. Assim, essa aparência descompromissada e de vida simples integrada à natureza não significava, por exemplo, uma reivindicação pela legitimidade do uso do território no contexto da Ilha prisão; entretanto na atualidade, a mesma imagem pode servir para comunicar um pertencimento legítimo num contexto de extrema exploração da ilha por empresários 'de fora'; pode ser vista como 'comodista' no passado - "*não se plantando tudo dão*", como disse Domício -, diferentemente do contexto atual, onde pode ser percebida como uma resposta aos processos políticos recentes.

Desse ponto de vista, certos comportamentos instituídos no passado, adquirem novos significados: antes o 'comodismo' era uma imposição da gestão militar e com a anexação, 'comodista' passou a designar principalmente aqueles que não possuem um negócio próprio nem emprego, assim como aqueles que não atuam diretamente no campo político, implicando a idéia de um indivíduo 'estático' que espera por ações externas para resolver os seus problemas; indivíduo que acredita na responsabilidade dos governos em apresentar uma solução para os seus problemas individuais. Em vários casos isso é tão verdade quanto compreensível. É uma postura vista negativamente pela população de um modo geral. Pode suggestionar, inclusive, a idéia de 'vida fácil', de alguém que não faz

nada e espera por benefícios. Pelo o que observei durante o trabalho de campo a grande maioria da população em Fernando de Noronha trabalha duro. Podem não visualizar estratégias objetivas para o seu desenvolvimento econômico, e podem acreditar realmente que alguns direitos deveriam ser 'dados', atribuídos. No entanto nada disso tem a ver com o cotidiano do trabalho, seja na pesca, na agricultura ou no turismo. A não ser aqueles indivíduos que mobilizam a identidade de *nativo* como linguagem para turistas – que implica em estar 'integrado à natureza', não ter 'ambição' colocando-se extremamente contra a dinâmica capitalista de exploração, ter domínio irrestrito do território – e por esse motivo tem garantido um nicho econômico porque personificam a imagem dos 'nativos' ambientalistas (amor e falta de ambição) que tanto os turistas procuram. Esses podem ser vistos como os indivíduos 'de vida fácil', e são os mais apontados como 'comodistas' pois não planejam seus dias, um dia trabalham e outro não, e estão sempre desenvolvendo atividades no mar, onde o prazer está extremamente vinculado ao trabalho – pescar, passear e se divertir com os turistas que pagam muito bem por sua atenção.

Contudo, esse 'comodista' que se recusa a entrar na dinâmica capitalista de exploração do território e vive o dia a dia da ilha, pescando, mergulhando e percorrendo praias, numa profunda relação de afetividade com a terra como local de viver. Notei que muitos *nativos* expoentes do *habitus prisional* não possuem suas próprias casas e os poucos que abriram um negócio, não abriram sozinhos. Os vi morando em diferentes casas, de amigos, de familiares, no puxadinho da casa dos pais ou na rede de uma varanda. De alguma forma me intrigava com esse comportamento porque, para além do retorno financeiro que um negócio em Noronha pode proporcionar não ter casa é muito desconfortável. Mas acompanhando o dia a dia desses *nativos*, percebi que a integração com o ambiente natural faz parte da prática cotidiana. Esse fato, aliado ao orgulho de ser *nativo* – como um 'privilegio' – demonstrado por eles a todo instante, me fez perceber, que eles não precisam de casa porque sua casa é "toda a ilha".

Já a questão da transgressão, por exemplo, atualmente adquire várias formas. No passado regrado, qualquer coisa era transgressão: não ir à escola, não

obedecer ao toque de recolher; não comparecer ao trabalho; não casar quando estabelecia relação sexual... No passado de presídio, todos eram transgressores – por isso estavam lá - e vimos muitos casos de transgressão das regras e leis – como roubos, espancamentos, e os exemplos acima citados. Hoje a transgressão se dá, principalmente, na resistência para se enquadrar às novas regras de uso do espaço, bem como na dinâmica capitalista de exploração turística que pede, inclusive, uma outra relação com o território. Há também a noção de justiça e de moral próprias, que em muitos casos entra em conflito com as leis da sociedade mais ampla (Brasil, código civil), mas que do ponto de vista da sociedade local (especificamente da comunidade nativa) não são reprovadas - como pudemos verificar no caso do rapaz que rouba um aparelho de um colega para forçá-lo a pagar uma dívida, bem como nos inúmeros casos de infidelidade conjugal que ocasionaram várias trocas de casal.

A sociedade noronhense, disciplinada desde a sua formação, aprendeu a ser vigilante. Incentivada ainda pelo controle exercido pelas instituições, a vigilância foi tão incorporada pela sociedade que permanece até hoje nas relações primárias. Se antigamente ela se relacionava ao medo, às concessões, e privilégios - quando vigiar o outro poderia implicar aceitação pelos dirigentes ou ter pedidos concedidos -, com o desenvolvimento econômico ela passou a ser ainda mais presente e forte. Antes era uma questão de bem-estar pessoal dentro de um esquema hierárquico que privilegiava indubitavelmente o “outro”, o militar. Hoje é uma questão de competição, claramente envolvendo todos os indivíduos, *nativos* e *haoles*, sem distinção. As relações são na maioria instáveis (vide quantidade de casamentos desfeitos, brigas familiares, arranjos e re-arranjos de grupos de atividade e de amizade) e nesse caso a fofoca cumpre papel fundamental, pois é por meio dela que se cria ou exalta determinados conflitos. Esse ponto também é interessante se pensarmos que a vigilância antes contribuía para que as normas fossem cumpridas, o que incluía inclusive a estabilidade nas relações familiares, e hoje é a principal fonte de instabilidade entre os indivíduos.

A identidade de *nativo* implica uma relação específica com o território, construída ao longo do tempo e em interação com as políticas institucionais que

sempre o controlaram e disputaram, atribuindo-lhe diferentes funções. Nesse processo, o território – e depois o ‘paraíso’ - é que possuía a maior relevância para as políticas institucionais onde a população estava sempre em segundo plano. Foi a partir desse processo que se deu a construção do seu significado simbólico para os *nativos*, que vai para além da afetividade estabelecida enquanto “lugar de viver”; é a consciência do valor que a ilha possui tanto para o ‘Brasil’ – enquanto patrimônio natural da humanidade, reconhecido pela UNESCO – quanto o seu valor como destino turístico de luxo. Assim, ser *nativo* é, sobretudo, ser ‘privilegiado’ por morar em Noronha e ser ‘filho da ilha’. A identidade de *nativo* passa necessariamente pelo domínio sobre o território – nadar em lugares inimagináveis, andar nas pirambeiras que são uma constante nas trilhas da ilha, andar fora das trilhas etc. Esses indivíduos demonstram que não há limites entre eles e o território - e isso é muito significativo, se pensarmos que este sempre foi interdito e controlado, mesmo depois da abertura política. Nesse sentido, o domínio irrestrito é uma forma de comunicar ‘a quem pertence a ilha’ – principalmente com o início da exploração turística e o aumento da disputa pelo território. A ‘a interação’ e o ‘amor à natureza’ fazem grande contraponto a ‘exploração’ e ao desenvolvimento econômico, como, por exemplo, construir casa e abrir negócio próprio. O *nativo* não quer ‘usar Noronha’ (como a grande maioria das pessoas que pra lá migraram e seus verdadeiros investimentos encontram-se no continente, sinalizando e afirmando o seu interesse real), mas sim ‘viver em Noronha’ ‘sem ambição’¹⁹³.

A solidariedade que implicou certa bondade e compreensão com a situação do outro, num passado de quartel que sujeitava todos às condições de extrema privação, permite hoje em dia a manutenção desse comportamento descompromissado, pois aqueles que não têm casa nem negócio distribuem peixe e outros frutos do mar, e recebem pouso e alimentação quando necessitados. Apesar de passarem o dia na praia, bebendo com turistas e fazendo passeios com eles – através da ‘venda’ da imagem de *nativo* - e de receberem críticas por isso, são sempre amparados. Isso me intrigou desde o início, pois percebi que era uma

¹⁹³ A fala da ambição é recorrente entre eles para se referir às pessoas ‘de fora’.

forma de 'incentivo' a um comportamento criticado. Ao mesmo tempo quem critica possui ambigüidades porque a crítica se baseia em novos parâmetros de comportamento, inseridos pelo desenvolvimento turístico. A solidariedade mantém-se principalmente porque ainda inserida numa estrutura social completamente controlada, onde esse comportamento descompromissado sugere 'amor' e não 'exploração'.

Se a estrutura social é a própria rede concreta de relações, poderia afirmar que os elementos constituintes do *habitus prisional* são os pilares da estrutura social de Fernando de Noronha, compartilhados por todos os moradores da Ilha porque fundamentados num passado comum, vivenciado pela maioria de seus moradores direta ou indiretamente. Por esse motivo cada um desses elementos se constitui numa via de comunicação entre os moradores, onde a "exaltação" ou "abolição" de determinados comportamentos, os afastam ou os unem formando grupos muitas vezes independente do fato de ter ou não nascido no local. Os componentes desse *habitus* são verdadeiras vias de identificação onde é possível comunicar certa identidade e certa postura política frente ao novo contexto econômico e social.

Assim, um *nativo* com amplo conhecimento sobre o mar e o território, solidário com os companheiros, e fofoqueiro 'maldoso', pode estar totalmente inserido na dinâmica da indústria turística e possuir uma propensão às bebedeiras; ao mesmo tempo um outro *nativo* pode apresentar todas as características anteriores, porém apresentando um comportamento um pouco mais 'acomodado' no que diz respeito ao trabalho, ao passo que atua como liderança articulada; por sua vez um determinado haole pode mobilizar o próprio *habitus prisional* apresentando-se como um *nativo* aos olhos dos outros moradores, apesar de não ter nascido e nem se criado na ilha. Os elementos que eu coloquei como fundamentais para a identidade de *nativo* estão presentes, e esse haole os mobiliza de forma a estabelecer o seu lugar na sociedade e o seu pertencimento a um determinado grupo; pode tranquilamente viver e ser tratado como *nativo* ao se comportar como fofoqueiro, ser 'acomodado' não se comprometendo com um trabalho fixo, sem possuir moradia própria ou empresa – sinal de desinteresse pela

'exploração' e de 'amor' pelo território -, adquirindo amplo domínio sobre a ilha com o tempo. Ele mobiliza então certos elementos compartilhados, mas de uma maneira específica, aproximando-se assim do grupo de *nativos* – aqueles que os manifestam em conjunto e de forma radicalizada, cristalizando a imagem 'do que é ser *nativo*' na comunidade.

Vale lembrar que inserida num dinâmico processo político, a identidade de *nativo* comporta também mudanças e nuances. Certa vez, perguntei para Arnaldo (segunda geração de *nativos*) porque algumas pessoas diziam "eu sou *nativo*" quando estavam bravos lutando por direitos, ou até mesmo fazendo um peixe na folha de bananeira para turistas. Ele me respondeu que era porque essas pessoas queriam "se mostrar". Então lhe perguntei de novo, agora de outra forma: 'o que é ser *nativo*'? Ele me respondeu que "*antes as pessoas falavam nativo porque nativo tinha muito direito. Hoje não é mais assim. Tem muita gente de fora que tem direito depois de conquistar a carteira de morador. Acho que menos da metade da população da Ilha nasceu aqui*". Para Arnaldo, *nativo* é só quem nasceu em Noronha, e "*tem os mesmos direitos da pessoa que só fez nascer lá fora*" – nesse caso, uma pessoa pertencente a uma família residente na ilha e criada no arquipélago. Interessante é que Arnaldo é um *nativo* que apresenta exatamente a imagem evocada por Domício, 'andando de calção' pelas ruas, sem trabalho fixo, vivendo da pesca e do mergulho; ao mesmo tempo, não acredita que o *nativo* tenha mais direitos do que os outros moradores, dizendo que quem exalta essa condição de *nativo* quer apenas se 'mostrar'. Passei um tempo intrigada com a sua fala, pois sua imagem é, digamos assim, uma imagem de *nativo* 'por excelência' Percebi então que, apesar de recorrer a imagem de *nativo*, Arnaldo se referia ao decreto que legalizou moradores *haoles*, colocando-os nas mesmas condições de direitos que os *nativos*¹⁹⁴. Entretanto, mesmo que ele diga que não

¹⁹⁴ Recentemente muitos moradores conquistaram a moradia permanentemente no arquipélago. Segundo o administrador, um dos maiores problemas é administrar os moradores provisórios que acabam por virar permanentes. Embora antes tenha sido possível para os provisórios conseguir a cidadania noronhense, por meio de um decreto que legalizou a sua situação, esse mesmo decreto impede novos casos do tipo, e hoje não é mais possível adquirir a condição de permanente a partir de tempo de moradia no arquipélago - para isso só casando. No entanto, aqueles que hoje são 'cidadãos noronhenses' possuem os mesmo direitos de moradia e assistência que os nascidos na Ilha.

faz mais sentido exaltar essa condição, ele mobiliza constantemente a sua imagem de *nativo*.

Percebemos que há, portanto, zonas cinzentas de interação onde a classificação dos indivíduos como *haole* ou como *nativo* depende da forma e da intensidade com que mobilizam determinados elementos compartilhados, e os manifestam na prática cotidiana, estabelecendo tanto uma diferenciação interna ao grupo de *nativos* (considerando as pessoas nascidas e criadas na ilha), quanto entre esses últimos e os *haoles*. No que toca a interação entre os indivíduos, a vida cotidiana e suas relações concretas, a identidade abarca nuances e zonas cinzentas onde vários elementos são manipulados de diferentes formas e intensidade, dependendo dos objetivos individuais, um *haole* pode se identificar e ser identificado como mais ou menos *nativo* – ou mais ou menos *haole* -, através da forma como mobiliza e se mobiliza esses elementos como 'marcas' de identidade – e da mesma forma ocorre com o *nativo*. Isso não quer dizer que os indivíduos operem conscientemente nesse sentido, mas que de uma forma ou de outra, esses elementos são manipulados. Desse ponto de vista, acredito que é possível para um *haole* se tornar *nativo*, assim como um *nativo* pode se tornar *haole*. Apesar de não ser uma tarefa fácil, eu os encontrei na ilha, vivendo enquanto tais.

“A preservação é ótima, mas o ser soberano é o homem”.
Dona Nice, Presidente do Conselho Distrital,
moradora desde 1948

CAPÍTULO V

“Eu sou *nativo!*”. Considerações Finais

Eu conheci Noronha na prática. Vivi lá um ano com a intenção de ficar muitos. Observei comportamentos conflituosos e imbricados, sem conseguir discernir muito bem o que eles significavam, apenas vivia sob a constante tensão de uma ‘marca’ cultural sobre mim imposta, e tinha que me relacionar com todos os habitantes a partir desta marca: eu era uma *haole*¹⁹⁵, loira, jovem, recém ‘amigada’ com um *nativo* – e inserida numa rede de relações onde predominava os *nativos* da minha faixa etária, conhecidos três anos antes quando estive na ilha pela primeira vez. Os *nativos* que compunham a minha rede principal de relação viveram a sua infância durante o final do regime militar, e sua adolescência foi durante a abertura política e a chegada do turismo, quando tinham aproximadamente doze anos. Eles eram em sua maioria descendentes do núcleo fundador da ilha - alguns netos de presidiários, filhos de oficiais de baixa patente - e todos demonstravam intimidade em práticas ligadas ao meio; pescavam, plantavam, e ‘entendiam’¹⁹⁶ de animais de criação. Isso foi em 1998, dez anos depois da criação do Parque Nacional.

Com o passar dos meses, notei que começava a deixar de ser *haole* para me tornar *haole* – uma pessoa de ‘fora’ sem o estigma de ser ‘proveitador’ e desinteressado das causas políticas locais. As pessoas não me viam mais como uma possível ‘exploradora’ porque eu compartilhava certa postura política com os *nativos* – e foi então que percebi o quanto o contexto político era importante em Noronha. Um fato também foi fundamental para que eu entendesse parte da dinâmica social: depois de voltar a morar no continente e passar quatro anos sem pisar na ilha, fiquei espantada com a receptividade e certa admiração por grande

¹⁹⁵ Lembro ao leitor que adotei a convenção de designar por *nativo* e *haole* categorias locais, acionadas conforme critérios múltiplos, sendo que o fato de ser nascido ou não na ilha não é o único critério em jogo. Quando uso *nativo* (sem grifo), refiro-me simplesmente o indivíduo nascido na ilha, e uso *haole* (sem grifo) para indicar simplesmente o indivíduo que não nasceu na ilha.

¹⁹⁶ Entendiam porque roubavam, não tinham criação, mas conheciam bem os animais.

parte dos *nativos*. Percebi que esse respeito se baseou no fato de que eu, mesmo tendo construído uma casa na ilha, abri mão dela quando resolvi voltar para São Paulo. Não tenho notícia de fato semelhante, o que me diferenciou da maioria absoluta dos *haoles* que passam a residir em Noronha. Essa atitude ficou tão marcada, que mudou por completo a relação dos *nativos* comigo.

Durante esse ano em que residi na ilha, o sentimento de êxtase causado pela proximidade com a natureza foi então cedendo espaço para outros, muito mais conflituosos. A liberdade de poder andar por toda a ilha sem nenhum perigo, ou de poder dormir de portas abertas, pouco a pouco passou a significar nada perto da minha sensação de aprisionamento. Na verdade, estava adentrando o próprio campo social, inserindo-me na rede de relações locais, compartilhando determinados signos ao procurar adequar o meu comportamento à realidade local - e dessa forma, achava natural que não visse a ilha com tanta 'leveza' como nos meus tempos de turista. Intrigava-me, contudo, os conflitos que atravessavam todo o corpo social, embora já compreendesse a natureza da disputa entre o *haole* e o *nativo*, assim como passei a entender melhor os conflitos de natureza institucional com o decorrer do tempo de residência na ilha. Porém a natureza da disputa entre *nativos* me era totalmente incompreensível - justamente porque eu não encontrava 'lógica' que fundamentasse tal conflito a partir da minha perspectiva de *haole*, embora eu fosse casada informalmente com um *nativo*.

No desenvolvimento do trabalho de campo da pesquisa de mestrado, uma questão me afligiu em tempo integral: como traduzir em palavras um comportamento tão 'negativo'? Como explicar para o leitor um comportamento "estranho", feito de tramas, trapaças, e fofocas maldosas entre um grupo interdependente que se reconhece como grupo? Como explicar a 'energia negativa' que permeia a relação entre esses indivíduos, sem ofendê-los? De fato, durante esse período, quando eu já conhecia melhor a história do lugar, não conseguia desvincular a atitude dos *nativos* de um comportamento que me lembrava um 'contexto de prisão'. Pensava então na origem da sociedade e a única explicação que me vinha à cabeça era de que havia ali uma continuidade com um certo *habitus prisional* de seus antepassados.

Contudo, de alguma maneira me recusava a tomar essa explicação como central e foi a partir da investigação da história institucional que então o *habitus* prisional passou a fazer sentido para além da referência simbólica de seus ancestrais presidiários; as contradições reveladas nesse *habitus* - onde a solidariedade, a generosidade e a hospitalidade se confundem com uma postura 'de causar o mal' por meio da fofoca 'negativa', vigilante e controladora - sugestionava uma disputa interna entre os *nativos* que ia além da intenção de marcar uma diferença entre o 'nós' e os 'interesseiros' *haoles* e assim revelaram-se intrínsecas às disputas pelo poder e às diferentes atribuições dadas à ilha.

A sociedade noronhense é marcada por profundos paradoxos, de ordem simbólica e social. Local de degredo no passado foi ocupada por uma população humilde, que era vista como de segunda classe, sem qualquer direito reconhecido, vivendo sob um sistema de privilégio hierárquico, onde tudo pertencia ao Estado, inclusive suas casas e seus terrenos. Vimos inclusive que até o começo da década de oitenta até frutas eram consideradas do Estado, pois plantadas no Território da União que sob hipótese alguma pertenceria a qualquer pessoa em particular. Com a disputa do estado de Pernambuco pelo domínio do território, criou-se o Parque Nacional Marinho como reação política e fundamentada no receio de que o patrimônio imobiliário e natural passasse realmente a pertencer ao Estado de Pernambuco. Nesse processo, alguns *nativos*, descendentes de ex-presidiários e 'cidadãos de 2ª classe' - expulsos da ilha durante o Governo Militar por conta das suas contestações - atuaram junto a parlamentares e colaboraram com todo o processo de elaboração e implementação do Parque e da APA Federal (a primeira UC implantada em 1988 e a segunda em 1986).

O ressentimento por ter vivido anos num local onde ninguém era dono de nada, paradoxalmente garantiu a permanência da população local ao evitar a especulação imobiliária; paradoxalmente, o processo político foi influenciado por 'cidadãos sem direitos' e sem 'cultura própria' por meio da mobilização de uma identidade até então 'adormecida': o 'bom nativo', com 'modo de vida simples' e 'conservacionista'. Essa foi uma identidade mobilizada durante o processo de implantação do parque por *nativos* mais instruídos, quando estes conseguiram

apoio de parlamentares para a sua criação, com o objetivo claro de impedir a especulação imobiliária que fatalmente Pernambuco incentivaria.

Contudo, apesar da participação de *nativos* e do objetivo que se tinha por trás – garantir a permanência da população que ‘não destrói o meio’ – o Parque foi uma medida ‘de cima para baixo’, sem consulta à população local. No processo de implantação da UC, vários *nativos* que realizavam os mais diferentes tipos de atividades foram incorporados ao quadro do IBAMA da ilha, principalmente como fiscais, numa estratégia para que fosse amenizado o impacto das proibições – oferecendo novas alternativas de renda para essa parcela da população, assim como enquanto *nativos*, esses indivíduos seriam os mais aptos para fiscalizar o restante da comunidade, não só porque conheciam muito bem a área, mas porque conheciam todos os procedimentos das atividades que antes eram desempenhadas livremente (como caçar lagosta, caranguejo, por exemplo). A população local, embora ciente da fragilidade do meio e sensível às épocas de reprodução da lagosta e do caranguejo, não possuía a mesma concepção do que era ‘preservação’ e ‘conservação’ que o IBAMA.

Atualmente, na relação da instituição com os moradores, os conflitos principais são relativos às novas leis e regras ambientais que os ilhéus precisam respeitar. Isso significa que os moradores que obtinham seu sustento através de práticas específicas de pesca hoje proibidas, são obrigados a mudar a sua forma de trabalho – assim como os criadores de animais. A repressão a estas práticas é feita através de leis, fiscalização e multas.

Conforme Diegues, o modelo de Parque como alvo de políticas de preservação/conservação de áreas naturais – tem origem nos parques norte-americanos, onde a população humana não é concebida como parte do ecossistema (DIEGUES1995:161-162). Assim, quando pensam em uma área natural, selvagem e preservada, a pensam sem moradores. Isto pode ser um equívoco. Ainda segundo Diegues, a presença humana, tradicionalmente integrada, dentro dos limites ecológicos de manutenção ambiental, não deteriora o meio, ao passo que a presença de turistas em parques sem residentes *nativos* (conforme o modelo norte-americano), pode sim deteriorar o ambiente natural.

O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha foi criado com a presença de moradores no Arquipélago. É um modelo diferente, no qual os moradores permanecem na área quase como um todo, direta ou indiretamente. Na solução adotada no Parque, o território foi dividido em dois: o habitado e o preservado - os espaços estão nitidamente conjugados. Nem os moradores têm como deixar de cruzar essas 'fronteiras' no dia a dia, nem se tem "como evitar que conseqüências geradas fora do Parque o atinjam e vice-versa" (FUNATURA/IBAMA 1990:102). Mas em nenhum momento se concebeu, no próprio Plano de Manejo, um programa concreto para a integração da população ao projeto de conservação. Em vez disso, o que existe são restrições relativas às práticas de pesca e trânsito. Não se demonstra, no mesmo documento, uma preocupação muito grande com a reação da população, ou com as conseqüências de tais medidas para a mesma. Por outro lado, não foi o mesmo que ocorreu nos parques da mata atlântica, onde a presença da população foi simplesmente caracterizada como ilegal.

De uma maneira geral, a relação do IBAMA com a comunidade é boa se comparada com a administração estadual, devido ao próprio papel desempenhado pelo IBAMA - que é aceito¹⁹⁷ e visto como essencialmente necessário pelos próprios ilhéus na medida em que garante a preservação e, conseqüentemente, normatiza a atividade turística. É uma instituição importante para a economia local através da vitalidade do turismo e até este ponto os objetivos da população e da instituição caminham na mesma direção. Também porque há certa proximidade entre os seus agentes e a população, já que as pessoas que compõem o quadro da instituição estão nitidamente integradas à sociedade e muitos de seus agentes são pessoas que já estavam na ilha, e seu diretor hoje é um *nativo*. Assim, ocorre em Noronha o mesmo que na Ilha Comprida quando transformada em APA: os moradores concordam com tal transformação porque isto lhes assegurou algumas

¹⁹⁷ No local, a população vê a atuação do IBAMA como positiva para os seus interesses, quando se trata da proteção do ambiente para a prática do turismo, ou quando proíbe a pesca predatória e comercial, que tiraria recursos que interessam a eles. Essa situação é diferente do que dizem o NEPAM e o NUPAUB, quando colocam que necessariamente há um conflito entre instituição e comunidade: há conflito, mas não em absoluto, e as posições se alteram dependendo dos interesses em questão.

garantias quanto à exploração das terras e a preservação do meio (Carvalho 1999). Mas a falta de um trabalho sério com a população, pode gerar inúmeros conflitos, não só entre a comunidade e o IBAMA, mas entre os próprios ilhéus e *nativos*. Normalmente as autoridades falam em conscientização, como se isso bastasse para que aceitassem as normas e leis recém-estabelecidas. Porém cabe investigar a própria concepção do que é 'preservação' para o IBAMA, e 'preservação' para os moradores, que podem apresentar muitas diferenças¹⁹⁸.

A 'preservação' (no sentido do IBAMA) significa o cumprimento de regras formais. Mas esse cumprimento de regras convive, na área, com atividades que são contrárias à 'ideologia da preservação', ou que representam uma ameaça potencial a elas - embora sejam legalizadas e mesmo incentivadas - como ocorre com o turismo. Como é que se espera que a população entenda a 'preservação' em sentido literal se mesmo com inúmeras restrições em vigor, o ambiente se deteriora claramente pela enorme quantidade de turistas que passaram a visitar o *loca'* dentro das normas legais assim como pelas construções realizadas por *haoles*? Como vimos, os ilhéus podem conceber a preservação de maneira contraditória aos olhos do IBAMA (ou nossos). Contudo, possui uma lógica que lhe é própria, intrínseca às suas práticas culturais, e que arriscaríamos supor, ser uma nova forma de conceber e relacionar-se com o meio após a implantação do Parque, no sentido de que, na nova situação política – conservação legal – os ilhéus poderiam estar 'negociando' suas atividades, adequando-se ao novo modelo jurídico a que estariam sujeitos. A coleta de caranguejo, segundo o IBAMA, no início da implementação do Parque, pode sustentar essa hipótese:

“... é um hábito antigo e, apesar de entenderem que não podem mais praticá-lo, alguns ilhéus são flagrados caçando dentro do Parque. *Acredita-se que aos poucos, tal hábito deixará de existir*, mesmo

¹⁹⁸ Quando se trata de pescar lagosta fora dos domínios da estação, ou dentro do período de reprodução da espécie, por exemplo, há conflito. Isso pode significar que no fundo os moradores não pensam em preservação, ou pensam que a pesca de lagosta em baixa escala não é predatória. O exemplo de Assis, que será contado adiante, ilustra perfeitamente a idéia de que a preservação não é vista da mesma maneira pelos ilhéus e pelo IBAMA. E mais: que dependendo da situação, podem ou não conceber a preservação da mesma forma que a instituição.

porque são quase sempre as mesmas pessoas que insistem na caça ilegal do caranguejo” (FUNATURA/IBAMA 1990; grifo meu).

Em muitos casos, como pude observar, não significa que os *nativos* não possuam uma noção de ‘conservação’, e sim que a entendem de maneira diferente daquela empregada pelo IBAMA. Para eles, a ação repressiva do IBAMA é ilegítima porque é mal orientada – já que pequenas intervenções como a pesca artesanal de lagosta não deteriora o meio, contrariamente do que ocorre com o turismo, regulamentado e fiscalizado pela instituição. Essas considerações ajudam também a compreender melhor os casos como o de Assis, que me deixaram chocada em um primeiro momento: ele foi capaz de pescar uma lagosta ovada na época de reprodução, e discursar no mesmo dia para turistas sobre a necessidade de se preservar a espécie.

Portanto, não é somente uma ‘conscientização ambiental’ que impedirá ou diminuirá determinadas práticas dos ilhéus, mas principalmente as sanções que sofrem por realizá-las. Uma ‘conscientização’ sobre a necessidade de se preservar os recursos naturais é importante, mas dar a chance de uma participação real na administração e no gerenciamento ambiental é muito mais. Ou seja: falta também democratizar a administração da Unidade de Conservação ambiental, envolvendo o conjunto da população, fornecendo-lhes a possibilidade de um poder real para que elas mesmas administrem seu espaço. O novo Plano de Manejo da APA/FDN que entrou em vigor em julho de 2005 contou com a participação da população, por meio de oficinas de conflito, e entrevistas com lideranças e idosos. Mas, embora tenha sido ouvida, a população discordou em muitos pontos apresentados pelo Plano, pressionando para que ele entrasse em vigor desde que houvesse a possibilidade de uma revisão daqui a um ou dois anos. Com relação à concepção de preservação por parte dos *nativos*, entretanto, pouco mudou: muitos *nativos* continuam a desempenhar atividades proibidas, principalmente porque não acreditam que elas irão deteriorar o meio; e também porque não são ouvidos de fato pela instituição, o que os leva a ignorar por completo as normas em alguns casos por as conceberem como injustas, levando-os a elaborar estratégias para que continuem a realiza-la burlando o IBAMA e seus fiscais.

Para que se opere mudanças profundas na 'consciência' com relação à conservação, é realmente preciso democratizar a administração da UC, onde a população local tenha mais acesso às informações e mais voz na elaboração de soluções. Contudo, geralmente o problema não é visto dessa maneira, e a linguagem paternalista de (nós) 'conscientizarmos' (eles) é muito recorrente, assim como a idéia de que eles precisam necessariamente de nós para proteger os seus direitos – novamente a vitimação de uma população que não quer ser passiva, mas antes de tudo deseja ter espaço para participar efetivamente. Assim, a Unidade de Conservação em Noronha enquanto local amplamente regrado, só fez reforçar para os moradores a sua 'condição' de sujeitos passivos onde afora todas as normas antes já impostas, somaram-se as de cunho ambiental.

A presença no local de diferentes instituições (IBAMA, SPU e Estado de Pernambuco) permanece, alimentando o conflito entre moradores. Com a passagem para o governo civil pernambucano, a população local começou a disputar com *haoles* o direito pela permanência e exploração do território. Através da Assembléia Popular Noronhense e suas denúncias ao Ministério Público Federal relativas as construções irregulares de empresários *haoles*, o Planalto voltou suas atenções ao Arquipélago e, em meio a inúmeras divergências, estabeleceu que frente à conturbada situação jurídica e legislativa da ilha, o Plano de Manejo da APA/FDN 2005 seria o principal documento de Fernando de Noronha. Até 1999, para se ter uma idéia, ainda se discutia se o patrimônio imobiliário pertencia a Pernambuco ou se ao Estado competia apenas gerir esse patrimônio. E então foi decidido que tudo continuava a pertencer à União. Essas questões estabelecem estreito contato entre Noronha e Brasília, dando visibilidade às disputas locais, ao mesmo tempo em que estas refletem a indefinições jurídicas causadas pelas disputas institucionais.

Entretanto, mesmo com uma mudança administrativa significativa a partir de 1988 - porque mudava também a função atribuída à ilha -, Fernando de Noronha continua como espaço extremamente interdito e controlado por normas rígidas, disputado pelas instituições governamentais que até 2005 divergiam seriamente sobre quem era o responsável pelo domínio do território – ao mesmo tempo em

que legitima o direito dos antigos moradores de permanecerem na ilha – apesar dos seus limites ambientais.

A situação atual de extremo controle e disputa, atualiza de certa forma o passado repleto de interdições e privilégios, onde ‘nada pode e tudo pode’ quando permite a entrada de investidores de porte na ilha. A população, que estabeleceu como principal via de pertencimento a sua ligação com a terra, percebe-se então mais uma vez fora do centro de decisão e submetida a uma política que, embora não mais fundamentada na força e na hierarquia militares, fundamenta-se na exacerbada burocratização da vida cotidiana e que privilegia determinadas pessoas (*haoles*) em detrimento de outras (moradores antigos).

O habitus prisional atualiza no plano prático e simbólico todos os conflitos que estão por trás das disputas institucionais e da concepção oficial sobre o papel dos moradores locais. Um aspecto relevante deste conflito é o valor que Noronha adquiriu para esses moradores – e que vai além da relação de afetividade com o lugar de viver; é a importância da ilha enquanto patrimônio natural, reforçada pela disputa institucional. Uma segunda dimensão é o valor da ilha enquanto pólo turístico de luxo. O rígido controle migratório, aliado à invasão de *haoles* – que sempre encontram uma brecha na lei –, adquire novo significado, transformando o direito à moradia em ‘privilégio’, e aumentando a importância do estabelecimento de diferenças. Nesse contexto, a relevância ambiental e a limitada infra-estrutura do território estabelecem a distinção entre ‘exploração’ e o ‘amor’ como o principal mecanismo de diferenciação entre *nativos* e *haoles*.

Apesar da disputa institucional e da invasão de *haoles*, são os *nativos* que na prática, possuem o território sobre o seu domínio. Embora exista um campo político-institucional onde atuam muitos *nativos* em posições de poder, os moradores que compartilham o habitus prisional podem ignorar quando querem as regras. Segundo eles mesmos, as regras vão sempre existir e proibir que exerçam as atividades de que ‘mais gostam’. Da mesma maneira como as regras sempre existiram, continuarão a burlá-las no plano local. Essa transgressão assumida é significativa, pois revela outro aspecto paradoxal: de cidadãos de segunda classe, passam a legítimos detentores de direitos, e acionando para isso a imagem do

'nativo', daquele que tem direitos que vêm de sua ligação original com a ilha. Assim, a identidade local é marcada simultaneamente pelo apelo a categorias que tornam legítima a vida na ilha – 'ser nativo' – e pela transgressão às regras, sem as quais a vida se tornaria insuportável. Dessa perspectiva, ser nativo significa a possibilidade constante de acionar comportamentos 'prisões' para escapar do império das regras e controles. Cansados das repetições institucionais que perpetuam tanto as normas restritivas e o controle do cotidiano quanto o 'sistema de privilégios', podem seletivamente ignorar as regras porque possuem domínio irrestrito do território e não há mais a possibilidade de serem expulsos - já que agora possuem o seu direito reconhecido enquanto moradores legítimos.

Estes nativos que são portadores do habitus prisional – acionando-o em sua vida cotidiana, em suas relações mútuas e na relação com o Estado e demais instituições – também o acionam como marca distintiva. Ser *nativo* significa ter a ilha como sua casa e como seu patrimônio. Assim como o valor simbólico de Noronha enquanto local de degredo e quartel se transformou com a criação do Parque (e a chegada do 'paraíso'), do ponto de vista dos *nativos* também houve transformação: do passado de degredo onde todos estavam ali obrigados, a ilha toda era uma prisão, o mar o seu principal obstáculo, e o sofrimento era a regra; hoje, esses descendentes estão ali porque são 'privilegiados', fazem da ilha a 'sua casa', o mar é sua principal fonte de lazer e sustento e 'a vida boa é a regra'. O habitus de prisão é ao mesmo tempo o modo de vida de nativos no paraíso.

ANEXO I

DECRETO DISTRITAL Nº 007, DE 22 DE OUTUBRO DE 2002

Dispõe sobre a não-incidência da Taxa de Preservação Ambiental - TPA para residentes no Distrito Estadual de Fernando de Noronha, respectivos parentes visitantes, prestadores de serviço e pesquisadores.

O ADMINISTRADOR DO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelas Leis nº 10.403/89 e nº 11.304/95 e suas alterações,

CONSIDERANDO os termos do § 2º do art. 83 da Lei nº 10.403, de 29 de dezembro de 1989, alterada pela Lei nº 11.704, de 29 de novembro de 1999, que prevê a não-incidência da Taxa de Preservação Ambiental - TPA, em favor de residentes, respectivos parentes visitantes e de pessoas que estejam a serviço ou realizando estudos e pesquisas de caráter científico no Distrito Estadual de Fernando de Noronha - DEFN;

CONSIDERANDO que a concessão do benefício da não-incidência da TPA é de competência da Administração Geral, sendo a respectiva função de fiscalização e controle da Diretoria de Desenvolvimento Sócio-Econômico e Ambiental, conforme previsto no art. 35, VI, VIII e XI, e Anexo Único, da Lei nº 21.488, de 14 de junho de 1999, que aprova o Estatuto do Distrito Estadual de Fernando de Noronha;

CONSIDERANDO as peculiaridades ecológicas do DEFN e as respectivas limitações ambientais, de superfície, operacionais, financeiras e de disponibilidade de serviços de infra-estrutura;

CONSIDERANDO o objetivo institucional de promover e preservar condições de segurança, qualidade e conforto no território distrital, adequadas e satisfatórias para o convívio e bem-estar da população insular, bem como de turistas e visitantes;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o normal abastecimento dessa população, em face das limitações e restrições locais de natureza geográfica e da logística de transporte;

CONSIDERANDO a responsabilidade fundamental de estabelecer mecanismos e procedimentos de controle do acesso e da permanência de pessoas no território do Distrito Estadual, estabelecendo normas para a não-incidência da TPA relativamente às pessoas antes referidas, inclusive funcionários que necessitem residir permanente ou temporariamente em Fernando de Noronha,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA NÃO-INCIDÊNCIA DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – TPA

Art. 1º - A não-incidência da Taxa de Preservação Ambiental – TPA, prevista no § 2º do art. 83 da Lei nº 10.403, de 29 de dezembro de 1989, alterada pela Lei nº

11.704, de 29 de novembro de 1999, Lei nº 11.923, de 29 de dezembro de 2000, e Lei nº 11.949, de 09 de abril de 2001, será autorizada pelo Administrador Geral do Distrito Estadual de Fernando de Noronha - DEFN, desde que consideradas satisfatórias simultaneamente a capacidade de suporte ambiental e a disponibilidade de habitações, hospedagem, recursos hídricos e energéticos e de abastecimento alimentar, observadas as normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º - Para efeito de análise de pleitos referentes à não-incidência da TPA no DEFN, considera-se:

- I - Residente: cidadão que resida em caráter permanente, pelo período mínimo de 08 (oito) anos, no território distrital, seja servidor público distrital ou não, que esteja em situação regular com o controle migratório;
- II - Domiciliado: cidadão que tem domicílio ou sede jurídica, onde se presume presente para efeitos de direito e onde exerce e pratica, habitualmente, seus atos e negócios jurídicos;
- III - Visitante: cidadão não-residente ou não-domiciliado no território distrital, que lá se encontre em visita a residente de quem seja parente consanguíneo ou afim, cônjuge ou companheiro, nos termos da legislação específica;
- IV - Pesquisador: qualquer pessoa com comprovada qualificação acadêmica que pretenda realizar projetos conforme definidos no inciso seguinte;
- V - Projeto de estudo e pesquisa de caráter científico: todas as atividades de cunho antrópico, biótico ou abiótico que requeiram a obtenção de dados, informações, realização de experimentos ou coleta de amostras.

§1º - Para efeito do disposto no inciso I do "caput", consideram-se incluídos na categoria de residentes:

- a) Os servidores públicos do DEFN, enquanto no exercício de suas funções;
- b) Os funcionários lotados no Escritório de Apoio do Recife, quando portadores do crachá de identificação fornecido pela Administração Geral;
- c) Os profissionais vinculados à entidade pública ou instituição científica designados para execução de serviço ou atividade temporária de interesse da Administração.
- d) Os profissionais contratados por entidades privadas ou residentes permanentes para execução de serviço ou atividade temporária de interesse dos contratantes.

§2º - Os beneficiários relacionados no parágrafo anterior não poderão requerer a condição de morador permanente quando do encerramento oficial das atividades

exercidas em nome do órgão público, civil ou militar, ou da entidade pública ou científica com a qual mantenha vínculo.

CAPÍTULO II

CONDICIONANTES PARA ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO DE RESIDENTE TEMPORÁRIO

Art. 3º - Não preenchidos os requisitos previstos no artigo anterior, dependerá de autorização prévia do Administrador Geral a não-incidência da TPA para a permanência ou fixação de residência no território distrital, observados, previamente e em ordem de prioridade, os seguintes critérios:

- I - O limite da capacidade de suporte estabelecida para o arquipélago;
- II - A condição de ser o interessado:
 - a) Mãe, pai e filho ou irmão menor de residente, que com este pretenda morar;
 - b) Tutelado que pretenda morar com tutor residente;
 - c) Cônjuge ou companheiro de residente, desde que esta condição seja comprovada com certidão de casamento, no caso de cônjuge, e com certidão de nascimento de filho do casal ou de documento legal que evidencie a condição de companheiro;
- III - A análise e parecer da Comissão de Controle Migratório, criada através da Instrução Normativa nº 02, de 07/04/2000;
- IV - As condições adequadas de habitação, alimentação e trabalho a serem oferecidas no endereço indicado pelo solicitante.

CAPÍTULO III

DOS PROFISSIONAIS A SERVIÇO DO DISTRITO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 4º - Para enquadramento nas hipóteses de não-incidência da TPA, conforme previstas no §2º do art. 83 da Lei nº 10.403, de 29.12.89, com a redação dada pela Lei nº 11.704, de 29.11.99, Lei nº 11.923, de 29 de dezembro de 2000 e Lei nº 11.949, de 09 de abril de 2001, relativamente ao trânsito e permanência de pessoas no DEFN que estejam a serviço da Administração Pública, serão observadas as seguintes condições:

- I - O benefício deve ser solicitado pelo responsável do órgão público respectivo, com, no mínimo, 03 (três) dias úteis de antecedência, através de ofício em papel timbrado do mencionado órgão, endereçado ao Administrador Geral;
- II - A solicitação referida no inciso anterior indicará o serviço e o prazo previsto para a respectiva execução;

- III - O serviço a ser executado deve estar devidamente licenciado ou autorizado pela Administração Distrital nos termos da Lei Orgânica.

CAPÍTULO IV

DOS PROFISSIONAIS A SERVIÇO DE RESIDENTES OU DE EMPRESA PRIVADA

Art. 5º - Para enquadramento nas hipóteses de não-incidência da TPA relativas a profissionais que estejam a serviço de pessoa física ou jurídica, conforme previstas no §2º do art. 83 da Lei nº 10.403, de 29.12.89, com a redação dada pela Lei nº 11.704, de 29.11.99, Lei nº 11.923, de 29 de dezembro de 2000 e Lei nº 11.949, de 09 de abril de 2001, serão observadas as seguintes condições:

- I - Quando o serviço for por tempo determinado, o respectivo vínculo para a prestação do serviço deve ser comprovado mediante documento de contratação de serviço, devendo ainda ser apresentados os seguintes documentos:

Termo de Compromisso e Responsabilidade, conforme Anexos 1 e 2, que deverá ser firmado por aquele para quem o serviço será prestado e indicar o prazo previsto para a sua execução, quando for exigido prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

Cópia da carteira de identidade e do CPF do contratado;

Para os profissionais autônomos, cartão de inscrição na Previdência Social e comprovante de recolhimento, por parte do contratante, da quitação do ISS Distrital correspondente ao serviço contratado ou apresentação pelo prestador de serviço da quitação do ISS de profissional autônomo junto ao Distrito;

Para os profissionais de mergulho, além dos documentos exigidos nas alíneas anteriores, cópia do certificado de habilitação emitido por credenciadora oficial e exame médico específico para trabalho em condições hiperbáricas;

Para os profissionais da pesca e navegação turística ou esportiva, além dos documentos exigidos nas alíneas "a", "b" e "c" anteriores, cópia da carteira profissional expedida pelo Ministério da Agricultura ou Carteira de Habilitação expedida pelo Ministério da Marinha para a função a ser contratada.

- II - Na hipótese do inciso anterior, o prazo de permanência para a execução do serviço deve ser inferior:
- a) A 30 (trinta) dias, podendo o referido prazo ser renovado uma única vez por, no máximo, igual período;
 - b) A 90 (noventa) dias para serviços de construção civil podendo, o referido prazo ser renovado por igual período, conforme análise e parecer favorável do setor de fiscalização de obras da Administração Geral do DEFN;

III - Quando o serviço for prestado em caráter permanente, deve ser comprovado o respectivo vínculo para a prestação do serviço, mediante:

- a) Cópia da Carteira de Trabalho contendo os registros regulares;
- b) Atestado de saúde nos termos da legislação contida na Consolidação da Legislação do Trabalho - CLT;
- c) Atestado de bons antecedentes, emitido pelo órgão de segurança pública do Estado de origem do funcionário;
- d) Inspeção na residência onde o empregado será alojado, realizado pela Assistência Social e emissão de parecer a ser encaminhado ao Setor de Controle Migratório para definir condições de habitabilidade;
- e) Apresentação de certificado de formação profissional, emitida por entidade compatível na área para a qual esteja sendo contratado, exceto para serviço doméstico residencial;

§ 1º - O cadastramento do profissional como prestador de serviço domiciliado no distrito, com o respectivo pagamento de imposto ou de taxas avulsas, conforme previsto no inciso I, "c", do "caput", não poderá, em qualquer hipótese, ser utilizado como atestado de residência ou para aquisição de benefícios exclusivos de moradores.

§ 2º - A renovação dos prazos de permanência previstos no inciso II do "caput", pelo período ali indicado, somente ocorrerá quando a mencionada renovação seja:

- a) Para prestação de serviço na mesma função e local de trabalho estabelecido na autorização emitida;
- b) Para exercício da mesma função para a qual foi solicitado em primeira isenção;
- c) Para solicitação com observância de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência do termo final da primeira autorização;
- d) Formalizada por meio de documento emitido no modelo previsto no Anexo 3 e autorizada pelo Administrador Geral.

§ 3º - Durante o período autorizado, o contratante deverá informar ao Controle Migratório, no caso do profissional solicitado, a existência de outros serviços executados pelo mesmo, em caráter temporário, para outros empresários locais.

§ 4º - Esgotados os prazos renovados nos termos do parágrafo anterior, descaracteriza-se a hipótese de não-incidência da TPA.

Art. 6º - A hipótese de não-incidência prevista nos artigos anteriores, para funcionários temporários ou permanentes, será revogada nos casos de:

- I - Encerramento do contrato de trabalho com o beneficiário, não havendo possibilidade de transferência de contrato para outro residente;
- II - Abertura ou constatação da existência de processo criminal anterior contra o contratado;
- III - Confirmação do não-cumprimento de qualquer dos itens do Termo de Compromisso e Responsabilidade assinado pelo contratante, conforme Anexo 1 e 2;
- IV - Não-comparecimento à sede da Administração Distrital para renovação pelos períodos estabelecidos no inciso II do Artigo 5º deste Decreto Distrital, do Termo de Compromisso e Responsabilidade assinado em benefício do contratado;
- V - Não-apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de chegada no Distrito registrada no controle migratório, da carteira profissional do contratado, devidamente assinada ou prova da qualidade de autônomo, quando for o caso.

Art. 7º - O responsável pela solicitação de entrada de funcionário deverá, ao término do contrato, dar baixa oficial junto à Administração Geral do DEFN e providenciar seu retorno ao local de origem, no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas.

Art. 8º - O Controle Migratório apresentará, mensalmente, à Polícia Civil e Ministério do Trabalho, listagem de pessoas autorizadas a trabalhar no Distrito Estadual, com indicação dos respectivos números da Carteira de Identidade, da Carteira de Trabalho e da inscrição no CPF/MF.

Art. 9º - É de responsabilidade do solicitante oferecer moradia e passagem de ida e volta ao empregado autorizado.

CAPÍTULO V DOS VISITANTES

Art. 10 - São considerados visitantes com benefício de não-incidência da TPA, conforme estabelecido nos termos da alínea "c" do § 2º do art. 83 da Lei nº 10.403, de 29 de dezembro de 1989, alterada pela Lei nº 11.704, de 29 de novembro de 1999, Lei nº 11.923, de 29 de dezembro de 2000, e Lei nº 11.949, de 09 de abril de 2001, desde que o tempo de permanência no DEFN não ultrapasse 30 (trinta) dias, vedada a renovação desse prazo por qualquer período, e desde que se comprove:

- I - Pedido formal por meio de documento emitido no modelo previsto no anexo 4 e autorizado pelo Administrador Geral;
- II - O parentesco consanguíneo ou afim, mediante documento que o evidencie;
- III - A condição de cônjuge, mediante certidão de casamento, ou de companheiro, mediante certidão de nascimento de filho do casal ou de ato judicial que evidencie a referida condição.

Art. 11 - A não-incidência da TPA para companheiros de residentes, condição comprovada através de ato judicial que evidencie a referida condição, cessará no ato da separação do casal, quando esta ocorrer em período menor que 2 (dois) anos e não houver comprovação da existência de filhos resultantes da união.

CAPÍTULO VI DOS PESQUISADORES

Art. 12 - Ficam subordinadas às normas estabelecidas nesse Decreto, para efeito da não-incidência da TPA, as pessoas que pretendam realizar projetos de estudos e pesquisas de caráter científico no Arquipélago de Fernando de Noronha.

Art. 13 - A não-incidência da TPA em favor dos pesquisadores fica condicionada à análise e aprovação prévia do respectivo projeto, pela Administração Geral do DEFN, através da Diretoria de Desenvolvimento Sócio-Econômico e Ambiental, em formulário próprio conforme Anexo 5.

Parágrafo Único - Relativamente à decisão sobre pedido de não-incidência da TPA de que trata o "caput", fica estabelecido o seguinte:

- I - A autoridade competente para proferir a referida decisão considerará os critérios adotados no projeto para a valorização do patrimônio ambiental e cultural e de todos os elementos que nele se encontram, assim como as alternativas de aproveitamento máximo do seu potencial científico, cultural e educacional;
- II - A mencionada decisão será proferida no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de protocolização do respectivo pedido, que, na hipótese de ser instruído em desacordo com as exigências previstas no art. 4º, terá sua contagem reiniciada a partir da data do cumprimento das mencionadas exigências.

Art. 14 - Os requerimentos de análise e aprovação de projetos de estudo e pesquisa deverão ser instruídos com os documentos a seguir indicados:

- I - Projeto de pesquisa apresentado em formulário-padrão do órgão de origem assinado pelo coordenador da pesquisa;
- II - Comprovante do vínculo institucional com a entidade de estudo, pesquisa ou fomento dos membros do projeto de pesquisa em análise;
- III - Quando se tratar de projeto em cooperação técnica com instituições internacionais, carta de aceitação da instituição científica brasileira co-responsável, indicando a natureza dos compromissos assumidos pelas partes, tanto técnicos quanto financeiros, além daqueles decorrentes das normas estabelecidas neste Decreto;

- IV - Termo de compromisso dos pesquisadores e estagiários membros do projeto, conforme modelo constante do Anexo 6, ficando obrigado ao cumprimento das normas estabelecidas nesse Decreto.

Art. 15 - Fica subordinada à solicitação prévia à Administração Distrital a mudança da equipe técnica, ou de qualquer etapa e metodologia do projeto.

Art. 16º - Os pesquisadores com projeto licenciado ficam obrigados a:

- I - Orientar os técnicos do DEFN e do IBAMA no que se fizer necessário para o monitoramento e a preservação do ecossistema, espécie em estudo, proteção do patrimônio arqueológico, paleontológico, histórico ou arquitetônico, repassando informações, preexistentes ou resultantes da investigação autorizada, através de palestra, curso e material didático específico;
- II - Em caso de necessidade de restrições ambientais, apresentar parecer técnico justificativo, propondo, nos termos da legislação pertinente à Área de Proteção Ambiental - APA e Parques Nacionais, normatização com base na informação científica inerente à restrição proposta.

Art. 17 - É obrigatório o registro do apoio do DEFN em publicações e divulgações da pesquisa autorizada.

Art. 18 - São hipóteses de indeferimento ou cancelamento da licença de pesquisa:

- I - Projetos apresentados por pesquisadores sem vínculo ou apoio de instituição regulamentar de ensino, de pesquisa ou fomento à pesquisa;
- II - Constatação de acompanhantes de pesquisadores que não estejam previamente incluídos como membros do projeto aprovado;
- III - Realização de qualquer forma de pesquisa na área de jurisdição do DEFN sem a prévia emissão da licença de pesquisa em Unidade de Conservação fornecida pelo IBAMA e da licença de pesquisa fornecida pelo Distrital Estadual;
- IV - Comprovação do não-cumprimento da metodologia proposta em projeto, restringindo-se a coleta do material "in vivo" ao quantitativo autorizado em licença;
- V - Projetos incompatíveis com os interesses de preservação do Arquipélago, para os quais será exigida a prévia análise por especialistas da área de pesquisa, mediante parecer técnico.

Art. 19 - Relativamente à não-incidência da TPA referente a projetos em andamento, serão observadas as seguintes normas:

- I - Apresentação periódica de cópia de relatório de andamento redigido em língua portuguesa, separatas, resumos de congressos ou publicações de qualquer natureza, relativos à pesquisa, resultado da viagem anteriormente autorizada e realizada;
- II - Em caso de autorização para coleta de material, cessão de amostras de material macroscópico coletado, tecnicamente conservado e identificado, para o Centro de Visitantes do IBAMA.

Art. 20 - Para a concessão de renovação da licença de pesquisa de um projeto ou de nova licença para um mesmo pesquisador ou instituição, será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- I - Relatório final da fase do(s) projeto(s) executado(s);
- II - Resumos e trabalhos publicados e, se for o caso, cópia de dissertação ou teses defendidas;
- III - Justificativa técnica visada pelo responsável da instituição de fomento, em caso de impossibilidade da apresentação de um dos documentos referidos no inciso anterior.

CAPÍTULO VII

DOS PORTADORES DE TÍTULO DE CIDADÃO NORONHENSE

Art. 21 - A hipótese de não-incidência da TPA, referente ao trânsito e permanência de pessoas no DEFN que sejam portadoras do Título de Cidadão Noronhense, emitido pelo Conselho Distrital, será assegurada desde que:

- I - O prazo de permanência no Distrito não seja superior inferior a 15 (quinze) dias;
- II - A solicitação de não-incidência da TPA seja apresentada com, no mínimo, 03 (três) dias úteis de antecedência, através de ofício endereçado ao Administrador Geral;
- III - Seja anexada ao respectivo requerimento cópia do documento de comprovação do título de cidadania;
- IV - Seja indicado no referido requerimento o período previsto para a visita e o local de hospedagem.

Art. 22 - A não-incidência da TPA prevista no artigo anterior será automaticamente cancelada nos casos em que:

- I - O período de visita ultrapassar o período previsto no inciso I do "caput" do artigo anterior;
- II - For comprovada a prestação de serviço para pessoa física ou jurídica residente no DEFN, no período de visita autorizada;

- III - For constatada a abertura de processo criminal ou denúncia criminal registrada na delegacia de polícia local contra o portador do título de cidadania;
- IV - Ocorrer cancelamento por parte do Conselho Distrital do título concedido.

CAPÍTULO VIII

DOS PROFISSIONAIS DE IMPRENSA

Art. 23 - Os profissionais de imprensa que pretendam realizar matérias jornalísticas de jornal, televisão, rádio, internet e revista ou outros meios de comunicação ficam subordinados às normas estabelecidas no Capítulo IV desse Decreto para efeito da não-incidência da TPA desde que:

- I - A empresa à qual o profissional esteja vinculado apresente solicitação formal, através de ofício em papel timbrado, especificando nome, função, e registro profissional dos beneficiários; serviço a ser realizado e período de permanência no Distrito;
- II - O profissional tenha como objetivo de viagem a realização de matéria jornalística compatível com o veículo informativo solicitante;
- III - A referida liberação receba prévia anuência da Assessoria de Imprensa Distrital;

Art. 24 - Nos casos em que o material produzido não seja utilizado como informe jornalístico, isto é, tenha o caráter de produção comercial, a não-incidência da TPA será condicionada à permuta de material, observadas as seguintes normas:

- I - O profissional de imprensa assinará o Termo de Autorização de Uso de Imagens, de acordo com o Anexo 7, para que a Administração do Distrito faça uso em material promocional e de divulgação de Fernando de Noronha;
- II - Para trabalhos fotográficos fica estabelecida cessão de parte das fotos realizadas através de seleção a critério da Administração Distrital ou indicação pessoal do fotografo conforme determinação da Assessoria de Imprensa;
- III - Para trabalhos cinematográficos fica estabelecida a cessão de imagens, em sistema a ser acertado com a Assessoria de Imprensa;

CAPÍTULO IX

DAS CONDIÇÕES GERAIS DE NÃO-INCIDÊNCIA DA TPA

Art. 25 - O benefício de não-incidência da TPA, para o trânsito e permanência das pessoas referidas neste Decreto, dependerá de reconhecimento prévio da não-incidência, pelo Administrador Geral, mediante:

- I - Solicitação de não-incidência da TPA através de ofício, encaminhado ao Administrador Geral, contendo todos os dados do requerente e beneficiário que possibilitem a análise do pleito;
- II - Solicitação prévia de não-incidência da TPA, com prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas, para período de permanência inferior a 30 (trinta) dias, e de 07 (sete) dias, para período de permanência superior a 30 (trinta) dias;
- III - Autorização, à vista de solicitação do interessado, instruída com o documento que comprove a respectiva hipótese, nos termos do inciso anterior;

Art. 26 - A não-incidência da TPA é individual e intransferível, não cabendo extensão do benefício a parentes de qualquer natureza daquele que tenha sido contemplado com a referida não-incidência, nos termos deste Decreto.

Art. 27 - Esgotados os prazos estabelecidos neste Decreto para a não-incidência da TPA e permanecendo a pessoa no Distrito:

- I - Descaracteriza-se a hipótese de não-incidência da TPA;
- II - A pessoa adquire automaticamente a condição de turista, ficando sujeita à mencionada taxa e às normas da legislação pertinente.

Art. 28 - Serão indeferidas quaisquer solicitações de não-incidência de TPA nas seguintes hipóteses:

- I - Não-apresentação da documentação exigida;
- II - Falta de condições de habitabilidade no local indicado para alojamento do funcionário ou companheiro;
- III - Existência de pendências na Administração Geral, nos setores de Arrecadação, Fiscalização, Controle Migratório ou Ação Social, por parte do solicitante;
- IV - Registro de pendências do beneficiário da não-incidência da TPA relativa a outras estadas no DEFN, ou ao local de origem, de caráter legal, jurídico, migratório ou financeiro.

Art. 29 – Os anexos de 01 a 07, dizem respeito a: Anexo 01 – Termo de Compromisso e Responsabilidade – Pessoa Física; Anexo 02 – Termo de Compromisso e Responsabilidade – Prestador de Serviço; Anexo – Formulário de Prorrogação de Prazo; Anexo 04 – Termo de Compromisso e Responsabilidade – Parente de Residente; Anexo 05 – Formulário de Licença da Pesquisa; Anexo 06 – Termo de Compromisso e Responsabilidade – Pesquisador; e Anexo 07 Termo de Compromisso e Responsabilidade – Imprensa.

Art. 30- Este Decreto entra em vigor no ato de sua publicação.

Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

Fernando de Noronha, 22 de outubro de 2002

SÉRGIO JOSÉ SALLES VAZ
Administrador Geral

ANEXO II

TABELA DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Tempo de Permanência/Dia	Quantidade de índices - UFIR	Valor da TPA 2007
01	20	33,09
02	40	66,20
03	60	99,29
04	80	132,39
05	98	162,17
06	111	183,68
07	124	205,21
08	137	226,72
09	150	248,22
10	163	269,75
11	225	372,35
12	255	422,00
13	290	479,91
14	330	546,11
15	375	620,58
16	425	703,32
17	480	793,28
18	540	893,64
19	605	1.001,20
20	675	1.117,05
21	750	1.241,15
22	830	1.373,56
23	915	1.514,37
24	1.005	1.663,17
25	1.100	1.820,38
26	1.200	1.985,87
27	1.305	2.159,63
28	1.415	2.341,67
29	1.530	2.531,98
30	1.650	2.732,91

Lei nº 11.704, art. 86, itens I, II e III – O valor da Taxa de Preservação Ambiental que se referir aos dias excedentes ao período inicialmente previsto, será cobrado em dobro, quando a permanência do visitante ou turista no Arquipélago de Fernando de Noronha não estiver devida e previamente agendada autorizada pela Administração Geral.

Valores atuais da Taxa de Preservação Ambiental de Fernando de Noronha, reajustados de acordo com o Decreto Distrital Nº 028/2005.

ANEXO III

Imóveis à Venda em Fernando de Noronha

<http://www.buscario.com.br/hpg/imoveis--venda--fernando--noronha.shtml>¹⁹⁹

Existem muitos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha esperando por alguém com dinheiro para comprar. Quem tem dinheiro vivo na mão consegue comprar alguns dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha a preço de banana. Isto acontece porque alguns donos de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha estão desesperados por dinheiro e o custo de manutenção de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha é alto demais para eles. Cada mês que eles passam sem vender, maior fica o buraco nas finanças deles. E mais rápido cresce o endividamento devidos aos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha. Portanto, eles querem vender imediatamente a qualquer dinheiro, para poder sair do espiral de dívidas acumulando. Frequentemente estes Imóveis à Venda em Fernando de Noronha a preço de banana são imóveis perfeitamente bons, só que mal-administrados. Alguns investidores ganham muito dinheiro vasculhando a oferta de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha Esta oferta de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha é constante.

Imóveis à Venda em Fernando de Noronha e Seus Valores

Saber escolher entre as muitas ofertas de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha é essencial para que você tenha sucesso em seus investimentos imobiliários. Como existem muitas diferentes situações entre os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha, é necessário fazer um estudo profundo de cada caso interessante de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha e comparar todos eles com calma para poder chegar a uma conclusão. Os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha podem ter impedimentos de documentação ou planejamento que dificultam a transferência de propriedade. Ou legalização junto à prefeitura, que controla o código de zoneamento, fator que influi muito no valor dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha. Quando os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha tem documentação perfeita e boa localização, além de uma despesa de manutenção e impostos baixos, o valor de venda sobe muito, pois o investimento é fácil de recuperar. Quando, ao contrário, a documentação é imperfeita, a localização é duvidosa, e as despesas de manutenção e /ou impostos são altos, torna-se muito difícil encontrar um comprador, reduzindo substancialmente o valor de venda, podendo chegar ao ponto de alguns Imóveis à Venda em Fernando de Noronha serem abandonados pelos seus proprietários. Em alguns casos, estes Imóveis à Venda em Fernando de Noronha abandonados são posteriormente ocupados por posseiros que nada pagam para ninguém. Se estes posseiros estiverem de posse dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha por muitos anos e puderem comprovar isto em juízo, podem se tornar proprietários destes Imóveis à Venda em Fernando de Noronha que foram largados. Em outros casos os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha são tomados por credores ou pelo estado ou município por atraso excessivo de impostos. Até condomínios tomam a propriedade de

¹⁹⁹ Consulta em Novembro de 2005

Imóveis à Venda em Fernando de Noronha por atraso de cotas condominiais. Geralmente não é do interesse dos credores continuar sendo proprietário dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha que adquiriram como forma de pagamento, e estes Imóveis à Venda em Fernando de Noronha são leiloados para quem pagar mais. Quem entende de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha pode se dar muito bem nestes leilões. Para encontrar os leilões de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha você deve acompanhar os jornais. São publicados anúncios avisando do local, data e hora dos leilões de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha com certa frequência. É preciso estar atento, pois estes anúncios de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha geralmente só saem uma única vez. Outra maneira de encontrar leilões de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha é entrando em contato com o município ou estado. Também pode se manter contato com grandes bancos e financeiras. Alguns compradores profissionais de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha mantêm contato até com condomínios e porteiros. Para ser um comprador profissional de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha você tem que conhecer a cidade toda muito bem e tem que saber tudo sobre documentos. Sempre haverá uma oferta de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha então se você se sentir meio inseguro, segure seu dinheiro e estude os documentos.

Imóveis à Venda em Fernando de Noronha e Localização

Parece exagero, mais não é. Só existem três leis sobre os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha . A primeira lei é: Localização. A segunda lei é: Localização, e a terceira lei é (Obviamente) Localização. Embora documentação Imóveis à Venda em Fernando de Noronha pode as vezes ser complicada, demorada, e até meio caro para resolver, tudo tem solução. Já a localização dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha não tem como corrigir. O imóvel é exatamente isto. Imóvel. Ele não pode ser colocado em lugar melhor, por mais que se esforce. Tem alguns Imóveis à Venda em Fernando de Noronha que estão em locais privilegiados, com ruas e segurança e serviços e escolas de qualidade por perto. Alguns dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha tem vantagens comerciais, com muito transito de possíveis compradores e consumidores. Estes Imóveis à Venda em Fernando de Noronha que tem valor comercial geralmente são mais caros que os residenciais do mesmo nível, mais nem sempre. As vezes o que parece um imóvel inutil para um pode se tornar uma porção de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha para outros e portanto ser uma excelente compra. Por isto você deve ter planos exatos para os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha que você visitar, considerando a compra. O valor da localização dos diferentes Imóveis à Venda em Fernando de Noronha depende do que você pretende fazer com o imóvel. As vezes se você pretende revender rapidamente os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha que você adquirir, muitos imóveis nem tão interessantes como investimentos de longo prazo podem se tornar opções interessantes no curto prazo. Se o preço dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha estiver bem abaixo do valor de mercado dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha, vale a pena investigar. Mas lembre se sempre que o valor dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha é altamente influenciado pela

localização. “É melhor ter um kitnet na beira da praia da moda do que uma mansão no alto da favela.” Ou seja, não importa o que você tem, e sim onde você está.

Imóveis à Venda em Fernando de Noronha e Documentos

Sendo exposto as três leis dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha, vamos aos documentos. Os documentos mais importantes que os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha devem ter são a escritura e o RGI ou “Registro Geral de Imóveis”. Outros documentos indispensáveis são as certidões de ônus real e negativas das distribuidoras de processos. É importante saber se os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha estão envolvidos com processos judiciais antes mesmo de sinalizar. Tem que se checar na prefeitura para ver se os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha estão devendo impostos ou sofrendo ação ou penalizações. Confira o habite-se, a planta, a licença de obra. Confira tudo relacionado aos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha antes de dar algum dinheiro. Se você desistir depois, mesmo que o vendedor tenha mentido para você sobre os documentos, você vai perder o dinheiro do sinal e ainda vai se aborrecer. Esta parte de documentos dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha é muito complexo e abrangente e deve se contar com o auxílio profissional na área, de preferência um escrivão ou advogado experiente. Leve sempre os documentos dos Imóveis à Venda em Fernando de Noronha para ele analisar. A opinião de homens experientes e profissionais da área podem valer ouro, enviando a sinalização de compra de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha sem completo conhecimento da situação real do imóvel, que pode as vezes ser bem mais complicado que parece. Veja este exemplo: morre um proprietário de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha que tem vários filhos com várias mulheres. Há muitos desentendimentos entre eles e o imóvel vai a juízo no espólio do falecido. O Juiz tenta entender a briga e não consegue. Mandar vender. Você compra. Um dos filhos não queria que fosse vendida. Ele fica violento e lhe agride porque acha que você tomou as terras da família dele por umas bananas. E aí? (RSRSRS) Por mais documento que você exigir, sempre analise a compra de outros ângulos antes de decidir. O bom negócio deve ser bom para todos e todos devem sair satisfeitos. Caso contrário a compra de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha muito baratos pode sair caro. Mas a princípio, os documentos servem para lhe resguardar contra futuros desentendimentos sobre os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha e portanto seus investimentos. Ao considerar a compra de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha sempre analise os documentos minuciosamente.

Imóveis à Venda em Fernando de Noronha e Posse

Em algumas instancias, os Imóveis à Venda em Fernando de Noronha são de posse, ou seja não são de propriedade. Comprar uma posse é arriscado e é complicado obter a propriedade através da justiça mas é possível. O preço destes Imóveis à Venda em Fernando de Noronha de posse é bem mais baixo e pode ser interessante em alguns casos. Muitos dos Imóveis à Venda em Fernando de

Noronha não requerem o pagamento de impostos para ocupar e muita gente com pouco dinheiro procura este tipo de Imóveis à Venda em Fernando de Noronha . Outros são investidores que compram Imóveis à Venda em Fernando de Noronha para subdividir ou fazer prédios com apartamentos populares. Outros ainda são desavisados que não tem noção da diferença entre uma propriedade e uma posse e podem ser surpresos com a visita do proprietário e a expulsãoi pela justiça com força policial. A compra de posses não é recomendado a não ser que você tiver um plano muito exato. Procure Imóveis à Venda em Fernando de Noronha que sejam propriedade regularizadas com os órgãos oficiais e você será mais feliz.

Imóveis à Venda em Fernando de Noronha são uma excelente opção. Imóveis à Venda em Fernando de Noronha requerem tempo e dinheiro para comprar. Imóveis à Venda em Fernando de Noronha podem ser lucrativos. Imóveis à Venda em Fernando de Noronha podem ser complicados. Imóveis à Venda em Fernando de Noronha são essenciais. Mas evite comprar Imóveis à Venda em Fernando de Noronha que sejam posse.

[http://www.buscario.com.br/hpg/pousada--em--fernando--de--](http://www.buscario.com.br/hpg/pousada--em--fernando--de--noronha.shtml)

[noronha.shtml](http://www.buscario.com.br/hpg/pousada--em--fernando--de--noronha.shtml)²⁰⁰

Pousada em Fernando de Noronha

Sonhando com uma Pousada em Fernando de Noronha? Chegou à página certa. Aqui você será encaminhado direto ao corretor que tem vários para venda. Comprar uma Pousada em Fernando de Noronha é uma tarefa que exige cuidado e calma. Certifique se de a Pousada em Fernando de Noronha tem RGI e escritura desimpedida antes de dar sinal. Lembre-se que há muito Pousada em Fernando de Noronha que está em edificio construido em terreno de posse. É comum encontrar Pousada em Fernando de Noronha até no meio de uma rua de acordo com a planta da prefeitura. A maioria destas opções de Pousada em Fernando de Noronha muito baratas são construções irregulares, e serão destruidas pela prefeitura com o passar do tempo. Quem compra uma Pousada em Fernando de Noronha sem vericar tudo direitinho corre risco de perder todo seu investimento. Tem muito corretor por aí que só se importa em pegar a comissão. Cuidado com papo de "posse segura", "posse mansa". ou "venda com instrumento particular". Essa palavras são sinal de alerta para comprador esperto. Você vai conseguir uma excelente opção de Pousada em Fernando de Noronha com um corretor credenciado e sério.

²⁰⁰ Consulta em Novembro 2005

Como Comprar uma Pousada em Fernando de Noronha com RGI e Documentos Perfeitos.

Primeiro, antes mesmo de começar a visitar as opções de Pousada em Fernando de Noronha, selecione um corretor credenciado com CRECI ativo. Ligue pessoalmente para a CRECI e confira o número de registro e nome do corretor. Confira o credenciamento de seu corretor antes de começar a ver qualquer Pousada em Fernando de Noronha. Depois, pode ser tarde. Depois que se vê e gosta de um imóvel, requer muita disciplina dizer que não vai comprar porque o corretor não é credenciado. Muitos dizem ser credenciados e não o são. Muitas vezes você só descobre a realidade depois que já deu sinal. Evite grandes empresas de corretagem. Embora tenham muitos imóveis em carteira, a maioria tem preço muito alto e a empresa nunca lhe fornece atendimento personalizado. Lembre-se que um investimento em um Pousada em Fernando de Noronha envolve muito dinheiro e não se pode arriscar com relação a documentos nem corretor. Aqui você vai encontrar várias excelentes opções de venda de Pousada em Fernando de Noronha, todos com RGI e sem impedimentos para transferência imediata de propriedade com escritura definitiva.

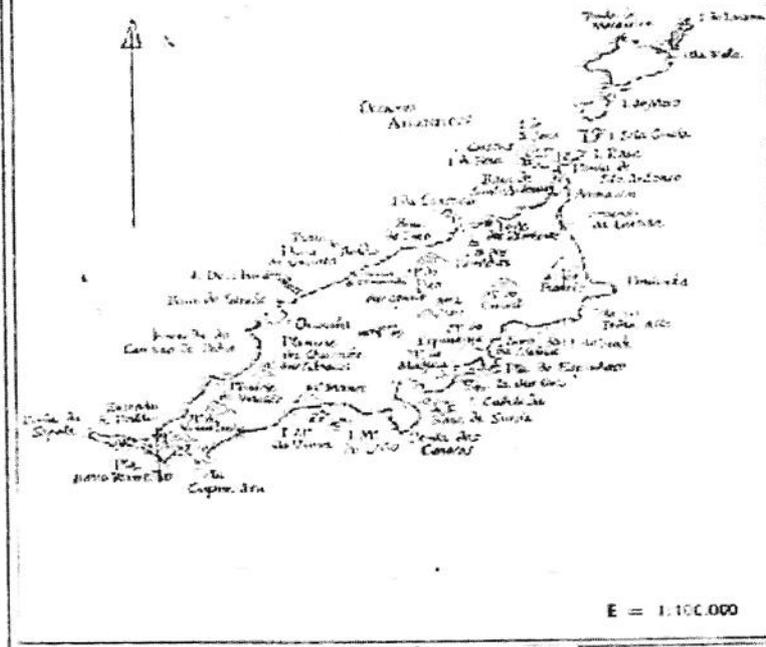
Saiba Onde Comprar um Pousada em Fernando de Noronha

Bem, se você tem disposição e fluxo de caixa para pagar IPTU alto, a melhor opção de Pousada em Fernando de Noronha é na frente da praia. (Durews) Estas opções de Pousada em Fernando de Noronha são as mais valorizadas e agradáveis de se habitar, porém tem alguns probleminhas corriqueiros além do alto IPTU cobrado pela prefeitura. Equipamentos, carros, ferramentas, computadores, aparelhos de som e TV e outros objetos de metal são afetados pela maresia e o trânsito na rua é mais intenso. Fora isso, todas as opções de Pousada em Fernando de Noronha de frente à praia são interessantes. Se você quer uma Pousada em Fernando de Noronha que pague um IPTU mais razoável, procure nas ruas de dentro. Já na segunda quadra da praia, as taxas de IPTU para uma Pousada em Fernando de Noronha caem substancialmente. A cinco ou oito quadras da praia, existem muitas opções de Pousada em Fernando de Noronha com preço e IPTU bem mais em conta, além de serem em ruas realmente calmas e longes da maresia. Pela grande oferta e número de novos condomínios sendo construídos, este é um momento ótimo para se comprar uma Pousada em Fernando de Noronha. O número de opções em termos de Pousada em Fernando de Noronha é muito grande mesmo este ano.

COMENTÁRIO - O anúncio "Imóveis a Venda em Fernando de Noronha" é no mínimo intrigante. Anuncia que a Ilha tem várias ofertas concretas de Imóveis - embora juridicamente seja impossível. Caminha entre a ironia e a denúncia, demonstrando conhecimento sobre o lugar e as especificidades dos trâmites burocráticos – assim como a dificuldade em negociar com a população local (confusões familiares e documentação "irregular").

ANEXO IV

ARQUIPÉLAGO DE FERNANDES DE NORONHA



Elaborado por
* MARIA JOSÉ (MARIETA) DORGES LINS E
Pesquisadora/Vice-Presidente do IC

O conhecimento da história de Fernando de Noronha evidencia uma verdade inegável: o *ilhéu*, o *noronhense*, é um homem sem raízes, sem o peso secular das experiências de outros povos e até mesmo do seu próprio País.

Provavelmente, as opções de ocupação do Arquipélago geram essa dolorosa constatação. Como presídio ou como área militar, sua população tinha a flutuação dos grupos errantes, que não se fixam senão por uma pequena fração de tempo, em um mesmo espaço. Prisioneiros ou funcionários, militares ou civis a serviço, esses ocupantes temporários não tinham a preocupação de semear em uma terra que não era a sua.

Nos dois primeiros séculos de presença humana, Fernando de Noronha conheceu os rigores do cárcere sem mulheres. Para o encarcerado ou para o seu algoz, a mesma injusta penalidade restava; não havendo companheiras, cresciam, na surdina das noites e dos recantos insulares, o grave - e quase inevitável - problema do homossexualismo.

O século XIX trouxe a alvorada da liberdade, na revogação dessa desumana conduta e a possibilidade da vinda de pessoas do sexo feminino quebrou tabus estabelecidos, deixando aflorar o apego à família, à geração dos filhos. Conheceu a Ilha, a esse tempo, a algazarra das vozes infantis e a necessidade de iniciarem-se projetos de escolarização, fato novo e nada habitual, na rotina daquela prisão tão especial.

No começo, a tarefa de educarem-se os mais jovens cabia, quase exclusivamente, aos capelães do presídio. Escola, enquanto prédio para tanto construído, só viria a existir no começo do século XX. E é aí que se implanta o costume de usar, como professoras, as esposas e filhas de sentenciados e funcionários do cárcere, desde que possuíssem o mínimo preparo e aptidões para a ação educativa, prática mantida também no período militar. Nesses primeiros tempos, o ensino era ministrado só até a quarta série dos antigos Cursos Primários, de forma bastante precária, por vezes em uma só classe, atendendo às diversas faixas etárias. Só em 1964 chegaria o Ginásio e, ainda assim, profundamente vinculado à estrutura militar que o gerara, com programas rígidos e professores recrutados nos mais altos escalões do Exército que aí servia.

O contato de Fernando de Noronha com o "mundo" era difícil

vam de quando em vez, trazendo o sopro da vida que acontecia distante dos seus olhos e sem a sua participação, enquanto povo de um mesmo Brasil. Só as embarcações, por três séculos, serviram de elo de ligação entre o Arquipélago e o continente... Por isso, sua chegada era razão de festa: pelo mar vinha a história, a novidade, o dia-a-dia do mundo distante e inacessível...

A década de vinte (já no nosso século) acelerou a procura com o advento do avião. E toda a epopéia da aviação brasileira e internacional ligou-se a Fernando de Noronha, como ponto de chegar, com apoio nas travessias, como referencial importante no meio do oceano. O avião contribuiu para uma proximidade mais evidente, apesar de persistir o isolamento e o aparente abandono.

O pouco contato com o continente gerou ainda reflexos graves, nos movimentos políticos da História de todos os tempos. Só quando o primeiro momento já passara e as consequências se faziam sentir, no degredo dos líderes para o Arquipélago, é que acontecia a participação de Fernando de Noronha em cada episódio. Para a Ilha restava acolher o heróis, dando-lhes guarida temporária, por vezes, profundamente injusta. Pode-se supor que o noronhense não fez a História: herdou-lhe as consequências, curando-lhe as feridas. E assim, a marca da grande e oficial História do Brasil imprimiu-se nesses recantos, embora de forma indireta na retaguarda das grandes lutas heróicas e definitivas.

O presídio em alto mar se constituía evidentemente, algo terrivelmente distante, longe de tudo, desolador. Afora isso, em determinadas ocasiões, o requinte de perversidade guiou ações desumanas e cruéis, aticando (ao invés de corrigir) instintos bestiais, pela degradação com que era o preso tratado. É a história da tortura, do tratamento animalesco, da humilhação, do castigo físico; até mesmo da segregação (como o costume odioso de isolar-se, na Ilha da Rata, sem comida e sem água potável, os presos de má conduta). É a história das fugas espetaculares, dos sonhos de liberdade guiando ousadas travessias, em frágeis embarcações. É a história de muitos e muitos anônimos "fora-da-le" vivendo a infecta e desnutrida vida de condenado, sem sequer se aperceber da beleza que o rodeava...

ANEXO V

Para Sr. Dr. Ednise Aires Fragozo, Administrador(a) geral

Eu, Iran Bruna dos Santos, identidade 0608 TFFN
CPF 916456204-25, residente e domiciliado sito a
rua Mestre gouveia ⁵¹¹⁷ Vila dos Remédios, neste distrito.
Pretendo se digno em liberar a entrada de uma
Moto para meu uso pessoal, haja visto nunca
ter possuído nenhum tipo de veículo. Justifico
que sou permanente (nascido e criado) neste
município.

Fernando de Noronha, 07 de setembro de 2014

Nestes termos
P. de elemento

Iran Bruna dos Santos
CPF 916456204-25

Comentário – O argumento ‘nascido e criado’ é usado nas mais diversas situações em que os nativos da ilha negociam direitos (no caso aqui relatado, o direito de possuir uma motocicleta).

ANEXO VI

Ficha do Controle Migratório disponível na internet

NOME:		CÓDIGO:	
LAURA SANTONIERI		500000067520000	
TIPO DE DOCUMENTO:	NÚMERO:	UF:	PAÍS:
CPF	XXXXXXXXXX	SP	BRA

Dados da Visita

DATA CHEGADA:	DATA REGRESSO:	DIAS DE PERMANÊNCIA:
01/07/2007	10/07/2007	9
LOCAL DE HOSPEDAGEM:	AGÊNCIA RECEPTIVA:	
RESIDENCIA	PARTICULAR	

MEIO DE TRANSPORTE:

PAR

NÚMERO DO VÔO/CRUZEIRO: 9990

MOTIVO DA VIAGEM:

OUTROS

Dados Complementares do Visitante

DATA DE NASCIMENTO:	SEXO:	PROFISSÃO:	ESPECIALIDADE:
10/12/1975	F	SOCIOLOGO (A)	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:	BAIRRO:	CEP:	
RUA BONOMI	VL SANTA IZABEL	13084365	
CIDADE:	ESTADO:	PAÍS:	E-MAIL:
CAMPINAS	SP	BRA	LSANTONIERI@GMAIL.COM
FONE COMERCIAL:	FONE RESIDENCIAL:	TELEFONE CELULAR:	
	19 22222119	11 97332877	

Valor da Taxa: R\$ 248,22

ANEXO VII

FERNANDO DE NORONHA, 13 DE NOVEMBRO DE 2004

AOS CONSELHEIROS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL,
DE FERNANDO DE NORONHA.

PREZADOS CONSELHEIROS,

O NORADORA DO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA, HÁ 30 ANOS, É UMA REALIDADE, NASCIDA E CRIADA NA ILHA.

EU POSSUO UM TERCELO DE 15x76M NA PLAMEDA DO ARQUIPÉLAGO, ONDE PRETENDO ESTABELECEER UM PONTO COMERCIAL.

HÁ DOIS ANOS ATRÁS CONTRATEI UMA EMPRESA DE ARQUITETURA PARA ELABORAR UM PROJETO DE RESTAURANTE, ORÇADO EM 28.100.000,00 (VINTA E OITO MIL REAIS).

COM O POUQUO TENTEI INICIAR ESTE PROJETO, COM TUDO NÃO CONSIGUI AQUIRIR O CAPITAL MÍNIMO NECESSÁRIO.

DESSA FORMA NO INÍCIO DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO RESOLVI ESTABELECEER UM NOVO PROJETO PARA QUE MEU SONHO DE CONSTRUIR UM PONTO COMERCIAL SE TORNE REALIDADE.

APROVEITANDO UMA BASE DE X CONSTRUÍDA HÁ DOIS ANOS ATRÁS, ESTOU LEVANTANDO EM TELHA CAVAL E TPO DE REGNER A NOVA PONTA COMERCIAL, UM QUIOSQUE DE 16 M², UM INVESTIMENTO DE 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). PARA ESTE SEGUNDO PROJETO ESTOU UTILIZANDO MATERIAL DE QUALIDADE, SEGUINDO UM PADRÃO ESTÉTICO E FUNCIONAL.

PARA ESTE PEQUENO INVESTIMENTO NÃO SOLICITEI O AVAL DA ADMINISTRAÇÃO, PORQUE ESTE PROCESSO ALONGARIA, E MUITO O CUSTO DE FUNCIONAMENTO.

NECESSITO SEGUIR COM O MEU PEQUENO INVESTIMENTO PARA CRIAR MEUS TRÊS FILHOS E POUAR ^{PARA} UM INVESTIMENTO DE PESSO.

SOU NORONHENSE E QUERO EXERCER MINHA CIDADANIA NA
COMUNIDADE ONDE NASCI E FUI CRIADA. PRECISO DO MEU ESPAÇO PARA
TRABALHAR ASSIM COMO OUTRAS COMUNIDADES PEQUENAS E OPRIMIDAS DO
BRASIL. ACREDITO QUE NÓS NORONHENSES NÃO PODEMOS SER EXPRIMIDOS
POR EMPRESÁRIOS DE TODAS AS PARTES DO PAÍS E ATÉ DO PLANETA.

POR DIVERSAS VEZES ME PROPUSERAM GRANDES QUANTIAS,
PORÉM NÃO CONCORDO COM ESTAS NEGOCIAÇÕES EM QUE O NORONHENSE
É, DE ~~DE~~ CERTA FORMA, USADO

SENDO ASSIM VENHO ATRAVÉS DESTA SOLICITAR AO CONSELHO
DISTRITAL DE FERNANDO DE NORONHA QUE INTERCEDA JUNTO À ADMINISTRAÇÃO
GERAL PARA QUE EU TENHA O MEU DIREITO AO TRABALHO DIGNO
RECONHECIDO POR ESTA ADMINISTRAÇÃO.

NÃO QUERO SONHAR IMPATOS, NEM SER PROPRIETÁRIA DE
FAIXADA; QUERO TER O MEU NEGÓCIO HONESTO E PAZAZ DE JEITO BOM
MAIOR E MELHOR.

DISPONHO-ME A APRESENTAR DENTRO DE 15 DIAS UMA PLANTE
DO ATUAL PROJETO PARA O CONTROLE NECESSÁRIO, PORÉM NÃO POSSO
INTERRUMPER MINHAS ATIVIDADES POR ESTAR ESTAR PREPARADA
CORRETAMENTE PARA A CHEGADA DA BATA TEMPORADA.

DESDE JÁ AGRATEÇO A ATENÇÃO DISPENSADA,
COLOCO-ME A DISPOSIÇÃO PARA DEMAIIS ESCLARECIMENTOS E APRESENTAR
DA DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE.

CORDIALMENTE,

À Sra. Anne Lore Fisher Inojosa
Gerência de Uso do Solo

Fernando de Noronha, 26 de outubro de 2005.

Prezada Sra.,

Sou moradora de Fernando de Noronha, nascida e criada nesta ilha. Em 1997 recebi do então administrador do distrito Sr. Domicio Cordeiro a permissão de uso do terreno situado à Alameda do Boldró. Em 2002 recebi do administrador Sérgio Salles o documento comprovando este termo de permissão. Desde essa época recebi inúmeras propostas de aluguel ou venda do terreno, nunca aceitei porque sei que isto é proibido e como noronhense quero continuar na ilha para criar meus 3 filhos.

No ano passado (2004) achei necessário fazer um pequeno investimento (R\$ 5.500,00) neste terreno para que futuramente eu possa ter um comércio de porte. Solicitei a uma amiga arquiteta que criasse um projeto de fácil execução. A arquiteta Marcela Ramalho criou um quiosque de 20m² de tijolo, revestido com cana da índia e troncos de coqueiro, piso de cerâmica e cobertura de telha canal de cerâmica. Fiz tudo de improviso porém esteticamente adequado aos padrões da ilha, utilizando materiais rústicos. Por se tratar de um pequeno quiosque achei que seria possível concluir a obra.

Infelizmente, fui notificada e desde então luto para demonstrar que meu desejo é apenas trabalhar e tirar deste terreno uma pequena fonte de renda. Já fiz o pedido para que o terreno seja transformado em uso misto, porém até hoje não obtivi resposta. A notificação está causando-me também uma série de inconvenientes, pois estou praticamente impedida de contratar funcionários do continente e dar prosseguimento a outras questões junto a administração distrital.

Dessa forma, solicito encarecidamente, que meu projeto seja analisado seguindo critérios humanos, sociais e não somente normas técnicas que não levam em conta a vida de integrantes de uma comunidade como Fernando de Noronha. Peço que vocês avaliem com bom senso e piedade meu projeto e meu pedido para uso misto do terreno e que o mais breve possível retirem meu nome da pendência junto a infra-estrutura para que eu possa tocar minha vida tanto em relação a questões pessoais quanto profissionais. Quero pagar impostos, recolher e separar o lixo produzido, cuidar do saneamento no terreno. Ou seja, quero cumprir com meus deveres e ter garantido meu direito ao trabalho digno.

Desde já agradeço sua atenção e aproveito para me colocar a disposição para mais esclarecimentos.

Cordialmente,

COMENTÁRIO – Manuela usa como argumento principal para legitimar seus pedidos o fato de ser nascida e criada na Ilha. Vemos que a primeira carta foi redigida em novembro de 2004 e busca o apoio do Conselho Distrital para realizar a sua construção ainda não liberada pela administração. Na segunda carta redigida quase um ano depois e já direcionada ao Departamento de Infra-Estrutura, Manuela se vê envolta nos mesmos problemas. Interessante é que ela aponta que não quer se associar com nenhum empresário 'de fora' (como muitos o fizeram) e por isso busca crescer com o 'próprio esforço'. O fato de ser nativa legitima para ela e os demais o direito de desenvolver um negócio na Ilha e explorar o mercado turístico.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA PRADO**, J. F. de. Ilha de Fernando de Noronha. In Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1940, 2º Tomo.
- APPADURAI**, Arjun. Soberania sem territorialidade. Notas para uma geografia pós-nacional. In: Novos Estudos, Cebrap, no.49, novembro de 1997.
- ARRUDA**, Rinaldo. (1999) "Populações tradicionais" e a proteção de recursos naturais em unidades de preservação. In Ambiente e Sociedade, ano 2, número 5. Campinas, Ed. Unicamp.
- ÁVILA**, Ely Pereira de. Da Ilha Maldita ao Paraíso. Recife, Editora do Autor. 2002
- BARTH**, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras In: O Guru, O Iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOURDIEU**, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARVALHO**, Maria Celina Pereira. Histórias da Ilha: Temporalidade e apropriação do espaço na Ilha Comprida. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1999.
- CARNEIRO DA CUNHA**, Manuela. Negros, Estrangeiros. São Paulo Ed. Brasiliense, 1985.
- CARNEIRO DA CUNHA**, Manuel. Antropologia do Brasil. São Paulo 2ª Edição, Ed. Brasiliense, 1987.
- CARNEIRO DA CUNHA** e Mauro W. Barbosa de **ALMEIDA**. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: Capobianco, João P. R. et al (orgs.). Biodiversidade Amazônica - Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, 2001, pp. 184-193.
- CLIFFORD**, James. As fronteiras da Antropologia. Entrevista com James Clifford. In: A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no Século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- COELHO**, Duarte de Albuquerque. Introdução e seu argumento. In Memórias Diárias da Guerra do Brasil 1630 – 1638. Recife: Secretaria do Interior, 1944.
- COHEN**, Abner. Custom and Politics in Urban Africa: A Study of Hausa Migrants in Yoruba Towns. University California Press, 1969.
- COMAROFF**, Jean. O retrato de um sul-africano desconhecido: A identidade na era global In Novos Estudos, Cebrap, no.49, novembro de 1997, pp. 65-83.
- COPANS**, Jean. A investigação Antropológica e A profissão de Antropólogo. In: Críticas e Políticas da Antropologia. Lisboa: Edições 70, 1974.
- COSTA**, Francisco Augusto Pereira da. A Ilha de Fernando de Noronha; Notícia Histórica, Geographica e Econômica. Pernambuco: Typ. Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1887.

- DA MATTA**, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- DANTAS**, Olavo. Sob o Céu dos trópicos. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
- DIEGUES**, Antonio Carlos Sant'Ana. Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras. São Paulo, NUPAUB, 1995.
- DIEGUES**, Antonio Carlos Sant'Ana. Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima. São Paulo, NUPAUB, 1995.
- DIEGUES**, Antonio Carlos Sant'Ana. Ilhas e Mares: Simbolismo e imaginário. São Paulo, Ed. Hucitec, 1998.
- DIEGUES**, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.) Ilhas e Sociedades Insulares. São Paulo, NUPAUB, 1997.
- DIEGUES**, Antonio Carlos Sant'Ana, NOGARA, Paulo José. O Nosso Lugar Virou Parque. São Paulo, NUPAUB, 1994.
- DIEGUES**, Antonio Carlos. As Representações do mundo natural, o espaço público, o espaço dos 'comunitários' e o saber tradicional e As populações tradicionais: conflitos e ambigüidades. In: O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec, 1994.
- ELIAS**, Norbert. "Os estabelecidos e os Outsiders". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000
- FELDMAN-BIANCO**, Bela. Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos. São Paulo: Global, 1987.
- FOUCAULT**, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- FOUCAULT**, Michel. O Panoptismo. In: Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.
- FUNATURA/IBAMA**. Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha. 1990
- GEERTZ**, Clifford. Como pensamos hoje: a caminho de uma Etnografia do Pensamento Moderno. In: O Saber Local. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- GEERTZ**, Clifford. A Mitologia de um Antropólogo. Entrevista concedida ao caderno MAIS. São Paulo: Folha de São Paulo, 18 de Fevereiro de 2001.
- GLUCKMAN**, Max. (1987). Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: BIANCO, Bela Feldman, Antropologia das sociedades contemporâneas- Métodos, São Paulo, Ed. Global.
- GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO/SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE/ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA**. (2000). Plano de desenvolvimento sustentável: Diretrizes de Uso e Ocupação do solo. Pernambuco.

- GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO/SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE/ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA.** (2000b). Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo. Pernambuco.
- GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.** Lei Orgânica (no 11.304). Recife, 28 de Dezembro de 1995.
- GUARACIABA, Lorena.** Fernando de Noronha: História, Lendas, e Possibilidades Econômicas e Estratégicas. In Revista do Arquivo Municipal. Ano VI; Volume LXXII. São Paulo: Publicação do Departamento de Cultura, 1940.
- HALL, Stuart.** A Identidade cultural na pós modernidade. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999, 3ª Edição.
- HOBBSAWM, Eric.** Introdução In: A Invenção das Tradições, Paz e Terra, 1984.
- HANNERZ, Ulf.** Fluxos, Fronteiras, Híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In Mana, 3(1), pp. 07-39, 1997.
- IBAMA.** Plano de Manejo APA Fernando de Noronha – Rocas – São Pedro e São Paulo. Brasília, Junho 2005.
- IMBIRIBA, Beatriz de Lajor.** História de Fernando de Noronha. Recife: Imprensa Industrial, 1951.
- LIMA, Janirza Cavalcante da Rocha.** Nas águas do Arquipélago Fernando de Noronha. Tese de doutorado, PUC-SP, 2000.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsk.,** Os Parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém, CNPq, 1985
- MAUSS, Marcel.** Uma Categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a de 'eu'. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MALINOWSKI, Bronislaw.** Crime e costume na sociedade selvagem. São Paulo, Editora IMESP, 2003
- MAYER, Adrian C.** A Importância dos "Quase Grupos" no Estudo das Sociedades Complexas. In FELDMAN-BIANCO, B. (org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.
- NIEUHOF, Joan.** Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil. São Paulo: Martins Editora, 1951. Pp. 03-09
- OLIVEIRA, João Pacheco de.** Uma etnologia dos 'índios misturados': situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: A viagem de Volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1999.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso.** "Aculturação e 'Fricção' Interétnica". In: América Latina. Ano 6 – N 3. Rio de Janeiro, Julho – Setembro 1963.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso.** Introdução e Problemas e Hipóteses relativos à Fricção Interétnica. In: A Sociologia do Brasil Indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: Editora da USP, 1972.

- PAIVA**, Maria das Graças de Menezes V. (1995) Sociologia do Turismo. Campinas, Ed. Papirus.
- PAIVA**, Sálvea de Oliveira Campelo e. Fernando de Noronha: a outra face do paraíso. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 1990.
- PAIVA**, Sálvea de Oliveira Campelo e. Perfil Socioeconômico e Epidemiológico da População Idosa do Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, FIOCRUZ. Recife, 2004.
- PEIXOTO**, Clarice Ehlers. Fernando de Noronha: Ilha de sonho e assombração. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1988.
- POLLAK**, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989.
- POLLAK**, Michel. Memória e Identidade Social. In Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992.
- RIBEIRO**, Darcy e NETO, Carlos de Araújo Moreira. O livro da Nau Bretoa (1511). In A Fundação do Brasil; Testemunhos 1500-1700. Petrópolis, Ed. Vozes, 1993. 2ª Edição.
- RODRIGUES**, F.C. Capítulo IV, Período Embryonario. In. Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda. 1935.
- RODRIGUES**, Lysias A. Antecedentes do ataque a Pernambuco. In Formação da Nacionalidade Brasileira; história resumida das guerras holandesas ao Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert,
- SAHLINS**, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SAHLINS**, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SAHLINS**, Marshall. O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (parte II)". In: Mana. Estudos de Antropologia Social. Vol. 3, N 2, Outubro de 1997.
- SANTONIERI**, Laura Rodrigues. Um Olhar Sobre Fernando de Noronha: população, turismo e políticas de conservação. Monografia, UNICAMP 2002
- SANTOS**, Boaventura dos. Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira. In Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- SANTOS, Milton**. O Espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação e O espaço geográfico, um híbrido. In: A Natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, 2ª edição.
- SERRANO**, C.M.T. e BRUHNS, H. T. (orgs.) Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente. Campinas, Ed. Papirus, 1997.
- SILVA**, Marieta Borges Lins e. e MELO, Roberto Salomão do Amaral e. Fernando de Noronha: produção e o consumo de um espaço insular Tropical para o

- turismo histórico-cultural. In Revista Espaço e Geografia UnB, v. 03. Brasília, Julho 2000.
- SILVA**, Marieta Borges Lins. Arquipélago de Fernando de Noronha. (no prelo, sem data – xerocado no Museu da ilha).
- SILVA**, Marieta Borges Lins e. Fernando de Noronha: Lenda e Fatos Pitorescos. Recife: Inojosa Editores, 1999. 4ª Edição.
- SILVA**, Marieta Borges Lins. Informações de História Local Sobre Fernando de Noronha. (Apostila organizada como material de apoio ao “curso de informações turísticas”) Recife: no prelo, 1998.
- TEIXEIRA**, Wilson. O Arquipélago de Fernando de Noronha – O paraíso do Vulcão. São Paulo, Terra Virgem Editora, 2003.
- THEVET**, André. Da ilha dos Ratos. In Singularidades da França Antártica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Tradução de Estevão Pinto com base na edição Francesa de 1558.
- VAN VELSEN**, J. A análise situacional e o método detalhado In FELDMAN-BIANCO, B. (org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.
- VARNHAGEN**, Francisco Adolfo de. Explorações Primitivas da Costa Brasileira. In Historia Geral do Brasil; antes da sua separação e independência de Portugal / pelo Visconde de Porto seguro. São Paulo; Melhoramentos, 1962.
- VINCENT**, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In FELDMAN-BIANCO, B. (org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.
- VINCENT**, Joan. Political Anthropology: Manipulative Strategies. In Annual Review of Anthropology. 1978.
- WEBER**, Max. Conceitos Sociológicos Fundamentais e Relações Comunitárias Étnicas. In: Economia e Sociedade Vol. 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.